

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA**

Biênio 2012-2013

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Presidente

Consuelo Pondé de Sena

1º Vice – Presidente

Eduardo Jorge Mendes Magalhães

2º Vice – Presidente

Maria Helena Flexor

3º Vice – Presidente

Joacy Góes

Secretário Geral

Edmar Torres

Secretário Adjunto

José Jorge Randam

Diretor Financeiro

Wilson Thomé Sardinha Martins

Diretor Financeiro Adjunto

Ariston de Almeida

Orador Oficial

Edivaldo Boaventura

Diretor de Publicações

Sérgio Mattos

Diretora da Biblioteca

Esmeralda Maria de Aragão

Diretora do Arquivo Histórico

Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes

Edla Alcântara Angelim

Pedro Faustino de Souza Pondé

Guarani Valença de Araripe

Conselho Fiscal

Luís Fischer

Soane Nazaré de Andrade

Helen Sabrina Gledhill

Suplentes

Ellen Melo dos Santos Ribeiro

Jaime Oliveira do Nascimento

Manoel Antônio dos Santos Neto

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Salvador, v. 107, p. 1-300, jan./dez. 2012

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura	Edivaldo Machado Boaventura Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Aidenor Ayres Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Angelina Nobre Rolim Garcez Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	Luis Henrique Dias Tavares Universidade Federal da Bahia
Arno Wehling Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Maria Nadja Nunes Bittencourt Universidade do Estado da Bahia
Consuelo Novais Sampaio Academia de Letras da Bahia	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Consuelo Pondé de Sena Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	Sérgio Augusto Soares Mattos Univ. Federal do Recôncavo da Bahia
Cybelles Moreira de Ipanema Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	Ubiratan Castro de Araújo Fundação Pedro Calmon
	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal	Edmundo Aníbal Herédia Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
Antonella Rita Roscilli Escritora e Jornalista – Itália	Glória Kaiser Escritora – Áustria
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano da Freie Universität Berlin – Alemanha	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança Academia Portuguesa da História – Portugal	Marcos Noronha da Costa Academia Portuguesa da História – Portugal
	Stuart Schwartz Yale University – Estados Unidos

Comitê Científico responsável por este número

Esmeralda Maria de Aragão
José Carlos B. Sant Anna
Maria Augusta Cardozo
Sérgio Mattos
Consuelo Pondé de Sena

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

© 2012 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Coordenação Editorial | Sérgio Mattos | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva | **Editoração** | Quarteto Editora | **Diagramação** | Quarteto Editora | **Bibliotecárias** | Maria Augusta Cardozo e Esmeralda Maria de Aragão | **Revisão de Linguagem** | Sérgio Mattos, Consuelo Pondé de Sena e José Carlos Sant Anna |

Ficha Catalográfica

Bibliotecária Responsável: Maria Augusta M. Cardozo CRB 5 599

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set./dez., 1894), – Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

v.: il

Anual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU: 94(813.8)



FOMENTO À CULTURA
Fundo de Cultura



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade
40060-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone: (71) 3329-4463
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Riqueza e diversidade temática	15
Sérgio Augusto Soares Mattos	

ARTIGOS

Urbanização, Sustentabilidade e Conforto Ambiental: O Exemplo de Salvador-Bahia	21
Angelo Serpa	

Pré-história brasileira e baiana	33
Antonietta d'Aguiar Nunes	

Dez anos da história política do Brasil e da Bahia vistos através da vida de Seabra (1916-1926)	57
Waldir Freitas Oliveira	

A Filarmônica Lira Ceciliana na cidade de Cachoeira: a relação entre a história e a memória	71
Bruno Lopes do Rosário	

Santuário da Padroeira de Serrinha	81
Epitácio Pedreira de Cerqueira	

A educação a distância e o ensino de história: novas possibilidades de aprendizagem	95
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior	

A volta dos jesuítas à Bahia e a criação do Colégio Antônio Vieira	105
Edivaldo M. Boaventura	

Educação, exigências sociais e novas demandas de formação pela Universidade	117
Tatiana Brito de Araújo	
Por que as revistas surgem e desaparecem?	129
Sérgio Mattos	
A imprensa dedicada ao <i>bello sexo</i> na Bahia oitocentista	149
Simone Ramos Marinho	
PALESTRA	
Naturalistas na Velha Bahia	179
Melquíades Pinto Paiva	
DISCURSO	
O IGHB completa 118 anos	201
Consuelo Pondé de Sena	
O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2012	205
Edivaldo M. Boaventura	
BIOGRAFIA	
Theodoro Sampaio	215
Consuelo Pondé de Sena	
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	
Relação de livros e revistas de Theodoro Sampaio	225
DOCUMENTO	235
GALERIA DE FOTOGRAFIAS	239
ESPAÇO ABERTO MEMORIAL 2 DE JULHO	
Os Caboclos do 2 de Julho	253
Consuelo Pondé de Sena	

Na Festa do 2 de julho de 2012	257
Consuelo Pondé de Sena	

RELATÓRIO	
Biblioteca Ruy Barbosa	
Relatório do período de janeiro a outubro de 2012	265

AGENDA	
Agenda Cultural 2012	269

SÓCIOS	279
---------------	------------

Apresentação

Riqueza e diversidade temática

Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB

E-mail: sasmattos@gmail.com

No ano em que se comemora na Bahia os 250 anos de nascimento de **Cipriano José Barata** de Almeida, nascido a 26 de setembro de 1762, o IGHB completa 118 anos e a Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia faz circular o número 107, contendo dez artigos, além do conteúdo de outras sessões.

Nesta edição, a revista é aberta pelo artigo do professor Ângelo Serpa, da UFBA, intitulado **Urbanização, Sustentabilidade e Conforto Ambiental: O exemplo de Salvador – Bahia**, no qual se questiona como garantir conforto ambiental numa cidade como Salvador, que apresenta altas taxas de densidade populacional e disparidades socioespaciais. O autor conclui que as “[...] soluções dos problemas passam pela co-gestão urbana e metropolitana com planejamento e participação popular, mas infelizmente, estamos longe, em Salvador, de alcançar metas tão ambiciosas”.

Em sequência estão dois artigos de abordagem histórica. O primeiro, **Pré-História Brasileira e Baiana**, de autoria da historiadora e professora Antonietta d’Aguiar Nunes que inicialmente aborda as hipóteses sobre como o homem teria chegado ao continente americano,

para depois dedicar-se a antiguidade do homem no Nordeste brasileiro, passando pelos grupos indígenas na Bahia e pela identificação de vestígios pré-históricos legados nas representações rupestres encontradas no Nordeste. A autora aponta muitos “[...] vestígios deixados pelos antepassados indígenas que residiram ou passaram pelo território baiano”, argumentando que eles precisam ser considerados antes de se começar a falar da chegada dos europeus no Brasil.

O segundo artigo é de autoria do professor e historiador Waldir Freitas Oliveira: **Dez anos da história política do Brasil e da Bahia vistos através da vida de Seabra (1916-1926)**. Neste artigo o autor trata do período em que se iniciou o declínio do poder político de José Joaquim Seabra. Aborda o desempenho de Seabra naquele momento, quando ele enfrentou Ruy Barbosa e Artur Bernardes, no cenário nacional, Pedro Lago, Octavio Mangabeira e Simões Filho, entre outros, no cenário local. O professor destaca a necessidade de que seja escrita uma biografia crítica da vida de Seabra que foi “[...] um dos mais expressivos nomes da História da Bahia, durante o século passado”.

A Filarmônica Lira Ceciliana na cidade de Cachoeira: a relação entre a história e a memória é o quarto artigo dessa edição. Nele, o historiador Bruno Lopes do Rosário demonstra a importância das filarmônicas, a partir do caso da Lira Ceciliana, na preservação do patrimônio imaterial. O autor apresenta um breve histórico das filarmônicas no Brasil e na Bahia, destacando a importância da Lira Ceciliana e sua atuação no recôncavo da Bahia como “[...] veículo essencial para a manutenção da tradição das bandas de músicas na Bahia”.

Já Epitácio Pedreira de Cerqueira, no artigo **Santuário da Padroeira de Serrinha**, faz um relato sobre a primitiva matriz de Sant’Ana de Serrinha, construída no início a década de 1690 pelos primeiros proprietários das terras havidas por sesmarias, os quais eram devotos de Sant’Ana. O artigo é ilustrado com fotografias do santuário e do estuário do cerro, que exhibe imagem de Senhora Sant’Ana, em Serrinha, esculpida pelo artista alemão João Bunge.

Em seguida estão concentrados três artigos relacionados com educação e história: **A Educação a distância e o ensino e história: novas possibilidades de aprendizagem**, de autoria de Álvaro Pinto

Dantas de Carvalho Junior, que faz uma reflexão sobre a utilização das novas tecnologias da informação no ensino de História. Por sua vez, o professor doutor Edivaldo Boaventura relata **A Volta dos Jesuítas à Bahia e a criação do Colégio Antonio Vieira**. Fechando a temática educacional, a professora doutora Tatiana Brito de Araujo, no artigo **Educação, exigências sociais e novas demandas de formação pela Universidade**, analisa o atual momento histórico, no qual se prioriza mais o acesso à educação universitária que garante mais chances de integração no mercado de trabalho, gerando “[...] resultados conflitantes em um mundo cada vez mais informatizado onde predomina o desemprego”. Neste artigo a autora defende a “promoção d um modelo associativo de educação que permita introduzir mudanças no quadro geral de atividades educacionais universitárias para que estas possam interagir com as comunidades periféricas de forma contínua”.

Os dois últimos artigos são dedicados à imprensa. No primeiro, **Por que as revistas surgem e desaparecem?**, o professor Sérgio Matos traça um panorama sobre o segmento revista no Brasil e na Bahia, identificando algumas razões para o surgimento e desaparecimento de inúmeros títulos de revistas. Apresenta também um relato da história da revista *Neon*, que reúne evidências que servem de respostas ao questionamento do título do artigo.

Encerrando a sessão de artigos destaca-se **A Imprensa dedicada ao bello sexo na Bahia oitocentista**, assinado pela historiadora Simone Ramos Marinho. Ela analisa os jornais dedicados às mulheres baianas da segunda metade do século XIX. O artigo aborda a maneira como a imprensa do século XIX representava as mulheres e o discurso utilizado no intuito de construir um perfil feminino de acordo com os padrões da época.

Na sessão **Palestra**, o leitor encontrará o texto da conferência intitulada **Naturalistas na Velha Bahia**, proferida pelo professor cearense Melquíades Pinto Paiva, quando da solenidade de recepção do autor como sócio correspondente do IGHB. Na sessão **Discurso** encontram-se os textos de dois deles, pronunciados por ocasião das comemorações dos 118 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O primeiro discurso é de autoria da professora Consuelo Pondé

de Sena, Presidente do IGHB, e o segundo, proferido pelo professor Edivaldo Boaventura, Orador Oficial desta Casa.

A sessão **Biografia**, nesta edição é dedicada a Theodoro Sampaio. A homenagem a um dos mais eruditos intelectuais que o Brasil já produziu leva a assinatura da professora Consuelo Pondé de Sena. Em seguida é apresentada a relação do **Acervo Bibliográfico** de e sobre Theodoro Sampaio, além de cópias de **Documentos** e na **Galeria de Fotografia** exhibe-se uma mostra da iconografia referente a Theodoro Sampaio, incluindo desenhos de sua autoria.

Na sessão intitulada **Espaço Aberto Memorial 2 de Julho** encontram-se dois discursos proferidos pela Presidente do IGHB por ocasião das comemorações da Data Magna do Estado da Bahia e da ratificação da independência do Brasil. No primeiro, a presidente fala sobre **Os Caboclos do 2 de Julho** e, no segundo, sobre a **Festa do 2 de Julho de 2012**.

O número 107 da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia apresenta ainda as sessões **Agenda do IGHB**, **Relação dos Sócios** e **Normas de Publicação**.

Espera-se que a riqueza e diversidade do conteúdo apresentado neste número da Revista do IGHB contribua para o resgate e preservação da memória da história da Bahia além de promover o debate e ampliar o conhecimento de nossos leitores.

Tenham uma boa leitura!

Revista do Ins
do Instituto
stido Grá
Ge e C
ráfico e Histó
Histó

Artigo

Urbanização, Sustentabilidade e Conforto Ambiental: O Exemplo de Salvador-Bahia

Angelo Serpa

Professor associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq, email: angserpa@ufba.br.

Resumo

Neste artigo discute-se a relação entre urbanização, sustentabilidade e conforto ambiental, a partir de exemplos da realidade de Salvador-Bahia, buscando-se articular a discussão proposta com teorias e práticas de desenho urbano como uma “tradição” consolidada no campo do urbanismo. Questiona-se como garantir conforto ambiental em uma metrópole como Salvador, com altas taxas de densidade populacional e grandes disparidades socioespaciais, apontando-se os problemas decorrentes dessas desigualdades e as dificuldades que se colocam para o planejamento urbano e ambiental na capital baiana.

Palavras-chave: Urbanização. Sustentabilidade. Conforto ambiental. Desigualdades socioespaciais. Salvador-Bahia.

Urbanization, Sustainability and Environmental Comfort: The Example of Salvador-Bahia

Abstract

In this article it is argued the relation between urbanization, sustainability and environmental comfort, from the examples of Salvador-Bahia reality, seeking to articulate the proposed discussion with theories and practices of urban design as a consolidated “tradition” in the urbanism field. It is questioned how to guarantee environmental comfort in a metropolis like Salvador, with high taxes of population density and great social and spatial disparities, pointing the problems deriving from these inequalities and the difficulties for the urban and environmental planning in Bahia State capital.

Key words: Urbanization. Sustainability. Environmental comfort. Social and spatial inequalities. Salvador-Bahia.

1. Introdução

Antes de iniciarmos a abordagem da temática aqui proposta, mais especificamente, as relações entre urbanização, sustentabilidade e conforto ambiental, faz-se necessário, enquanto preâmbulo, colocar alguns dados sobre o desenvolvimento urbano em Salvador e sua região metropolitana em anos recentes:

- 80% dos 3,8 milhões de habitantes da RMS vivem no município-sede, caracterizando uma alta concentração populacional no âmbito metropolitano;
- Desde 2005, cerca de 40 mil novos imóveis foram construídos em áreas com infraestrutura urbana já saturada (orla oceânica, Avenida Paralela e área central), como resultado do aquecimento do mercado imobiliário na cidade;
- No mesmo período de tempo, mais de 180 mil novos veículos foram acrescentados à frota já existente (hoje são 736.695 mil automóveis em circulação na cidade e esse

número não para de crescer), sem a construção de vias estruturantes nem a conclusão do metrô, cuja construção (de um pequeno trecho de pouco mais de seis quilômetros) se arrasta por mais de uma década;

- A visão de dezenas de edifícios sendo construídos ao longo da Avenida Paralela prenuncia impactos fortes na região, já castigada por constantes congestionamentos, já que, com a inauguração dos novos empreendimentos residenciais, receberá uma quantidade de moradores equivalente à população de uma pequena cidade. Serão 20 a 30 mil novos veículos particulares em circulação nesta área;
- Não há investimentos de peso no transporte coletivo, quase que exclusivamente baseado no modo ônibus, que padece de problemas estruturais de toda ordem: saturação das estações de transbordo, infraestrutura viária deficiente, baixa frequência e falta de regularidade de/entre partidas, excesso de linhas concorrentes nos principais corredores, etc.;
- 95% dos resíduos sólidos produzidos na metrópole sotero-politana são depositados em aterros sanitários. Defendida como a solução mais adequada ambientalmente, o programa de implantação dos aterros sanitários obedeceu a uma lógica, sobretudo econômica, explicitada posteriormente na gestão terceirizada do principal aterro – o Aterro Metropolitan Centro – pela empresa Vega Bahia Tratamento de Resíduos S.A. É a quantidade de lixo recolhida que importa e não seu reaproveitamento. Pouco se fala também da vida útil desses equipamentos, que poderia ser alongada caso o programa de gestão e implantação dos aterros estivesse associado a programas de coleta seletiva e reciclagem de lixo no contexto urbano e metropolitano.

É nesse contexto (bastante adverso) que devemos abordar a questão da urbanização e do conforto ambiental. A noção de conforto ambiental tem aplicação mais frequente na área de arquitetura, na análise de condições de luminosidade, ventilação, isolamento acústico, etc. em am-

bientes construídos. Sua aplicação no urbanismo é mais restrita, porém, mais recentemente, em função de discussões sobre a qualidade de vida urbana (e metropolitana), a noção de conforto ambiental vem embasando novas abordagens a respeito, por exemplo, de limites de poluição sonora ou de conforto térmico no contexto urbano e metropolitano.

2. Desenho urbano e gerenciamento físico-ambiental das cidades

Embora seja recente a discussão nestes termos no campo do urbanismo, há muito conhecimento acumulado sobre questões relacionadas ao desenho urbano e ao gerenciamento físico-ambiental das cidades. O desenho urbano é visto aqui como uma atividade-meio em termos de configuração físico-espacial e atividades humanas; suas atividades-fim seriam os programas e projetos, com impactos diretos no cotidiano dos cidadãos (DEL RIO, 1990).

Teorias e metodologias foram desenvolvidas por estudiosos como Christopher Alexander e Kevin Lynch. Em geral, baseiam-se em uma ideia principal: a de que a qualidade do *design* de cidades deve nortear-se pela unidade do todo, por uma unidade “orgânica”, lidando com o crescimento por pequenas partes, a integração das partes com as partes maiores, a qualidade de comunicação e integração das edificações, a criação de espaços urbanos coerentes e bem definidos entre as edificações, presença de ruas e vizinhanças de convívio, densidades mínimas e intensidades de uso para a vida urbana, diversidade nas inter-relações e configurações entre/de edificações e espaços, etc. (DEL RIO, 1990).

A teoria da “boa forma urbana”, desenvolvida por Lynch no início dos anos 1980, vai definir grandes valores ou metas para o *design* de cidades: vitalidade, senso, congruência entre forma e função, acessibilidade, controle, eficiência e justiça. Especialmente para a discussão aqui proposta, são particularmente relevantes as dimensões de vitalidade, acessibilidade, controle e justiça, que colocam as seguintes

questões em relação à temática do conforto ambiental e da qualidade de vida urbana:

- Em que grau as formas urbanas apoiam as funções humanas vitais, o bem-estar físico dos cidadãos?
- Como os benefícios ambientais são distribuídos pelos diferentes grupos sociais na cidade contemporânea?
- Em que grau os habitantes das cidades controlam a produção, o uso e a gerência do ambiente urbano?

Parte desse conhecimento foi aplicada em cidades norte-americanas e europeias, buscando enfrentar o desafio de identificar regras para embasar as opções de *design* urbano mais significativas, aquelas que dão forma mais definitiva à cidade, dentro de um quadro institucional flexível, que pudesse ser modificado, de acordo com o mote: “[...] na medida que os tempos mudam, as necessidades também mudam”. Novos instrumentos foram introduzidos na legislação urbanística, para dar conta desse desafio, como o zoneamento de incentivos, o solo criado, os distritos especiais, os bônus de desenvolvimento, etc. Alguns desses instrumentos vêm sendo, inclusive, aplicados há alguns anos em cidades brasileiras, como parte integrante dos planos diretores urbanos.

3. Sustentabilidade e desigualdade

Urbanização e conforto ambiental se relacionam intimamente com questões como sustentabilidade e qualidade de vida urbana. Mas, em cidades com desigualdades espaciais e sociais cada vez mais contundentes, como falar de sustentabilidade ambiental, já que o conceito pressupõe também equidade social, nos termos colocados pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2001)?

A questão da sustentabilidade nas cidades (e também do conforto ambiental) coloca de modo incisivo os limites de um modelo civili-

zatório, de um desenvolvimento desigual e combinado, reproduzido na escala do planeta e especialmente visível e sentido nas cidades contemporâneas.

Coloca também em xeque a universalidade de conceitos como “conforto” e “qualidade de vida”, pois, afinal, outras matrizes sócio-culturais de racionalidade indicam que tais noções podem variar de acordo com as diferenças entre os grupos sociais, entre as classes sociais.

Nesses termos, falar de conforto ambiental em uma metrópole como Salvador, com uma das mais altas densidades populacionais do país e enormes desigualdades sociais, é falar, sobretudo, de “distância”, conceito, aliás, caro à Geografia. A questão central é, pois, como se “compra” conforto ambiental na cidade, como se compra distância do outro ou como se compra a proximidade de parques, praias e de outras amenidades físicas, como se compra o silêncio etc.

É exatamente isso que vem norteando o *boom* imobiliário em áreas como a Avenida Paralela e a Orla Atlântica: a “natureza” na cidade, vendida como mercadoria, como “antichidade”, na forma de condomínios fechados, autossuficientes e voltados para aqueles que podem e querem pagar o preço deste conforto ambiental norteado por medidas técnicas e normas universais.

Vejamos um exemplo concreto: quando expostos a ruídos em volumes altos durante longos períodos de tempo, os seres humanos estão também mais propensos a problemas de saúde, como dor de cabeça, cansaço, elevação da pressão arterial, diminuição do poder de concentração, aumento de cortisona e colesterol no sangue, diminuição da resistência imunológica, etc. Acima de 80 decibéis-dB, os ruídos contribuem com o risco de enfarte, infecções e distúrbios mentais.

A norma NBR 10.151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas recomenda os limites de 45 dB para ambientes internos e 60 dB para ambientes externos. A legislação municipal em Salvador estabelece o limite de 65 dB para ambientes externos, mas nem a Prefeitura se preocupa em cumprir a lei. As obras do metrô, por exemplo, não preveem estrutura de isolamento sonoro, o que poderá agravar os já elevados níveis de poluição sonora da região do entorno da Avenida Bonocô, que deve subir

dos atuais 79 dB para 97 dB na fonte do ruído, ocasionado pelas rodas do trem em atrito com os trilhos. Mesmo sem o metrô, a poluição sonora já está muito acima dos níveis aceitáveis nesta região da cidade.

A questão é: quem pode comprar (pagar por) níveis aceitáveis de ruídos em nossa cidade?

O silêncio na cidade é um luxo? O conforto acústico é uma mercadoria?

Outro exemplo é a distribuição de parques e praças em Salvador. Os programas de requalificação dos espaços públicos urbanos não atendem, via de regra, as áreas populares da cidade, onde o abandono e a invisibilidade de parques e praças são notórios. É este exatamente o caso do Parque de São Bartolomeu, localizado no Subúrbio Ferroviário, um remanescente de Mata Atlântica que abriga a nascente do Rio do Cobre, considerado espaço sagrado para os praticantes do candomblé (SERPA, 1996; 1998).

O estado de abandono, os assaltos frequentes, o descaso e a ausência de políticas públicas para o parque inviabilizam os ritos do Candomblé, afastando seus praticantes do local. Contudo, o Subúrbio Ferroviário inteiro poderia ser beneficiado com o Parque, caso o equipamento fosse requalificado para a população desta área da cidade. O morador não precisaria atravessar a cidade para ter acesso a uma área pública de lazer, já que há uma evidente concentração de espaços públicos nas áreas mais centrais e valorizadas da cidade, como as regiões administrativas Centro, Barra, Pítuba, Boca do Rio e Itapuã.

Há também um desequilíbrio evidente entre o número de praças existentes nas Regiões Administrativas I, V, VI, VII, VIII, IX, X, com predominância de população de maior poder aquisitivo, e as RAs II, III, IV, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, de perfil mais popular e com população de baixa renda: 108 contra 68. Com relação aos parques públicos, a lógica é exatamente a mesma, com a concentração desses equipamentos em áreas com infraestrutura consolidada e em áreas de população com maior renda e escolaridade.

Os novos parques vêm, portanto, alimentar e “coroar” um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando

novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infraestrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares. A lógica da localização dos parques em Salvador obedece também ao princípio de priorizar áreas com algum interesse turístico, próximas a grandes equipamentos (SERPA, 2007).

Esta é também a lógica que norteia a adoção de praças, parques e outros espaços livres de edificação por empresas privadas no contexto de um programa desenvolvido desde 1997 pela Prefeitura Municipal de Salvador – *Programa de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres*. Uma análise dos espaços “adotados” pela iniciativa privada desde então corrobora mais uma vez a tese do desinteresse por praças e parques localizados em áreas populares da cidade.

Os espaços adotados acabam funcionando como grandes *outdoors* tridimensionais, como estratégia de publicidade das empresas “adotantes”. Por meio do programa, a iniciativa privada pode manter os espaços públicos e, em contrapartida, placas com o nome das empresas são colocadas nas praças, parques ou avenidas adotados. As empresas não precisam ter gastos contínuos, podendo optar por recuperar os espaços e deixar sua manutenção por conta da prefeitura. Durante o processo de adoção, a prefeitura se encarrega de elaborar um projeto de recuperação e o encaminha à empresa interessada. É a Superintendência de Parques e Jardins quem fiscaliza o cumprimento dos contratos pelas instituições adotantes. O programa não é inédito no país e já existe em outras cidades do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.

Na capital baiana, a Região da Pituba é a preferida para adoção de praças. No final de linha do Itaigara, por exemplo, uma rede de supermercados investiu um milhão de reais na construção da Praça Ana Lúcia Magalhães. A Superintendência de Parques e Jardins admite que as empresas preferem adotar os espaços naqueles bairros ou regiões onde se encontram seus maiores estabelecimentos, em detrimento dos bairros ou regiões com população de baixa renda e pouca densidade de estabelecimentos comerciais e de serviços. O resultado é que várias praças continuam à espera de adoção, principalmente aquelas localizadas na Cidade Baixa e na Região do Subúrbio Ferroviário (JORNAL A TARDE, 25/6/2006).

Em 2012, o movimento Desocupa Salvador foi às ruas para se manifestar contra a privatização de uma praça recentemente reformada e “entregue” à população no bairro de Ondina. Logo depois de inaugurada, a mesma empresa que financiou a reforma cercou o espaço com tapumes para a montagem de um camarote. E isso quase dois meses antes do carnaval! Do carnaval de Salvador, já sabemos que as últimas décadas marcaram uma privatização contínua e, ao que parece, irreversível, da festa, dominada por interesses privados de alguns blocos e empresas, que montam e administram camarotes luxuosos, “exclusivos” e caros para o bolso da maioria da população soteropolitana. A praça em Ondina, adotada por uma dessas empresas de camarotes, faz convergir os dois processos: privatização do espaço público e da folia momesca.

Vemos, portanto, que o planejamento e a gestão dos espaços públicos urbanos obedecem a uma lógica estritamente econômica, atendendo aos interesses de um mercado imobiliário em expansão. O mesmo mercado imobiliário que destrói reservas de Mata Atlântica na região da Paralela, ocasionando um desastre ambiental sem precedentes na cidade e comprometendo a qualidade de vida urbana e o conforto ambiental. Animais silvestres em fuga, como jacarés e tamanduás, são encontrados em concessionárias de veículos na Avenida Paralela e em residências dos bairros do entorno, mostrando como o processo de urbanização pode ser prejudicial à vida, quando norteado apenas por princípios de mercado.

No entanto, todos os empreendimentos imobiliários em implantação na cidade dispõem de licenciamento ambiental, o que motivou ação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, que querem a revisão de todas as licenças ambientais concedidas a partir de 2005. A sociedade soteropolitana é considerada pelos ministérios públicos e pelo IBAMA como vítimas de danos de natureza moral coletiva devido ao caos da gestão ambiental na cidade. Entre as principais acusações estão a falta de fiscalização de atividades e empreendimentos licenciados, a não solicitação de estudos de impactos ambientais a quaisquer empreendimentos e a simplificação do processo de licenciamento pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Habitação (JORNAL A TARDE, 7/5/2010).

4. Considerações finais

Os exemplos aqui discutidos mostram que questões como conforto ambiental e sustentabilidade nas cidades contemporâneas não são de natureza estritamente técnica, mas requerem ações no campo político, social e econômico. O que está em jogo, de fato, é a sustentabilidade política de programas de cunho social, econômico e ambiental, o que requer inovações político-administrativas para gerar mecanismos de participação cidadã e cooperação social entre os diferentes agentes produtores de espaço, no contexto urbano e metropolitano.

Também em 2012, após a polêmica construção de um camarote, confiscando ao uso público uma praça em Ondina, como já mencionado neste artigo, o movimento Desocupa Salvador voltou às ruas, para se manifestar contra as modificações na Lei de Ordenamento do Uso do Solo (LOUS), aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas pelo prefeito. São medidas de caráter legal duvidoso, privilegiando (mais uma vez) interesses privados dos setores imobiliário, hoteleiro e turístico: liberação da altura dos prédios em trechos da orla, podendo-se chegar a 54 metros e sombrear as praias; autorização para construção de hotéis de oito andares na Ilha dos Frades; extinção do Parque do Vale Encantado, área de reserva de Mata Atlântica, entre a Paralela e a orla; e a autorização para implantação de estabelecimentos comerciais no entorno do Parque de Pituáçu.

Nada disso é novidade, porém. Quando sancionado, em 2008, o PDDU modificou os índices urbanísticos de muitas áreas, com liberação da altura dos novos prédios. Naquele momento, a cidade também discutiu o sombreamento das praias, a diminuição da ventilação e o aumento do calor em decorrência da possibilidade de um paredão de prédios na orla. Nada evitou, contudo, a sanção do prefeito ao “novo” Plano Diretor, despertando a suspeita de favorecimento de interesses imobiliários e especulativos em detrimento dos interesses da maioria.

O resultado já pode ser visto em bairros como Patamares e Armação em Salvador. Trabalhos de campo realizados em 2011 por estudantes de Geografia, da UFBA, sob minha orientação, mostram que

em Patamares, em áreas onde a altura dos prédios deveria ser de 45 metros, a maior parte dos novos empreendimentos supera o que está estabelecido no PDDU, em alguns casos com 55, 60 e 70 metros! O público visado pelas empresas incorporadoras é de alta renda e, claro, o principal trunfo é o da vista para o mar, ou para o “verde” de Pítuaçu, a partir de luxuosas varandas-gourmet, a “última moda” neste “exclusivo” segmento imobiliário.

Ou seja, praia e “verde” são para serem vistos e não mais para serem usados. Viraram “paisagem” e investimentos para uma minoria, chegando-se ao absurdo estágio atual, do poder público liberar sombra nas praias. Agora o argumento é o da necessidade de novos hotéis e ampliação de número de leitos para a Copa do Mundo, sem um único estudo da viabilidade de ampliação da rede hoteleira. A ironia é que, se isso ocorrer, certamente haverá debandada de turistas em direção à cidades mais ensolaradas e respeitadas de seu ambiente (não surpreende a liberação de comércio no entorno do Parque de Pítuaçu, que, desde sua criação, em 1977, já perdeu mais de 40% de sua área original).

Outro fato que chama atenção é a ausência de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) para a maioria dos novos empreendimentos, estudos que são essenciais para a gestão urbana coletiva e a garantia do direito à cidade. Na maioria das cidades brasileiras – e Salvador não é exceção – as câmaras municipais não votaram lei específica para regulamentação da matéria.

Em Salvador não há obrigatoriedade de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) para os empreendimentos imobiliários. De caráter preventivo, o EIV foi introduzido pelo Estatuto da Cidade como instrumento de controle do desenvolvimento urbano. Conforme o Estatuto, no artigo 36, uma lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de EIV para obter licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento. A introdução do EIV deveria ser condição básica para a liberação de empreendimentos com impactos no conforto ambiental e na qualidade de vida urbana.

Concordam os especialistas que as soluções dos problemas pas- sam necessariamente pela cogestão urbana e metropolitana com plane-

jamento e participação popular, mas, infelizmente, estamos longe, em Salvador, de alcançar metas tão ambiciosas.

Referências

DEL RIO, V. **Desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

GONÇALVES, C. W. P. Meio Ambiente, ciência e poder. In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2001. p. 135-161.

MPs FEDERAL E ESTADUAL querem revisão de todas as licenças ambientais desde 2005. **Jornal A Tarde**, 1. Caderno, 7/5/2010, p. B2.

PRAÇAS esquecidas na cidade. **Jornal A Tarde**, 1. Caderno, 25/6/2006, p. 6.

SERPA, A. Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 177-190, 1996.

SERPA, A. Fatores sócio-culturais na avaliação de impactos ambientais: O caso da periferia de Salvador. **Cadernos do Exopgeo**, Salvador-BA, v. 9, n. 9, p. 23-33, 1998.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 208 p.

SERPA, A. Os espaços públicos da Salvador contemporânea. In: Inaiá Carvalho; Gilberto Corso Pereira (org.). **Como Anda Salvador – 2ª** edição revista e ampliada. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 173-188.

SERPA, A. Cidades e metrópoles: uma perspectiva geográfica para a análise dos “problemas ambientais urbanos”. **Geousp**, São Paulo, v. 23, p. 30-43, 2008.

Pré-história brasileira e baiana

Antonietta d’Aguiar Nunes

Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia
Professora adjunto de História da
Educação na FACED/UFBA.

Resumo

O trabalho começa definindo pré-história e falando dos vestígios pré-históricos normalmente encontrados no Brasil: os sambaquis ou concheiros existentes em quatro áreas brasileiras: a) Amazônica – Marajoara, Tapajoara, Santarém; b) Média – Litoral Leste brasileiro (tupis-guaranis); c) Arcaica – Lagoa Santa e Costa paulista (botocudos) e d) Meridional – RS, Paraná, Santa Catarina (guaianás); e as representações rupestres que podem ser pinturas (mais frequentes) ou gravuras. Seu traço diferenciador em relação a outros vestígios arqueológicos é justamente o propósito deliberado de deixar mensagens gráficas em superfícies rochosas, de modo a perdurarem no tempo de forma a serem posteriormente vistas e “lidas” por grupos contemporâneos ou posteriores a quem as executou. Em seguida, são mencionados vários locais no Nordeste brasileiro em que são encontradas pinturas rupestres e identificadas as diferentes tradições: Nordeste, Agreste, São Francisco, Itacoatiara e Astronômicas, cujas características e localização dos principais achados são mencionados. Fala-se das gravuras rupestres e menciona-se uma série de testemunhos escritos a respeito da existência de vestígios pré-históricos no Brasil, e sobretudo no Nordeste.

Palavras-chave: Pré-História. Sambaquis. Pinturas rupestres. Vestígios arqueológicos. Tradições rupestres.

Brazilian and Bahian Pré-History

Abstract

This article begins defining what is PreHistory, and talking about the prehistoric vestiges normally found in Brazil: the sambaquis or shell mounds which are found in four different areas in Brazil: a) Amazonic – Marajoara, Tapajoara, Santarem; b) Middle area – Brazilian eastern coastland (tupi-guaranis); c) Archaic – Lagoa Santa and São Paulo coastland (botocudos) and d) Meridional – South Rio Grande, Paraná, Saint Catherine [states of southern Brazil] (guaianás), and the rerepresentations engraved upon rocks that can be paintings (more often) or engravings. Its differential in relation to other archeological vestiges is precisely the deliberate purpose to leave graphic messages on clifflike surfaces in order to be kept along times so that it could be lately seen and “read” by contemporary or posterior groups in relation to the ones who did them. Directly afterwards it mentions several places in Northeastern Brazil where can be found rock paintings an recognized the different “traditions”: Northeast, Agreste (dry area in north-eastern Brazil), Saint Francis, Itacoatiara and Astronomics, which location and characteristics are mentioned. It talks about the rock engravings and mentions a serie of written testimonies about the existence of pre historic vestiges in Brazil, mainluy in the North East.

Key words: Pre-History. Sambaqui. Rock paintings. Archeological vestiges. Rupestrian Traditions.

Introdução

Normalmente se considera Pré-História o estudo dos grupos humanos anteriormente ao advento da escrita. No Brasil, como seus habitantes originais eram ágrafos, considera-se que a Pré-História vai até a chegada dos europeus, que conheciam a cultura escrita e documentavam os acontecimentos por meio de variados registros escritos; por esta razão começa-se tradicionalmente a História do Brasil em 1500 e o documento mais característico desse momento é a carta de Pero Vaz Caminha.

O objeto de estudo da Pré-História é sobretudo a evolução do homem, mas principalmente o dos últimos cem a duzentos mil anos, em que passou a existir a espécie humana *Sapiens-Sapiens*. Os restos

fósseis dos antigos homínídeos são estudados através dos vestígios materiais que chegaram até os dias atuais pela ciência denominada Arqueologia. (FUNARI / NOELI, 2005, p. 13, 15).

A datação pré-histórica é geralmente feita em relação ao presente, época da descoberta dos vestígios pré-históricos encontrados e são referidos como Antes do Presente (A.P.). Interessante estudo da evolução da espécie *hominídea* e sua expansão pelo mundo foi feita por Antonio Roberto Guglielmo em seu didático livrinho *a Pré-História: uma abordagem ecológica*.

Classicamente, a Pré-História Geral costuma ser dividida de acordo com os materiais e utensílios utilizados pelos grupos humanos. Quem primeiro fez esta divisão foi Sir John Lubbock (1834-1913), em 1886, considerando três épocas da Pré-História:

- a. O **Paleolítico** ou Idade da Pedra Lascada com o surgimento do *Homo Sapiens-Sapiens* e a utilização de utensílios diversificados e instrumentos feitos à base de pedra e, também, de ossos, madeira e marfim. Acredita-se que, por volta de 30 mil anos atrás, o homem do período paleolítico já se espalhava por toda a terra e este período se estende tradicionalmente até 10.000 anos antes de Cristo (A.C.) (SANTOS, 2005, p. 20) (alguns autores consideram ainda o período mesolítico que iria de 12 mil a 9 mil anos antes do presente (A.P.) e marcaria uma transição entre o paleolítico e o neolítico) (FUNARI/NOELI, 2005, p. 30)
- b. **Neolítico** ou Idade da Pedra Polida. Sucede ao período anterior por volta de 10.000 a.C. e nele os utensílios eram feitos com pedra polida e já foram introduzidas a agricultura, o pastoreio e o homem se tornou mais sedentário, desenvolveu a tecelagem, a cerâmica e a roda. Acredita-se que, por volta de 6.000 a. C., tenha se iniciado o processo de urbanização, sendo criadas as primeiras urbes (FUNARI/NOELI, 2005, p. 21). Os homens do neolítico já realizavam alguma práticas espirituais e mágicas, com ritos funerários e mágicos. Para tanto faziam pinturas nas paredes das cavernas naturais (pinturas rupestres) (SANTOS, 2005, p. 25)

- c. **Idade dos Metais:** cobre, ferro e bronze em que os utensílios começam lentamente a ser substituídos por outros de metal, inicialmente com o metal trabalhado a frio. Nesta ocasião começa a aparecer o excedente de produção agrícola e as trocas entre os grupos, desenvolve-se o artesanato, a divisão do trabalho, a propriedade privada e as classes sociais e as sociedades se tornam mais complexas surgindo a civilização propriamente dita (SANTOS, 2005, p. 21).

No Brasil, os mais antigos vestígios encontrados até alguns anos atrás eram os descobertos na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, onde, entre 1835 e 1844, o dinamarquês Peter Wilhelm Lund explorou uma série de grutas descobrindo nelas restos de seres humanos associados a animais extintos. Em seis dessas grutas, encontrou 18 crâneos humanos, que ele julgou associados a estes restos animais, sem, porém, tê-lo afirmado categoricamente. Pesquisas posteriores revelaram a não contemporaneidade dos achados humanos e dos animais fósseis (RIVET, 1958, p. 36). Hoje sabemos, por datações pelo Carbono 14, que os esqueletos da região de Lagoa Santa possuem mais de dez mil anos. E, em 1999, pesquisadores ingleses da Universidade de Manchester reconstruíram a face do crânio humano mais antigo já encontrado na região de Lagoa Santa, descoberto em 1975 por uma equipe franco-brasileira coordenada por Annette Laming Emperaire e hoje depositado no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma mulher que viveu cerca de 11.680 anos A.P., que foi apelidada de Luzia (FUNARI/NOELI, 2005, p. 34)

Origens do homem americano:

Existem várias hipóteses sobre como o homem teria chegado ao continente americano. As mais citadas e aceitas são as de:

1. O homem americano seria de origem asiática e teria vindo a este continente atravessando o estreito de Behring em época de recuo das grandes geleiras que permitiram uma conexão terrestre entre a Sibéria e o Alasca, que viabilizava a passagem a pé pelo estreito. Esta hipótese foi considerada a mais

plausível pelo prof. Ales Hrdlicka, de Washington, que julga ter este povoamento pelo noroeste acontecido por infiltração lenta e provavelmente em épocas distintas (RIVET, 1958, p. 46 e 58). Isto teria acontecido, acredita-se hoje, há cerca de 40.000 a 70.000 A.P. Anteriormente pensava-se ter sido nas glaciações ocorridas há 12.000 anos, ou por menos de 15.000 anos A.P.;

2. Outra hipótese é a de que o homem americano teria vindo da região da Melanésia, Malaio-polinésia ou da Austrália, por via marítima, através das várias ilhas existentes no Pacífico que permitiriam uma passagem em escalas até chegar à América. O antropólogo português Mendes Corrêa defende a origem australiana, dizendo que os australianos poderiam ter percorrido o caminho até a América passando pelo polo sul, utilizando uma série de pontos que poderiam servir de parada: Tasmânia, ilhas Auckland, Campbell, Macquarie, Esmeralda, Terra de Wilkes, Terra de Eduardo VII, Terra de Graham (RIVET, 1958, p. 72 e mapa, p. 73);
3. A origem do homem americano seria, segundo o paleontólogo argentino Florentino Ameghino, a própria América, ou seja, o homem americano seria autóctone. Ameghino pensava mesmo que a América poderia ser o berço da raça humana, mas esta hipótese não foi aceita pela grande maioria dos estudiosos da pré-história (RIVET, 1958, p. 37).

Antiguidade do homem no Nordeste do Brasil

No sítio do Boqueirão da Pedra Furada, no sudeste do Piauí, escavado por Niède Guidon, obteve-se em 1992 uma datação radiocarbônica de 48.000 anos A.P. Isso obriga os pré-historiadores americanistas a reformular as teorias tradicionais que consideravam o povoamento pré-histórico da América feito através da Beríngia em datas não anteriores a 30.000 anos A.P. e a chegada do homem na América do Sul em torno de 12.000 anos A.P. (MARTIN, 2005, p. 61). Em 1990, Niède

encontrara na toca da Janela da Barra do Antonião, em São Raimundo Nonato, Piauí, um esqueleto pré-histórico de uma mulher, que foi datado de 9670 AP. Também em São Raimundo Nonato, mas na Toca do Paraguai, foram achados dois esqueletos cuja datação radiocarbônica foi de 8670 anos A.P. (MARTIN, 2005, p. 69 e 70).

Por sua vez, as escavações feitas por Maria da Conceição Beltrão, na Toca da Esperança, município de Central, na Bahia, na depressão san-franciscana proporcionaram datações inesperadas. Henry de Lumley, Beltrão e outros publicaram em 1987, na revista *L'Anthropologie*, o achado de artefatos lascados associados à fauna do pleistoceno médio nesta Toca, para os quais se obteve as datações de 200.000 a 290.000 anos A.P. (MARTIN, 2005, p. 61/2).

Por ocasião da construção da barragem e usina hidrelétrica de Itaparica, no vale médio do São Francisco, foram feitas prospecções, entre 1982 e 1988, no chamado Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico. Do lado pernambucano, as pesquisas foram coordenadas por Gabriela Martin, da UFPE, e, do lado baiano, por Pedro Agostinho da Silva, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. Três abrigos foram escavados no lado pernambucano do rio: o Abrigo do Sol Poente, o sítio Letreiro do Sobrado e a Gruta do Padre, em Petrolândia. No lado baiano, foram escavados o conjunto Itacoatiara, formado por sítios abertos e pequenos abrigos com gravuras rupestres, e também estabelecimentos cerâmicos sobre dunas de Zorobabel e Jacó, em Rodelas. Nas ilhas do São Francisco: Zorobabel, Itacuruba, da Viúva, do Pontal e da Assunção, foram encontrados assentamentos de agricultores-ceramistas que poderiam ser chamados de aldeias neolíticas. Em épocas posteriores essas ilhas foram ocupadas por aldeamentos missionários jesuítas e franciscanos (MARTIN, 2005, p. 119 e 120).

Grupos indígenas no território baiano

Na Bahia, do início do sec. XVI habitaram diversos grupos indígenas com suas culturas próprias, segundo registros obtidos depois da chegada dos europeus:

- Cultura tupi – Tupinambás (habitavam o litoral, de Sergipe a Camamu); tupiniquins (de Camamu até o Espírito Santo); antes deles os tupinaés ou tobajaras (rechaçados para o sertão pelos conquistadores tupis), tepim, amoipira (sertão baiano)
- Cariri – Do rio de Contas ao São Francisco, limitado a oeste pelo rio Salitre
- Caiapó e Acroá – de Juazeiro até Minas, em ambos os lados do rio São Francisco
- Camacãs – entre rio de Contas e rio Pardo (documentação histórica os denominava mongoió); aparentados a eles são os Cutachó (região oriental entre rio Pardo e o rio dos Ilhéus) e os Menien (região de Belmonte);
- Maracás ou Paiaíás – vizinhos dos Camacãs, ao norte; ocupavam o vale do Paraguaçu e as serras do Sincorá e Caetité, sendo o rio de Contas o limite meridional. Segundo OTT (1958, p. 19), os residentes ao sul do Paraguaçu eram geralmente denominados Maracá, e os que habitavam ao norte desse rio (serra do Orobó, Chapada Diamantina, Morro do Chapéu e Jacobina) mais comumente designados por Paiaíá;
- Botocudos [aimorés ou gueréns] – do rio Pardo para Minas Gerais e Sul;
- Patachó (subdivididos em Copochó, Panhame, Maxacali e Macuni) – sul do estado.

Podemos ter informações a respeito do modo de vida do homem pré-histórico através dos vestígios por eles deixados tanto nos monturos de restos de cozinha e de povoamento, mais conhecidos como sambaquis, (encontrados geralmente no litoral), quanto nas pinturas feitas nas paredes de cavernas, sobre a rocha em vários pontos do interior do território brasileiro e, por isto, chamadas de pinturas rupestres.

Vestígios pré-históricos

Sambaquis

(Nome derivado do tupi: *tamba* [marisco] + *ki* [amontoamento]; também denominados concheiros, ostreiros, casqueiros). São colinas formadas por conchas de moluscos, utensílios, traços de habitações, cerâmica e outros restos de alimentos consumidos por populações pré-históricas existentes no litoral brasileiro, do Nordeste até o Rio Grande do Sul. Aparecem entre 7.000 e 5.000 anos atrás pelo menos e permanecem até 2.000 anos AP. Segundo André Prous (2006, p. 34):

[...] seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em vaías como as de Guanabara, Iguape, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas, mangue) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes.

Neles se encontram sepultamentos, restos de comida, indústria lítica lascada, pedras polidas, indústria com ossos, dentes e conchas, esculturas zoomórficas, mas não arte rupestre. Áreas:

- Amazônica – Marajoara, Tapajoara, Santarém;
- Média – Litoral Leste brasileiro [a partir do Recôncavo baiano] (tupis-guaranis);
- Arcaica – Lagoa Santa e costa paulista (botocudos);
- Meridional – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina – guaianás

Nos sambaquis, podemos ainda encontrar artefatos de pedra: zoolitos (esculturas em formas de animais), machados, objetos rituais e também restos de cerâmica, que pode ser utilitária (painéis, cachimbos) ou urnas funerárias.

Theodoro Sampaio e Carlos Teschauer relatam que estes montes de ostras, ou casqueiros (os que são formados pela mão do homem, pois que nem todos o são):

[...] simples ou fortuitos amontoados de restos de cozinha, atestando tão somente a presença aturada do homem em sucessivas gerações na mesma localidade, todavia essas jazidas de formas e dimensões tão diversas, algumas arredondadas e de base circular, outras oblongas, umas com quarenta e cinquenta / (p. 36) metros de altura, outras com apenas seis ou sete metros, contêm vestígios evidentes de um povo desaparecido, registam direta ou indiretamente, pelos restos encontrados, o índice da raça a que esse povo pertencia e o grau de cultura a que essa gente logrou atingir. [...] Na costa atlântica [...] fragmentos de louça grosseira sem ornatos, carvão, cinzas, utensílios diversos feitos de pedra polida, objetos de adorno, pontas de flecha feitas de sílex, ossos de animais, ossos humanos muito poídos ou que facilmente se desfazem ao menor esforço, e algumas vezes esqueletos inteiros (SAMPAIO; TESCHAUER, 1955, p. 35-36).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional costuma tombar os sambaquis conhecidos para que eles não sejam destruídos por firmas de materiais de construção que vão pegá-los apenas para aproveitar o cal contido nas conchas, destruindo com isto importantes vestígios humanos pré-históricos. Antes da sua utilização como cal eles precisam ser estudados por pré-historiadores habilitados, que retiram daí para os museus os testemunhos deixados pelas populações que habitaram o local.

Representações rupestres: pinturas e gravuras

Arte rupestre é a diversidade de sistemas de representações gráficas, com regras próprias, em que as imagens se articulam para compor

mensagens. São grafismos e composições sobre paredes ou tetos de rochas, ou rupestres, que têm a intenção de comunicar uma ideia através de imagens. Podem ser registro de acontecimentos (cotidianos ou extraordinários), transmissão de experiências, delimitação de territórios, ritos com fins propiciatórios ou funerários, comemoração de eventos individuais ou coletivos, narração de fatos históricos ou míticos, sistematização de contagens, indicação de vias de percurso ou assinalamento de ciclos sazonais ou outros períodos e mesmo classificação e hierarquização do ambiente envolvente (ETCHEVARNE, 2007, p. 21). Na arte rupestre são usadas principalmente três técnicas: pintura, gravura e baixo-relevo.

O traço diferenciador da arte rupestre em relação a outros vestígios arqueológicos é justamente o propósito deliberado de deixar mensagens gráficas em superfícies rochosas, de modo a perdurarem no tempo de forma a serem posteriormente vistas e “lidas” por grupos contemporâneos ou posteriores a quem as executou. Por ter em sua base a intencionalidade e a transmissibilidade, a arte rupestre pode ser considerada como uma verdadeira linguagem gráfica, uma gramática plástica, da qual unicamente a lógica e a composição sintáticas poderão ser identificadas. Os atributos significativos, por serem vinculados ao universo simbólico do grupo que os registrou, permanecem de difícil compreensão para pessoas das culturas ocidentais contemporâneas (ETCHEVARNE, 2007, p. 22).

Vários pré-historiadores se dedicaram à identificação, caracterização e formulação das tradições de arte rupestre no Nordeste Brasileiro: [Anne Marie] Pessis e [Niède] Guidon para a Serra da Capivara no Piauí e [Gabriela] Martin para o Rio Grande do Norte. Essas tradições se definem conforme os tipos de figuras presentes, as proporções relativas que existem entre os diferentes tipos, e as relações que se estabelecem entre os grafismos que compõem um painel (ETCHEVARNE, 2007, p. 26).

Localização de pinturas rupestres no Nordeste

Em vários pontos do Brasil encontram-se cavernas com pinturas e mesmo com incisões e gravuras. André Prous (2006, p. 72) afirma que a

maioria dos grafismos encontrados nos abrigos data provavelmente dos últimos seis milênios antes da era cristã. Segundo suas características podemos identificar pinturas com traços semelhantes e agrupá-las em o que se pode chamar de “tradições”. No caso do Nordeste brasileiro e estado de Minas Gerais podemos citar as seguintes:

Tradição Nordeste – onde a presença de figuras de animais e humanas é absolutamente predominante, formando conjuntos de grande expressividade narrativa e riqueza cênica... As figuras são bem elaboradas e os traços são finos, firmes e muito definidos, o que sugere ter havido uma preparação especial dos pigmentos e aprimoramento dos instrumentos de aplicação sobre o suporte rochoso... É a mais antiga registrada até o presente nas áreas da Serra da Capivara-PI, e do Seridó-RN. Niède Guidon e Anne Marie Pessis dataram, em São Raimundo Nonato, o início desta tradição em 12 mil anos e a sua finalização em 6 mil anos atrás. Em Seridó, por sua vez, datações feitas por Gabriela Martin sobre os contextos arqueológicos associados a pinturas proporcionaram uma idade estimada entre 9 mil e 8 mil anos para o início da tradição (ETCHEVARNE, 2007, p. 27, 28, 29, 30).

Encontrada também em outros estados como Pernambuco, Bahia, Sergipe, Paraíba, Ceará, Mato Grosso e Minas Gerais. Esta tradição teria se desenvolvido entre 12.000 e 6.000 anos atrás, tendo como ponto de partida o Piauí meridional, sendo o estilo mais antigo denominado Serra da Capivara (PROUS, 2006, p. 73). Caracteriza-se por figuras de pequenos tamanhos, antropomorfos com enfeites, ornatos e atributos e, dentro de um contexto sócio-cultural, com lutas, cenas de caça, danças e sexo. Traços leves, geralmente pintados com instrumentos finos. Associada a uma cultura de caçadores/coletores. André Prous também afirma ter-se desenvolvido no Rio Grande do Norte [e em parte também da Paraíba] uma versão original denominada Subtradição Seridó, onde os animais são muito raros (somente tucanos e emas) e as figuras humanas apresentam um bico parecido com o de pássaros (PROUS, 2006, p. 75).

Tradição Agreste – agreste do estado de Pernambuco, com pinturas de técnicas gráficas inferiores à tradição Nordeste. Grande ocorrência de grafismos puros e canhestro, de grande tamanho. As figuras

são representadas paradas, sem movimento ou dinamismo. Ex: sítio arqueológico do “Zé Velho” na serra do Bodopitá, município de Queimadas. Esta tradição apresenta figuras de pássaros de longas penas e asas abertas, marcas de mãos e pés em positivo e em negativo, traços retos ou em espiral. Datados de cerca de cinco mil anos A.P. para a região do Piauí, e de dois mil anos A.P. para Pernambuco e Paraíba (SANTOS, 2005, p. 64-66).

Identificada por Alice Aguiar, da UFPE, foi ela estudada principalmente nos sítios das regiões dos Cariris Velhos, na Paraíba, nos do chamado Agreste pernambucano e nos da Serra da Capivara, incluindo sua extensão territorial também o estado da Bahia. Apresenta motivos antropomorfos e zoomorfos, geralmente isolados ou agrupados, não compondo cenas com ações reconhecíveis, como na tradição Nordeste. Em geral, são figuras cheias ou com contornos de traços largos, nas quais se reconhecem as partes principais dos corpos: cabeça, pescoço, tronco e extremidades. Algumas delas são de grande tamanho, especialmente os antropomorfos e as representações de um tipo de ave com asas estendidas que, em alguns casos, chegam a medir mais de 1,50 m de altura. Há recorrência de zoomorfos pertencentes às famílias dos lagartos e tartarugas. São comuns ainda as palmas das mãos pintadas e impressas nas paredes rochosas, algumas das quais apresentando elementos gráficos internos, sem pintura, com traços em linhas retas, paralelas e transversais ou circulares, à maneira de carimbos. Junto a esses tipos de motivos são frequentes, nos mesmos painéis, grafismos geométricos simples (linhas paralelas, pentes, ziguezague, etc.) ou muito elaborados... Em São Raimundo Nonato, as primeiras manifestações datariam de aproximadamente 9 mil anos AP, sendo que teriam se consolidado em torno de 6 mil anos atrás. Em Pernambuco, por sua vez, as datações confirmam a persistência dessa tecnologia pictórica ainda em 2 mil anos AP. (ETCHEVARNE, 2007, p. 31-32).

Tradição São Francisco – identificada e longamente estudada por André Prous. Aparece bem representada em território baiano e em outras partes do Nordeste, mas seu epicentro parece ter sido o vale do curso alto-médio do rio São Francisco, em Minas Gerais. As áreas estudadas por Prous e sua equipe são principalmente as do vale do Peruçu, afluente do São Francisco e a da região ribeirinha de Montalvânia.

O perfil temático dessa tradição está marcado pelo caráter geometrizante das representações. Os grafismos, sob esta definição, chegam a constituir, em alguns casos, os elementos predominantes na totalidade do conjunto pintado nos painéis. [...] em alguns momentos estilísticos podem estar presentes, de forma isolada, antropomorfos simplificados e zoomorfos que, apesar de esquematizados, são passíveis de identificação, tais como lagartos, tartarugas, peixes e pássaros. Em alguns sítios foram introduzidas representações de instrumentos pintados sem contexto de utilização, como lanças, propulsores, cestas e tipitis (cestos para processamento de mandioca). Aparecem também em alguns sítios os fitomorfos, especificamente plantas cultivadas, milho e mandioca, e espécies de flora nativa, como algumas cactáceas e palmáceas... a característica que distingue a Tradição São Francisco das demais é a combinação contrastante dos pigmentos, assim como a intensidade das cores. As figuras são frequentemente bicromáticas e tricromáticas sendo que, às vezes, são empregadas no mesmo painel as variantes do vermelho, amarelo, branco e preto, o que proporciona um considerável impacto visual. Diferentemente do que ocorreu nas outras duas tradições, na São Francisco, foi possível efetuar uma datação de forma direta, a partir de pigmentos de origem orgânica, retirados de um motivo gráfico do sítio Lapa do Veado, no cânion do peruaçu, obtendo-se uma idade de aproximadamente 2.700 A.P., mas se deduz que ela se iniciou em período mais recuado (ETCHEVARNE, 2007, p. 32-33).

Tradição Itacoatiara (do tupi, pedra escrita ou pintada). Aparecem em blocos ou rochas ao lado de cursos d'água. O mais famoso exemplo é o da Pedra de Ingá, na Paraíba, à margem esquerda do rio Bacamarte, a 80 km de João Pessoa e 40 km de Campina Grande. Suas datações variam entre 12.000 a 6.000 anos AP. Também considerada tradição rupestre geométrica, caracterizada por grafismos puros, figuras humanas e algumas mãos, pés e répteis muito simples e esquematizados (AZEVEDO, 2008, p. 55-66 e 105).

Tradição Astronômica – identificado pela pesquisadora Maria da Conceição Beltrão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de um conjunto de representações gráficas que aludiriam a fenômenos celestes registrados, segundo Beltrão, desde pelo menos 3.200 anos AP aproximadamente no sítio toca do Cosmo, na Chapada Diamantina

baiana, no município de Central. A Tradição Astronômica se caracteriza pela existência de figuras geométricas com motivação astronômica, uso de alucinógenos, superposição intencional de figuras, relações céu e terra, etc. Beltrão declara ter identificado nos grafismos três níveis de informação astronômica, ou seja, a simples constatação e registro da presença de astros isolados, representação de fenômenos astronômicos (trajetórias e conjunções) e, por último, fenômenos complexos, como o solstício e a criação de sistemas de contagem baseados em fases da lua ou outros tipos de calendário (ETCHEVARNE, 2007, p. 33-34).

Em Minas Gerais, localizam-se três tradições básicas: a Planalto em Lagoa Santa e Serra do Espinhaço, a S. Francisco, que se encontra também em Goiás e Bahia e a Alto São Francisco, junção das duas anteriores

Além das pinturas encontramos também as **Gravuras rupestres** que consistem na criação de motivos gráficos por alteração da superfície das rochas, através das técnicas de raspagem ou picoteamento, quase sempre sem aplicação de pigmentos. Os painéis com este tipo de manifestações podem ser localizados em áreas abrigadas (lapas, tocas e grutas) ou a céu aberto (lajedos e paredes de afloramentos rochosos) situados muito próximos a cursos d'água, quando não diretamente em locais inundáveis. Os sítios arqueológicos de gravuras, conquanto sejam numerosos, não se igualam em representatividade aos de pintura. Com relação a essas, as áreas de ocorrência são mais restritas (ETCHEVARNE, 2007, p. 35)

Arte rupestre na Chapada Diamantina, Bahia

No território do hoje estado da Bahia, encontramos várias grutas com pinturas rupestres. Jacson Rubem em seu livro sobre os brasileiros pré-cabralinos relaciona as seguintes grutas e sua localização na região da Chapada Diamantina (municípios em caixa alta e depois os nomes das grutas em cada um deles): BARRA DO MENDES – Pedra Pintada – Barro Alto; CAFARNAUM – Fazenda Espinheira – Toca do Pintado; CANARANA – Caldeirão do Arrecife; CENTRAL – Fazenda

Cipó – Lagoa do Saco – Riacho Largo – Toca do Andar – Toca da Paz; GENTIO DO OURO – Santo Inácio; IBIPEBA – Aleixo – Paredão dos Tapuias – Santo Inácio – Tapera – Toca dos Búzios – Toca dos Tapuias – Aleixo; IBITITÁ – Fazenda de Bráulio Cardoso – Morro do Caititu; IRAQUARA – Gruta do Sol – Lapa Doce; ITAGUASSÚ DA BAHIA – Toca do Cosmos – Guaxini; JUSSARA – Lagedo de Dino; LAPÃO – Toca de Zé Matos – Lagoa dos Patos; MORRO DO CHAPÉU – Montanha das Araras – Morro das Araras – Toca das Figuras – Ventura; PRESIDENTE DUTRA – Toca dos Tapuias – Sapecado; SÃO GABRIEL – Bocana dos Brejões; UIBAÍ – Brejo do Jaimão – Boqueirão do Peixe – Hidrolândia.

Testemunhos escritos sobre vestígios pré-históricos

No Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, Portugal, existe um documento de nº 981, intitulado *Roteiro Cosmográfico*, que se trata de um itinerário escrito por Manuel Álvares da Rocha em 1758, com indicações para a procura de locais para a exploração de salitre, nessa época material indispensável para o funcionamento das armas de fogo. A região a que faz referência específica como etapa final do roteiro é denominada Montes Altos e localizada no sudoeste da Bahia. Junto ao desenho de elementos topográficos aparecem assinaladas tocas ou lapas e, sob a forma de legendas, explicitação de que nelas existiam grafismos que se podem caracterizar como pinturas rupestres que o autor identifica como produção indígena (ETCHEVARNE, 2007, p. 42).

Os cientistas Johann Baptist von Spix (zoólogo) e Carl Friedrich Philipp von Martius (botânico) que percorreram diferentes regiões do Brasil, incluída a Bahia, em uma longa e profícua missão científica levada a cabo entre os anos 1817 e 1820, referem-se em duas oportunidades, na sua obra *Viagem ao Brasil*, à ocorrência de locais com pinturas: 1) região do Rio de Contas e Brumado, especificamente Morro Redondo, que faz parte da Serra de Vila Velha, afloramento rochoso mostrando sobre lajes nuas desenhos irregulares, parecendo sem significação, feitos com tinta vermelha pelos índios que moraram outrora aqui; 2) passagem por

Monte Santo à procura do meteorito de Bendengó; em torno da Serra do Anastácio, encontraram um grande rochedo de granito no que existiriam várias séries de inscrições primitivas e singulares, sem dúvida, provenientes de antigos indígenas moradores dessa região. Constam de linhas retas e curvas círculos, pontos e estrelas e parecem, pela sua disposição em filas, ter possuído realmente significação para os índios. São, porém, agora, difíceis de decifrar. Foram desenhadas com tinta vermelha, provavelmente argila vermelha misturada com urucu e óleo e pareciam datar de muito tempo (ETCHEVARNE, 2007, p. 44-45).

Por sua vez, o explorador britânico Richard Burton, atuando como cônsul de seu país no porto de Santos-SP., empreendeu, em 1867, uma viagem de reconhecimento pelo rio São Francisco desde Minas Gerais até o Atlântico, identificando o potencial econômico das regiões sanfranciscana pelas quais passa. Já no trecho médio-baixo deste rio deparou-se com gravuras, exatamente na localidade chamada Itacoatiara [que em tupi significa pedra riscada]. Fez um relatório de viagem publicado, em 1869, em que reproduziu desenhos. 120 anos depois da viagem de Burton, uma equipe de pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA [sob a direção do prof. Pedro Agostinho da Silva, do departamento de Antropologia da UFBA, entre 1986 e 1988] efetuou, no abrigo de Itacoatiara, escavações sistemáticas no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica do São Francisco, que precedeu à construção da barragem para a usina hidroelétrica do mesmo nome (ETCHEVARNE, 2007, p. 46).

O baiano Durval Vieira de Aguiar, em suas *Descrições práticas da província da Bahia*, (publicadas originalmente em 1888), quando descreveu aspectos históricos da região da então vila de Macaúbas, aludiu, muito brevemente, a pinturas e gravuras na fazenda Tamboril a 2,5 km desta vila, onde haveria uma grande lagoa a que chamam saco grande, por causa da sua posição na serra, em cuja rocha estão esculpidos e pintados, com indelével tinta vermelha, diversos símbolos representados por veados, emas, pássaros, arcos e flechas, etc.... Na serra que dá entrada à vila pelo lado do Urubu, descobriu há poucos anos José Antonio de Azevedo, por ocasião de fazer uma roça, outras inscrições na pedra, representando co-

bras, pés de veado, uma espécie de xadrez, semelhante ao jogo de damas e o sempre repetido arco e flecha, que julgamos ser a bússola indicadora das direções. Além disso, encontrou potes, painéis e uma machadinha de pedra rija (AGUIAR, 1979, p. 174 e 175).

Theodoro Sampaio, por sua vez, em memória apresentada no 5º Congresso de Geografia em 1916, em Salvador, relata sua viagem à região do curso médio do Paraguaçu, onde observou locais com inscrições das quais tinha tomado conhecimento na região dos atuais municípios de Santa Terezinha, Milagres, Itatim e Amargosa, onde visitou os abrigos com pinturas Serrote da Loja, Serrote do Pintor e Casa de Pedra. Considera serem legados dos grupos indígenas Maracás do período inicial ou simultâneo à colonização portuguesa. Eles não teriam habitado estas grutas rochosas, mas sim as utilizado para sepultamento de seus mortos (ETCHEVARNE, 2007, p. 49-51).

Nos anos de 1940-41 Carlos Ott fez duas visitas ao sítio Buraco d'Água, no município de Campo Formoso, onde coletou dados para o texto *Vestígio de cultura indígena no sertão da Bahia* [texto quase igual a um capítulo do seu livro *Pré-História da Bahia*].

Na Bahia, a primeira classificação de pinturas rupestres foi feita por Valentin Calderon, da UFBA, no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) implantado pelos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans. Visitou três áreas: duas na Chapada Diamantina: Ituaçu e Morro do Chapéu, e uma no sudoeste do estado da Bahia: Serra Solta, logo incorporando outras localidades. Reconheceu a existência de, pelo menos, duas grandes tradições pictóricas que englobariam os vários sítios estudados: 1) *Naturalista*, identificando uma acentuada intenção de reproduzir a forma humana e a dos animais através de uma maior realidade e dinamismo; representa figuras em movimento, às vezes, violento, com abundantes detalhes que permitem identificar as ações que executam; 2) *Simbolista* – elementos gráficos essencialmente geométricos, com composições abstratas, simples ou compostas, sem possibilidades de reconhecer algum modelo real, átropo – ou zoomorfo. Esta tradição comporta duas fases:

uma, em que os elementos geométricos são formados por linhas simples monocromáticas – espirais, círculos, losangos, quadrados, linhas paralelas, etc. – e, outra, por motivos complexos: gregas, labirintos e figuras tipo máscaras, em que predomina a policromia, isto é: vermelho amarelo, preto e branco. Sua classificação antecede em muitos anos o quadro classificatório que hoje está consagrado para a região nordestina, mas os dados utilizados para sua caracterização são ainda absolutamente válidos. Calderon fez também escavações em 1959 no Sambaqui da Pedra Ôca, Periperi, área metropolitana de Salvador. Identificou em seus achados a Tradição ceramista Aratu e a Tradição lítica Itaparica (ETCHEVARNE, 2007, p. 55-59).

Gabriela Martin considera que o trabalho mais importante de Calderon foi a escavação da Gruta do Padre, em Pernambuco [em Petrolândia, margem esquerda do rio São Francisco, sobre a cachoeira de Itaparica, que hoje se encontra sob as águas do lago Itaparica – MARTIN, 2005, p. 38], já dentro do programa PRONAPA [Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 1965-1970 dirigido por Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution, que pretendia estabelecer as fases e o “estado do conhecimento” da pré-história do Brasil-MARTIN, 2005, p. 40]. A partir deste estudo Valentin Calderon estabeleceu o conceito da tradição Itaparica, de caçadores-coletores pré-históricos do semiárido, e obteve as primeiras datações radiocarbônicas da região (MARTIN, 2005, p. 42).

Em 1986, Maria da Conceição Beltrão e sua equipe surpreendem o meio científico com a descoberta na Camada IV do sítio Toca da Esperança, na Chapada Diamantina, Bahia, de material arqueológico sob a forma de ossos com marcas de ação humana e material lítico, datado por associação a ossos fósseis. Os métodos utilizados de Urânio/tório e urânio proactínio com espectrometria gama acusaram uma idade de quase 300 mil anos para as amostras, o que elevaria sensivelmente a antiguidade da entrada do homem na América, levando a pressupor, contrariamente ao que preconiza o conhecimento paleontológico atual para esse continente, a presença do *Homo erectus*, uma espécie antecessora do *Homo Sapiens*. Essa informação é a marca distintiva do Projeto Central. (ETCHEVARNE, 2007, p. 63).

São muitos, portanto, os vestígios deixados pelos antepassados indígenas que residiram ou passaram pelo território baiano, e precisamos sempre levá-los em conta antes de começar a falar da chegada dos europeus ao nosso território.

Referências

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. Prefácio de Fernando Sales. 2. ed., Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília: MEC/INL, 1979. 321 p.

AZEVEDO, Carlos Alberto. **Arqueologia: estudos e pesquisas**. João Pessoa: Ideia, 2008. 143p.

BARATA, Frederico. **As artes plásticas no Brasil – Arqueologia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968. 228 p. (Col. Brasileira de Ouro)

BARRETO, Cristiana. Simbolismo sexual na antiga Amazônia – urnas, estatuetas e tangas marajoara. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004, p. 85-129.

BASTOS, Solange. **O paraíso é no Piauí. A descoberta da arqueóloga Niède Guidon**. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora, 2010. 325 p. e um CD Piauí Entocado – o filme.

BELTRÃO, Maria. **Arte rupestre – As pinturas rupestres da Chapada Diamantina e o mundo mágico-religioso do homem pré-histórico brasileiro**. Catálogo de Exposição patrocinada pela Organização Odebrecht no Rio de Janeiro [Museu Nacional]

CALDERON, Valentin. **O sambaqui da Pedra Oca – relatório de uma pesquisa**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1964. 89 p.

CASTELO BRANCO, Renato. **Pré-História brasileira. Fatos & Lendas**. São Paulo: Quatro Artes/MEC-INL, 1971. 191 p.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004. 299 p.

CRULS, Gastão. **As artes plásticas no Brasil – Arte indígena**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968. 136 p. (Col. Brasileira de Ouro).

ETCHEVARNE, Carlos. **Escrito na pedra. Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2007. 312 p. [Prêmio Clarival do Prado Valladares da Odebrecht].

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. 2.ed São Paulo: Contexto, 2005. 110 p. (Col. Repensando a História).

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000. 89 p. (Col. Descobrindo o Brasil).

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 83 p. (Col. Descobrindo o Brasil).

GOLDMEIER, Valter Augusto. Geomorfologia de alguns sítios pré-históricos do Seridó-RN. In: **Revista CLIO – Série Arqueológica** n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 33-38 + 3 figuras.

GUGLIELMO, Antonio Roberto. **A pré-história: uma abordagem ecológica**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 74 p. (Col. Tudo é História; 135).

GUIDON, Niède. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. In: **Revista CLIO – Série Arqueológica** n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 5-10.

GUIDON, Niède. Notas sobre dois sítios da área arqueológicas de São Raimundo Nonato – Piauí. In: **Revista CLIO – Série Arqueológica** n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 41-46 +mapa.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 37-52.

GUIDON, Niède. Arqueologia da região do parque nacional Serra da Capivara. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004 p. 132-141.

HURT, Wesley. Tradition Itaparica. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 55-58.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 87-99.

LIMA, Tânia Andrade. Nos mares do sul. A pré-história do litoral centro meridional brasileiro. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004, p. 44-67.

LUFT, Wladimir José. Os restos alimentares do sítio Mirador, no Boqueirão de Parelhas, RN. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 27-32+ 1 tabela e 3 mapas.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 434 p.

MARTIN, Gabriela. A subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 19-26 +12 pranchas.

MARTIN, Gabriela; ROCHA, Jacionira Silva. O abrigo “Letreiro do Sobrado”, Petrolândia, Pe. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica n° 5 Recife: UFPE, 1988, p. 47- 53 + VIII L e 5 gravuras.

MARTIN, Gabriela. Os povos da costa do Nordeste. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 32-43.

MARTIN, Gabriela. *De nômades a sedentários na floresta tropical*. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 70-77.

MARTIN, Gabriela. *A cerâmica como invenção independente na América* in CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 78-83.

MARTIN, Gabriela. *Identidades no sertão do Seridó*. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 164-173.

MARTIN, Gabriela. O rito e a vida espiritual. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 176-179.

MEGGERS, Betty. **América Pré-Histórica**. Tradução de Eliana Teixeira de Carvalho. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 242 p.

MENDES, Josué Camargo. **Conheça a pré-história brasileira**. São Paulo: EDUSP/Polígono, 1970. 153 p.

OTT, C. F. Contribuição à Arqueologia baiana. Rio de Janeiro, MÊS, **Boletim do Museu Nacional** – Nova série – Antropologia nº 5, 20 de novembro de 1944. 73 p.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso, 1958. 269 p.

OTT, Carlos. **As culturas pré-históricas da Bahia. A cultura material**. Salvador: Bigraf, 1993. v. 1, 101 p.

OTT, Carlos. **As culturas pré-históricas da Bahia. A mitologia**. Salvador: Bigraf, 1995. v. 2, 89 p.

PESSIS, Anne-Marie. Apresentação gráfica e apresentação social na tradição nordeste de pintura rupestre do Brasil. In: **Revista CLIO** – Série Arqueológica nº 5 Recife: UFPE, 1988, p. 11-17 + 18 pranchas.

PESSIS, Anne-Marie. A transmissão do saber na arte rupestre do Brasil. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004, p. 142-163.

PESSIS, Anne-Marie. Um mergulho no passado: a renovação de um pacto. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Antes – Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro / Brasília / São Paulo, 2004, p. 24-30.

PESSIS, Anne-Marie. Inovação técnica e sobrevivência: a natureza como exemplo. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **An-**

tes – **Histórias da Pré-História**. Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, 2004, p. 202-227.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed.UNB, 1992. 605 p.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros. A pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 141 p.

RIVET, Paul. **As origens do homem Americano**. Tradução de Paulo Duarte. São Paulo: Anhembi, 1958. 133 p e XVI p. de ilustrações.

RUBEM, Jackson. **Brasileiros pré-cabralinos**. Irecê: PrintFox, s/d [2004]. 216 p.

SAMPAIO, Theodoro; TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena**. Salvador: Livraria Progresso, 1955. 305 p.

SANDERS, William T.; MARINO, Joseph. **Pré-história do novo mundo – Arqueologia do índio americano**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 188 p.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Estudando e conhecendo a pré-história**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEP), 2005. 160 p.

Dez anos da história política do Brasil e da Bahia vistos através da vida de Seabra (1916-1926)

Waldir Freitas Oliveira

Professor emérito da Universidade Federal da Bahia.
Membro da Academia de Letras da Bahia e sócio remido do IGHB.

Resumo

Resumo da História do Brasil e da Bahia entre os anos de 1916 e 1926, período em que se iniciou o declínio do poder político de José Joaquim Seabra. Nele visualiza-se o seu desempenho na política brasileira e particularmente, na da Bahia, durante esse período, quando enfrentou, em escala nacional, Ruy Barbosa e Artur Bernardes, e, em escala local, Pedro Lago, Octávio Mangabeira, Simões Filho e Francisco Marques de Góes Calmon. Acentua a necessidade de vir a ser escrita uma biografia crítica da vida de Seabra, que foi, sem qualquer dúvida, um dos mais expressivos nomes da História da Bahia, durante o século passado.

Palavras-chave: História do Brasil e da Bahia. José Joaquim Seabra. Política baiana. Política brasileira.

Ten years of Brazil and Bahia political history seen through Seabra's life (1916-1926)

Abstract

Summary of Brazil and Bahia history between 1916 and 1926, period in which started the decline of the political influence of José Joaquim Seabra. On this it's possible to see his performance in Brazilian politics and particularly, in Bahia, during this period, when he faced, on a national scale, Ruy Barbosa and Artur Bernardes, and, on a local scale, Peter Lake, Octávio Mangabeira, Simões Filho and Francisco Marques de Góes Calmon. Increase the need to be writing a critical biography of Seabra's life, an expressive name in the history of Bahia, during the last century.

Key words: History of Brazil and Bahia. José Joaquim Seabra. Bahia political. Brazilian political.

É lamentável que não se haja até hoje escrito uma biografia ampla e, naturalmente, esclarecedora, de José Joaquim Seabra, um dos mais importantes políticos baianos, nascido em Salvador, a 21 de agosto de 1855, e falecido, no Rio de Janeiro, a 5 de dezembro de 1942, aos 87 anos.

Nesta oportunidade, em razão de inevitáveis e necessárias limitações do tempo, somente irei referir-me à sua atuação durante dez anos de sua vida, os do seu declínio político na Bahia – de 1916, o ano no qual passou o cargo de governador da Bahia ao seu substituto constitucional, Frederico Augusto Rodrigues da Costa, presidente do Senado estadual, havendo dele se afastado em razão de haver sido reeleito deputado federal. Dava, então, como finalizado, por decisão própria, seu primeiro período de governo da Bahia, iniciado em 1912.

Iremos, pois, acompanhá-lo, do ano de 1916 até o de 1926, quando do seu retorno ao Brasil, depois de haver vivido, em exílio voluntário, em Paris, por dois anos e oito meses, após sua fragorosa derrota nas eleições de dezembro de 1923, efetuadas para a escolha do sucessor de Antônio Moniz para o governo da Bahia, tendo se retirado da capital baiana, em começos de 1924, e seguido para o Rio de Janeiro, dali tendo partido para a Argentina, onde permaneceu até 4 de maio, quando retornou ao Brasil, precisamente para o Rio de Janeiro, de onde

embarcou, com sua família, para a Europa, a bordo do “Lutécia”, tendo passado a residir, desde então, em exílio voluntário, em Paris, durante dois anos e oito meses.

Este foi o período em que se deu seu declínio político. Enfrentando, a esse tempo, adversários do porte de Ruy Barbosa e Arthur Bernardes, a nível nacional, e Francisco Marques de Góes Calmon, Simões Filho, os irmãos Mangabeira e Pedro Lago, no Estado da Bahia, não mais conseguiria, a partir de 1923, vencê-los, mesmo havendo sido, nos anos imediatamente anteriores, uma das figuras mais importantes do cenário político nacional.

Não iremos, portanto, tratar do seu primeiro período de governo da Bahia – o de 1912 a 1916 –, o mais polêmico em razão de suas grandes realizações, transformadoras das feições urbanas da capital baiana; sendo nosso objetivo somente aqui acompanhá-lo em sua trajetória de declínio, ainda que, em certo momento, pouco antes da revolução de 1930, precisamente em 1927, houvesse ele regressado ao Brasil, vindo da França, e reingressado na luta política, mostrando-se, nos anos que se seguiram, tão corajoso e altivo em suas atitudes e palavras quanto antes fora.

Retomemos, então, o curso de nossa exposição.

Em agosto de 1915, deixara Seabra, o governo da Bahia, que por ele vinha sendo exercido desde 29 de março de 1912. Como deputado federal iria, a partir de então, destacar-se como membro das comissões de Justiça e de Finanças da Câmara e presidente da Comissão Especial do Código Civil. Seria eleito, em 1917, para o Senado Federal, em substituição a José Marcelino de Souza, falecido a 26 de abril daquele ano. E mesmo afastado do governo da Bahia, continuaria Seabra, através de sua influência sobre o novo governador, Antônio Muniz de Aragão, por ele praticamente eleito para o cargo no qual tomaria posse a 29 de março de 1916, a ser o mais atuante personagem da política baiana. Quanto a Antônio Muniz, cumpriria, com exemplar dedicação e total fidelidade ao seu chefe político, seu papel de governador-tampão, à espera do retorno ao governo, de Seabra, como veio, afinal, a ocorrer em 1920.

Pouco antes do início da luta pela sua sucessão, ao final do seu segundo período de governo da Bahia (1920-1924), criou Seabra, um

novo partido político – o Partido Republicano Democrático (PRD), a fim de ampliar o seu poder pessoal, colocando-o no lugar antes ocupado pelo Partido Republicano Conservador (PRC), que fora, aos poucos, perdendo a sua importância, e opondo-se, no seio dessa nova agremiação política, à força dos liderados por Ruy Barbosa e Octavio Mangabeira que a ele pertenciam; havendo, finalmente, conseguido lançar, como candidato à sua própria sucessão, Antônio Muniz, que sairia vitorioso das eleições.

Teria começado, nessa época, a ampliar-se a rivalidade entre Seabra e Ruy Barbosa, este por haver sido forçado a aceitar a vitória do candidato seabrista, mesmo depois de haver revelado sua preferência como candidato à sucessão ao governo do Estado, pelo desembargador J.J. da Palma, seu velho amigo. Compreendeu que, após haver mantido, por longos anos, o papel do maior articulador político na Bahia, mesmo residindo no Rio de Janeiro, estava a perder o seu posto para Seabra, que havia conseguido suplantá-lo, após haver criado e instalado um sistema de governo altamente centralizador, sustentado pela nomeação inteligente dos intendentess municipais, privilegiando, ao máximo, o poder local dos chamados *coronéis*.

A partir daquela ocasião, afastou-se Ruy Barbosa, praticamente, do Partido Republicano Democrático (PRD) e do governador eleito. Não chegou, contudo, a romper, de modo definitivo, com Seabra. Com ele continuaria a tentar negociar, como fizera durante o primeiro governo de Seabra na Bahia, dando-lhe apoio no plano federal, dele havendo recebido, em troca desse apoio, a promessa que não foi cumprida, de que Seabra não escolheria o seu sucessor, sem antes consultá-lo.

Com a eleição de Antônio Muniz, demonstraria, contudo, Seabra, toda sua força, tanto quanto sua disposição de enfrentar, na Bahia, a um só tempo, Ruy Barbosa e Octavio Mangabeira, este também insatisfeito com a escolha que fora por ele feita. E foi no Senado, desde a chegada de Seabra, àquela casa do Legislativo, onde esses dois baianos mais mediram forças, havendo chegado essa disputa ao seu ponto mais alto, quando, a 20 de setembro de 1917, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, proferiu Ruy Barbosa, veemente discurso criticando o governo da Bahia, visando atingir Seabra, que logo reagiu, ne-

gando, de modo explícito, a Ruy Barbosa, autoridade para “falar em nome da Bahia”.

Na Capital Federal, sonharia Seabra com espaços mais amplos. E em 1919, chegou a insinuar-se como candidato à Presidência da República, quando do falecimento de Rodrigues Alves; sem que houvesse, contudo, alcançado seu objetivo, desde que a escolha do candidato à Presidência, recaiu no nome de Eptácio Pessoa, que, vitorioso nas eleições de abril de 1919, somente tomaria posse como Presidente da República, em julho, após haver participado, na condição de chefe da delegação brasileira, à Conferência da Paz, realizada naquele ano, em Versailles, na França.

O término da Primeira Grande Guerra passaria a exigir, na época, de todos os países, um novo posicionamento no cenário internacional; desde que tanto a economia como a ideologia das classes dominantes no mundo ocidental, dela haviam emergido sob o forte impacto causado por uma longa série de acontecimentos notáveis, dentre os quais, figuraram como os mais importantes, a destruição do imperialismo alemão, a ascensão, ao nível de grande potência, dos Estados Unidos, e a instalação, na Rússia, de um novo sistema de governo, tendo como base de sustentação a classe operária, do qual resultaria, mais tarde, a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS.

No caso do Brasil, tendo sido os alemães, por muito tempo, nossos mais importantes parceiros comerciais, aqui se abastecendo a Alemanha, de matérias primas e vendendo ao Brasil os mais variados produtos industrializados, a crise gerada pela sua derrota pelas armas, iria repercutir, fortemente, no país, que perdera seus tradicionais compradores do que produzia. Mas a elevação dos preços, resultante da nova situação criada, dos produtos que passaram a ser comprados por outros parceiros comerciais, dentre os quais, os Estados Unidos, compensaria a perda então sofrida. Mantinha-se, contudo, a esperança de que, uma vez normalizada a situação internacional, viria a ocorrer um reajuste geral na situação mundial, capaz de permitir a readaptação do país, àquela nova realidade.

À euforia vivida até novembro de 1918, seguiu-se uma fase de desânimo, gerada pela eliminação brusca de grande parte de negócios,

como também a previsão de uma nova crise, que viria atingir o mundo ocidental, nos anos seguintes ao fim do conflito, e acentuar-se no ano de 1920, quando alcançou seu ponto máximo.

O gaúcho Homero Batista, crítico mordaz do protecionismo e dos rumos do processo de industrialização nacional, assumira, no governo de Epiácio Pessoa, o ministério da Fazenda, para desespero dos que defendiam o início de uma marcha acelerada em favor dessa industrialização. E quanto aos cafeicultores, face à queda dos preços do seu produto, inquietavam-se com a situação, passando a pressionar o Governo Federal, dele visando obter recursos que lhes permitissem enfrentar a aflitiva situação em que viviam, e forçando-o a lhes conceder empréstimos, no valor de 9 milhões de libras esterlinas, destinados à aquisição dos estoques de café não negociados, que iriam permanecer armazenados nos portos nacionais, à espera de uma futura comercialização. Tendo sido, nessa época, que começou a fortalecer-se como moeda internacional, o dólar americano, passando a competir com a libra, que se mantivera, até então, como o mais conceituado padrão de valor nas trocas internacionais.

Sendo este, também, um período caracterizado por grandes dificuldades para a maioria dos habitantes do país, pois que, de modo constante, se elevavam os preços dos alimentos e das utilidades domésticas, e agitava-se, conseqüentemente, a opinião pública. Amiúdaram-se, então, as manifestações operárias de protesto, particularmente no sul do país, onde as indústrias se esforçavam para manter-se em funcionamento, ameaçadas por uma árdua competição com as estrangeiras.

Segundo o historiador Edgard Carone, entre 1917 e 1919, as greves passaram a assumir um caráter nitidamente revolucionário; e assinalou que, a partir desse tempo, o operariado brasileiro tomara consciência de conseguir alcançar o poder, faltando-lhe para isso, contudo, uma eficiente organização partidária. Acrescentou, ao comentar tal período, que “[...] as famosas greves desses anos mostram a força e a possibilidade de vitórias gerais do proletariado”; e que “[...] as demonstrações destes anos representam a falência dos ideais anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria político-organizatória” (CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 228).

Enquanto isto, passara a tornar-se, cada vez mais difícil, a obtenção de créditos, o que levaria as classes produtoras a solicitarem, de modo insistente, do Governo Federal, a reforma do sistema bancário e a criação de um banco emissor. E, em resposta a tais apelos, acabou por ser criada, em novembro de 1920, no Banco do Brasil, a Carteira de Redesconto, com certa autonomia, destinada a emitir sobre letras de câmbio e títulos comerciais endossados por bancos com um capital superior a cinco mil contos de réis, durante quatro meses e com taxa de juros de 6%, notas fornecidas pelo Tesouro, com cunho de moeda legal e, com essa sua atuação, seria atenuado o crescimento da crise, embora, de modo algum, viesse a lhe abrir perspectivas de solução. Não sendo de espantar que, com essa inquietação e esse clima de insegurança, houvesse sido no período de governo de Epiácio Pessoa, que eclodiram movimentos militares de expressão, como os de 1921 e 1922.

Encontraram, naquele instante, os políticos responsáveis pela direção do país, uma fórmula para contornar tais dificuldades – a antecipação da data de abertura da campanha pela sucessão presidencial, o que iria desviar a atenção da população, dos problemas mais graves da nação, para a luta política, tradicionalmente travada com muito empenho. Havendo sido ela, então, iniciada nos primeiros meses de 1921, quase dois anos antes do fim do mandato de Epiácio Pessoa.

Insistiria, contudo, o Presidente da República, por convicção ideológica própria, em não intervir na escolha do seu sucessor, indo essa sua atitude confundir a todos os que se achavam habituados a presenciar a participação do Governo na luta política, e a assistir o habitual confronto entre Governo e Oposição, na disputa pelo cargo máximo de direção do país.

Surgiram, então, como candidatos à sucessão de Epiácio Pessoa, Artur Bernardes, de Minas Gerais, José Joaquim Seabra, da Bahia, e José Bezerra, de Pernambuco. Tal quadro, contudo, logo evoluiria para uma nova configuração, com a definição de apenas duas candidaturas – a de Artur Bernardes e a de Nilo Peçanha.

A de Artur Bernardes atendia, de modo claro, aos interesses dos dois então mais importantes estados da Federação – Minas e São Paulo; mas contrariava os dos demais Estados, entre eles os do Rio Grande do

Sul, comandado, politicamente, nessa época, por Borges de Medeiros. Uma grave circunstância envolvia, contudo, sua candidatura – a de contar com a oposição das forças armadas, decididas, então, a participar, de modo efetivo, no processo sucessório, sob a liderança de Hermes da Fonseca.

Tornou-se difícil a conciliação entre as facções concorrentes, isso ensejando o surgimento de negociações em torno da escolha dos nomes que deveriam ocupar o posto de Vice-Presidência nas chapas apresentadas. Foram lembrados, inicialmente, os de Seabra e José Bezerra, para, a seguir, surgirem, finalmente compostas, as chapas com os nomes de Artur Bernardes para Presidente e Urbano dos Santos, para Vice-Presidente, e de Nilo Peçanha acompanhado por José Joaquim Seabra.

Iniciada a campanha, colocaram-se, abertamente, em oposição à candidatura de Artur Bernardes, os oficiais mais jovens das forças armadas. Era este um fato novo na história do país – o da participação desses oficiais nas campanhas políticas, desde que, até àquela época, a participação das forças armadas, no processo político, somente se dava através de pronunciamentos feitos por oficiais de alta graduação. A partir, contudo, da revolta dos sargentos, na Vila Militar, em dezembro de 1915, reivindicando a melhoria dos soldos recebidos, a jovem oficialidade passara a assumir posições políticas, sem consulta prévia aos seus superiores. E foi essa parte das forças armadas que passou a contestar, naquela ocasião, com grande vigor, a candidatura de Artur Bernardes, tendo logo passado a pressionar a direção do Clube Militar, para que assumisse um igual posicionamento.

Enfrentavam-se, nessa luta, ocupando posições opostas, dois grupos de oficialidades – a composta por oficiais de patentes elevadas, constituída por aqueles que haviam sempre se limitado a criticar, sem grandes resultados, a atuação dos civis no exercício de cargos públicos, numa atitude, quase pessoal, de aprovação ou desagrado; e uma outra, integrada por oficiais de menor expressão hierárquica, a dos que exigiam mudanças radicais no sistema político do país e na organização da sociedade.

Com essa divisão, o clima de tensão, que passou a existir entre civis e militares, dominou o cenário da época, havendo se agravado

pelo fato de serem ocupados, a esse tempo, os Ministérios da Guerra e da Marinha, por civis, respectivamente, por Pandiá Calógeras e Raul Soares. Tornaram-se, então, frequentes, os incidentes resultantes da insistência de alguns oficiais em contestarem e até mesmo desobedecerem às ordens emanadas desses Ministérios, tendo disso resultado numerosas punições disciplinares, nelas incluídas, remoções e prisões de militares que desobedeciam às ordens recebidas. Foi quando surgiu, entre esses oficiais descontentes, a ideia de transformar-se o Clube Militar em cidadela de resistência dos militares, tendo sido, nessa ocasião, eleito para sua Presidência, Hermes da Fonseca, que, logo após a sua posse, pronunciou-se a favor da candidatura de Epitácio Pessoa.

Realizadas as eleições presidenciais a 1^ª de março de 1922, a vitória de Artur Bernardes foi, contudo, arrasadora. Não foram, porém, aceitos pelos derrotados, os resultados anunciados após a apuração dos votos, que os consideraram fraudulentos, o que contribuiu para a eclosão, a partir de abril, em vários pontos do país, de rebeliões armadas que inquietaram o Governo e o obrigaram a tomar medidas punitivas.

A crise militar atingiu o seu auge a 2 de julho daquele ano, quando foi ordenada a prisão de Hermes da Fonseca, sendo, no dia imediato, determinado o fechamento do Clube Militar. Foi aquela a gota d'água necessária para o transbordamento do cálice já repleto de insatisfações conduzido por aquela jovem oficialidade. E a 5 de julho, amotinou-se o Forte de Copacabana, ameaçando disparar seus canhões contra a cidade.

Por vários motivos, não teve êxito essa revolta. Um dia após o seu início, bombardeados pela Fortaleza de Santa Cruz e cercados por terra e mar, viram-se os rebeldes obrigados a dali retirar-se, marchando, armados e liderados pelo tenente Siqueira Campos, pela avenida ao longo da Avenida Atlântica, ao encontro das forças legalistas, sem aceitar a rendição. Eram 28, de início, esses rebeldes. Foi diminuindo, no entanto, ao longo da marcha, o número dos que a iniciaram, ainda que houvesse ocorrido, durante o seu trajeto, a incorporação ao grupo, de um civil – Otávio Correia. À altura do Hotel de Londres, eram apenas 18. E quando do tiroteio ocorrido no confronto com as forças do Governo, eram apenas 10 os que restavam; desse combate, havendo resultado

a morte imediata de um dos rebeldes, e, mais tarde, a de mais sete, em resultado de ferimentos recebidos, tendo sobrevivido, três pessoas apenas – dois oficiais: os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos, este gravemente ferido, e um soldado.

Com o fracasso do movimento, viram-se os revolucionários condenados à própria sorte, desde que dos políticos que se haviam comprometido a apoiá-los, somente Nilo Peçanha se manifestou em seu favor, justificando, publicamente, a ação por eles empreendida. Quanto aos demais, entre os quais se incluíam parlamentares, profissionais liberais, jornalistas e até líderes sindicais, cuidaram de afastar-se de cena, temerosos das consequências do seu comprometimento.

Decretou-se, logo a seguir, o estado de sítio, por Eptácio Pessoa, e começaram a surgir as punições dos responsáveis pela rebelião. Foi nessa situação excepcional que se empossou como Presidente da República, Artur Bernardes.

Vejamos, então, como se enfrentaram, a esse tempo, Artur Bernardes e Seabra.

Era aquela a primeira vez, na História da República, que um presidente eleito era empossado no cargo, na vigência do estado de sítio e cercado por tanta insegurança, que a cerimônia do seu compromisso teve de ser transferida do Senado, onde tradicionalmente ocorria, para o prédio da Câmara, a fim de abreviar-se o trajeto a ser percorrido por Artur Bernardes e sua comitiva, pelas ruas do Rio de Janeiro.

Obstáculos de monta foram sendo colocados, consecutivamente, frente ao caminho a ser percorrido por Artur Bernardes. Prenunciava-se para o seu período de governo, um tempo de forte agitação. Os dias que se seguiram à sua posse, confirmaram tal prenúncio.

Quando da escolha do seu Ministério, surgiu a primeira grande dificuldade – a relacionada com o preenchimento do cargo de Ministro da Guerra, que voltaria a ser exercido por um militar. E demonstrando sua gratidão aos que o haviam apoiado, nomeou Artur Bernardes para o cargo, o general Setembrino de Carvalho, um oficial que era muito mal visto pela oficialidade jovem, já comprometida, a essa altura, com ideais revolucionários.

Preocupado em manter-se, a qualquer preço, no poder, conseguiria Artur Bernardes prolongar a vigência do estado de sítio decretado em dezembro, por Epiácio Pessoa, inicialmente, até abril de 1923 e, logo após, até dezembro. E compreendendo que a crise militar era alimentada por políticos da oposição, decidiu agir contra eles, a fim de estancar tal fonte de estímulo ao descontentamento nos quartéis.

Seu primeiro alvo foi a “Reação Republicana”, criada em 1921, da qual participavam Nilo Peçanha, Borges de Medeiros e Seabra. Edgard Carone a classificou como – “[...] uma articulação de oligarquias, com intuítos quase que meramente eleitorais”; dela disse, contudo, haver sido um “movimento legalista que nunca pretendia usar de meios anticonstitucionais para vencer”. (CARONE, Edgard. *Op cit.*, p. 362-363).

Julgava Bernardes ser imprescindível enfraquecê-la e, se possível, anulá-la. Iniciou, então, a luta contra seus principais líderes, procurando vencê-los, um de cada vez. Donde a intervenção por ele ordenada no Rio de Janeiro, da qual resultaria a diminuição do poder local de Nilo Peçanha, e a sua interferência na confusa revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, assumindo posições que enfraqueciam o poder de Borges de Medeiros, que comandava a política gaúcha desde 1898. E após haver derrotado, desse modo, esses seus dois adversários, passou a cuidar de Seabra.

Agiu contra ele, pela primeira vez, por ocasião das eleições na Bahia, para o Senado e Câmara estaduais, quando tratou de prestigiar o Legislativo oposicionista na luta contra os governistas, ao serem divulgados os resultados do pleito.

Entendeu Seabra que não seria aquele o momento propício para enfrentá-lo. Decidiu, então, absorver a derrota que ele lhe impusera, temeroso de sua resistência poder vir a provocar, como ocorrera no Rio de Janeiro, uma intervenção na Bahia. Passou, então, a preparar-se para a campanha de sua sucessão, da qual imaginava poder sair vencedor.

Tentou, nessa ocasião, compor-se com Ruy Barbosa, então liderando a “Concentração Republicana da Bahia”, partido que criara em janeiro de 1923, ao qual se haviam integrado Pedro Lago, Vital Batista

Soares, Simões Filho, Miguel Calmon, os irmãos Mangabeira e Aurelino Leal.

A questão principal, que nele então se discutia, era a da indicação do candidato ao governo do Estado, na sucessão de Seabra. Exigiam os opositoristas que fosse o seu nome escolhido dentre os participantes da “Concentração”. Seabra, contudo, conseguiu protelar a discussão do assunto, pelo tempo por ele julgado suficiente para poder lançar como candidato, Francisco Marques de Góes Calmon, irmão de Miguel Calmon, então ocupando o Ministério da Agricultura.

Sabia que seria difícil a rejeição do nome desse seu candidato. Sem nunca haver participado da vida político-partidária, sempre envolvido em seus próprios negócios, advogado que era com larga clientela, além de estar, então, dirigindo o Banco Econômico da Bahia, nenhuma acusação de faccionismo poderia atingi-lo. Era, sem dúvida, um intocável, tanto pelo seu passado como pelo seu presente laborioso e digno.

A indicação de Seabra, uma vez feita, confundiu a oposição e, ao mesmo tempo, impediu Bernardes de qualquer ação no sentido de anulá-la.

Enquanto isto, a aceitação do nome de Góes Calmon foi crescendo a cada instante, recebendo o apoio dos mais diversos setores da sociedade local. Pronunciaram-se a seu favor os católicos, através da palavra muito considerada, do Arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva. Hipotecaram-lhe solidariedade, a seguir, os comerciantes da capital baiana. Mas o mais expressivo, em termos eleitorais, foi o apoio que lhe foi dado pelos “coronéis” do sertão – por Horácio de Matos, das Lavras Diamantinas, Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, Douca Medrado, de Mucugê, Marcionílio de Souza, de Maracás, e João Duque, de Carinhanha.

Tornara-se irreversível a sua candidatura. Percebeu, então, Seabra, que lhe escapara das mãos o controle da situação, e que bem pouco poderia esperar de proveito, por haver lançado o nome Góes Calmon. E por ocasião das eleições para a substituição, no Senado Federal, de Ruy Barbosa, que falecera a 1^o de março de 1923, apresentou como candidato, o nome de Arlindo Leoni.

Firmou-se a oposição em torno do nome de Pedro Lago. E quando da verificação dos votos, mostraram-se, mais uma vez, divergentes os resultados, pelo que caberia ao Senado, sob o controle de Seabra, decidir, através da “verificação”, quem fora o vencedor. Antecipou-se, porém, Artur Bernardes, à sua decisão, havendo se congratulado, imediatamente, com Pedro Lago, pela vitória alcançada.

Reconheceu Seabra que lutava em desvantagem. E também, que, àquela altura, nenhum proveito viria a auferir da candidatura de Góes Calmon. Tratou, então, de recompor o quadro sucessório, retirando-lhe, em novembro, o seu apoio, e lançando o nome de Arlindo Leoni, candidato derrotado nas eleições para o Senado, ao Governo do Estado.

Nas eleições de 29 de dezembro deu-se, contudo, a vitória de Góes Calmon. E de novo apressou-se Artur Bernardes a com ele congratular-se pela vitória, antes mesmo do pronunciamento do Senado estadual. Havendo sido inúteis os esforços feitos por Seabra para invalidar os resultados da eleição, tendo chegado a tal ponto, sua intransigência, que decidiu proclamar, por sua própria conta, Arlindo Leoni, como o novo Governador do Estado. Sendo, então, decretado por Artur Bernardes, o estado de sítio na Bahia, e encarregado de comandá-lo, o coronel Marçal de Faria, Comandante da 6ª Região Militar, a fim de garantir a posse no Governo do Estado, de Francisco Marques de Góes Calmon, o que se deu a 29 de março de 1923.

Este foi o fim melancólico da era de domínio de Seabra sobre a política baiana. Acompanhado pelos senadores Antônio Muniz e Moniz Sodré, por Arlindo Leoni, e pelos seus familiares, embarcou Seabra, no dia 31 de março, para o Rio de Janeiro, de onde, temendo vir a ser perseguido por Artur Bernardes, seguiu para a Argentina, coincidentemente, no mesmo dia em que ali faleceu Nilo Peçanha. Exilou-se, então, Seabra, por sua própria vontade, sentindo-se incapaz de conviver com a derrota, indo, a seguir, como vimos, aos 68 anos de idade, residir em Paris, dali só voltando ao Brasil, em novembro de 1926, aos 71 anos. Retornaria, então, à política, mas sem o poder que antes possuía e nunca conseguiria recuperar. Seus últimos anos de vida, entre dezembro de 1926 e dezembro de 1942, bem como sua atuação nos anos anteriores a

1916, justificariam, contudo, novas conversas, que poderão, a qualquer dia, vir a ser conversadas.

A Filarmônica Lira Ceciliana na cidade de Cachoeira:

a relação entre a história e a memória

Bruno Lopes do Rosário

Bacharel em História pela Universidade Católica do Salvador, Pós-graduado em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia, diretor do Arquivo da Academia de Letras da Bahia e sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa acerca do papel social e cultural desempenhado pela Lira Ceciliana na cidade de Cachoeira. Esta filarmônica consegue agregar diversos valores socioculturais nesta cidade do recôncavo baiano, permanecendo atuante desde a sua fundação em 1870, e que até hoje continua empenhada no papel de dinamizadora da cultura, da identidade e memória musical da rica e histórica cidade de Cachoeira na Bahia. O objetivo principal é chamar a atenção para a tradição das filarmônicas no interior baiano, ressaltando a importância dos sujeitos que contribuíram plenamente para a perpetuação secular deste objeto.

Palavras-chave: Música. Memória. Espaço de Sociabilidade.

Lira Ceciliana Philharmonic in Cachoeira City: the relation between history and memory

Abstract

This article is the result of research on the social and cultural role played by Lira Ceciliana in Cachoeira. This can add several philharmonic sociocultural values in this city of Bahia recôncavo, staying active since its foundation in 1870, and today remains committed to the proactive role of culture, identity and memory of the rich musical and historical city of Cachoeira in Bahia. The main goal is to draw attention to the tradition of the philharmonic within Bahia, highlighting the importance of the subjects who contributed fully to the perpetuation of this secular object.

Key words: Music. Memory. Space of Sociability.

A intenção do estudo da história e memória no universo das filarmônicas, especificamente da Lira Ceciliana, remete à busca pelo entendimento da importância que estas têm na preservação do patrimônio, tanto material, através dos instrumentos, fardamentos, partituras, como também o patrimônio imaterial, representando a tradição das sociedades filarmônicas no recôncavo e interior baiano.

No município de Cachoeira, diversos núcleos sociais foram formados a partir do século XVII, como irmandades, sociedades literárias, associações desportivas, Santas-Casas e, claro, as sociedades filarmônicas já no século XIX. Desde então, estes núcleos tiveram um papel importante na manutenção das relações sociais e identitárias do recôncavo, região importante não somente pela produção da cana-de-açúcar nos engenhos e, mais tarde, como polo produtivo e fabril do fumo, mas também pela atividade permanente desses espaços sociais.

Para tanto, depois de entender que a filarmônica tinha um papel de destaque na sociedade (pela sua participação contundente nos encontros culturais e pela fala dos depoentes), foi possível também vi-sualizar, através de festivais de música, bienais, desfiles cívicos e datas comemorativas, que a linguagem musical aguçava e despertava uma consciência cultural e tradicional dessa filarmônica.

Assim, a filarmônica é parte da cultura viva do recôncavo, e não somente, é ainda um dos elementos de inserção social, de troca de experiências, de despertar da identidade de um povo, de entendimento coletivo de suas práticas, de relevância tradicional de uma consciência musical perene, repleta de funções culturais, além de atuar na salvaguarda da memória da cidade de Cachoeira.

A história das filarmônicas no Brasil e na Bahia

A história das sociedades filarmônicas brasileiras remonta ao período em que D. João VI chegou ao Brasil (1808). Acompanhando a Corte, estava a Banda da Armada Real de Portugal, um conjunto musical militar muito conhecido na Europa. Na época, atuavam no país pequenas orquestras de cordas e coros destinados basicamente aos ambientes das igrejas e festas religiosas.

A música dita das ruas era feita pelas bandas de barbeiros, as quais executavam instrumentos de sopro e outros. Assim, essa era a música procurada por populares. A consulta de alguns recibos de pagamento aos músicos encontrados em arquivos de igrejas, santas-casas, capelas e conventos de Salvador, indicam que, pelo menos de 1750 a 1885, os barbeiros participavam das festas, novenas e procissões e recebiam pela “Muzica da porta”, feita com “timbales, trombetas, oboé e tambores” (SCHWEBEL, 1987).

E, com o advento das primeiras bandas de música, as diretorias das principais sociedades filarmônicas do interior baiano interessavam-se pela criação de bibliotecas e salas para audição de poemas e apresentações de dança, dissolvendo as bandas de barbeiros e a competição entre elas (SANTIAGO, 1998).

A primeira sociedade a ser criada no estado da Bahia foi a Sociedade Filarmônica Erato Nazarena (ainda atuante), fundada em 1863, a partir do retorno dos soldados carabineiros da cidade de Nazaré das Farinhas os quais integravam o Batalhão 42, da 2ª linha, durante a guerra do Paraguai (SCHWEBEL, 1987).

Com a necessidade e a obrigatoriedade, prevista em decreto real de 20 de agosto de 1802,¹ de se formarem bandas de música em todas as corporações militares do país, disseminou-se o gérmen que propiciou o florescimento de muitas outras sociedades musicais que animam as festas nas cidades. É importante ainda destacar a diferença entre banda de música e filarmônica, que designa o seu papel social e cultural. A banda de música é uma denominação utilizada como indicativo de corporações militares, quando filarmônica é sempre uma associação civil, com estatutos, diretoria, sócios e sede (ALVES, 2006).

Entre o período que vai do meado do século XIX e início do século XX, algumas filarmônicas passaram a ensinar música e cidadania aos jovens alunos e músicos. Na Lira Ceciliana fundada em 1870 foi criada a Escola de Formação Musical Maestro Irineu Sacramento em homenagem a este importante maestro que substituiu o fundador Manuel Tranquilino Bastos após o seu falecimento em 1935.

A Lira tornou-se “[...] um dos maiores expoentes da música” (MELLO, 2001, p. 124) do recôncavo e presença indispensável em todos os eventos festivos, cívicos e religiosos da região. Entre os principais nomes desta filarmônica devemos destacar os músicos, compositores e regentes cachoeiranos: Manuel Tranquilino Bastos (1850-1935), Irineu Sacramento² e Firmo Costa (1888-1978), que atuaram com todo afinco e têm uma parcela muito grande na história de resistência e promoção cultural da cidade, entre o ano de sua fundação até meados da década de 1960.

Manuel Tranquilino Bastos nasceu em Cachoeira no dia 8 de outubro de 1850. Desde cedo revela paixão pela música e cria com amigos o Recreio Cachoeira, grupo musical que anima as festas na cidade. Mais tarde, o grupo se desenvolve e se transforma na Sociedade Eurtepe Cachoeirana, passando a atuar principalmente nas festas religiosas. Daí Cachoeira vê surgir um [excelente] clarinetista que domina também

¹ Com o decreto de 20 de agosto de 1802, ficou determinada a organização, em cada regimento de infantaria, de uma banda de música com instrumentação fixa, passando o seu financiamento das mãos da oficialidade para o Erário régio. (REIS, apud SCHWEBEL 1987, p. 8).

² Não encontramos evidências biográficas do maestro Irineu Sacramento.

outros instrumentos, como é de costume a todos os mestres dentro da tradição das bandas de filarmônicas. Nesta época, aprofunda os seus conhecimentos musicais através de partituras, tratados, métodos de diversos compositores europeus, traduzindo algumas dessas obras para o português (RAMOS, 2000).

Em 13 de maio de 1870, Tranquilino Bastos, aos 20 anos de idade, cria com amigos a Filarmônica Sociedade Cultural e Orfêica Lira Ceciliana da qual é o primeiro regente. Os músicos que integram a Lira são, em sua maioria, artesãos, admiradores da música e devotos de Santa Cecília, a padroeira dos músicos. De dia, humildes sapateiros, carpinteiros e alfaiates; à noite, ensaiam exaustivamente para se apresentarem com garbo nas festas religiosas e desfiles cívicos, ganhando, portanto a simpatia e o respeito de boa parte da sociedade cachoeirana (ROCHA, 2002).

Dando continuidade ao trabalho do fundador, o seu sucessor foi o também maestro e professor Irineu Sacramento, “chamado de trompete de veludo³”, ou ainda “o maior regente do norte do Brasil”, que “amava de todo coração e fervor a Cachoeira invicta e gloriosa. O seu nome ficou imortal⁴”. A belíssima formação destes músicos indica tamanha preocupação com que a música popular era tratada. Certamente a história dessa filarmônica foi também construída por pessoas simples e trabalhadoras, sujeitos históricos que representam muito bem a identidade local e a importância da música como agente transformadora de uma sociedade.

Aparece como sucessor do maestro e professor Irineu Sacramento, um músico que amava a música e que dedicou sua vida à Lira Ceciliana, segundo depoimentos orais de sócios e de populares em geral. Firmo Carolino Costa, homem pobre, negro, e possuidor de um dom extraordinário para a música. Nasceu em 1º de junho de 1888 e, aos 13 anos de idade, entrou para a Sociedade Filarmônica Orfêica Lira Ceciliana, chegando a maestro regente. Foi aluno do mestre Sacramen-

³ Segundo “Cálculo da Aposentadoria, prestou serviço à Cia. Energia Elétrica da Bahia, de 16-08-1909 a 30-04-1940.” Delegacia Regional da Bahia. Caixa de Aposentadoria Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos – Setor de Benefícios.

⁴ A Cachoeira – A Bandeira da “Lira Ceciliana”, 9 de novembro de 1958.

to. Costa ficou conhecido em toda cidade de Cachoeira e cidades vizinhas do recôncavo baiano pela sua firmeza e dedicação a esta sociedade musical.

Com o falecimento do seu professor de música, nos anos que compreendem 1940 e 1950, assume a regência da Filarmônica. A partir daí, destaca-se pela sua competência e amor que dispensava à Lira, sendo bastante requisitado em toda cidade de Cachoeira e cidades vizinhas. Foram nesses anos que Costa dedicou-se exclusivamente à Filarmônica Lira Ceciliana, na qual estava diariamente à frente da sociedade, ensaiando as músicas mais festejadas pelo povo cachoeirano, além de ensinar aos seus alunos a lerem e escreverem partituras.

Ele “[...] fez um bom trabalho na Lira, ficou anos na frente da filarmônica, a Lira nunca deixou de se apresentar em espécie alguma porque ele conseguia armar todo mundo e levar⁵”. Ele começou a tocar na filarmônica muito cedo, quando “as filarmônicas representavam grupos políticos. Nessa época a ‘Lira’ tinha cinco trombones⁶”, e um deles era estudado e tocado por Firmo Costa. Tocou todos os instrumentos de sopro, do contra baixo ao bombardino. Tocou trombone, que era a especialidade dele, saxofone alto, tenor, clarinete e piston. E, como todo regente da época que tinha o seu trabalho reconhecido, Firmo Costa “[...] foi convidado para reger filarmônicas de Castro Alves, Cruz das Almas, São Félix, e tocar na Orquestra Sinfônica de Salvador⁷”, tamanho era o seu entusiasmo com as músicas feitas pelas filarmônicas em todo o interior baiano.

Em decorrência do trabalho feito na Companhia de Energia Elétrica da Bahia⁸, e do contato com estrangeiros do mundo todo, empenhados na construção da Barragem de Pedra do Cavalo, aprendeu a se comunicar em várias línguas. “[...] Todas as pessoas estrangeiras que

⁵ Entrevista concedida por Dona Vanderlina dos Reis Rodrigues, 71 anos. Cachoeira, Bahia. Em 2006.

⁶ Entrevista concedida por Salustiano Coelho de Araújo, 84 anos. Cachoeira, Bahia. Em 2006.

⁷ Entrevista concedida por Maria Izabel Costa, 67 anos. Salvador, Bahia. Em 2006.

⁸ Segundo cálculo da aposentadoria, prestou serviço à Cia. Energia Elétrica da Bahia, de 16/8/1909 a 30/4/1940. Delegacia Regional da Bahia. Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos – Setor de Benefícios.

apareciam nas redondezas iam lá pra casa conversar com ele”⁹. O que é mais curioso disso tudo, é pensar como um homem simples, modesto, e com muitas “limitações”¹⁰, conseguiu através do seu trabalho e da sua paixão pela música, manter na sociedade cachoeirana o gosto e o respeito pelas filarmônicas e seu papel fundamental de difusão da cultura musical do recôncavo baiano. É possível que para isso tenha ainda contribuído com composições como dobrados, maxixes e marchinhas, que representam a cultura popular da época.

Depois de aposentado pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia¹¹ pôde se dedicar por inteiro à Lira Ceciliana. Foram nesses anos que esteve mais próximo da Filarmônica e teve cada vez mais seu trabalho reconhecido por todos. Sua posição de regente dessa juventude fazia despertar um sentimento único: o de ver desenvolvido a perpetuação da tradição das filarmônicas no interior da Bahia, dando educação musical e cultural aos jovens músicos.

Firmo Costa “[...] lia e escrevia partituras, ele era especialista, iam pessoas pedirem a ele pra passarem coisas para a partitura e ele com maestria ele fazia isso”¹². A sua percepção e sensibilidade musical despertou a mesma emoção que vários jovens músicos cachoeiranos sentiam. Ensinou, regeu e compôs, contribuindo para que a música da Lira Ceciliana participasse na construção da identidade cultural da cidade. É interessante observar que, sem nenhuma formação musical acadêmica, um homem simples descobriu e aprendeu música com total maestria. Segundo os relatos de Dona Vanderlina dos Reis Rodrigues “[...] seu Firmo Costa realmente era muito bom, era dinâmico, tinha posição, sabia controlar a meninada toda, ficou ele como professor e regente da filarmônica... ele deu um bom período”¹³.

⁹ Entrevista concedida por Maria Izabel Costa, 67 anos. Salvador, Bahia.

¹⁰ Limitações no sentido de dificuldade, por ter vindo de uma família muito simples, com dificuldades para estudar, pois teve que trabalhar desde muito cedo, segundo relatam suas filhas Augusta Costa Lopes e Maria Izabel Costa.

¹¹ Através do seu processo de aposentadoria, é possível destacar os anos de maior atuação desse regente, quando esteve a frente da Filarmônica.

¹² Entrevista concedida por Maria Izabel Costa, 67 anos, Salvador, Bahia.

¹³ Entrevista concedida por Dona Vanderlina dos Reis Rodrigues, 71 anos. Cachoeira, Bahia.

Com o estudo das filarmônicas do recôncavo baiano, mais especificamente a Sociedade Cultural Orfêica Lira Ceciliana, podemos aproximar a cultura musical popular dessa região relacionando com a importância social da memória para a cidade de Cachoeira. A relação da cidade de Cachoeira com a filarmônica designa a possibilidade de “enxergar” os diferentes grupos que compõem a população local e a interação na atmosfera da música tocada pela Lira Ceciliana.

Os estudos que se referem à cultura das bandas de música e filarmônicas no Brasil e, principalmente na Bahia, vão muito mais além do aspecto estrutural e interpretativo da música, em outras palavras, revela a consciência dessa sociedade e apresenta suas práticas e representações a todos os segmentos sociais da cidade de Cachoeira, sendo até os dias de hoje atuante, recebendo aplausos por onde se apresenta. A Filarmônica se faz presente nos principais “eventos” da sociedade cachoeirana. “[...] Bem como nos festejos cívicos, religiosos ou não, visitando outras cidades, promoções oficiais e privadas, festivais de arte, enfim, tudo que eleve o nome e cultura do Município de Cachoeira”¹⁴.

As filarmônicas são

[...] dotadas de representações, de símbolos, de emblemas de uma prática social que as legitima, lhes dão uma função social e a qual é preciso assegurar a proteção, as sociedades musicais têm um papel a desempenhar: aquele de ser, através do reconhecimento público, agentes da reunião e da interação entre as diferentes partes da população urbana. Por isso, é necessário que a sociedade musical disponha a nível interno, mas também diante da sociedade que a cerca, de instrumentos que ratifiquem que ela está em condições de dominar certas representações e assim gerenciar o uso dela (SANTIAGO, 1998, nº 8-9).

¹⁴ Segundo Estatuto elaborado pelo Dr. José Mario Peixoto Costa Pinto, a título de cooperação e restauração da Sociedade Cultural Orfêica Lira Ceciliana. Cachoeira, 13 de maio de 1977.

Esta Sociedade Filarmônica, atuante até os dias de hoje, continua difundindo as suas atividades na cidade de Cachoeira e recôncavo baiano, perpetuando suas ações, além de despertar o interesse pela música. Atua ainda como “veículo” essencial para a manutenção da tradição das bandas de músicas na Bahia, deixando clara a importância determinante, tanto da Lira Ceciliana para a cidade de Cachoeira, como também o inverso, a cidade como local propício para o desenvolvimento de suas atividades, fortalecendo as identidades do recôncavo baiano e de sua gente.

Referências

ARAÚJO, José Aristeu de. **Sociedade Lítero-Musical 25 de Dezembro**: 1954- 2004 Jubileu de Ouro. Edição Comemorativa, Irará: 2004.

BLOCH, Marc. A observação histórica. In: **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras. In: **Dialética da Colonização**. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

FOUCAULT, M. I Conferência. In: **A verdade e as formas jurídicas**. 2. ed., Rio de Janeiro: Nau/Departamento de Letras – PUC/RJ, 1999, p. 7-27.

MELLO, Francisco José de. **História da Cidade da Cachoeira**. Cachoeira: Radami, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história. In: **Revista Projeto História**. Nº. 10, São Paulo, 1993.

ROCHA, Rubens. **A fascinante Cachoeira**: jóia do Recôncavo Baiano. Salvador: Gráfica Santa Bárbara Ltda. 2002.

SCHWEBEL, Horst Karl. **Bandas, Filarmônicas e Mestres da Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987.

SOUZA, Antônio Loureiro de. Notícia Histórica da Cachoeira In: **Estudos Baianos**. Nº. 5. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1972.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Santuário da Padroeira de Serrinha¹

Epitácio Pedreira de Cerqueira

Historiador, escritor e sócio correspondente do IGHB.

Resumo

Reconstituição histórica dos indícios dos primitivos habitantes da região nordeste da Bahia, do chamado período pré-cabralino, que compreendia os gentios Tocós e Biringas, do grupo linguístico Tupi. Esta região é hoje abrangida pelos municípios de Serrinha, Itapicuru, Tucano, Queimadas e outros. Reporta-se também às grandes sesmarias e doações datadas de 1534, bem às Capitânicas Hereditárias (1609), desembocando na compra por Bernardo Ferreira da Silva de terras no sertão dos Tocós, e que se dedicou à restauração da igreja edificada em data desconhecida, a primitiva igreja Matriz de Serrinha, que deu origem à cidade (1690), reportando-se aos sepultamentos nas igrejas até metade do século XIX, completando com a descrição da arquitetura do Santuário e suas relíquias.

Palavras-chave: Gentios. Sesmarias. Santuário.

¹ Trechos extraídos do livro inédito *Porta do Sertão*, 1982.

The sanctuary of the Patron Saint of Serrinha

Abstract

Historical evidences about original inhabitants of the northeastern Bahia's region, on a period called Pré –Cabralino, comprising the Gentiles Tocós and Biritingas, from Tupi linguistic group. This area is now covered by the city of Serrinha, Itapicuru, Tucano, Queimadas and others. Also refers to large land grants and donations dated 1534 and the hereditary Captaincies (1609), discharging in the purchase by Bernardo Ferreira da Silva of land on the backwoods of Tocós, and dedicated to the restoration of the church built in date unknown, the primitive Church of Serrinha, which gave rise to the city (1690), referring to the burials in churches until the mid-19th century by supplementing with the description of the architecture of the Sanctuary and your relics.

Key words: Gentios. Land Grants. Sanctuary.

Sertão dos Tocós

Segundo indícios, os primitivos habitantes da região nordeste da Bahia, do litoral para o interior, cuja data não se pode precisar anterior ao descobrimento do Brasil, eram numerosas tribos de diferentes dialetos do grupo linguístico Quiriri ou Jê. Inspiração que rezam os antigos cronistas sobre informações colhidas de gentios, os mais antigos moradores do território, e diziam que os primeiros povoadores foram desalojados de suas terras e desbaratados para o sertão e o rio São Francisco por outros aborígenes, atraídos pela “fama da fortuna da terra,” os tupinaês e/ou tabajaras, do grupo linguístico Tupi. Estes, mais tardes, rechaçados pelos tupinambás, derivados do norte e pelos tupiniquins, chegados do sul, os quais se restringiram à faixa litorânea de umas dez léguas de largura entre Sergipe e Espírito Santo, e foram essas tribos que tiveram os primeiros contatos com os descobridores e por eles foram, com a colonização e o tempo, eliminados.

Outros indícios estudados *in loco* em pesquisas de campo, no lugar Lajes dos Caboclos, antiga aldeia de índios nas imediações de Serrinha, através de vocábulos do léxico Quiriri, ainda lembrados por

pessoas idosas, bem como a manufatura de utensílios de barro das mulheres ceramistas, vendidos na feira da mesma cidade e que não se utilizam de torno e, não obstante o processo primevo, os exemplares são de excelente acabamento. A seqüência deste trabalho nos foi dada assistir pessoalmente em companhia do advogado Plácido Pedreira de Cerqueira, em dezembro de 1981: sentadas no chão, no interior de um casebre, tomam de um bocado de argila cinzenta em um prato, também fragmentos do barro formam cilindros de uns 3cm de diâmetro nas seções e comprimentos progressivamente maiores até o bojo e regressivamente menores até a boca. Pelo contorno do fundo do pote aplicam o cilindro de barro e com a pressão dos dedos polegar, da mão esquerda, para o lado de dentro e os dedos, indicador e médio, pelo lado de fora, executam um movimento giratório da direita para a esquerda, fazendo aderir uma a outra parte e são tão bem justapostas as diversas espirais que se não pode determinar, ao exame acurado, o processo seguido na manufatura. As mãos são de vez em vez umedecidas em água e alisadas as superfícies por meio de um caco, pedaço de cabaça ou coité adredeamente preparado. Tal processo é, em tudo, semelhante ao da fabricação de cestos, o que deixa bem clara a sua origem na arte do trançado de que eram exímios os primitivos habitantes do local, as tribos Tocós e biritingas. Os vasos prontos são endurecidos à sombra, na casinhola, e, após, por fora, pintados com tauá amarelo (do Tupi *ta'wa*, “argila amarela” – argila aluvional colorida por óxido de ferro) feito pó e dissolvido na água e, por fim, o cozimento, que consiste em colocar os exemplares em torno de uma fogueira, fazendo-os revirar de quando em quando, passando a sua cor amarela ao vermelho-tijolo.

Esta região, abrangida, hoje, pelos municípios de Serrinha, Itapicuru, Tucano, Queimadas, e mais outros municípios para o norte, já foi, anteriormente, conhecida por Sertão do Tocós, havendo a oeste do município de Serrinha um riacho que o recorda. É sabido que os Tocós, biritingas, bem assim caparaús, arizes, sapuiás e paiaíás eram tribos pertencentes ao grupo linguístico Quiriri ou Jê de quem as louceiras foram legatárias de sua arte original.

Relembremos que o início da colonização portuguesa em nossa pátria ocorreu ao longo do litoral, razão porque alguns cronistas da época não se preocuparam com inúmeras tribos de aborígenes que

dominavam os sertões, não só porque não visitaram os seus redutos, como, ainda, não lhes entendiam os dialetos. Já as entradas e bandeiras que contataram com essas populações, só o fizeram visando exterminá-las, conquistar as suas terras e suas supostas riquezas, ou escravizá-las. Assim, restam sobre suas existências escassas notícias sobre seus costumes e modos de vida, além de vestígios de inscrições rupestres e achados arqueológicos em regiões dispersas da nossa hinterlândia.

As grandes sesmarias

Decorridos mais de trinta anos do descobrimento, a título de assenhoreamento e domínio da terra, foram efetivados reconhecimentos da nossa imensa área litorânea. Portugal não frimara até então sua política de povoamento, reduzida a algumas feitorias de policiamento ao longo do litoral, cuida de lançar um plano de ocupação definitivo da Colônia, já testado nas ilhas dos Açores e Madeira. Dividiram-se então as novas terras conquistadas em imensas donatárias, que foram diretamente doadas pelo Rei a fidalgos portugueses. Os mais antigos documentos relativos a tais doações datam de 1534. Em 5 de abril el-Rei dom João III (1521-1557) fazia lavrar a Carta de doação de Francisco Pereira Coutinho, perfazendo 80 léguas de costa, da foz do rio São Francisco até a baía de Todos os Santos, mais precisamente até a ponta do Padrão, onde mais tarde foi construído o forte de Santo Antônio da Barra. Integra esta capitania da Bahia de Todos os Santos, na sua parte mais meridional, o território do Sertão dos Tocós, sobre o qual estamos tratando. Estabeleceu-se que os donatários seriam de *jure hereditariu* (de direito hereditário), senhores de suas terras e para todos os seus descendentes, com limitada jurisdição civil e criminal, podendo fundar vilas nomear ouvidores e tabeliães de publico e judicial, e de livremente conceder terras por sesmarias. A 26 de agosto daquele ano redigiram-se os forais, atribuindo aos donatários amplos poderes a exploração econômica, além do estímulo à capacidade realizadora dos solarengos.

Mal sucedidos, individualmente, os objetivos das primeiras divisões administrativas do Brasil, embora não fosse de todo abolido o

sistema de caráter feudal, criou-se, para corrigir falhas, novo regime de um governo-geral em 1549. Este chegou à Bahia acompanhado pelos jesuítas “[...] que foram dilatando a Fé e o império”, e agigantaram a Colônia até onde a cruz pode distender os braços, através de missões, de catequeses e conversões dos naturais, considerada pelo principal da ordem como “[...] a empresa da Companhia de Jesus no Brasil”, notável obra de aculturação e humanidade.

Nesses primeiros episódios de nossa história, foi presença constante a figura lendária de Diogo Álvares Correia, Caramuru, casado com a filha de um chefe indígena, Catarina. Esse casal teve descendência numerosa, dentre os quais estavam os primeiros povoadores dos Sertões dos Tocós.

O sistema de colonização dominante no século que se seguiu pouco se modificou. A bem da verdade, nos primeiros anos, desabrochou através de doações de sesmarias de grande extensão, porém jamais exploradas inteiramente. Grandes senhores de terras teve esta capitania da Coroa, sendo o seu maior proprietário Antonio Guedes de Brito, filho de Antonio de Brito Correia e Maria Guedes, que obteve por doação real, juntamente com seu pai, as terras existentes entre os rios Inhambupe e Itapicuru e mais dez léguas para o sertão, conforme consta da Carta Régia de 21 de julho de 1609, bem assim as fazendas dos Tocós havidas por títulos de doação de seus tios, em 1651, e herança de seus pais, em 1652, terras essas dadas por sesmarias em 14 de dezembro de 1612, pelo governador Diogo Menezes (1607-1612), além das terras associado a Bernardo Vieira Ravasco, afirmavam concedidas pelo (2º) Vice-rei, (1º) Conde de Óbidos, D. Vasco Mascarenhas (1663-1667), em 22 de agosto de 1663, “[...] das cabeceiras do Itapicuru ao rio São Francisco e por ele acima até confrontar com as cabeceiras do Paraguaçu, formando um quadrado territorial, por meio de título de sesmaria, colocava-se o particular, fidalgo, a transmitir o mesmo direito, por meio do mesmo título”.

Outro notável sesmeiro foi Francisco Dias d’Ávila, da Casa da Torre. Descendente da ilustre família que se entrosou com a descendência de Caramuru, através de seu neto, irmão de Belchior, Diogo Dias, casado com Isabel de Ávila. Convocado, entre outros sertanistas, para

fazer frente aos corsários holandeses nas invasões da cidade do Salvador, em 1624 e do porto do Recife, em 1630, Francisco Dias d'Ávila, de volta dessas refregas, requereu e obteve, novos títulos de sesmarias da parte do Governador D. Diogo Luís de Oliveira (1626-1635), somadas às anteriores, alongavam-se da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas.

Ainda outro senhor pelos seus domínios e posses foi João Peixoto Viegas que, por título de compra de sesmarias, como houvera de João Lobo de Mesquita, uma datada de 1653, as datas de terras e campo das Ita pororocas, Jacuípe, e Água Fria, sitas no termo de Cachoeira e outra de 1655, de toda a terra que assim se achar e houver por devoluta e nunca povoada, por entre os dois rios Paraguaçu, da banda do sul, e o Jacuípe, pela do norte, ficando os ditos rios por limite e demarcação desde as suas nascentes. Documento de cuja leitura se depreende que a sua ação colonizadora já se fazia sentir nas referidas terras desde 1650, ficando currais e construindo casas e mesmo uma igreja (provavelmente a que se tornou freguesia de São José das Itapororocas). Terras essas vendidas por seus sucessores e por outros ocupadas ou tornadas devolutas, causa da pobreza dos seus descendentes e de seu olvido.

Um dos mais antigos documentos de compra e venda de terras daquelas redondezas data de 31 de maio de 1716. Através dela o Capitão Antonio Homem da Afonseca Correia, morador na vila de Cachoeira, adquire de D. Isabel Maria de Guedes de Brito, viúva do coronel Antônio da Silva Pimentel, os sítios Maçaranduba, Serra Grande e Dois Irmãos, pela quantia de 1:500\$000 (Um conto e quinhentos mil réis). Nos rumos dos citados sítios que faziam divisa “[...] para o Tambuatá, onde morava Bernardo da Silva”, como administrador dos bens de Antônio Guedes de Brito e que, desde 1698, já pagava rendas das terras como se infere de uma representação ao governo português.

Documento do tabelião de então em Salvador, Manuel Afonso da Costa, do ato de compra que fez Bernardo Ferreira da Silva, em 6 de setembro de 1723, a D. Joana da Silva Pimentel Guedes de Brito e seu marido, D. João de Mascarenhas, de terras no Sertão dos Tocós por 2:200\$000 (Dois contos e duzentos mil réis) e nelas o sítio Serrinha, para onde transferiu a sede da fazenda. Ali, também, havia uma capela

dedicada à Senhora Sant'Ana, edificada pelos proprietários anteriores, no final do século XVII, ou limiar do seguinte, e se confrontava e demarcava com a terra dos vendedores: o sítio Salgado, arrendado a Gaspar Pinto; as terras de Francisco de Sá Peixoto, com os sítios Maçaranduba (onde morava o Capitão João Álvares Filgueiras); Serra Grande e Dois Irmãos, do Coronel Antonio Homem da Afonseca Correia, das milícias do Recôncavo e, finalmente, com o sítio de Manuel Carlos de Lima.

Serrinha, provavelmente, tornou-se arraial, na década de 1780. Isso porque, até o ano de 1775, em escrituras, existiam referência ao sítio Serrinha.

Foram Bernardo e seus dez filhos, principalmente a sua mulher Josefa Maria do Sacramento e os filhos Prudente, que era padre, e Maria da Purificação, que viveu solteira, que se dedicaram à restauração da igreja e urbanização do povoado. Este possuía 16 casas ao tempo da morte do velho patriarca, ocorrida em 26 de setembro de 1750, o qual ditara testamento e onde deixou “[...] dez capelas de missas e algumas terras” para a igreja. Bernardo da Silva comprou também por escritura pública, datada de 7 de dezembro de 1737, passada em Iguape, a Domingos Garcia de Aragão, a fazenda Saco do Moura. O velho venerando de Serrinha era descendente de Sebastião da Silva, português, tabelião em Salvador, que, entre os anos de 1612 e 1653, foi proprietário de terras nas cercanias do rio Inhambupe. Os seus outros filhos todos se casaram e constituíram os diversos ramos familiares de que fizeram estudos alguns linhagistas.

Santuário de Senhora Sant'Ana

Ereta na parte mais elevada da Praça Luís Nogueira e isolada do conjunto, ergue-se a primitiva matriz de Sant'Ana de Serrinha, a mais antiga edificação local. Está situada onde surgiu um sítio, deu origem a um povoado, a uma vila e, por fim, à cidade. Foi construída em data desconhecida, no início da década de 1690, pelos primeiros proprietários dessas terras havidas por sesmarias, os quais eram fervorosos devotos de Sant'Ana, padroeira da casa da Ponte, e que, também, fizeram

edificar em muitos outros recantos dos seus vastos domínios diversos templos sob a mesma invocação. Assim surgiram as capelas de “Santa Ana dos olhos d’Água” (Feira de Santana), “ Santa Ana do Catu”, “Santa Ana do Tucano”, “Santa Ana do Camisão” (Ipirá), e em rincões mais distantes Santa Ana do Caiteté, além de outras.

Bernardo da Silva ao comprar a fazenda Tambuatá, fez passar a sua sede para o sítio Serrinha, em razão de possuir o santuário de que era administrador e ser seu filho Prudente, que era padre, um dos capelões da igreja. As indicações sobre a vida do Pe. Prudente fazem-no ligado a estes sertões, e aqui faleceu em 21 de maio de 1767 e foi sepultado na própria capela de Sant’Ana (Livro de Óbitos da Freguesia de São João Batista de Água Fria – 1719-1779, fl.75). O próprio Bernardo está lá inumado (fl.41):

Aos vinte e seis de setembro de mil setecentos e cinquenta, faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Bernardo da Silva marido de Josepha Maria do Sacramento morador que era do sitio da Serrinha desta Ferguezia. Foi sepultado na Capella de Santa Anna do mesmo Sítio da Serrinha de que era Administrador. Fez testamento em que deixou [...] por sua alma dez capelas de Missas e alguas [...] de que fiz este assento.

a) O Vigr.^o Jer^{mo} Álvares de Azevedo

Capela de missa – corresponde a cinquenta missas solicitadas em cumprimento de promessa ou de penitência; é um ato pio ou benefício em sufrágio da alma do instituidor, obrigando o testamenteiro mandar rezar missas em dias determinados. Hoje se diz missa pedida ou sufrágio. No caso em apreço, correspondem a quinhentas missas pedidas.

Bernardo da Silva era seu administrador, e não seu proprietário, porque a igreja era um bem comum, como era administrador dos

bens dos Guedes de Brito no mesmo Sertão dos Tocos e rendeiro de suas terras já no final do século XVII, cerca de trinta anos antes de adquirir a fazenda Tambuatá, o autor de *A Família de Serrinha*, afirma que a igreja foi concluída em 1780. Como abonar que sepultamentos tenham sido ali efetuados mais de quarenta anos antes de tal data?

É fato notório que, até a primeira metade do século XIX, os sepultamentos eram realizados nas naves e sacristias das igrejas e em algumas havia cemitérios e catacumbas, como se deu nas de Sant'Ana e do Carmo, em Salvador. As lápides existentes nos fornecem esse testemunho. Nos cemitérios em volta dos templos, nos adros ou em outros locais vizinhos, serviam para enterrar apenas os indigentes, escravos, ou os condenados. Datam dessa época as oposições de ordem sanitárias contra tal prática. Os Guedes de Brito estão inumados no altar lateral de Santa Ana, na catedral Basílica de Salvador, antigo Colégio dos Jesuítas. No final da nave do santuário de Sant'Ana de Serrinha, diante da capela do altar-mor, há duas lajes em mármore branco e de dimensões desiguais, já hoje sem inscrições, pois desgastadas pelos pisar dos fiéis, as quais não foram talhadas em relevo, mas, por certo, com tinta negra com era uso, e representam os túmulos de Bernardo da Silva e membros de seu clã. Os demais sepultamentos foram feitos nas extensões laterais da nave, antigos alpendrados, atualmente não mais existentes, graças à nova pavimentação em ladrilhos, e lá estão guardados sem nenhum sinal, como reza o livro de óbitos citado:

Em novembro de 1739, [...] Martins, natural de São João da Foz, filho de Manuel João e Maria Martins. Era casado com Maria de Assunção. Testamenteiros: Bernardo da Silva e Antônio Carneiro da Silva, à folha 21 verso; em 16 de julho de 1744, Inácio Manuel da Mota, faleceu em casa de Domingos Figueredo, da Maçaran-duba, sendo sepultado na capela de Santa Ana de Serrinha, fl. 26 v.; em 26 de julho de 1748, Padre Antônio da Silva, sacerdote de missa do cabido de São Pedro, da freguesia de São Pedro do Outeiro Grande. Foi sepultado na capela de Santa Ana de Serrinha, fl. 35v.; Luis Ferreira da Silva, morador na Tocos, a 17 de abril de 1659,

fl. 57v.; Francisco Marques de Carvalho, morador na Serrinha. Fez testamento em benefício da igreja, fl.61; Antonio Simões Pereira, morador nos arrabaldes de Serrinha, em 23 de julho de 1662, fl.62v.; Domingos Ferreira Santiago, casado, morador nos Tocos. Foi sepultado na capela no dia 1º de março de 1769, fl. 81v; e assim muitos outros.

Sepultamentos anteriores a essas datas são muito prováveis que tenham sido ali efetuados e não registramos em vista do estado do livro corroído pelos carrunchos e com as fimbrias corrompidas.

A igreja primitiva dispunha de alpendres nos flancos com três arcos romanos de cada lado, dando para o exterior. Da parte interna os arcos estão bem visíveis e em um deles embutiu-se um armário desdobrável em escrivaninha. Ultimamente, na frontaria, ergueu-se um gradeado de ferro para proteção, inclusive, da nova luminária. A igreja, como se pode depreender, sofreu alterações sucessivas em sua estrutura ao correr do tempo. O templo é pequeno, de feição barroca. O frontispício é enquadrado por cunhais e cornija e com acesso através de cinco portas e duas janelas de coro, todas com vergas abauladas e cercadura em argamassa. Acima da fachada três frontões de volutas, o central com um óculo e uma cruz no topo e os outros com uma abertura em formato de janela em arco pleno. As janelas e portas laterais, os frontões, de um modo geral, são, em muitos detalhes, toscos. Não é uma obra primorosa. Apesar disso, seu interior é simples e gracioso. Além do altar-mor, há mais dois dos lados no final da nave e outro na sua extensão lateral esquerda, todos artisticamente trabalhados com ornatos variados em colunas, volutas, ramos, folhas e flores recobertos de dourado. Possui mais imagens do que altares e, na sacristia da esquerda, encontram-se diversos dispositivos à guisa de redomas, num dos quais se apresenta um conjunto iconográfico bellissimo, figurando a Sagrada Família, em estilo barroco e encarnação original. As maiores imagens, com mais de 1,50 m, são a de Nossa Senhora das Dores e a do Senhor dos Passos. Em obras de fino lavor um grande crucifixo, no altar-mor e, ao lado esquerdo de entrada para a sacristia, está encimada uma lamparina do S.S. Sacramento, de cerca de 60cm, lavrada em prata. A igreja não nos parece oferecer suficiente segurança para custodiar tão valiosas reliquias.



Santuário de Senhora Sant'Ana

Conjunto estatuário do cerro

O alto do plinto e suas imediações, em todos os ângulos, oferecem lindos panoramas e a visão integral da cidade e de seus serros. Divisa-se dali, em direção do sudoeste, a serra de São Caetano e o azul demasiado da cordilheira do Tanquinho. Correndo a vista para a de Santa Bárbara e outras mais e, para o sudoeste, vislumbra-se um grande tabuleiro que se estende até a base da serra de Irará.



Conjunto estuário do cerro

Esta imagem de Senhora Sant'Ana, em Serrinha, foi esculpida pelo alemão João Bunge, residente, então, em Maracás, desde a década de 1940, e cuja cópia encontra-se nesta cidade (abandonada no quintal de uma residência localizada na rua João Batista, no centro da cidade).



Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília. Universidade de Brasília. 1982.

ARAUJO, Antonio José de. **A família de Serrinha**. Serrinha: Typ. O serrinhense, 1926.

CAMOES, Luís de. **Os Lusíadas**. Paris: Guillard, Aillaud & Cia. 1865.

CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. **Porta do Sertão**. Inédito.1982.

LIVRO de Óbitos – 1719-1779. Freguesia de São João Batista de Água Fria. Arquivo do Bispado de Feira de Santana.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora. 1958.

REVISTA do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 42.1916.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. II.

A educação a distância e o ensino de história: novas possibilidades de aprendizagem

Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências – EAD. Escritor, presidente do Instituto Genealógico da Bahia, sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e membro das Academias de Cultura da Bahia e da Academia de Letras Mater Salvatoris. E-mail: alvarodantas@ead.ftc.br.

Resumo

Reflexão acerca das novas tecnologias da informática e a utilização delas no ensino de História. A partir da década de 1980 passou-se a utilizar com frequência os computadores nas salas de aula. Esta possibilidade abriu um leque de opções para o aprimoramento das pedagogias de ensino permitindo um alcance maior do sistema educacional no Brasil com a prática da Educação a Distância. Nesse contexto analisamos as mudanças no ensino da História e sua função de transformar o estudante em um cidadão capaz de questionar a realidade em que vive.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tecnologias. Ensino. História.

The distance education and the History teaching: new learning possibilities

Abstract

Reflecting about the technologies and their uses and influence in History teaching. From the Decade of 1980 was more frequently use computers in classrooms. This possibility has opened up a range of options for the improvement of teaching pedagogies by enabling a wider range of educational system in Brazil with the practice of distance education. In this context we examine changes in the history teaching and its function to turn the student into a citizen able to question the reality in which he lives.

Key words: Distance education, Technology, Teaching, History.

Na década de 1970, o Brasil liderava a modalidade de Educação a Distância no mundo. Desenvolveu diversos trabalhos e os colocou em prática proporcionando o aperfeiçoamento de metodologia diferenciada em educação. Projetos como os de Telecurso, Minerva, SACI, entre outros, contribuíram para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem no país.

Devido à irregularidade do apoio governamental às políticas educacionais, esta prática pedagógica perdeu força nas duas décadas seguintes só retornando com novas propostas e soluções para o baixo nível educacional do povo brasileiro com o advento do terceiro milênio.

Além daqueles que têm acesso à Educação a Distância em ambientes corporativos, ou pelo Telecurso 2000, SEBRAE, e cursos por correspondência, temos hoje, segundo recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), trezentos mil brasileiros estudando em cursos autorizados oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC). (LITTO *apud* MATTA, 2006).

Esses números revelam a busca da sociedade brasileira para encontrar soluções que permitam que um maior número de pessoas tenha acesso a um curso superior. A prática revela que a Educação a Distância é instrumento de democratização e flexibilização do ensino brasileiro. De maneira notável o uso da tecnologia, através da transmissão de aulas, via satélite (videostreaming), e a interação dos alunos com os professores, através da internet, tem permitido que cada vez mais um

maior número de jovens brasileiros possa entrar no mercado de trabalho em iguais condições de competitividade.

Diante dessa revolução, assim podemos denominar esta nova pedagogia educacional, pesquisadores, professores e educadores, procuram se empenhar em apresentar pesquisas e trabalhos que reflitam esta nova realidade, que cresce em progressão geométrica, no sentido de estudar casos e fenômenos que possam quantificar os diferentes níveis de medição da qualidade da Educação no Brasil, permitindo se chegar a conclusões que contribuam para o aprimoramento das práticas de ensino e aprendizagem, tendo como suporte as tecnologias de rede.

Profissionais das mais diversas áreas do conhecimento estão envolvidos neste processo. Analistas de sistemas, administradores, comunicólogos interagem com os professores dando suporte à realização das aulas. A esses cabem a tarefa proeminente de aprofundar seus conhecimentos, aprimorando sua didática e produzindo trabalhos, em suas especialidades, que contribuam para a conscientização da importância dessa modalidade de ensino cuja tendência é abranger cada vez mais um maior número de municípios e estados brasileiros.

2. A tecnologia a serviço da sociedade

Com a evolução tecnológica atingida no século XXI podemos dizer que estamos inseridos e vivendo uma nova era: a da sociedade da informação. Em todos os setores da sociedade e nas mais diversas áreas do conhecimento humano, seja na educação, saúde, engenharia, direito, etc observamos a tecnologia permeando e contribuindo para um maior aperfeiçoamento de suas atribuições.

No campo da educação, que é o foco de interesse deste trabalho, a informática está presente em todos os níveis. Do ensino fundamental ao médio, chegando ao superior, encontramos ambientes informatizados. Nas instituições de ensino presenciais, as escolas e faculdades possuem laboratórios de informática que permitem aos alunos o uso de computadores para realização de seus trabalhos, a consecução das pesquisas e a interação com outros ambientes de conhecimento.

Com o surgimento e aperfeiçoamento de ambientes de aprendizagem virtuais, a Educação a Distância (EAD) passa a ser uma necessidade urgente. Projetada através de uma filosofia, que visa democratizar a educação, dando acesso a um maior número de estudantes, inclusive aqueles que residem em cidades onde não existem faculdades, a EAD se torna a alternativa para as gerações futuras.

Destacamos uma questão relevante para a reflexão proposta. De que modo a tecnologia auxilia o processo de ensino e aprendizagem a serviço da sociedade? Para refletir sobre este questionamento, vamos fazer uma comparação entre a capacidade de cognição do aluno e a forma como se estrutura a rede de informações em sistema operacional.

Estudos feitos por especialistas em educação, com o auxílio de técnicos em informática, mostraram que há semelhanças entre a forma como os estudantes processam e constroem o conhecimento, na sua esfera neural, com a lógica engendrada pelos sistemas operacionais e sua disponibilidade em acumular, simular e interagir com o conhecimento proposto. (MATTA, 2006).

A conclusão dos estudiosos leva a uma constatação importante para o avanço das discussões a respeito da importância da metodologia da EAD para amenizar os problemas de educação no Brasil. A constatação da similaridade entre os sistemas informatizados e a forma como os estudantes assimilam o conhecimento nos abre um caminho para colocar em prática novas possibilidades na área da educação.

Os computadores se tornaram uma ferramenta de estudo privilegiada no ambiente escolar. Passou de mero instrumento de armazenamento de dados para se tornar em ferramenta fundamental do processo de ensino-aprendizagem, já que é reconhecido como agente do conhecimento, no sentido que permite ao educando interagir com uma multiplicidade de experiências e formas de saber. Neste sentido, esta tecnologia torna-se mediadora do processo de aprendizagem.

Identificado este potencial e esta parceria entre tecnologia e educação, vislumbram-se novos horizontes, todos favoráveis ao avanço do saber:

É aí que também se desenvolvem os conceitos de interatividade, autoria, colaboração, infografia e tantos outros capazes de dotar tanto a tecnologia educativa quanto a Educação a Distância – EAD de descrição e compreensão operacional e analítica. (MATTA, p. 20, 2006).

Depreende-se daí que todos os instrumentos utilizados para auxiliar a transmissão do conhecimento no formato EAD estão em consonância com a capacidade cognitiva do educando. Aulas via satélite (*videostreaming*), interação por internet, debates em chats e fóruns de discussões, avaliação virtual são recursos testáveis que contribuem para o avanço do conhecimento.

3. A história que nos foi contada

Poderíamos apresentar uma série de exemplos de como a metodologia da Educação a Distância pode ser aplicada nas mais diferentes disciplinas do currículo escolar. No patamar a que chegou a evolução tecnológica, o docente e o discente têm a possibilidade de chegar mais próximo de um conhecimento totalizado, escapando das limitações dos suportes escritos e fragmentados. A vantagem desse contexto da era da sociedade da informação é a capacidade de se ter acesso a uma infinidade de informações simultânea e continuamente.

Vamos eleger a disciplina história para apresentar as formas de abordagem do processo de ensino e as vantagens que a hipermídia nos traz para o aperfeiçoamento da mesma. A discussão será feita mais do ponto vista da função prática do curso para a sociedade, do papel do aluno no fazer histórico, do que dos conteúdos programáticos propriamente ditos.

A reflexão se inicia a partir da crítica ao sistema tradicional de ensino, que vem sendo repassado durante várias gerações, principalmente no ensino presencial. Os paradigmas educacionais do século XX são um reflexo do XIX e foram tidos como autossuficientes por muito tempo. A metodologia era de aulas expositivas, objetivando a aprendizagem individual e tendo o estudante como um mero espectador. Em

relação ao professor, ele concentrava toda a fonte do saber, tinha um conteúdo estável, homogêneo e inquestionável.

O advento da tecnologia da informação que surge concomitantemente com o agravamento de problemas sociais brasileiros, muito deles decorrentes da ineficiência do sistema educacional nos apresenta novas propostas e metodologias que fazem um contraponto com a pedagogia tradicional e estão em sintonia com as ferramentas cognitivas dos sistemas de informática.

A sociedade brasileira sempre foi passiva durante a maior parte de sua história. Isto se dava, em grande parte, pelo tipo de educação que foi passada durante décadas, para muitas gerações. Focando nosso estudo no ensino da História, esta era vista apenas como uma disciplina que tinha o objetivo de informar aos estudantes os principais acontecimentos históricos que ocorreram no país, seus protagonistas e o período do evento, portanto, uma história recheada de datas e nomes.

Personagens considerados super-heróis dotados de uma capacidade extraordinária de fazer acontecer eram exaltados nos livros didáticos junto com as grandes datas cívicas nacionais. Os estudantes viam apenas este lado – o dos vencedores. Consequentemente a história que era contada não tinha a participação popular, nem aspectos da vida cotidiana das pessoas, transformando-se em páginas sem sangue, suor e lágrimas.

Esta realidade moldou gerações formadas por cidadãos passivos e sem senso crítico, se acomodando e aceitando todas as determinações governamentais e do sistema capitalista vindas, na escala social, de cima para baixo.

4. Um novo ensino de História

Com o processo de redemocratização do país na década de 1980, todos os setores da sociedade começaram a se articular no sentido de rever os valores e modelos da sociedade brasileira, inclusive na área de educação. Diversas teorias pedagógicas foram revistas, destacando aqui Piaget e a esfera de influência do construtivismo.

A nova ordem exigiu uma nova forma de abordar a educação. Ao invés de uma aprendizagem centrada no docente passou-se a dar mais importância ao discente, transformando o professor em um facilitador do processo de aprendizagem, que procura dar um sentido coletivo a prática da aprendizagem, tornar um estudante um colaborador, de um conteúdo dinâmico e diversificado, cujo desempenho final do docente é a de ser um guia. (MATTA, 2006).

Todas essas novas exigências se casam com as novas perspectivas do ensino de história e com a infinidade de recursos disponibilizados pela nova tecnologia da sociedade da informação.

Em relação ao ensino de história, a proposta é superar os paradigmas da história tradicional, passada como verdade absoluta, pronta e acabada. A ideia é trazer o estudante para o cerne da questão, fazendo com que ele se sinta um possível ator do tempo histórico em que vive. O conhecimento transmitido deve ser útil para o cotidiano do educando, de modo que ele possa compreender o conteúdo como uma construção do dia a dia das pessoas.

O objetivo principal é tornar o estudante um cidadão consciente de sua historicidade e de sua capacidade de refletir, questionar e transformar a realidade em que vive. Vamos dar um exemplo prático, através de um conteúdo programático do curso de História. Na disciplina História Medieval estudamos a sociedade medieval. Observamos a forte divisão social, onde os dois pólos antagônicos são os senhores feudais, no topo da pirâmide e os servos na base. Chamamos atenção para a diferença das moradias dos membros dessas classes: castelos e palácios abrigando os 'senhores', casebres e cabanas para proteger os 'servos'.

A nova proposta de ensino é que ao invés dos alunos absorverem este conhecimento e utilizarem de uma maneira enciclopédica, passe a refletir sobre este conteúdo transportando-o para a realidade atual. Ou seja, que comparem as classes sociais do mundo em que vivem com a do tempo medieval, observando as semelhanças e diferenças e buscando superar as desigualdades através da experiência passada por aqueles povos. A história, neste caso, passa a ser um instrumento de transformação da sociedade, fruto da conscientização do educando como um ser histórico.

5. A contribuição das tecnologias de aprendizagem e da Educação a Distância

Quando a informática passou a ser utilizada nos ambientes informatizados houve uma reprodução dos modelos tradicionais de ensino. A partir da década de 1980, com a criação de novos recursos tecnológicos, como gráficos, tabelas, imagens, etc, e implementação de novos sistemas operacionais é que começa a se despertar para as imensas possibilidades de uso dos computadores.

Com a disseminação do uso da informática na escola, os computadores se tornam os mediadores da aprendizagem. A partir daí são elaboradas metodologias, que se adaptem a novos modelos de ensino-aprendizagem, que tenham como ferramenta de ensino os sistemas operacionais.

Nesse contexto, a metodologia de aulas em *videostreaming* utilizadas na Educação a Distância ganha espaço e se torna um interlocutor privilegiado. Aprofundando esta constatação, sabe-se que as aulas veiculadas via-satélite são preparadas em *slides no power point*. A partir do conteúdo programático da disciplina a ser ministrada pode-se utilizar textos, imagens, gráficos, mapas, filmes, músicas e uma infinidade de outros recursos, criando-se um ambiente em que o aluno se sinta inserido no processo de construção do conhecimento. Essa afirmação fica mais bem atestada quando se reproduz o seguinte relato:

Para esta realidade, os sistemas informatizados devem ser elaborados e usados como parceiros intelectuais, para engajar os alunos em pensamentos críticos e aprendizagem de ordem complexa. Sistemas de computadores, nesta perspectiva, servem para possibilitar um meio, ou ambiente, de experimentação capaz de mediar a construção de soluções e resolução de problemas pelos alunos. Esses sistemas são concebidos para interagir e dialogar com o ser humano e suas ideias, possibilitando que este construa o conhecimento a partir de situações

provocadoras, autênticas e que necessitem sua intervenção. (MATTA, p. 56, 2006).

Continuando a exemplificar a teoria apresentada com a prática da Educação a Distância, a interação e o diálogo são uma prática constante na metodologia utilizada. Ao tempo em que estão acompanhando o desenrolar da aula via-satélite, os estudantes podem a todo instante interagir com os professores, tirando suas dúvidas, fazendo seus questionamentos ou mesmo botando em prova o conteúdo discutido. Também através dos fóruns de discussão que são veiculadas em ambientes virtuais de aprendizagem podem trocar ideias e apresentar soluções e respostas para problemas históricos transportados para realidade do mundo em que vivem.

6. O ensino de história e as novas tecnologias: uma parceria desejável

A imensidade de recursos que os sistemas operacionais oferecem e o uso de computadores como ferramenta cognitiva são realidades que, pelos serviços que disponibilizam, estão aptos a dar um suporte a nova filosofia do ensino de história.

A preocupação básica é fazer do curso de história um ambiente que propicie o surgimento e amadurecimento do pensamento crítico e criativo, de modo que o educando esteja apto a produzir um trabalho colaborativo e se tornar um cidadão ativo. Estes objetivos se encaixam nos recursos oferecidos pela informática e na filosofia da Educação a Distância, que é o democratizar a educação oferecendo uma proposta pedagógica embasada por princípios e por uma dinâmica que permite o autodidatismo e a autonomia intelectual dos docentes.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

CARRETERO, Mário. **Construir e ensinar as Ciências Sociais e a História**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRICE, Roger. On line information: What do people need? **The society of text. Hypertext, hypermedia and social construction of information**. London: MIT press, 1989.

JONASSEN, David. **Hypertext/Hipermedia**. New Jersey: Educational technology publication, 1989.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira (Org.). **Educação a Distância. Referências e trajetórias**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 2001.

LUCENA, Carlos; FUKS, Hugo. **A educação na era da internet**. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de história – utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

NUNES, Selma. **Concepções de mundo no ensino de História**. São Paulo: Papirus, 1996.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional**. S. Leopoldo: Unisinos, 2006.

ROSINI, Alessandro Marco. **As novas tecnologias da informação e a educação a distância**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

A volta dos jesuítas à Bahia e a criação do Colégio Antônio Vieira

Edivaldo M. Boaventura

Professor emérito da Universidade Federal da Bahia
Professor *Honoris Causa* da Universidade do Estado da Bahia
Membro da Academia de Letras da Bahia
Membro da Academia Portuguesa de História

O centenário do Colégio Antônio Vieira é motivo de contentamento para a Bahia, em especial para os seus alunos de ontem, de hoje e de sempre. Festejemos os cem anos de uma instituição prestante de ensino, cultura e fé que tanto marca a nossa educação.

O primeiro sentimento que me move ao aceitar o convite do padre Domingos Mianulli, SJ, diretor do Colégio Antônio Vieira, para escrever este prefácio é o do reconhecimento. Sentimento que evoca o meu tempo de aluno no Vieira. Tempo que me dá credibilidade para acrescentar uma palavra introdutória ao excelente trabalho dos professores Waldir Freitas Oliveira e Edilece Souza Couto: Colégio Antônio Vieira 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta. O meu período discente situa-se no meio do século passado, que talvez esteja longe no tempo, mas se encontra bem perto da memória.

Há um significado maior com a instalação do Colégio. É a volta dos jesuítas à Bahia. É a segunda jornada inaciana depois da sentida ausência por mais um século e meio, de 1759 a 1911. A primeira aconteceu de 1549, com a vinda dos primeiros jesuítas com o governador Tomé de Souza, e termina em 1759, quando o marquês de Pombal os expulsou do reino. Da perspectiva baiana, há um liame entre as duas jornadas. É o nome do padre Antônio Vieira, o imperador da língua portuguesa, segundo Fernando Pessoa, o grande e brilhante orador que viveu, na Bahia, mais da metade de sua vida. É a figura exponencial formada pelo Colégio dos Jesuítas da Bahia, no século XVII, que vai denominar o novo estabelecimento de ensino. O nome do patrono liga as duas jornadas, a colonial de dois séculos e a republicana de cem anos.

As expulsões dos jesuítas de Portugal

Na história da Companhia de Jesus, em Portugal, há três expulsões com efeitos, particularmente, para a Bahia e para o Brasil: a primeira em 1759, a segunda em 1834 e a terceira em 1910.

Em 3 de setembro de 1759 o marquês de Pombal, ministro todo poderoso de Dom José I, em pleno absolutismo, determinou que os je-

suítas fossem “[...] havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que efetivamente fossem expulsos de todo o país e de seus domínios ‘para neles mais não poderem entrar’”. Em 28 de agosto de 1767, reforçando esta diretriz, “[...] determinou que os membros da chamada Companhia de Jesus, os jesuítas, fossem obrigados a sair imediatamente para fora do país e de seus domínios”. (ARAÚJO, 2010, p. 83).

Na apreciação de Fernando de Azevedo (1964, p. 539), a supressão teve consequências mais profundas para a educação colonial: “[...] Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico.” Extinguiu-se uma organização escolar sem que houvesse medidas eficazes e prontas para reparar a descontinuidade e dar prosseguimento. Continua Azevedo: “[...] Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão”.

Sáiram, porém deixaram marcas e sinais vivos do fecundo trabalho educacional. Por toda parte, encontramos símbolos e vestígios da obra dos inacianos. A cidade do Salvador enobrece-se com a igreja dos jesuítas, elevada a monumental Catedral Basílica, conjugada com o prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, outrora o famoso Colégio da Bahia. O noviciado, na Cidade Baixa, é hoje a Escola dos Órfãos de São Joaquim. Na Casa de Oração dos Jesuítas, funciona a Caixa Cultural Salvador. A Quinta do Tanque, onde Vieira passou os últimos anos da vida revendo os seus sermões, alberga o Arquivo Público da Bahia. Permanecem, em Belém da Cachoeira, igreja e ruínas do seminário onde estudou Bartolomeu de Gusmão, o padre voador. Capelas, igrejas, ruínas e mais românticas ruínas que são a todo tempo encontradas, no extenso litoral baiano, marcam a presença da Companhia de Jesus. Os sistemas educacionais como as moedas nunca desaparecem de todo.

Depois do banimento da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios, os jesuítas puderam regressar no curto reinado de Dom Miguel (1826-1834). Em 1834, contudo, Dom Pedro IV, de Portugal, que é o mesmo Dom Pedro I, do Brasil, extinguiu todas as ordens e

congregações religiosas existentes por ficarem ostensivamente do lado de Dom Miguel, seu irmão, em oposição às suas ideias liberais. Com a vitória das forças liberais, os jesuítas foram atingidos. O decreto de 28 de maio de 1834, promulgado em pleno regime monárquico representativo, extinguiu em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses “[...] todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra” (ARAÚJO, 2010, p. 83). Efetivou-se, assim, a segunda expulsão dos jesuítas de Portugal. No Brasil, entretanto, o imperador Dom Pedro I não fechou as ordens religiosas, mas proibiu o ingresso nos noviciados, causando por inanição a decadência de seminários e conventos.

Todavia, em 1858, os jesuítas regressaram a Portugal. Informa Marcus de Noronha da Costa (2004, p. 1039), constituindo a Missão Portuguesa, confiada ao padre Rademaker, e, em 1880, restauraram a Província Portuguesa da Companhia de Jesus, tendo como primeiro provincial o italiano padre Vicente Fiscarelli SJ. Seguem-se a fundação do Colégio de Compolide, em Lisboa, e de outros estabelecimentos. Não somente os inicianos regressaram, como também as demais ordens religiosas a exemplo dos beneditinos, que perderam a abadia de Tibães, em 1834, e reconstruíram pouco a pouco a ordem de São Bento, em Cucujães, e criaram o mosteiro de Singeverga (SOUSA, 1992).

Pois bem, com a proclamação da República em 1910, que pôs fim o reinado do jovem monarca Dom Manuel II, último rei de Portugal, os membros da Companhia de Jesus sofreram a terceira expulsão de Portugal. As demais congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos foram extintas, em conformidade com o decreto de 8 de outubro de 1910, apenas três dias depois de proclamada a ordem republicana. O governo decretou que estavam em pleno vigor as leis pombalinas e liberais que expulsaram os jesuítas. Observa Antônio Araújo (2010, p. 84), ao estudar as ordens e congregações religiosas e o direito republicano, que foram expulsos do território da República “[...] todos os membros da Companhia de Jesus, qualquer que seja a denominação sob que ela ou eles se disfarçam, e tantos estrangeiros ou naturalizados, como nascidos em território português, ou de pai e mãe portugueses.” As medidas foram bem mais severas com

os jesuítas, mesmo os que possuíssem nacionalidade portuguesa deveriam deixar o país. Para as demais ordens parecem que tão somente os estrangeiros foram expulsos. Os religiosos nacionais deveriam ter uma vida secular e não formar comunidades confessionais. É interessante assinalar que a terceira expulsão, marcadamente anticlerical, provocou um efeito religioso aposto com a abertura do Colégio Antônio Vieira, em 15 de março de 1911, restaurando, dessa maneira, a Companhia de Jesus, na Bahia e, em Pernambuco, com o Colégio Nóbrega.

A trajetória centenária do colégio

Situadas as expulsões dos inicianos de Portugal com as repercussões no Brasil, particularmente na Bahia, passemos à trajetória centenária do Colégio Antônio Vieira. As comemorações dos cem anos suscitaram a história da fundação e da evolução do Colégio. É a origem deste oportuno livro, contribuição à história da educação na Bahia.

Por que o Colégio foi criado no alvorecer do século XX?

Os autores desta obra souberam reconstruir o passado do Colégio e balizaram a história do estabelecimento por etapas em conformidade com as determinações superiores da Companhia de Jesus.

Compreenda-se, a primeira, a fase da chegada, de 1911 a 1932, quando o Colégio funcionou, por pouco tempo aliás, na rua do Sodré nº 43, mudando-se logo em seguida para a rua Coqueiros da Piedade. Não foi pacífica a entrada dos inicianos, na Bahia. Vencidas as resistências, puderam os padres jesuítas instalar o Colégio, em 15 de março de 1911, com 72 alunos. Logo se firmou como o principal estabelecimento particular da capital baiana com externato e internato, possibilitando a educação de jovens interioranos. Para o seu funcionamento, contou com o apoio da comunidade baiana, à frente o arcebispo-primaz, Dom Jerônimo Tomé da Silva.

Desde o início, firmou um alto padrão de ensino que influenciou a vida intelectual da cidade não somente do ponto de vista literário e filosófico como também científico. O Colégio passava a ser um polo de

atração de ensino para os jovens baianos. Merecem destaques os alunos Thales de Azevedo, Hermes Lima, Anísio Teixeira, Jorge Amado, Herberto Sales, Hélio Simões, Pedro Calmon.

Naquela época, a liderança de maior projeção foi a do padre Luiz Gonzaga Cabral SJ. Homem de excepcional talento, orador sacro, conhecedor da obra do padre Antônio Vieira. Dentre os seus *Inéditos e Dispersos*, sobressai *Vieira pregador* (1936), estudo filosófico da eloquência sagrada segundo a vida e obra do grande orador português. Nas suas *Memórias*, Pedro Calmon (1995, p. 53) assim o retrata:

O diretor – furiosamente atacado pelos anticlericais – chamava-se Luís Gonzaga Cabral, um dos homens mais ilustres, um dos caracteres mais nobres de que podia orgulhar-se a Igreja de Portugal. Não fui seu aluno, mas aderi aos antigos estudantes que iam ouvir-lhe a pregação, no seminário tomista, o mais falado deles – Anísio Teixeira [...]

Lembro-me que uma vez visitei o padre Cabral na sua cela, convalescia de longa doença. Na parede, sob a cruz de Cristo, espalmava-se a bandeira azul e branca da monarquia liberal. Outros que a renegassem, não o duro paladino da tradição lusitana.

Segue-se a segunda etapa, de 1932 a 1952, com a construção do Colégio, no bairro do Garcia, com amplas salas de aula, laboratórios, quadras para esportes e educação física, dormitórios para os alunos internos e capelas. É o tempo da Missão Portuguesa da Companhia de Jesus, no Nordeste, e da Vice-Província do Brasil Setentrional. De 1911 até 1952, constituiu-se a província, abrangendo Bahia, Pernambuco com o Colégio Nóbrega e a Universidade Católica de Pernambuco, Ceará, onde funcionou o Seminário, na serra de Baturité, e em outros estados.

É nesse período que fui aluno do Colégio Antônio Vieira, precisamente, de 1946 a 1953. Convivi por mais de dez anos com os jesuítas, incluindo o tempo em que morei no Pensionato Mariano Acadêmico, no Corredor da Vitória, em Salvador, dirigido pelo padre Camille Torrend

SJ. Além do curso regular pela manhã, à tarde funcionava uma escola primária estadual. Dos jesuítas vindos de Portugal, conheci os padres Constantino Cardoso SJ, diretor, Luiz Gonzaga Mariz SJ, Mariano Pinho SJ, Antônio Belo SJ, Simas SJ, Martins SJ, Antônio Farias SJ, Borges SJ, o tesoureiro, e os brasileiros padre Antônio Borges SJ e o padre Manuel Rufino Negreiros SJ, professor de História e Geografia, além dos escolásticos, estudantes brasileiros de filosofia e teologia. Os meus dois últimos anos de Vieira coincidiram com a transição dos velhos padres portugueses e brasileiros para os padres italianos com o diretor Cesar Dainese SJ à frente.

Na terceira etapa, como bem assinalam os autores, o Colégio Antônio Vieira passa a pertencer à Vice-Província da Bahia (1952-1983) e, finalmente, à Província da Bahia (1983-2005). Caracteriza-se pela presença dos jesuítas italianos do Vêneto e de Milão, dentre outros, os padres Pietro Della Nogare SJ, professor de filosofia; Ugo Meregalli SJ, professor de matemática, o espanhol José Manuel Sanchez SJ, dedicado construtor do Santuário de Fátima, Dionísio Sciuchetti SJ, Carlos Bresciani SJ, cultor da história. Criam-se o Centro de Investigação e Ação Social (CEAS), o Centro de Estudos e Ações Sociais (CIAS), o curso de alfabetização, educação popular e curso supletivo noturno (SUPECAV) para os economicamente carentes. É a aproximação com as classes de baixa renda. São novas lideranças e novas iniciativas que marcam a presença dos padres italianos. O Colégio modernizou-se, sobretudo o curso primário, tornou-se misto e atualizou a mensagem inaciana.

Por fim, a quarta fase compreende a situação atual com a criação da Província do Brasil Nordeste (2005-2011). O Colégio conta, atualmente, com 4.900 alunos e mais 1.000, no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Concluem os autores da história do Colégio que foi traçada não de uma forma literal e contínua, “[...] mas visando inseri-la no contexto histórico do Brasil republicano, em seus começos de formação, e, de modo especial, no da Bahia republicana, sem que nos houvéssemos descuidado de relacioná-la com a História da Companhia de Jesus.”

O Colégio na metade do século XX

Como antigo aluno, o momento do centenário do Colégio é um tempo privilegiado de recordação. Quando cheguei para fazer os estudos na cidade da Bahia, vim preparar o exame de admissão ao ginásio. O ensino secundário, conforme a reforma do ministro Gustavo Capanema, constava do ginásio, em quatro anos, e do curso colegial, clássico ou científico, em três, em um total de sete anos letivos.

Para um adolescente vindo do interior, de Feira de Santana, nos anos quarenta do século passado, era fascinante encontrar um colégio com professores de formação europeia, boas instalações e expressiva biblioteca.

Realizei o curso secundário completo com religiosos brasileiros e portugueses a começar pelo diretor, padre Constantino Cardoso SJ, português, que com sabedoria e paciência supervisionava todo o Colégio. Recordo-me perfeitamente dele quando, ao ser indagado como ia, respondia: “vou melhor do que mereço a Deus.” Anos depois foi substituído pelo padre Antônio Borges, SJ, cearense, que estudara na Espanha, ensinava química e que passou o comando ao padre Cesar Dainese SJ.

Vivíamos a regularidade da vida escolar. Ao lado da formação humanística e científica, que sempre fora o forte dos inicianos, os jesuítas desenvolviam uma série de atividades religiosas, sociais e esportivas.

Recorde-se que a Companhia de Jesus, praticamente, nasceu na Universidade de Paris, sob a liderança de Inácio de Loyola e seus companheiros. Assim participei da Academia Vieirense, a primeira de minha vida, que estimulava o falar em público. Outras atividades entreteriam os alunos como o coral, teatro, jogos por série e com colégios da capital, a exemplo do Colégio Maristas. Os alunos participavam da Congregação Mariana Acadêmica e da Juventude Estudantil Católica, braço especializado da Ação Católica. À frente destas atividades estava o padre Mariano Pinho SJ, (BROTÉRIA, 2003, p. 158-159) sacerdote culto, escritor, conhecedor da língua e da literatura portuguesa. Devo-lhe o estímulo à leitura dos bons autores lusitanos, clássicos e

modernos, dentre outros, Camões, Vieira, Bernardes, Ferreira de Castro, Guerra Junqueiro. Padre Pinho estudara em vários países e tinha sido diretor da revista *Brotéria*, periódico jesuítico português permanentemente referenciado.

O professor de inglês e de religião, também músico e compositor, padre Luiz Gonzaga Mariz SJ, era o regente da Orquestra Sinfônica da Bahia, que deve ter sido a primeira no gênero que tivemos em Salvador. Assistíamos aos ensaios no Salão de Atos e íamos aos concertos no Gabinete Português de Leitura. A Orquestra tocava nas grandes festas do Colégio.

Deixando o internato, fui morar no Pensionato Mariano Acadêmico, então dirigido pelo padre Camille Torrend SJ, prolongava dessa maneira a minha formação com os jesuítas. Padre Torrend conjugava ciência com espírito missionário, com ele pude auferir conhecimento e sabedoria. Aposentado da Escola Agrônômica da Bahia, continuou ensinando biologia até 1953, quando fui seu aluno no terceiro ano colegial. Como botânico pesquisou as algas. Em sua homenagem há uma espécie que se chama *torrennaceas*. O padre Torrend é um pioneiro da pesquisa científica na Bahia. Dotado de enorme curiosidade científica, colecionava plantas e pedras. Estava em dia com o conhecimento pelas leituras das revistas científicas, escrevia no jornal *A Tarde*, pregava o ecumenismo, insistia nos exercícios físicos e nos esportes. Era um misto de cientista, missionário e educador. Em uma pequena brochura, intitulada *Uma tentativa de autoeducação na Bahia* (ROLIM, 1953), encontrei a síntese dos sábios ensinamentos do padre Torrend SJ:

[...] a nova psicologia salvará o mundo; aprende a dormir; aprende a comer; combate a carência alimentar; aprende a estudar; tome notas e aprende a pensar; educa-te para vencer; lembrete que a tua educação deve corresponder a era atômica; cultiva o teu futuro; teu destino está em tuas mãos; cultiva o otimismo; descansa proporcionalmente ao trabalho; o ideal é a bússula que guia o homem através do oceano tumultuoso da vida. Deus – é o ideal supremo.

Tento avaliar o quanto foi importante para mim e para a comunidade baiana ter contado com o Colégio Antônio Vieira. A sua eficácia pode ser medida pela formação de expoentes e de líderes, a exemplo do governador Roberto Santos. Além dos ex-alunos ilustres, o Colégio contribui para formação que liberta centenas de cidadãos e cidadãs prestantes, úteis e ajustados à comunidade.

Voltei e volto sempre ao Colégio. Como pai de aluno, percebia os progressos e as mudanças. Com o diretor padre Guy Ruffier SJ, colaborei como secretário da Educação da Bahia equipando uma escola que o colégio mantinha no bairro periférico de Coutos. A abertura para o social tornou-se programática, como também para a educação com o Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica (CEAP), liderado pelo padre Domingos Mianulli SJ. Continuei presente no Colégio com os meus filhos, Lídia, Daniel e Pedro Augusto. Daniel Boaventura, meu filho, cantor e ator, desde cedo todo voltado para as artes, especialmente para a música, que teve no Colégio apoio de estímulo. Depois dos filhos, permaneço presente com as netas, Isadora e Lorena, e com sobrinhas e sobrinhos. Somos três gerações de vieirenses.

Razão tem Newton Sucupira ao ponderar “[...] quem estudou durante seis ou sete anos em colégio da Companhia de Jesus – e falo por experiência própria – sabe que ninguém passa incólume por uma educação jesuítica.” Reconhece o educador pernambucano que os elementos da disciplina mental do *Ratio Studiorum* marcam o teor humanístico e literário na preparação para vida ativa com a educação da vontade, tenacidade na busca dos fins, domínio das paixões com o guante da razão. Enfim, “[...] apaixonar-se sem prejuízo da vigilância do pensamento racional, eis o paradoxo eficaz da educação jesuítica em seus grandes dias.”

O Colégio Antônio Vieira continua bem vivo na minha reconhecida memória, na vida ativa pela educação da vontade e na minha formação humanista e científica. Muito do que sou, agradeço a Deus ter aprendido com os jesuítas, no meu muito amado Colégio, que completa cem anos.

Seja tudo *Para a Maior Glória de Deus* (A.M.D.G.).

Salvador, 1º de outubro de 2010.

Referências

ARAÚJO, Antônio. As ordens e a congregações religiosas e o direito republicano. In: ABREU, Luís Machado de; FRANCO, José Eduardo (Coords.). **Ordens e congregações religiosas no contexto da I República**. Lisboa, Gradiva Publicações, 2010. p. 83-89.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, Thales. **Um momento da vida intelectual na Bahia (1917-1938)**: a presença e influência do Pe. Luiz Gonzaga Cabral. SJ. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

BOAVENTURA, Edivaldo M. A contribuição do Colégio Antônio Vieira para a sociedade baiana: 100anos. In: CONGRESSO INACIANO DE EDUCAÇÃO, 5, 2010, Salvador, **Coletânea...** Salvador, Loyola, 2011. p.151-157.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Prefácio. In: OLIVEIRA, Waldir F.; COUTO, Edilece S. **Colégio Antônio Vieira 1911- 2011**: vidas e histórias de uma missão jesuíta. Salvador: Edufba, 2011. p. 12-21.

CABRAL, Luiz Gonzaga. **Vieira-pregador**: estudo filosófico da eloquência sagrada segundo a vida e as obras do grande orador português. 2.ed. Braga: Livraria Cruz, 1936. 2 v. Inéditos e Dispersos 5 e 6.

CABRAL, Luiz Gonzaga. **Jesuítas no Brasil** (século XVI).São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925. Coleção: Inéditos e dispersos 3.

CALMON, Pedro. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1995.

COSTA, Marcus de Noronha da. Os nossos padres. In: MATTA, Alfredo E. R. (et al). **Educação, cultura e direito**: coletânea em homenagem a Edivaldo M. Boaventura. Salvador: Edufba, 2004, p. 1039-1043.

FRANCO, José Eduardo. Os diretores da Brotéria. Mariano Pinho. In: RICO, Heremínio; FRANCO, José Eduardo (Coords.). **Fé, ciência, cultura: Brotéria – 100 anos**. Lisboa, Gradiva, dez. 2003. p. 158-159

MONTEIRO, Miguel C. Pombal e os jesuítas. **Rev. Inst. Hist. Geo. Bras.** Rio de Janeiro, a.169, n.441, p. 33-56, out./dez. 2008.

MONTEIRO, Miguel C. Os jesuítas e a República. **Comunicação à Cephais/IHGB**, 15 dez. 2010. Inédito.

OLIVEIRA, Waldir F.; COUTO, Edilece S. **Colégio Antônio Vieira 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta.** Salvador: Edufba, 2011.

PINTO, Antônio Vaz. Editorial 250 anos da expulsão dos jesuítas –1759-2009 **Brotéria 2/3: Cristianismo e Cultura.** Lisboa, v.169, p.111-112, ago./set. 2009.

ROLIM, Antônio. **Uma tentativa de auto-educação na Bahia na Congregação Mariana Acadêmica.** Salvador: Imprensa Vitória, 1953.

SOUSA, Gabriel. **Mosteiro de Singeverga: cem anos de vida beneditina (1982-1992).** Santo Tirso: Obra & Labora, 1992.

SOUZA, Laís Viena. **Educados nas letras e guardados nos bons costumes: Padre Alexandre de Gusmão SJ, infância e educação na Bahia Colonial.** Salvador: Edufba, no prelo.

SUCUPIRA, Newton. Saudação na Academia Brasileira de Educação. Encontro com a educação. In: MATTA, Alfredo E.R. et al. (Org.) **Educação, Cultura e Direito: coletânea em homenagem a Edivaldo M. Boaventura.** Salvador: Edufba, 2004. p. 974-980.

Educação, exigências sociais e novas demandas de formação pela Universidade

Tatiana Brito de Araújo

Tatiana Brito de Araújo é historiadora, professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e doutora em educação, pela Universidade Autônoma de Barcelona.

Resumo:

Na atual etapa histórica prioriza-se o acesso à educação cujo ápice é a formação universitária, creditando-se aos indivíduos que logram acesso à informação contínua e de qualidade mais chances de integração no mercado de trabalho. Tal ênfase, na busca de aperfeiçoamento e de maior aprendizagem, tem demonstrado resultados conflitantes em um mundo cada vez mais informatizado onde predomina o desemprego. Em consequência, observa-se o crescimento da exclusão de numerosos segmentos populacionais a direitos básicos como educação, saúde, e/ou moradia. A articulação de tais fatores demonstra ser a desigualdade social uma ameaça ao exercício da cidadania, conceito considerado indispensável ao aprendizado da formação de jovens, como os de baixa renda, principais vítimas dessa situação, guardadas as especificidades de cada contexto. No caso do Brasil, a educação não-formal de caráter profissionalizante é uma modalidade de capacitação frequentemente disponibilizada a segmentos caracterizados pela baixa escolaridade e perfil muitas vezes associado à delinquência juvenil. Entretanto os resultados práticos dessas ações, em termos de geração de renda e efeitos de minimização do problema da desigualdade de acesso à educação

constituem um campo de estudo que segue aberto à investigação. Esta, além de identificar as limitações impostas pelo mercado de trabalho a tais grupos em desvantagem social, deve comprometer-se com a promoção do desenvolvimento humano e assumir papel de vanguarda na orientação de programas para geração de renda compatível com o nível de qualificação, competências e aptidões ocupacionais. Para essa tarefa, conclama-se a maior participação da universidade a fim de se efetivar esforços de complementaridade de saberes, de maneira a visualizar-se, nesse espaço institucional, o interesse de promover a legitimidade e credibilidade do aprendizado de caráter popular.

Palavras-chave: Educação. Formação universitária. Mercado de trabalho. Demandas sociais. Competência.

Education, social requests and new demands of training by the University

Abstract

In the current historical stage prioritizes access to education whose apex is the University education, crediting to individuals who succeed in access to information and more quality chances of integration into the employment situation. Such emphases, in search of improvement and higher learning, have shown conflicting results in an increasingly computerized world dominated by the unemployment. As a consequence, the exclusion of many populations segments to basic rights such as education, health, and/or housing has been growing. The combination of these factors proves that the social inequality to be a threat to the exercise of citizenship, a concept considered essential to learning the training of young, low-income, the main victims of this situation, considering the specificity of each context. In the case of Brazil, the non-formal education of professional character is a training mode often provided to the segments characterized by low schooling profile often associated with juvenile delinquency. However the practical results of these actions, in terms of income generation and effects of minimizing the problem of inequality of access to education is a field of study that follows open for research. This, in addition to identifying the limitations imposed by the employment system to such groups in social disadvantage, must commit itself to the promotion of human development and take leading role in orientation programs for income generation to be compatible with the level of qualification, competence and occupational skills. For this task, calls the largest participation of the University in order to activate efforts of complementarity of knowledge, in order to show, in this institutional space, the interest of promoting the legitimacy and credibility of the popular character learning.

Key words: Educação. University education. Employment. Social Demands.

Introdução

No presente trabalho, discute-se inicialmente o significado atribuído à expressão Universidade que corresponde ao conjunto de escolas superiores destinadas à especialização profissional e científica, argumentando-se que cabe a esta instituição de ensino assumir papel de maior responsabilidade com o social. Esta concepção é respaldada na amplitude do conceito de universalidade, que impõe atribuições de interagir com a sociedade como um todo a fim de colaborar de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento humano. Essa relação exige ampliar a comunicação com as comunidades periféricas onde se concentram setores menos favorecidos em termos de acesso a educação e a benefícios sociais.

Segmentos, a exemplo dos jovens de baixa renda, têm acesso a uma formação desigual porque o conhecimento, mesmo quando enfatiza uma homogeneização, de fato inexistente, pressupõe existência de hierarquização somente passível de análise e compreensão a partir de contextos históricos e socioculturais determinados. Nos limitamos a discussão de uma dessas vertentes, destacando a educação não-formal, especialmente quando associada ao saber popular regido por valores, costumes e vivências de segmentos populacionais com características comuns. Nesta modalidade educacional, a palavra “formação” aplicada à transmissão de conhecimentos relacionados a uma pedagogia local de sentido operacional tem constituído um desafio no enfrentamento da exclusão de segmentos do mercado de trabalho. Neste sentido, a relação educação /trabalho na perspectiva do conhecimento não-formal tem suscitado discussão sobre novas demandas formativas que apoiadas na aproximação entre diferentes áreas do conhecimento possam incentivar iniciativas populares direcionadas à geração de renda.

Papéis da universidade diante das comunidades excluídas: o contexto do desenvolvimento da economia popular

No início do século XXI, ainda que a educação formal ou oficial se oriente por uma sistematização de conhecimentos técnicos e científicos que incorporam níveis de abstração associados a uma divisão do trabalho, observa-se uma crescente valorização do conhecimento operacional. A denominação que corresponde ao instrumento capaz de produzir uma solução concreta e determinada se aplica a situações como as observadas nas relações comunitárias (Posner, 1998, p. 36).

Com este direcionamento o Estatuto do Magistério Superior que rege as atividades da Universidade do Estado da Bahia, tomada com exemplo nesta exposição, estabelece como uma das finalidades da instituição “[...] prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. (Bahia, 2002). Esta concepção permite à universidade abrir o debate sobre a importância da aproximação de saberes em distintas modalidades de aprendizado e cumprir com o seu papel de fundamentar experiências e inovações sociais. Cabe, então, abrir espaço de discussão e orientação em torno de novas fontes de trabalho, em sintonia com a área da economia popular, direcionada ao mercado informal.

Em sociedades marcadas pela desigualdade, a exclusão de segmentos da população do processo de ensino-aprendizagem constitui um agravante das questões sociais resultantes do aumento da pobreza e da ausência de participação nas relações de produtividade. As consequências desse processo é a desestruturação da cidadania, situação que tem suscitado posturas de defesa de maior responsabilidade do conhecimento como mecanismo de reivindicação social.

Quando o assunto é investimento social, o papel atribuído à educação não-formal ganha destaque por se aproximar mais do sentido atribuído à educação popular enquanto estratégia de fortalecimento dos movimentos sociais. Estes frequentemente empenham-se na promoção de

iniciativas que visam à melhoria de vida, sendo uma das estratégias utilizadas a oferta de uma melhor distribuição do conhecimento, como fator não somente de formação profissional, mas de “conscientização social”.

Trata-se, portanto, de discutir o direito à cidadania enquanto processo de participação na sociedade, o que inclui direcionamentos educacionais capazes de viabilizar, através da formação, ações práticas, que se contraponham ao estabelecimento de instrumentos altamente seletivos e subordinados a qualquer “missão”, fundamentada nas teorias de cunho neoliberalista cujo lema é desemprego para muitos e benefícios para poucos.

Nas comunidades periféricas, os segmentos jovens, que participam dos cursos profissionalizantes, são constituídos por grupos sem acesso a uma educação formal que atenda às exigências de qualificação do mercado. Assim, os participantes desse aprendizado são treinados para exercerem atividades mais direcionadas ao mercado informal, campo considerado cada vez mais competitivo.

A limitação de recursos e de uma política específica de promoção de desenvolvimento autossustentável para concretização de trabalho, sequer como autônomo, evidencia que a formação profissionalizante disponibilizada a jovens pobres são iniciativas incapazes de assegurar a satisfação das necessidades básicas do ser humano: alimento, habitação, saúde, educação e emprego, fatores indispensáveis ao exercício da cidadania.

Com base nesses parâmetros, considera-se que o papel da educação é também o de promoção do desenvolvimento social, conceito que expressa correspondência entre cidadania, formação profissional e melhoria do nível de vida das pessoas. Para concretização desse tripé, é indispensável uma ação prática, de conjunto, entre diversas instituições e diferentes tipos de conhecimento, cuja meta seja a autossustentabilidade.

Preocupar-se com a consecução de programas de geração de renda significa ir de encontro ao assistencialismo e constitui uma forma de resgatar do mundo da exclusão social, mais amplo que o da simples pobreza, distintos grupos a exemplo dos grupos referenciados no enfoque desta apresentação. Para estes, a concessão de um aprendizado sem perspectiva de atuação no mercado, sem uma política de apoio oficial e

sem ações para promoção de empreendimentos na área do capital social são estratégias paliativas e fragmentadas que não enfrentam as causas da desigualdade social.

Esta situação prevalece neste início do século XXI, apesar de muitas vezes denunciadas, a exemplo do estudo apresentado por estudiosos como Bourdieu e Champagne (1993) ao discutirem a expansão de escolas precárias nos subúrbios da França, de 1986 a 1990, destinadas a absorver alunos menos preparados, enquanto ascendiam aos colégios melhor estruturados os filhos de famílias abastadas. No Brasil, esses desníveis de qualificação são observados especialmente em regiões como o Nordeste onde prevalece grande desigualdade. No quadro da educação, a ampliação da precariedade do aprendizado disponibilizado na escola pública ao jovem de baixa renda constitui um fator de exclusão desses segmentos no mercado de trabalho, promovendo o aprofundamento das questões sociais.

Segmentos jovens pobres, educação não-formal e possíveis ações complementares da universidade

A baixa escolaridade e a falta de recursos para bancar qualquer outra tentativa de formação reservam a esses segmentos o acesso a cursos profissionalizantes de caráter gratuito, quase sempre na área de educação não-formal, oferecidos nas comunidades onde vivem. Tais opções diante da escassez de empregos e crescimento da informalidade são ações questionáveis em termos de resultados práticos na vida de seus destinatários, situação que varia de forma peculiar em relação a cada região ou país, dependendo de sua trajetória histórica e tomada de decisões políticas das elites no poder.

A oferta de uma educação popular com base na profissionalização por via não-formal, que vem sendo disponibilizada a segmentos mais pobres em comunidades como Novos Alagados na periferia de Salvador capital da Bahia, precisa ser acompanhada por uma proposta de desenvolvimento social.

Desenvolver ações com este direcionamento exige a revisão de conceitos como pobreza, desigualdade e marginalidade, enquanto fatores impeditivos do exercício da cidadania e, portanto, propagadores da violência que sofre o ser humano excluído do mercado de trabalho, condenado a vários tipos de privações.

Pobreza se contrapõe à definição baseada pura e simplesmente em critérios de insuficiência de renda para suprir necessidades básicas. É uma situação de precariedade, de qualidade de vida, que gera baixa-estima e degradação do ser humano. É de certa forma um parâmetro de medição que permite estabelecer uma escala de distribuição de renda e diferentes padrões de vida, que constituem um diferencial entre os grupos sociais. Esta escala de oportunidades implica no estabelecimento da desigualdade de acesso não só da riqueza em termos de renda, mas se estende a outros benefícios do ponto de vista social, político e cultural, entre diferentes grupos (Sen: 2000).

Essa variação de disparidades de acesso à riqueza do ponto de vista mais sistêmico do desenvolvimento social, quando associada a diferentes fatores de exclusão, em que se inclui o desemprego e a falta de informação, de fundamental importância no exercício da cidadania, permite estabelecer um conceito de “marginalidade generalizada”. Esta provoca permanente exclusão de determinados segmentos da sociedade condenados a precariedade de condições de vida e ausência do trabalho responsáveis por uma cadeia de exclusões sociais que são cumulativas (Kowarick: 1975).

Da reflexão sobre esta situação resulta o interesse específico pela relação educação-trabalho destinada a segmentos jovens da periferia de Salvador que recebem formação profissional caracterizada por informações para o exercício de atividades já direcionadas ao mercado informal. São, no entanto, constituídas por profissões socialmente pouco valorizadas e sem expectativas de novas frentes de trabalho.

Os jovens destinatários desse aprendizado caracterizam-se pela oferta de mão de obra não absorvida pelo mercado de trabalho uma vez que predomina no perfil desses grupos o atraso escolar ou no mínimo deficientes graus de qualificação, além das dificuldades de capital inicial. Tais fatores inibem a promoção de atividades auto-sustentáveis de caráter isola-

do, sinalizando a importância de novos investimentos de capital social em programas capazes de beneficiar ações de cunho coletivo. Neste sentido, é indispensável analisar e priorizar projetos que reúnam grupos específicos com interesses comuns que ofereçam condições de viabilização de renda, a exemplo do incentivo à formação de cooperativas de trabalho.

Educar jovens de comunidades periféricas para o desenvolvimento social significa, sobretudo, formar profissionais e cidadãos capazes de reivindicar de forma conjunta os seus interesses a fim de se fazer representar como grupo e participar do processo de construção da sociedade, o que exige estratégias de conscientização cabíveis na proposta de educação popular.

Ao que tudo indica, a oferta de cursos profissionalizantes oferecidos em comunidades carentes sem a perspectiva de concretização de atividade produtiva resulta em uma tentativa, por si válida, mas insuficiente, de desviar jovens, principalmente os de risco, do mundo das drogas, do crime e da prostituição, esforço que termina sendo uma “salvação” de caráter transitório.

Em outras palavras, a carência de investimentos sociais promove a marginalidade, mesmo quando tenta controlá-la indicando que o processo de arrancar “ervas daninhas” sem semear a terra com sementes de boa qualidade não produz resultados satisfatórios em termos de colheita.

Jovens sem nenhuma perspectiva de atuação no mercado de trabalho vivenciam, no seio de comunidades carentes, os efeitos do poder paralelo que sustentam as relações criminosas para as quais são compelidos pela indiferença da política oficial em que se insere, em última análise, a educação formal, de caráter extremamente seletista, principalmente diante da comentada precarização da escola pública.

Uma das possibilidades de contribuição da educação para a promoção do desenvolvimento humano é certamente uma maior participação da universidade com as comunidades que lutam pela implementação de programas de autossustentação. Para tanto é preciso repensar o papel elitizante do ensino superior, colocando-o a serviço dos excluídos desse espaço a fim de enriquecer a formação profissional oferecida a jovens de baixa renda.

Os jovens absorvidos em programas de educação não-formal aprendem uma profissão, mas não encontram sinalizações de caminhos que possam ser percorridos com suas próprias pernas, faltando certamente incentivos e capital social para fortalecimento de ações almeçadas.

Esta situação indica que, além da oferta de cursos formativos de cunho profissionalizante, os segmentos jovens necessitam de orientação para consecução de projetos de geração de renda, exigindo apoio de organismos vinculados a programas de desenvolvimento social. É nesse espaço que se compreende a reivindicação de maior interação da universidade com as comunidades.

Retomando o caráter de universalidade da entidade, considera-se que a universidade deveria abrir-se à contemplação do local com mais afinco, disponibilizando serviços às comunidades como, por exemplo, oferecer cursos de extensão que possam complementar a formação profissionalizante com direcionamentos para o mercado de trabalho em que se inclui orientação para viabilização de projetos locais. Ilustrando esta posição, Nova (2001-2002, p. 13) argumenta que “[...] as universidades deveriam encontrar meios de invadir as comunidades e deixar-se invadir por elas também”.

Reunir na universidade grupos jovens de baixa escolaridade, orientar e auxiliar, de forma prática, na organização de atividades econômicas pautadas na autossustentabilidade, é uma contribuição concreta para o fortalecimento de movimentos fragmentados e de pouco impacto social, uma vez que se destinam, regra geral, a tão somente, garantir a sobrevivência de pessoas mantidas no mesmo nível de pobreza.

A criação de cursos de extensão para gerar a concretização de projetos locais pode disponibilizar informações sobre formas de obtenção de crédito e de possibilidades de abertura de pequenos negócios possíveis de concretização.

Esse espaço, ainda vazio na universidade moderna, que prioriza cursos para gestores de Ong's em detrimento de grupos comunitários para gerir suas próprias vidas, ignora necessidades de formação não atendidas pelos cursos profissionalizantes oferecidos nas periferias de cidades, como Salvador, que não dão conta, em termos de treinamento, da

inserção profissional de grupos de baixa renda “descartados” do saber “superior”.

Nessa concepção de maior participação da universidade, se advo-ga o comprometimento do saber científico em direção a um maior compromisso com a sociedade como todo, o que inclui o povo além das elites.

No caso do Brasil e de outros contextos similares, não se pode esquecer que a população é majoritariamente formada pelas classes populares, em que se incluem os jovens pobres geralmente moradores da periferia. São esses setores excluídos do processo de formação em níveis desejáveis de qualificação nos moldes valorizados pelo mercado de trabalho que exigem repensar a educação para atender as novas demandas sociais.

Direcionamentos conclusivos

A proposta defendida neste artigo é a de promoção de um modelo associativo de educação que permita introduzir mudanças no quadro geral de atividades educacionais universitárias para que estas possam interagir com as comunidades periféricas de forma contínua. O objetivo é produzir tipos de conhecimento, numa ação conjunta e complementar, entre diferentes propostas de educação como a formal e a não-formal, priorizando-se, sobretudo, a comunicação entre as comunidades, a universidade e outras instituições interessadas no social, sem interesses assistencialistas. Trata-se, portanto, de democratizar o conhecimento que deve ser acessível a quem dele necessita utilizar, tarefa que podem cumprir agentes sociais (de diferentes instituições,) que se proponham a trabalhar de forma cooperativa e livre de espaços limitadores de caráter institucional.

No mundo atual, portal de um novo século caracterizado pelas intensas mudanças ditadas pela globalização da economia, recursos tecnológicos e novos padrões de competição, a educação, que certamente não é neutra, responde a valores de regulamentação e controle social que obedecem a situações historicamente localizadas. A educação como instru-

mento de luta contra a desigualdade social e aprofundamento da pobreza tem sido valorizada por estudiosos de todo o mundo, constituindo-se em um fator de conscientização da responsabilidade do conhecimento como mecanismo de reivindicação social.

É com esse compromisso de uma ação transformadora, que se destaca a educação popular preconizada por Paulo Freire. Sua concepção de uma “pedagogia do oprimido” continua sendo referência às relações estabelecidas entre política-educação, participação na sociedade e distribuição da riqueza, condições que indicam a importância de “possuir saber para exercer poder”, do ponto de vista da organização de movimentos populares (Scocuglia, 2000), cuja máxima, é a denúncia da opressão e da exclusão social.

Tal situação enseja o debate de uma educação popular, direcionada não somente à profissionalização, quase sempre ministrada por via não-formal, mas de uma proposta mais ampla que ofereça alternativas de ações possíveis de concretização na perspectiva do desenvolvimento social. Essa associação não pode ser estabelecida sem a revisão de conceitos como pobreza, desigualdade e marginalidade, enquanto fatores impeditivos do exercício da cidadania. A permanência dessas situações são, pelo contrário, propagadoras da violência que sofre o ser humano excluído do mercado de trabalho, condenado a vários tipos de privações e perda de qualidade de vida.

Diante dessas limitações uma maior interação entre a universidade e as comunidades permitiria uma maior aproximação de saberes capazes de gerar frutos a partir de interesses priorizados pelos grupos destacados, aprimorando-se, por exemplo, o aprendizado disponibilizado na âmbito das comunidades, muitas vezes de maneira insuficiente para gerar concretização de ações geradoras de renda.

Em outras palavras, o papel da universidade, para fazer jus a seu caráter universal, deve investigar e apoiar as manifestações dos marginalizados da história. Tais grupos têm avançado e conquistado espaço de representação, ainda frágil, que demandam necessidades de intervenção na sociedade o que exige assumir uma postura de preocupação com a transformação social.

Defender essa posição implica compreender a relação funcional entre educação e mercado de trabalho que no contexto das sociedades marcadas pela extrema desigualdade socioeconômica exige avaliar a relevância da falta de oportunidades de acesso aos meios de promoção do desenvolvimento humano.

Por esta ótica, a oferta de cursos profissionalizantes para grupos jovens de baixa renda não pode ser dissociada da questão da fome, da moradia, da saúde e do trabalho, além de outras necessidades como o lazer e a conscientização de cidadania.

Nesse sentido, considera-se fundamental enfatizar que a relação educação-trabalho na perspectiva da formação de cursos profissionalizantes de caráter não-formal no Brasil, mas não somente, tem como principal tarefa pesquisar e aportar contribuições para iniciativas de desenvolvimento autossustentável, com base nas necessidades sentidas pelos grupos comprometidos com a formação de jovens no espaço comunitário de bairros periféricos.

Referências

BAHIA. Lei n. 8.352 de 02 de setembro de 2002. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Estado da Bahia, 2002.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Estudos latino-americanos, v. 3).

NOVA, C. A palavra mágica é política. **Revista de Educação, CEAP**, Salvador, ano IX, n. 35, 2001-2002. p. 7-17.

POSNER, C. **El sector informal y la reforma educativa**. Madrid: Morata. (Volver a Pensar la Educación, volume I, Política, Educación y Sociedad- Congreso Internacional de Didáctica), 1998. p. 342-370.

SEN, A. **Desarrollo y libertad**. Barcelona: Planeta, 2000.

Por que as revistas surgem e desaparecem?

Sérgio Mattos

Jornalista, Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia de Artes e Letras do Salvador, da Associação Bahiana de Imprensa e Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Resumo

Este artigo traça um panorama geral sobre o segmento revista no Brasil e na Bahia, tentando identificar respostas para o questionamento básico proposto durante o Fórum Revista Ano 200: “Por que as revistas morrem?” Apresenta também um breve relato da história da revista *Neon*, que reúne inúmeras evidências que servem de respostas para esse questionamento.

Palavras chave: História. Mídia revista. Revista Neon. Bahia. Brasil.

Why magazines appear and disappear?

Abstract

This paper presents an overview on the segment magazine in Brazil and in Bahia, trying to identify answers to basic questions proposed during the Year 200 Forum Magazine: “Why do magazines die?” It also presents a brief history of the *Neon* magazine, which includes plenty of evidence that serve as answers to this question.

Key words: History. Media Magazine. Magazine *Neon*. Bahia. Brazil.

O objetivo deste artigo é identificar respostas plausíveis para o questionamento proposto pelo painel: Por que as revistas morrem?, como parte do programa do “Fórum Revista Ano 200”, realizado no dia 3 de abril de 2012 numa promoção da revista Imprensa-Jornalismo e Comunicação e pela Associação Bahiana de Imprensa – ABI. Inicialmente, apresenta um panorama geral sobre o segmento revista na Bahia, depois no Brasil, para, em seguida, concentrar atenção numa revista baiana com a qual o autor teve um envolvimento pessoal, a *NEON*, que surgiu em janeiro de 1999 e desapareceu em dezembro de 2004, deixando saudade porque foi um veículo que soube valorizar, preservar e resgatar a nossa cultura, mostrando aos baianos e aos brasileiros os valores culturais, históricos e patrimoniais da Bahia. O relato da história da *NEON* reúne inúmeras evidências que servem de respostas para a pergunta chave do painel. Apesar deste artigo ser inconclusivo, aqui são levantadas questões e observações que merecem um estudo mais aprofundado das evidências que se apresentam como causas para o desaparecimento de algumas revistas e motivos para o surgimento de novos títulos tanto no cenário nacional como no regional.

Cenário das revistas na Bahia

Desde o ano de 1812, quando surgiu na Bahia a primeira revista do Brasil, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, lançada por Manoel Antonio da Silva Serva, em Salvador, até os dias atuais, a capital baiana

viu surgir e desaparecer inúmeras revistas, que não conseguiram passar do fatídico terceiro número (TAVARES, 2011). Foi também com a participação de uma jornalista baiana, Violante Bivar Velasco, que surgiu o primeiro periódico feminino do Brasil, o primeiro veículo dirigido a uma audiência segmentada, ou seja, *O Jornal das Senhoras*, que surgiu no ano de 1852, no Rio de Janeiro.

Durante o século XX, quando o modelo de negócio revista ganhou corpo e se fez presente em todo o país, este segmento da mídia impressa sempre sofreu com o desaparecimento de títulos, fossem eles de circulação nacional ou regional. Uma revista de variedades que circulou na Bahia e que sobreviveu por mais de 21 números foi a revista *Única*, de Amado Coutinho, que desapareceu após o golpe de 1964.

No ano de 1968 a Bahia vivia um movimento cultural intenso com o surgimento de inúmeras revistas de cunho literário, a exemplo de *Experimental*, *Serial* e *Conclave*. Tal ambiente fortaleceu o interesse pela leitura, ocasionando o surgimento de várias mídias alternativas. Foi nesse período que surgiram várias revistas, tais como a *Bahia Agora*, de Álvaro Meira, Gumercindo Rocha Dorea, Omar Barros e Hélio Vieira Santana, proprietário das Artes Gráficas, uma das maiores gráficas privadas de Salvador na época. Mesmo tendo uma gráfica para lhe dar suporte, a *Bahia Agora* não ultrapassou ao quarto número.

A EDISA, grupo empresarial liderado por Elmano Silveira Castro, que estava montando o jornal *Tribuna da Bahia*, lançado em 1969, e, em paralelo, implantando um parque gráfico destinado a ser um dos maiores do Nordeste, também idealizou uma revista, a *Tribuna Econômica*, devido ao contexto de desenvolvimento comercial e industrial da Bahia que apontava para a necessidade de uma mídia especializada. Apesar de ter um grupo econômico forte por detrás, a revista *Tribuna Econômica*, mesmo usando toda a infraestrutura, inclusive os profissionais que estavam sendo treinados para o jornal, também não passou do terceiro número.

No mesmo período, o jornalista e publicitário Helio Teixeira de Freitas com uma estrutura bem simples, limitada a uma sala, com secretária e uma redação composta por quatro jornalistas trabalhando no esquema *freelancer*, conseguiu lançar a revista *Liderança*, de circulação

dirigida e gratuita. Os exemplares eram distribuídos na área comercial, industrial, bancária, turística e publicitária de Salvador, obtendo retorno positivo, pois conseguiu emplacar mais de vinte números, mantendo uma circulação regular. A revista era impressa em *offset* com a capa impressa em pelo menos duas cores. No final, o seu proprietário tinha comprado uma gráfica e a revista passou a ser impressa sem a mesma qualidade até desaparecer no início dos anos 1970. A *Viver Bahia*, criada e mantida pelo Governo do Estado, também circulou por mais de 20 números, apesar de ter tido uma circulação irregular, com grandes interrupções.

Mais recentemente, em 6 de abril de 2008, vinculada e encartada no jornal *A Tarde*, surgiu a revista *Muito*¹, a única revista semanal da Bahia e algumas outras destinadas a nichos sociais como a revista *Lícia*², a *Revista do Yacht*³, além de outras mais recentes e extremamente segmentadas como *Nosso Bairro*⁴, *Revista B+*⁵, *Bequadro*⁶ e a revista *Metro Quadrado*⁷. Estes são apenas alguns dos títulos que se encontram

¹ A revista *Muito*, lançada em 6 de abril de 2008, circula encartada nas edições dominicais do jornal *A Tarde*, sem ônus para o consumidor, com uma tiragem de 50 mil exemplares. Trata-se da primeira revista semanal da Bahia. Está também disponibilizada na web.

² A revista mensal *Lícia – Luxo, Inspiração, Comportamento, Inteligência, Atitude*, da promoter Lícia Fabio, foi lançada em setembro de 2009, com projeto gráfico de Sérgio Gordilho, diretor de criação da África, agência de publicidade de Nizan Guanaes. Trata-se de uma revista voltada para a elite social focando a arte, a música e estilo de vida.

³ O número 66 da *Revista do Yacht* circulou no carnaval de 2012. Trata-se de uma publicação bimensal, com 15 mil exemplares, destinada aos associados do Clube. A Canal 2 Comunicação e Eventos Ltda é a responsável pela produção desta e de outros títulos.

⁴ A revista *Nosso Bairro*, que circula na Barra, Itaigara e Pituba, é mais uma das revistas produzidas pelo Canal 2 Comunicação e Eventos Ltda. Já se encontra no quarto ano e no nº 35. Pode ser acessada no link www.canal2.com.br

⁵ A revista *B+*, uma evolução da *Business Salvador*, foi lançada no dia 23 de agosto de 2011 com a proposta de ser bimestral com tiragem de 10 mil exemplares

⁶ *Bequadro* é uma revista sobre música baiana, que divulga outras facetas contemporâneas alheias ao mercado do Axé. É distribuída gratuitamente e produzida com o patrocínio da Conexão Vivo através da lei de incentivo à cultura do Governo do estado da Bahia. Lançada em fevereiro de 2012 disponibiliza também versão em PDF para download.

⁷ Focada no mercado imobiliário, a revista *Metro Quadrado*, lançada em 2011, já a partir do seu terceiro número ganhou versão eletrônica para iPad App Store. A revista surgiu com o objetivo de fornecer aos leitores algo mais do que apenas anunciar

em circulação em Salvador e que talvez seja de completo desconhecimento da maior parte da população baiana, mas esta informação mostra que vários são os títulos circulando em Salvador e que não entram na contagem do total de títulos existentes no país. Isso sem citarmos as revistas destinadas a produtos químicos, as vinculadas a determinados segmentos profissionais, como a revista dos supermercados, do pólo petroquímico e muitos outros exemplos com tiragens limitadas e distribuição dirigida. Muitos também são os títulos de revistas acadêmicas/universitárias e/ou vinculadas a instituições e fundações que mantêm revistas periódicas em circulação, mas que não possuem a característica de revista noticiosa ou de variedades. Muitas dessas inclusive estão adotando a versão eletrônica, mudando da plataforma impressa para a plataforma digital devido ao custo de produção.

Na Bahia, existem também revistas bimensais, bimestrais, semestrais e anuais, a exemplo da revista *Omega*, vinculada ao grupo Omega de Estudos Holísticos e Transpessoais, que está circulando nacionalmente desde janeiro do ano 2000. Isto quer dizer que a mídia revista continua viva, tanto no país como um todo como na Bahia em particular, resistindo a tudo, inclusive à concorrência da mídia digital.

Nos principais municípios da Bahia também surgiram e desapareceram várias revistas como a *Panorama*, de Feira de Santana, *Bahia em Foco*⁸, de Jequié, e outras que circularam e continuam circulando de maneira irregular em várias regiões do Estado, principalmente na região cacaueteira. Seria impossível enumerar todas, mas, nos últimos anos, inúmeros foram os títulos de revistas lançados e que desapareceram ou continuam a circular a duras penas em Salvador, tais como as revistas *NEON*, a *Revista dos Municípios*, a *Exclusiva*, a *Bahia Atual*, entre outras.

Atualmente, vários são os tipos de revistas existentes na Bahia, que se utilizam tanto da plataforma impressa como da eletrônica para

lançamentos imobiliários. Tem distribuição gratuita e pode ser acessada no link <http://macmagazine.com.br/2011/06/13/focada-no-mercado-imobiliario-revista-baiana-metro-quadrado-ganha-versao-para-ipad/>

⁸ A revista *Bahia em Foco*, editada por Wilson Midlej, era uma revista impressa que basicamente circulava no Sul e Sudoeste da Bahia a partir de Jequié. Hoje circula apenas com a versão eletrônica.

se manter em circulação. São revistas noticiosas e de variedades (disponibilizadas em bancas para o público em geral), revistas customizadas (de circulação dirigida e distribuição gratuita para públicos especializados), revistas sindicais, revistas religiosas, revistas acadêmicas/universitárias, revistas oficiais (publicadas por órgãos do governo), e revistas eletrônicas de todos os tipos de conteúdo e dirigidas a públicos também segmentados.

Cenário nacional da mídia revista

Em nível nacional, até mesmo revistas baseadas em projetos e estratégias mercadológicas de empresas constituídas, em épocas diferentes, ao longo do século XX, a exemplo de *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Fatos & Fotos*, *Realidade*, *Revista da Semana* e muitas outras fecharam por motivos diversos, enquanto outras conseguiram manter-se a partir da segmentação do mercado que se apresenta como a saída perfeita para a permanência dos títulos. Hoje, no Brasil, a mídia mais segmentada que existe, podemos dizer, é a mídia revista, pois encontramos títulos destinados a vários segmentos de interesse humano ou nichos de mercado específicos. Se antes tínhamos uma revista Rural, que abordava de tudo, da pecuária à agricultura, hoje já encontramos títulos para cada tipo de raça de gado, de cavalo, de bode, de cães e gatos, ou tipo de plantio específico, cacau, café, laranja, milho e soja, entre outras culturas.

A segmentação do mercado e a busca de públicos específicos é a solução para a sobrevivência, mesmo que, em alguns casos, a solução da busca da audiência dirigida esteja calcada em bases radicais. Exemplo de segmentação é a revista *Raça Brasil*, cuja experiência foi descrita pelo jornalista Bernardo Kucinski da seguinte forma:

Um caso interessante de revista que teve de negar parte da identidade para sobreviver é o da *Raça Brasil*, mensal, que vende 700 mil exemplares. É um sucesso, mas passou pelo pior, quando anunciantes não queriam associar sua imagem à dos negros. A revista abandonou sua linha de contes-

tação, virando revista de moda e cosméticos para consumo de uma nova pequena burguesia negra. Lentamente, segundo seu fundador, Big Richard, anúncios começaram a chegar. Dez anos depois de lançada, repleta de anúncios dedicados à beleza, *Raça Brasil* só se distingue das revistas convencionais da Abril pela cor dos corpos que enaltece (KUCINSKI, 2007).

Segundo a Associação Nacional de Editores de Revistas – ANER, que não possui registro nem controle sobre os inúmeros títulos regionais, o segmento revista envolve mais de quatro mil títulos. De acordo com informações do IVC – Instituto Verificador de Circulação, e dos distribuidores nacionais, em 2008, existiam 3.915 títulos em circulação, sendo que destes apenas 2.255 tinham circulação regular (ANER, 2010).

As estatísticas atualizadas da ANER mostram que houve um aumento em torno de 10% na circulação total de títulos semanais entre 2009 e 2010, o que estaria revelando a pujança do setor. Quanto à variedade de títulos, esse número cresceu entre 2009 e 2010, de 4.432 para 4.705 títulos demonstrando um surpreendente aumento de 273 novos títulos. Nos últimos dez anos registrou-se também um crescimento na diversidade de alternativas para os leitores de revistas. Do total de quase cinco mil títulos de revistas apenas 223 estão filiados aos IVC – Instituto Verificador de Circulação⁹ (ANER, 2010).

De acordo com projeções, até o ano de 2020 deverão surgir no país mais de 200 novos títulos de revistas segmentadas de circulação nacional sem contarmos com os títulos regionais. No século XXI, já se tem o registro de que entraram em circulação, pelo menos, dez novos títulos de revistas por ano, apesar da concorrência ostensiva da mídia

⁹ De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), entre julho de 2010 e junho de 2011, a média de circulação paga de revistas no Brasil associadas ao Instituto de Verificador de Circulação foi de 13.735.919 exemplares, o que representa um recorde para o setor e um aumento de 5,1% em relação à média registrada entre julho de 2009 e junho de 2010. Para atingir a esse total o IVC considerou apenas 172 títulos a ele filiados, sendo 25 deles de circulação semanal, 145 mensais e duas publicações quinzenais.

televisiva e da Internet, que já se transformou na terceira maior mídia do mundo em faturamento, superando a mídia revista que passou a ocupar o quarto lugar em faturamento. As projeções indicam que até 2015 a Internet deverá capitalizar mais anúncios do que jornais e revistas juntos aqui no Brasil, passando a ser a segunda maior mídia em faturamento publicitário, perdendo apenas para a televisão (MEIO & MENSAGEM, 2011).

O modelo de negócio revista conta à sua disposição com mais de 35 mil pontos de vendas distribuídos por todo o País, sem contar com as lojas de varejo que também disponibilizam a venda de revistas aos seus clientes. Com esta base de vendas e mais o aumento do poder aquisitivo das classes C e D, os empresários vinculados à mídia revista têm encontrado motivos suficientes para investir na segmentação como estratégia de crescimento, promovendo pesquisas de mercado para identificar tendências de comportamento e desejos dos leitores para produzir e colocar no mercado títulos que possam acompanhar as tendências e a realidade atual do mercado.

Um dos problemas que se apresenta neste momento para a mídia revista é o monopólio da distribuição de revistas em nível nacional ou até mesmo regional. Hoje, os canais de distribuição de revistas está sob o monopólio do Grupo Abril que já detinha 70% do mercado e em 2007 adquiriu a segunda maior distribuidora brasileira, a Fernando Chinaglia, que detinha os outros 30% do mercado (KUCINSKI, 2007). A empresa do Grupo Abril que detém o monopólio de distribuição é a DINAP. Uma das soluções para vencer o monopólio da distribuição é a fidelização dos leitores por meio de campanhas de assinaturas, que podem ser entregues por meio dos Correios. Outra é diversificar o conteúdo para atrair novos nichos de consumidores.

O cenário da última década apresenta dois períodos distintos. No período de 2000 a 2005 ocorreu a recuperação de margem de lucro dos produtos, transformando as editoras em empresas mais saudáveis e preparadas para crescer. Algumas não sobreviveram a este período. Num segundo momento [de 2006 a 2010], as editoras investiram em dois mercados importantes, e as circulações e o faturamento cresceram. O primeiro mercado, a exemplo do que ocorreu com os jornais, foi o

de revistas populares, com preços médios para o consumidor variando entre R\$3 e R\$4 reais. Este mercado foi mais desenvolvido nas revistas semanais a partir de 2007 e, nas mensais, a partir de 2008. O segundo mercado com investimento e crescimento importante é o de revistas mensais “segmentadas” com preço de capa acima de R\$10. Este nicho apresenta evolução de preços junto com a inflação, possui presença tanto nas vendas avulsas quanto em assinaturas e foi desenvolvido com maior força a partir de 2005 (IVC, 2011).

Nesse período, 2000 a 2010, é bom salientar, as edições digitais não apresentaram números expressivos. O evento mais relevante nesta área foi o surgimento dos Tablets, mas eles também, seguindo o IVC, não influenciaram ainda na circulação das revistas.

Como nos informa Alexandre Lemos (2008):

Semanalmente, circulam pelo País quase um milhão de exemplares de revistas populares com conteúdo focado no universo feminino e na programação televisiva, sobretudo nas novelas.

Vale salientar que a estabilização da moeda com o Plano Real, a partir de 1994, possibilitou a multiplicação de revistas de conteúdo popular, a exemplo de *TiTiTi*, da Editora Símbolo, *Ana Maria e Viva!Mais*, da Editora Abril, que só em 2010 venderam juntas mais de 25 milhões de exemplares (ENFECHAMENTO, 2012).

Muitos estudiosos profetizam o desaparecimento da mídia impressa, que vem sendo substituída aos poucos pela mídia digital, além de sofrer forte concorrência no que diz respeito à participação no bolo publicitário. No entanto, quando verificamos os investimentos que foram realizados nos últimos anos em tecnologia impressa, o mínimo que podemos fazer é desconfiar das profecias, pois a categoria empresarial envolvida nessa mídia é muito bem informada e não daria murros em ponta de faca se o fim do impresso estivesse tão próximo. Observe-se que, a título de exemplo, só o Grupo Abril, fundado em 1950, que se caracteriza como um dos maiores e mais influentes na área de comunicação em toda a América Latina, empregando mais de sete mil pessoas,

vem aumentando, nos últimos anos, seus investimentos na área do impresso. O Grupo atua em várias frentes, na área de mídia (Editora Abril, Mídia Digital, Elemídia, Alphabase, MTV e Casa Cor); possui Gráfica, Logística de Distribuição e Serviços, além da educação, com a Abril Educação. O Grupo fornece informações, cultura e entretenimento para praticamente todos os segmentos de públicos, atuando de maneira estratégica, por meio da integração de várias mídias (ABRIL, 2012). Recentemente, em 2011, a Abril realizou um grande investimento, no setor de impresso, cujas informações estão disponíveis no site do Grupo:

O Grupo Abril inaugurou em 1/9/2011 a nova impressora de rotogravura Cerutti 7 para a Abril Gráfica. A máquina italiana tem capacidade para imprimir mais de 900 páginas por segundo, trazendo aumento na produtividade, queda do consumo de energia em 10% e possibilidade de impressão com cores especiais e aroma. O investimento de R\$42 milhões neste projeto vai ao encontro da constante inovação em tecnologia promovida pela empresa (ABRIL, 2011).

Ao tomar conhecimento deste e de outros investimentos pesados que estão sendo feitos pelo segmento empresarial que atua na mídia impressa, principalmente na mídia revista, o que poderemos dizer sobre o futuro dessa mídia? O que justificaria o investimento no monopólio da distribuição de revista no País se o Grupo não acreditasse no segmento? Acreditamos que os estudos sobre as revistas deveriam considerar e refletir mais sobre o tipo de diálogo que as revistas estão mantendo com a sociedade e dentro dela. É necessário que estes estudos se concentrem na identificação e descrição das variadas áreas de informações, dirigidas aos mais distintos segmentos de públicos, para melhor entender as tendências do setor. Isto porque a revista é uma mídia especial que abriga vários produtos, sabe preservar um relacionamento de cumplicidade com seu público leitor, além de se apresentar, tecnicamente, com um formato que facilita a portabilidade, para usarmos um termo que está em moda.

Uma explicação lógica para esse crescimento de títulos de revistas por todo o País foi o barateamento dos custos de produção e impressão, o que tem estimulado o surgimento de revistas temáticas, destinadas aos

mais variados tipos de audiência, seja aquele formado por raça, por religião, por profissão ou gênero. A tecnologia disponível hoje no mercado possibilitou o surgimento de títulos de revistas de pequenas tiragens e, segundo dados oficiais, o setor de títulos de revistas cresceu cerca de 80% entre 1996 e 2006, apesar da circulação total de revistas no país ter diminuído no mesmo período em quase 12% (KUCINSKI, 2007).

Relato do caso da revista *NEON*

Em 1998 a Bahia estava experimentando outra época de pujança econômica, a cultura baiana estava em alta, a música da Bahia e o Axé Music tinham estourado. Tudo estava dando certo, as bandas e os artistas baianos ocupavam espaços na mídia nacional e vendiam mais de um milhão de cópias de discos. O carnaval da Bahia estava no auge. Todas as tendências econômicas, comerciais e as novas aspirações do nosso público empurravam para a necessidade de uma revista baiana. Afinal de contas, em todos os Estados brasileiros, circulavam revistas, só na Bahia nenhuma delas conseguia sobreviver. Esse era um tabu a ser vencido. A situação econômica do país e a explosão cultural da Bahia eram favoráveis à criação de uma revista totalmente voltada para a Bahia. A seguir relato, em forma de depoimento pessoal, o caso da revista *NEON*:

Em abril de 1998, começamos a elaborar um projeto gráfico e editorial com o objetivo de levar ao público leitor, por meio de uma revista mensal de qualidade, fatos, informações e comentários relativos à arte, à cultura e ao entretenimento na Bahia. O primeiro número da revista *NEON* foi lançado em janeiro de 1999, tendo Ivete Sangalo na capa. A expectativa de sucesso da *NEON* estava baseada em tendências que apontavam a indústria do entretenimento como o grande negócio que se podia vislumbrar para o século XXI, além de indicadores favoráveis em nosso Estado, a saber:

- A redução gradual da carga horária de trabalho, na maioria dos países, era uma perspectiva de ampliação do tempo das pessoas para o lazer;

- As atividades artísticas e culturais estavam substituindo os esportes como principal opção de entretenimento da sociedade;
- A indústria do entretenimento na Bahia tinha sido a que mais havia crescido na última década do século XX, movimentando nos anos de 1998 e 1999 aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual;
- No ano de 1998, Salvador recebeu mais de três milhões de turistas gerando uma receita superior a US\$900 milhões com forte impacto sobre o PIB estadual;
- O carnaval de 1999, quando a revista já estava em circulação, atraiu mais de meio milhão de turistas, o que consolidava a Bahia como segundo maior polo turístico brasileiro;
- As indústrias ligadas às atividades de entretenimento (indústrias de cerveja e refrigerantes) na Bahia vinham registrando entre 1995 a 1999 um crescimento superior a 50%;
- O mercado baiano estava mostrando a sua disposição de consumir produtos locais como Axé Music e os blocos de carnaval, libertando-se em parte da submissão cultural e artística produzidas no sul do país.

Além desses aspectos, dois fatos de repercussão histórica, artística e cultural iriam ocorrer logo após o lançamento da revista *NEON*: a celebração dos 450 anos de fundação da cidade do Salvador e as comemorações dos 500 anos do “achamento” do Brasil. Visto sob todos estes aspectos, a revista *NEON* nasceu numa época propícia e de grandes expectativas nas áreas da cultura, das artes e do entretenimento na Bahia, vindo a preencher o vazio existente no setor editorial relativo a esses segmentos. Acreditávamos e vendíamos a *NEON* como o meio ideal para atingir o público consumidor da área de entretenimento, possibilitando excelente retorno ao investimento que viesse a ser feito, fundamentado em dados de pesquisa.

O projeto gráfico-editorial estava bem definido, estabelecendo que uma entrevista de fundo deveria sempre abrir a revista com assun-

tos e entrevistados de interesse. Artigos opinativos ou de caráter histórico e reportagens investigativas eram a base da revista, abordando temas atuais ligados à arte, à cultura, ao entretenimento e à história da Bahia. Colunas especializadas e assinadas por nomes de destaque na sociedade baiana também eram um forte chamariz de leitores. Além disso, fechando a revista, oferecíamos um roteiro completo, apresentando e detalhando os principais eventos do mês e das opções de laser e entretenimento da cidade. A revista *NEON* circulou com um mínimo de 66 a 98 páginas nos dois primeiros anos, fazendo cumprir a periodicidade. As nossas capas eram uma atração à parte e apresentava sempre um close de uma personalidade de qualquer campo da atividade humana que estivesse em destaque no período de cada edição. Até mesmo quando o nosso principal assunto foi o Rio São Francisco, quando também se comemorou os 500 anos de seu “achamento”, usamos o maior símbolo do Rio, uma Carranca, como foto de capa para não perdermos nossa característica. Quando não podíamos produzir a foto da capa, procurávamos os desenhistas e caricaturistas baianos amigos que produziram belíssimas capas¹⁰ para a revista *NEON* – todas as nossas matérias eram ilustradas e coloridas (MATTOS, 2011).

O lançamento da *NEON* foi um sucesso de venda e de público. A revista caiu no gosto dos leitores e passou a ser adotada pelas escolas que a utilizavam como material paradidático, tendo em vista o peso dos con-

¹⁰ O critério de seleção das capas da *NEON* era simples, direto e relacionado com a época da publicação. Considerando que a Bahia é muito rica em personalidades, em todas as áreas do conhecimento e das atividades humanas, a escolha das capas não era difícil. Um dos critérios era identificar os valores de cada uma das áreas culturais e assim, entre outras, publicamos capas dedicadas a: destaques musicais, no carnaval ou na época dos festejos juninos (Ivete Sangalo, Daniela Mercury, Carlinhos Brown, Zelito Miranda, Adelmário Coelho); destaque no teatro (Nilda Spencer), destaque da história da Bahia (Tomé de Sousa, Maria Quitéria, Rui Barbosa), destaque nas artes plásticas (Calasans Neto, Carlos Bastos), destaque na literatura (Jorge Amado, Zélia Gattai), destaque como historiador (Cid Teixeira, Pedro Calmon, Waldir Freitas de Oliveira), ou, como na última capa, destaque no jornalismo (Jorge Calmon). Os nossos principais capistas/caricaturista/desenhistas foram Gentil, Reinaldo Gonzaga e Setúbal, que também trabalhavam no jornal *A Tarde, a quem muito devemos pela qualidade das capas produzidas*. O fotógrafo que mais produziu fotos de capas para *NEON* foi Osmar Gama. Conhecido como sendo o fotógrafo oficial dos artistas da Bahia.

teídos veiculados e dos nomes das pessoas que colaboravam com a revista. A *NEON* não era apenas uma revista ilustrada como as outras, nem tão pouco uma revista efêmera. A *NEON* reunia fatos, fotos, história, música, teatro, cultura, culinária, literatura e turismo, formando um balaio cultural baiano de peso. Oferecíamos exatamente o oposto de outras revistas. Oferecíamos profundidade nos textos, pois acreditávamos que como o produto era mensal as pessoas teriam mais tempo para ler. Era uma revista que passou a ser referência, uma revista que passou a ser colecionada e admirada. Produzíamos, portanto, uma revista para ser guardada, colecionada e para ser usada como fonte de consulta, uma referência sobre a arte, a cultura e a música da Bahia. Mesmo tendo deixado de circular em 2004, a revista continua sendo lembrada pelas pessoas e citada como referência em artigos, monografias, dissertações e teses.

Nossa tiragem era de 20 mil exemplares, da qual colocávamos uma pequena parte nas bancas e distribuíamos todo o resto da edição gratuitamente. Nossa intenção era fazer o veículo circular, tornando-se conhecido, pois não tivemos recursos para a campanha de lançamento, limitando-nos à divulgação nos jornais, rádio e televisão da cidade. E assim a distribuíamos em escolas, consultórios médicos e odontológicos, escritórios de advocacia e de negócios. Distribuíamos também exemplares em agências de turismo, além de enviá-la para todas as 417 prefeituras do Estado e colocá-la nas salas de espera de todas as autoridades estaduais, municipais e federais existentes em Salvador.

Parte da tiragem era distribuída nos aviões que partiam de Salvador para todos os cantos do Brasil. Foi assim que recebemos cartas de vários cantos do mundo elogiando e querendo saber como fazer para continuar recebendo uma revista de conteúdo como a nossa. Alguns leitores davam testemunhos de terem encontrado a *NEON* nos escritórios internacionais das companhias de aviação aérea brasileira, tais como as extintas VASP e VARIG, de Nova Iorque e de Londres, e em agências de viagem no exterior, entre outros locais. Mantínhamos uma lista de endereços, atualizada, de pessoas qualificadas para quem enviávamos, via correio, os nossos exemplares.

O nosso público, portanto, estava indo além dos baianos, estávamos fazendo uma revista local que virou global, sem termos uma infraestrutura adequada para tal. Não tínhamos capital de giro e não

podíamos fazer campanha de assinatura, pois não sabíamos se a revista daria certo ou não, após aquele primeiro momento e não estávamos dispostos a ser acusados de caloteiros.

O nosso maior problema, como foi dito, era a falta de capital de giro. Além disso, os anunciantes tinham 60 dias para pagar o anúncio veiculado, enquanto nós tínhamos apenas 30 dias de prazo para pagar as faturas das gráficas que imprimiam a revista. A nossa estratégia publicitária também foi errada, pois nos concentramos nos grandes anunciantes, que compravam páginas inteiras, páginas duplas, capas e contracapas, deixando de lado os possíveis pequenos anunciantes que poderiam ter diluído nossa dependência nos poucos e grandes e nos fortalecido mais com a diversificação de fontes de faturamento. Como não tínhamos equipe de vendas, cuidávamos pessoalmente dos contatos oficiais e com as agências de publicidade. Quando tentamos contratar uma equipe de vendas, tivemos prejuízo, pois os vendedores queriam salário, mais comissão e o pagamento de todas as despesas feitas antes que tivéssemos visto os resultados do trabalho por eles efetuados.

Certa feita, nós contratamos um cidadão para vender uma edição especial dedicada à Chapada Diamantina, e só tivemos prejuízos, inclusive arcando com as despesas do hospital e do conserto do carro dele que sofreu um acidente. Mas a dificuldade não impediu que a edição especial circulasse nos acarretando, inclusive, com novos prejuízos devido ao projeto ousado que havíamos bolado, ou seja, encartar na revista um mapa com os roteiros da Chapada Diamantina e, quando pronto, o mapa não ficava dentro da revista porque ambos foram confeccionados em papel couchê e escorregava para fora. Tivemos que investir em sacos plásticos especiais só para aquele número que teve Zélia Gattai na capa.

Outro fato que acarretou um abalo financeiro na revista foi o fato de que alguns dos nossos maiores e mais frequentes anunciantes haviam proposto que deveríamos participar do Programa do FazCultura (uma versão estadual da Lei Rouanet de incentivo fiscal). Topamos, pois o nosso perfil se enquadrava perfeitamente às linhas do programa e aquela opção seria ótima para todos. Depois de três meses veiculando anúncios sem receber, devido à morosidade no andamento dos proces-

so, quando fomos receber o dinheiro correspondente fomos informados que dois dos nossos maiores clientes na época, a então Copene e a Coelba, não poderiam participar do Programa do FazCultura porque estavam em situação irregular junto à Secretaria da Fazenda do Estado. Voltamos aos nossos clientes que confirmaram o fato, mas, como tinha sido combinado, eles só poderiam assumir o pagamento de 20% correspondente ao valor dos anúncios uma vez que as despesas relativas aos 80% restante não estava no orçamento deles porque deveriam ser pagos por meio do incentivo fiscal. Considerando que tínhamos que pagar 20% às agências de publicidade pela produção e veiculação a título de comissões, ficamos sem receber nada daqueles clientes que ocuparam exatamente páginas duplas, capas e contracapas com anúncios.

A dificuldade financeira da revista começou aí e não houve meio de aguentar o tranco, até porque, para agravar a situação, algumas prefeituras que nunca tinham anunciado na *NEON* e que estavam sendo administradas por prefeitos recém-eleitos, nos procuraram e contrataram várias páginas de anúncios que nunca foram pagos. Observe-se que para piorar a situação tínhamos que recolher os impostos nos primeiros dias do mês subsequente ao da emissão das notas fiscais que só receberíamos 60 dias depois de emitidas e isso, quando recebíamos. Com o agravamento da situação começamos a deixar de pagar inclusive alguns dos nossos colaboradores e prestadores de serviços jornalísticos, reduzindo o número de páginas de cada edição e perdendo a periodicidade, da qual tanto nos orgulhávamos.

No último ano de existência da *NEON*, 2004, voltamos a concentrar esforços no sentido de que a revista voltasse a ser mensal, mesmo que com uma tiragem menor (cinco mil exemplares) e com uma quantidade de páginas reduzidas a 36 por edição. O conteúdo da revista também foi adaptado em função das tendências comerciais. Passamos a incluir assuntos destinados a novos segmentos, tais como seções sobre agronegócios, economia, seguros e uma coluna sobre gente que faz e acontece, além de preservar a parte cultural da proposta inicial.

Em 2004, a *NEON* se constituía como sendo a única revista mensal da Bahia que só abordava assuntos baianos e/ou de interesse da Bahia e dos baianos. Em dezembro de 2004, circulou o último nú-

mero da revista *NEON*, cuja capa foi dedicada ao professor e jornalista Jorge Calmon, o decano do jornalismo baiano e presidente de honra do IGHB, que, no ano seguinte, 2005, completou 90 anos e vários eventos estavam sendo preparados para comemorar a data. Enfim, deixamos de circular, mas o nosso maior legado foi o de mostrar que a Bahia tinha condições, a exemplo dos outros Estados, de ter também uma revista, contribuindo, portanto, para inspirar outras pessoas e grupos empresariais a lançarem novos produtos. Como resultado da experiência da *NEON*, hoje, estão circulando inúmeros títulos de revistas segmentadas na Bahia.

Feito este breve depoimento de algumas das principais causas que levaram ao desaparecimento da revista *NEON*, entre inúmeras outras não listadas aqui, gostaria de enumerar, de uma maneira geral, que as causas para o desaparecimento de revistas ou revistas descontinuadas, como preferem dizer os mais técnicos, são: a falta de parque gráfico próprio; a falta de um projeto gráfico editorial adequado à realidade do mercado; falta de anúncios regionais; falta de uma maior diversificação de anunciantes; falta de periodicidade; falta de estrutura de distribuição; falta de um gerenciamento administrativo profissional; falta de convencimento e aceitação das agências de publicidade em relação aos produtos locais; falta de um trabalho dirigido no que diz respeito à fidelização de leitores, por meio de um sistema de assinatura que garanta a sobrevivência dos pequenos veículos.

Se tudo isso não bastasse, temos ainda o fato de que as revistas regionais são vistas pelas agências de publicidade como mídia alternativa, que não oferece retorno a seus clientes. E o pior é que quando se consegue um anúncio direto de um cliente local, ele é obtido a título de ajuda e, após esse ato de caridade, o anunciante sente que ficará livre de novos pedidos de anúncios dizendo laconicamente: “Olha, eu já colaborei com vocês, agora só no ano que vem”. Em síntese tudo se resume às dificuldades de distribuição do produto, na manutenção da periodicidade e do faturamento constante.

Considerações finais

E, para finalizar, voltamos à pergunta inicial: Por que é que as revistas morrem? Naturalmente, muitas respostas dadas aqui podem ser aplicadas a praticamente todas as revistas brasileiras que desapareceram, sejam elas de grande porte ou regionais. Inúmeros são os títulos desaparecidos por causas diferentes, mas, pesquisando sobre a causa do desaparecimento de tantas revistas, encontramos uma pérola que responde plenamente a este questionamento. A resposta está registrada na revista *Exclusiva*, que foi lançada em 1988 com o propósito de ser mensal, não conseguindo o intento. Passou um longo período circulando anualmente apenas no período do carnaval baiano, como se fosse uma revista carnavalesca. Em 2009, quando completou 21 anos, voltou a ser mensal com a edição *Exclusiva Online*¹¹. A *Exclusiva*, registre-se, aqui, foi a primeira revista baiana a se transformar numa revista eletrônica.

Em editorial assinado e publicado na edição número 101, de fevereiro de 2012, o editor Clovis Dragone, da revista *Exclusiva*, de Salvador, fez a seguinte denúncia:

Chegou o ano de 2012 e não podemos negar que esta edição deveria ter sido lançada desde dezembro [de 2011] passado, porém, por força das circunstâncias só agora foi possível o seu lançamento.

Na verdade, aqui no Estado da Bahia, todas as revistas enfrentam problemas com sua periodicidade, sem exceção, até mesmo a do Governo do Estado, que tem verba destinada para não depender de anunciantes outros. Porém, no caso das revistas comerciais, a falta de apoio das agências de publicidade locais, conseqüentemente a falta de anunciantes é o principal empecilho para a manutenção e o crescimento das publicações. Em nosso caso, por exemplo, uma revista que

¹¹ Depois da adoção da versão eletrônica, a revista *Exclusiva Online* passou a se declarar como “a revista diária da Bahia para o Brasil”. O site da revista é www.revistaexclusiva.com.br

tem mais de 23 anos de circulação, deveria estar na grade de mídia de todas as agências da cidade, porém, pasme-se, a maioria dos “mídias”, sequer têm conhecimento da existência desta publicação e de muitas outras com mais de 10 anos na praça, por falta total de preparo e capacitação de suas agências que se fecham apenas para as publicações oriundas do eixo Rio/São Paulo, isso desde sempre. Existem ainda uma meia dúzia de revistas circulando na cidade, a maioria delas com informações enganosas sobre suas tiragens e periodicidade; inchadas com artigos e “matérias” sem conteúdo jornalístico; com anúncios fictícios de empresas que jamais publicariam nesses veículos pagando, mas grafam em seus expedientes endereços também fictícios da capital baiana e de São Paulo, com correspondentes fantasmas e corpo de funcionários inexistentes. Assim conseguem por algum tempo buscar junto a algumas agências e clientes, verbas que as sustentam por um bom tempo. Porém um dia deixam de circular, quando os investidores percebem que estão sendo enganados. Com a *Exclusiva* é diferente, se não podemos, dizemos, fazer o quê, se o baiano gosta muito do que é importado?” (DRAGONE, 2012).

Referências

ABRIL. Grupo Abril inaugura nova impressora de rotogravura para a Abril Gráfica, 2011. Disponível em: http://www.grupoabril.com.br/noticias/noticias-site_400236.shtml Acesso em 29/02/2012.

ABRIL. Abril Mídia anuncia mudanças na sua estrutura, 2012. Disponível em: http://www.grupoabril.com.br/noticias/noticias-site_400777.shtml Acesso em 29/02/2012.

ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas. *Mercado Brasileiro de Revistas*. São Paulo: ANER, 2010.

DRAGONE, Clovis. Que Sufoco!. In: *Exclusiva*, edição 101, Fev. 2012.

ENFECHAMENTO. História das revistas femininas no Brasil. Jan.2012. Disponível em: <http://www.emfechamento.com.br/2012/01/historia-das-revistas-femininas-no.html> Acesso em 25/02/2012.

IVC – Instituto Verificador de Circulação. *Estudo sobre circulação de revistas – Mercado Brasileiro: 2000-2010*. São Paulo: IVC, set. 2011.

KUCINSKI, Bernardo. Comunicação, o desafio da esquerda. In: *Revista Brasil*, edição 19, Dez. 2007. Disponível: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/19/comunicacao-o-desafio-da-esquerda>. Acesso em 08/03/2012.

LEMOS, Alexandre Zaghi. Cresce a circulação das revistas semanais populares. In: *Meio & Mensagem*, março 2008. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2793 Acesso em 8/3/2012.

MATTOS, Sérgio. *Jornalismo Fonte e Opinião*. Salvador: Quarteto, 2011.

MEIO & MENSAGEM. Circulação de revistas bate recorde. São Paulo: set. 2011. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2011/9/9/20110909Circulacao-de-revistas-bate-recorde.html>. Acesso em 23/02/2012.

MEIO & MENSAGEM. Mídia online passa o meio revista em faturamento publicitário. São Paulo, 2011. Disponível em: <HTTP://www.portaldemidia.ufms.br/?p=1368> Acesso em 23/2/12.

NEON – Revista de Arte Cultura. Salvador: Editora PAS, 47 edições, Jan.1999-Dez. 2004.

TAVARES, Luis Guilherme Pontes. Variedades – Uma revista raríssima. In *Observatório da Imprensa*, 2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_revista_rarissima Acesso em: 19/3/2012.

A imprensa dedicada ao *bello* *sexo* na Bahia oitocentista

Simone Ramos Marinho

Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

Resumo

Analisa os jornais dedicados às mulheres baianas da segunda metade do século XIX. Periódicos fundados e dirigidos por homens, no contexto de uma imprensa ainda artesanal e cujo ambiente jornalístico era majoritariamente masculino. Avalia a presença da mulher nessa imprensa ainda que de forma indireta e sua participação como escritora, pois, desde a primeira metade do século XIX, observa-se sua colaboração em algumas folhas. A maneira como esta imprensa representou as mulheres está de acordo com o novo modelo feminino proposto naquele período, ao mesmo tempo ambíguo e tenso, o que revela a relação entre os sexos por vezes conflituosa, embora não declaradamente aberta. Por isso, busca-se apresentar o discurso dessa imprensa feminina em seu intento de construir um perfil feminino de acordo com os padrões da época.

Palavras-chave: Imprensa. Mulheres. Relações de gênero.

The press dedicated to *bello sexo* in Bahia in nineteenth century

Abstract

It analyses the newspapers dedicated to bahians women in the second half of the nineteenth century. Periodicals written and directed by men, in the context of a press still handmade and whose journalistic environment was mostly male. Evaluates the presence of the woman in this press albeit indirect and her participation as a writer, because, since the first half of the nineteenth century, there was her collaboration in some newspapers. The way how this press represented the women is according to the new female model proposed in that period, at the same time ambiguous and tense, what reveals the relationship between the genders sometimes conflictual, although not necessarily declared. Therefore, seeks to show the discourse of this female press in their intent of construct a female profile in according to the model in that time.

Key words: Press. Women. Genders relationship.

No Brasil, o advento da imprensa foi dificultado em virtude da atitude da Coroa portuguesa perante este invento. Os obstáculos provinham não só por parte da metrópole, que proibiu qualquer iniciativa nesse intuito, mas também das próprias características adversas da sociedade colonial, cujo sistema econômico e social, marcado pelo escravismo, não proporcionava o ambiente favorável à instalação da imprensa.

Ainda que as condições internas como o escravismo, avesso à cultura e à nova técnica, possam ter colaborado para a não instalação da imprensa em terras coloniais, as razões predominantes para esta demora encontram-se na total falta de interesse de Portugal de transpor a técnica para a colônia. Esta atitude explica-se pelo fato de ser a ignorância um pressuposto necessário às condições de dominação, mantendo a colônia fechada à circulação de informações e, por conseguinte, a população pouco ou mal informada.

Apesar da proibição surgiram tentativas isoladas de impressão tipográfica na colônia, como as que ocorreram no Recife e no Rio de Janeiro, mas que foram prontamente liquidadas pelas autoridades coloniais. Em 1706, o governador do Recife, Francisco de Castro Morais,

incentivou a instalação de uma pequena tipografia para impressão de letras de câmbio e orações; no entanto, a proibição do seu funcionamento foi imediata, mediante Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano.

No Rio de Janeiro, a tentativa do senhor Antônio Isidoro da Fonseca, que recebeu apoio do governador local, em 1746, chegou a pôr suas máquinas em atividade. Contudo, a metrópole iniciou a perseguição à oficina que conseguiu funcionar até o confisco do material tipográfico pelas autoridades (SODRÉ, 1967, p. 20-22). Ora, não era de interesse do Estado português libertar seus domínios da ignorância. Enquanto na América espanhola o impresso circulava desde o século XVI, a Coroa portuguesa ainda resistia ao uso de caracteres tipográficos em sua colônia, pois “[...] uma vez esclarecida a razão, poder-se-iam criar quantos conselhos ultramarinos quisessem, que não mais se conteria a ânsia da liberdade na alma do colosso.” (MANGABEIRA, 2005, p. 18).

Vencida a resistência de D. João quanto à instalação de oficinas tipográficas na colônia, a imprensa começou a laborar em 1808, quando da chegada da Família Real ao Brasil, devido à invasão napoleônica à península Ibérica. Após sua chegada, o Príncipe Regente assinou a Carta Régia, que, entre outras coisas, abria os portos brasileiros às nações amigas e, já na Corte, criou o jornal oficial: a *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹ Porém, a autorização para a instalação de oficinas tipográficas não significava o mesmo que liberdade de imprensa. Foi criada uma junta composta por três autoridades, vinculada à administração Régia, cuja responsabilidade era fiscalizar para que não fosse impresso nada contra a religião, o governo e os bons costumes.

Até então era proibido a impressão e circulação de qualquer tipo de livro ou jornal no Brasil. Apesar disso, o *Correio Braziliense*, periódico redigido por Hipólito da Costa em Londres, circulava, clandestina-

¹ O primeiro jornal publicado pela Imprensa Régia, a 10 de setembro de 1808, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, dirigido pelo frei Tibúrcio José da Rocha; era, por assim dizer, o órgão oficial do governo sem atrativo para o público, preocupado mais com o que se passava na Europa e em agradar a Coroa da qual dependia estreitamente. Embora clandestinamente, também circulou na colônia, de 1808 a 1822, o *Correio Braziliense*, redigido em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa que costumava atacar, livre da censura, a Coroa portuguesa, se bem que sua inserção na imprensa brasileira seja questionada. Cf.. SODRÉ, 1967, p. 24-33.

mente, no país. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade correntes na Europa explicam o temor que causava à Coroa portuguesa o incipiente jornalismo, em particular, o representado por Hipólito da Costa.

Partindo do Rio de Janeiro, então sede da Corte do Império português, aos poucos esta novidade foi se disseminando nas diferentes partes do reino. Na Bahia, o governador Conde dos Arcos recebeu, já em 1811, permissão do príncipe regente para que a tipografia do comerciante Manuel Antonio da Silva Serva pudesse funcionar.² As exigências administrativas fizeram variar o tempo de chegada de tal inovação em cada província, como, por exemplo, em Pernambuco, cujas máquinas se instalaram em Recife no ano de 1817 (MOREL; BARROS, 2006, p. 13).

Desde o século XVIII os jornais produzidos na Europa circulavam no “Novo Mundo”. A revogação das leis de proibição à impressão significou uma maior circulação de ideias, instaurando um espaço público de críticas, o que construiu a chamada opinião pública. Tal fato não só permitiu modificações dos costumes e mentalidades, mas uma “[...] revolução cultural silenciosa que tensionava as relações entre os gêneros, criando [...] oportunidades de expressão para as mulheres, no campo da leitura e da escrita.” (LEITE, 2005, p. 148).

O periodismo, embrionariamente ligado aos eventos políticos e associado aos homens, cedeu espaço também às manifestações culturais vividas por ambos os sexos. A imprensa traçava, então, identidades políticas e culturais e refletia as transformações de uma época. Foi neste ambiente masculino que as mulheres adentraram e passaram a discutir e divulgar as representações culturais da identidade feminina, por vezes, negando-a ou ajudando a transformá-la.

Mesmo que arbitrária, uma divisão para demarcar a história da imprensa seria a identificação de duas fases: uma primeira artesanal, que caracterizaria a imprensa do século XIX; e, outra, da grande im-

² De iniciativa privada, a oficina tipográfica do comerciante Manuel Antonio da Silva Serva foi autorizada a funcionar por carta régia de 5 de janeiro de 1811. Editou o primeiro jornal baiano e segundo do Brasil: *o Idade de Ouro do Brasil*, redigido pelo padre Ignacio José de Macedo e pelo bacharel Diogo Soares da Silva e Bivar, pai de Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco, considerada a primeira jornalista do Brasil. Cf. CARVALHO, 1899, p. 397-407 e Cf. MANGABEIRA, 2005, p. 20.

prensa que coincide com o desenvolvimento capitalista, servindo a interesses do mercado. Dentre as características gerais que as distanciam, podemos afirmar que uma das maiores distinções se deu em virtude da passagem da imprensa de caráter opinativo para o informativo na virada do século. Além disso, o desenvolvimento da indústria gráfica nos primeiros anos do século XX, que ampliou não só o número de leitores como o de títulos publicados, também marca a separação entre as duas fases.

O século XIX, no Brasil, viu nascer a imprensa doutrinária ligada às agitações políticas do período das lutas pela independência até o golpe da maioria, que coroou, prematuramente, por meio de um golpe parlamentar, o jovem D. Pedro como imperador. O jornalismo político tivera sua fase áurea durante os anos da Regência, cujas páginas refletiram o avanço liberal e a ânsia por mudanças chegando às províncias mais distantes. Entretanto, a situação foi refreada com a aproximação entre Império e latifúndio, pois, nesta fase, a imprensa literária teve preponderância.

A partir dessa consolidação, durante a fase da Conciliação, a imprensa política aproximou-se da imprensa literária em virtude do declínio daquela. O tino político só voltou a reinar com a crise que anunciou a proclamação da República no fim do século e trouxe à tona a necessidade de reformas que não mais poderiam ser proteladas. Nesse ínterim, ela foi dominada pelos “homens de letras”, cujas obras refletiram as transformações da época.

A sociedade transformava-se tanto em termos econômicos, com investimentos em novos ramos como em bancos e construção de estradas de ferro, quanto nos costumes, o que o novo jornalismo passou a privilegiar. Destacava-se o gosto pelo teatro, pela dança e, notadamente, pelo folhetim, sensação jornalística do momento que conquistou considerável público, em especial, as mulheres.

Particularmente, para as mulheres a imprensa trazia novas oportunidades de expressão e afirmação enquanto sujeitos autônomos. Ao formar opinião pública, o jornalismo contribuiu não só para divulgar modelos que corroborassem com a então afirmada “condição feminina”, mas ainda permitiu que elas iniciassem o processo de questiona-

mento do lugar que ocupavam na sociedade, embora o mais certo seja que a intenção fosse moldar comportamentos e não alertar essas mulheres para a posição inferior à qual estavam relegadas na sociedade.

Assim, abriu-se a possibilidade para que iniciativas inovadoras avançassem. Em virtude disso a imprensa feminina encontrou espaço para se desenvolver, mesmo sob o olhar desconfiado dos homens. Na Bahia, foram eles que, na segunda metade do século XIX, tiveram a iniciativa de redigir jornais dedicados às mulheres, vislumbrando conquistar este segmento como novo público leitor.

O primeiro jornal brasileiro dedicado às mulheres foi o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro em 1827. Depois dele, foi fundado no Recife o *Espelho das Brasileiras*, em 1831. Até então os jornais eram redigidos por homens, porém contavam com a participação de mulheres.

Na Bahia, o primeiro que se autointitulou como dirigido ao sexo feminino foi *A Violeta*, que começou a circular por volta de 1852, mesmo ano em que elas estrearam no cenário da imprensa, enquanto editoras e redatoras, com a fundação, no Rio de Janeiro, do *Jornal das Senhoras*, dirigido inicialmente pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, depois, pela baiana Violante A. Ximenes de Bivar e Velasco. As baianas entraram no espaço da imprensa no início do século XX com *A Paladina*, em 1910. Todos estes jornais, de maneira geral, mantinham o mesmo formato: publicação de moda e literatura, cujo objetivo principal era o de entretê-las e, até certo ponto, informá-las. Assim, os periódicos difundiam-se, “[...] com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todas metáforas da figura feminina [...] a imprensa feminina brasileira caminhava.” (BUIIONI, 1986, p. 40).

Os jornais para o *Bello Sexo*

Os periódicos que circularam ao longo do século XIX, em geral, caracterizaram-se pelo formato pequeno, não ultrapassando quatro

páginas, pela curta duração, não raro surgiram títulos de apenas um número, e pelo caráter mais combativo e opinativo que de informação, como acontece na atual era de comunicação de massa, fase da imprensa industrial. Foram redigidos, na maior parte das vezes, por uma só pessoa que se utilizava da linguagem veemente, forte e vigorosa, e privilegiava o caráter doutrinário mais que o factual. Como informa Morel e Barros, “[...] uma imprensa artesanal, que empregava prensas tipográficas rudimentares.” (MOREL; BARROS, 2006, p. 47).

O idealizador do jornal era, em geral, conhecido por redator ou gazeteiro. Como o jornalismo ainda não era uma categoria profissional, a linguagem utilizada por estes jornalistas, antes de tudo “homens de letras”, confundia-se com o fazer literário. Nesta época, qualquer pessoa letrada que tivesse interesse e condições podia publicar um jornal.³

A imprensa feminina na Bahia, nesta segunda metade do século XIX, apresenta essas características artesanais. Folhas que raramente chegavam a oito páginas, de periodicidade variada e duração indefinida. A missão destes jornais era, segundo seus próprios redatores, contribuir com a educação da mulher, oferecer-lhes os princípios morais e religiosos, além dos ideais de civilização e progresso, enfim “[...] um jornal litterario que instruindo recreasse o bello sexo”.⁴

Traçar o perfil social dos redatores e colaboradores dos jornais destinados às mulheres na Bahia desse século é uma tarefa difícil. A maior parte dos textos e poesias foi veiculada sem identificação ou, quando muito, apenas por meio das iniciais, como as poesias assinadas por J. M., Dona Z. M. ou apenas X. Estes jornais contaram também com autores/colaboradores conhecidos como Cassimiro de Abreu, Machado de Assis, Victor Hugo, mas a maioria foi de nomes desconhecidos.

Contribuíram religiosos, professores e poetas pouco conhecidos. No jornal *A Grinalda*, que circulou entre 1869 e 1870 em Cachoeira (BA), escreveu poetas baianos como José Theodoro Pamponet e Plínio

³ O jornalismo enquanto categoria profissional surgiu por volta da década de 1940, quando foram criados os primeiros cursos. A profissão, no entanto, só foi reconhecida juridicamente pela legislação de 1979. Cf. MOREL; BARROS, 2006, p. 63-64.

⁴ *A Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 5, 4 de abril de 1869.

Augusto Xavier de Lima. Nascidos nas cidades baianas de São Félix e Caetité, respectivamente, esses autores destacaram-se por sua atuação como abolicionistas e o talento para as letras.

Ainda no *A Grinalda*, publicou sua poesia o poeta Constantino do Amaral Tavares, que costumava assinar com as iniciais A. T. Nascido em Salvador, exerceu atividade jornalística em diversos órgãos não só desta cidade como também do Rio de Janeiro. Publicou seus primeiros poemas no jornal religioso *O Noticiador Católico*, do qual foi colaborador entre 1848 e 1856. Além de poeta, foi crítico teatral, cronista e redator chefe do *Diário da Bahia*.

O poeta Aristides Augusto Milton colaborou no *Espelho das Bellas*, publicado em Maragogipe (BA), de 1860 a 1861. Uma de suas obras a “Efemérides Cachoeiranas” foi publicada na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Este jornal contou ainda com a participação de Manuel Cardoso da Silva, oriundo de Cachoeira. Este poeta fundou e foi redator do *Americano* que começou a circular em 1857, tendo colaborado em vários jornais de sua época.⁵

Em meio a tantos nomes masculinos encontramos um número significativo de mulheres que assinaram poesias. Porém, a tarefa de encontrar registros dessas escritoras é ainda mais penosa. Infelizmente, não obtivemos muito sucesso ao procurar informações por nomes como o de D. Georgina Carvalho, D. Emília dos Martyres Aguiar ou D. Adelaide C. L. P.

Por outro lado, identificamos a poetisa Adélia Josefina de Castro Fonseca. Adélia publicou “Soneto” no periódico *A Chrysalida*, que circulou em Salvador no ano de 1879. Oriunda de uma tradicional família de intelectuais teve a oportunidade de conviver com poetas como Francisco Moniz Barreto, Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca) e Gonçalves Dias, que a chamou de “Safo Cristã”. Obteve o

⁵ Os autores citados compõem apenas uma amostragem daqueles que publicaram nestes periódicos, pois excede os limites deste trabalho fazer uma apreciação extensiva de todos os nomes dos colaboradores. Cabe ressaltar apenas que a maioria deles, homens ou mulheres, são nomes desconhecidos que não nos foi possível identificar suas origens biográficas. Sobre os autores mencionados, ver: DICIONÁRIO..., 2006.

reconhecimento de Machado de Assis por produzir um texto marcado por uma individualidade feminina, sem imitar tons masculinos. Após casar-se, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a colaborar em jornais e revistas, entre eles no *O Domingo*.⁶

O baixo poder aquisitivo da maior parte da população e os baixos índices de alfabetização foram fatores limitantes à expansão do impresso. Por isso, foi comum realizar-se a leitura em voz alta para ampliar seu alcance. Entre as mulheres, era exercida com frequência no retiro da vida privada durante as reuniões de fim de tarde, onde se encontravam para, entre outras coisas, trocar receitas, ouvir música e costurar.

A atividade da leitura, embora controlada sob o olhar vigoroso dos homens e da sociedade, ainda era tolerada se comparada à da escrita. Esta última era vista perigosamente, pois de posse do seu conhecimento as mulheres poderiam fugir ao “controle” e agir independente deles, como, por exemplo, escrever aos seus amados planejando fugas amorosas, o que representava grande temor para os homens desta época (BICALHO, 1989, p. 83).

Os redatores dos jornais femininos baianos demonstraram estar de acordo com a ideia de civilização e progresso corrente na época. Justificavam as publicações como veículo de instrução, educação e distração para as mulheres. Por outro lado, não deixaram de reafirmar a visão delas enquanto leitoras menos intelectualizada e reflexiva, mas moralmente capazes de regenerar a sociedade. O periódico *A Grinalda* referia-se às “amabilíssimas leitoras”, ao contrário dos homens que eram qualificados como “inteligentes” ou “benevolentes assignantes”.

Diante da dificuldade para se manter um jornal, foi comum os editores apelarem para a compreensão e apoio dos assinantes. Segundo Morel e Barros (2006), o desencontro entre letras e dinheiro, ou melhor, entre a elite cultural e os grupos de poder, dificultava o empreendimento da imprensa, principalmente no que diz respeito aos jornais literários. Praticamente todos os periódicos femininos baianos, desse período,

⁶ A pesquisadora Ivya Alves considera esta poetisa a primeira escritora baiana, ver: ALVES, 2000, p. 76, nota 16.

estiveram estreitamente ligados à literatura, o que torna inteligível o clamor presente nos artigos de fundo pedindo protecção.

Os redatores constantemente reclamavam do desamor às letras e das despesas das “empresas litterarias” como registrou a redacção do *Espelho das Bellas* (1860-1861) em seu segundo número:

As Exmas. Sras., e aos Illmos. Srs. que se dignarão cooperar para a publicação do – Espelho das Bellas – concorrendo com as suas assignaturas a pesar do mais elevado indifferentismo, e desamor as letras, que ainda infelizmente reina entre nós, muito agradecemos essa tão valiosa protecção à empresa que provemos para a publicação de um periodico que instruindo recreasse tambem o = sexo amavel =

Nós que amamos o progresso moral e intellectual do – belo sexo – nos abalançamos a emprehender esta publicação sem que isso nos inspirasse o lucro pecuniario; que nenhum pode providir d’ahi em vista das despezas que acompanhão sempre as publicações litterarias. Appellamos para quem sabe o que é a imprensa.⁷

Ao promover o encontro entre redatores e leitores, as tipografias e livrarias, onde, por vezes, eram vendidas as folhas, transformavam-se em pontos de socialização e integração entre as culturas; existia o cruzamento entre as formas de comunicação oral e escrita, o que faz com que Morel e Barros (2006, p. 45 e p. 79) relevem o carácter “elitista” dessa imprensa, uma vez que ela era posta em circulação em locais acessíveis às diversas camadas da população, como nas boticas, estabelecimentos onde se preparavam e vendiam medicamentos.

Fizemos referência anteriormente à leitura feminina tutelada. Neste sentido, percebe-se que a acessibilidade ao impresso por parte das mulheres era algo mediado, ou seja, o homem responsável por elas era quem fazia essa mediação. Dessa forma, muitas tiveram que contar, na maioria das vezes, com a “bondade” da figura mascu-

⁷ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 2, 2 de dezembro, 1860.

lina para terem acesso às publicações. Como lembra Leite (2005, p. 51), os homens exerceram papel significativo na formação da mulher leitora, por causa disso, a autora propõe a reconsiderar o papel exclusivo atribuído às mães e preceptoras. Não raro aparecem nos jornais pedidos de apoio e proteção aos “bondosos” e “inteligentes leitores”. O que nos comprova que esses jornais femininos tiveram que ter o aval do elemento masculino da família para que elas pudessem lê-los.

Devemos lembrar, entretanto, quem foram essas mulheres às quais era destinado o impresso e que tiveram acesso ao mesmo. De maneira geral, o acesso ao escrito nesse período era restrito, por conseguinte, a mulher a quem se dirigiam estes jornais pertencia aos estratos elitizados da sociedade. O universo de leitoras que estamos a nos referir não incluiu aquelas das classes inferiores, aliás, não abarcou sequer todas as mulheres de elite, pois fizeram parte dele apenas as que conseguiram se alfabetizar.

Outro elemento característico desses periódicos foram os anúncios. Inicialmente, como não havia distinção entre publicidade e classificados, eles vinham sob o título *Avisos*. Desta forma, era comum ao lado de anúncios de lojas virem avisos de serviços diversos, desde costureiras, ensino particular e cirurgião dentista. Nos jornais baianos destinados às mulheres este recurso não se limitou a vender minúcias femininas, anunciando do mesmo modo professores particulares e instituições de ensino, o que nos leva a entender que, sendo os jornais dedicados às mulheres, estavam de uma maneira ou de outra contribuindo e se preocupando com a educação e formação feminina.

Na mesma página d'*A Chrysalida* em que se anunciava a Loja do Barateiro, onde se podia encontrar fazendas para senhoras, também se indicava à Rua do Palácio, o Gabinete Médico e Dentista de D. Leonor H. A. Santos, a primeira dentista do Brasil.⁸ Da mesma forma, a

⁸ Iole Macedo Vanin que estudou a inserção das mulheres nos cursos de medicina, farmácia e odontologia na Bahia entre os anos de 1879 e 1949, aponta Balbina Rosa de Souza como a primeira mulher a receber o título de Cirurgiã-Dentista Prática pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 11 de novembro de 1879. No entanto, Vanin observa que antes dela pelo menos uma mulher já vinha exercendo a atividade legalmente em Salvador antes de 1879: Leonor Santos. Embora esta pesquisadora

partir do sétimo número da 1ª série, *A Grinalda* informava às leitoras onde poderiam assinar o *Jornal das Famílias*, periódico publicado no Rio de Janeiro; anunciava também a venda de outros jornais, inclusive o humorístico *Bahia Ilustrada*, e o livro de poesias *Doses Crepusculares* do professor Villas-Bôas, cujo volume poderia ser adquirido por 2\$000 reis.

Diante de tantas alternativas percebe-se que as mulheres tinham à sua frente algumas opções de leitura com as quais poderiam se deleitar. Isso aconteceria após a aprovação das obras, como leitura moralmente indicada a elas, pelo homem – o qual, como afirmado, exercia a mediação entre obra e leitora. A mediação deve ser entendida como sinônimo de fiscalização, pois as mulheres eram consideradas cientificamente de inteligência débil⁹ e precisavam que alguém as orientasse para o melhor tipo de leitura, papel que caberia aos homens.

A imprensa do Segundo Império não marcou uma distinção muito explícita entre o fazer jornalístico e a arte literária. A ligação entre ambos era de tal proporção que Sodré (1967, p. 220) chegou a afirmar que “[...] era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa”. As portas do jornalismo estavam abertas a qualquer um que tivesse condições para tal empreitada e a imprensa feminina deveu muito do seu florescimento à literatura, que ajudou a impulsionar o seu desenvolvimento.

não tenha encontrado registros da carta de cirurgiã-dentista de Leonor na Faculdade de Medicina não se pode afirmar que ela exercia a atividade ilegalmente; ainda, Vanin não pôde explicar suas estratégias para exercer a função legalmente antes da Reforma Leôncio de Carvalho; da mesma forma, não se pode concluir que ela tenha sido a única mulher a atuar legalmente na área de saúde bucal, antes de 1879. A partir de 1878 a própria odontóloga começou a anunciar seus serviços, no *O Monitor*, autointitulando-se por primeira dentista do Brasil da mesma forma que fez ao anunciar-se n’*A Chrysalida*, supra mencionado. Ver: VANIN, 2008.

⁹ As teorias científicas positivistas correntes no século XIX procuraram afirmar a inferioridade da natureza feminina em relação à masculina. Por meio da mistificação da imagem da mulher-mãe, a mulher foi associada à natureza frágil, delicada, regida pela emoção, enquanto os homens foram associados à força, à razão e à inteligência, características que lhe conferiam superioridade. Ver: CARVALHO, 1990.

Estratégias de sedução: moda e literatura

Segundo Buitoni (1986, p. 41), dois fatores impulsionaram o desenvolvimento da imprensa para mulheres: a moda e a literatura. Estes dois elementos justificariam as assinaturas e a ansiedade com que eram esperados os jornais, pois divulgavam os modelos de Paris e publicavam romances seriados. Para esta autora “[...] moda e literatura se uniam para criar uma espécie de necessidade temporal, uma de acompanhamento da narrativa, outra de “atualização” com o que se usava na Europa”.

Neste sentido, procuramos entender estes dois recursos como estratégia, entendida aqui como artifícios utilizados pelos redatores para atrair as mulheres, criando a partir delas um público leitor. Desta forma, esta imprensa abria a elas um campo que ainda não lhes era próprio. Entretanto, Buitoni (1986, p. 41) observa que “[...] sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer ideia mais progressista; ao máximo diziam que a educação beneficiava a mulher”.

É possível entender a força que a moda teve para o desenvolvimento da nascente imprensa feminina, uma vez que a influência das tendências de moda europeias abriu o mercado para as primeiras publicações dirigidas às mulheres no Brasil. A literatura, por sua vez, já nasceu atrelada à imprensa feminina, considerada uma especialização do campo. A imprensa feminina sempre foi considerada como complementar, uma especialização, mesmo por aqueles que nela trabalhavam, pois “[...] o jornalismo feminino já nasceu como complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático.” (BUITONI, 1981, p. 9).

Os jornais femininos baianos oitocentistas estudados não publicaram em suas páginas questões referentes à moda. Diferentemente da Europa e dos EUA, estes periódicos não utilizaram a inovação da disseminação dos moldes em papel, responsável por aumentar significativamente as tiragens. Apenas podemos fazer algumas inferências sobre os motivos que fizeram com que esta atitude fosse tomada: por conta de

certo atraso técnico, que não tornasse possível a divulgação dos moldes e referências às modas estrangeiras, ou mesmo a falta de interesse dos redatores dos jornais em tratar deste assunto, uma vez que, como homens de letras, preferissem dar vazão aos seus empenhos literários.

Entretanto, o mesmo não ocorreu com a literatura, pois sua presença foi constante nos jornais baianos dirigidos às mulheres, em virtude do que devemos mensurar a importância que teve para a imprensa feminina. Inicialmente, alguns órgãos nasceram em função da arte literária, a exemplo da revista *A Mensageira*, editada mensalmente em São Paulo entre 1897-1900. A publicação de folhetins¹⁰ em suas páginas funcionava como recurso atrativo, o que contribuiu para que as tiragens e o número dos periódicos aumentassem significativamente.

No início do século XIX, os cânones do romantismo haviam influenciado as revistas literárias surgidas desde então. O mesmo entusiasmo seguiu-se a partir de 1860 com a proliferação de periódicos literários que funcionavam como suporte de expressão para os escritores mantiverem contato com o público. Sodré (1964, p. 189) afirmou que a ascensão da classe burguesa coincidiu com o triunfo do romantismo na sociedade ocidental, para ele “[...] burguesia e romantismo, pois, são como sinônimos, o segundo é a expressão literária da plena dominação da primeira”. Segundo este autor, fora esta classe que, no novo quadro da vida urbana, generalizou a curiosidade pelas criações artísticas, em especial, a imprensa e o teatro. A aliança com o povo permitiu que se criasse um público indiscriminado, cujo interesse literário tinha que ser atendido.

Diferentemente, no Brasil, a tácita ligação entre a classe de proprietários de terra e a burguesia, e não desta com o povo, fez com que o romantismo não fosse a expressão burguesa como em suas fontes originais, mas a “[...] expressão da classe territorial, na sua fase de urbanização a que a burguesia se atrela, concorrendo com as suas identificações.” (SODRÉ, 1964, p. 201).

¹⁰ Termo que designava o largo rodapé da primeira página do jornal destinado a variedades. O espaço sofreu transformações sucessivas até passar a publicar trechos narrativos de histórias fragmentadas, as quais aguçavam a curiosidade do leitor e garantia sua fidelidade para obter o próximo número que trazia a continuação da história. Cf. MOREL; BARROS, 2006, p. 55.

Numa época em que a cidade era tida somente como lugar de estação, de festas, os espaços de sociabilidade eram restritos, além do mais a transferência das propriedades se dava por herança, por isso os casamentos endogâmicos. Com a transição dessa sociedade imperial para as cidades, diante de um novo quadro urbano que se delineava, as relações familiares se afrouxaram e abriu-se à mulher uma relativa liberdade de escolha, pois o problema de transmissão de propriedade, que se resolvia com o casamento, já não era mais eixo central. O convívio se daria agora entre pessoas de uma mesma classe da qual surgiriam os casamentos, os quais ainda que por conveniência, aliança política ou econômica, admitia a possibilidade do amor, mesmo que racional feito de pequenos gestos cotidianos e respeito mútuo, sem paixão (D'INCAO, 1997, p. 238).

Devido à sua leitura prazerosa, o romance contribuiu para aumentar o interesse do público pelo estilo literário. Num momento de transformações urbanas, de inovações técnicas e mentais nas quais foram integrados novos elementos, dois personagens destacaram-se pelo papel que assumiram enquanto público leitor: o estudante e a mulher. Segundo Sodré (1964, p. 204-206), os estudantes e as mulheres constituíram o público literário por excelência no quadro urbano da sociedade imperial. Naquele período ocorreram alterações na vida feminina, que permitiram às mulheres frequentar os salões, as ruas, receber uma educação mais primorosa, ler romances e, por conseguinte, os periódicos que surgiam publicando em suas páginas os “Folhetins”, atingindo amplas camadas de leitores.

Nesse contexto de mudanças da vida social, em que as próprias mulheres passaram a ocupar um espaço mais amplo, devemos entender o lugar que teve os salões literários tanto para o desenvolvimento da literatura em si, quanto para a ampliação do público leitor, do qual fazia parte as mulheres. Segundo Carvalho (1995) as salas de visitas abriam-se para reuniões, nas quais ocorriam desde transações comerciais, por ser considerado como um ambiente neutro, até eventos culturais como a leitura de romances em voz alta, a recitação de poesias e música. Em tais encontros desenvolviam-se também relações de compadrio e parentesco, das quais não raro resultaram casamentos entre os membros familiares que frequentavam o mesmo círculo social.

Apesar da resistência quanto à exposição feminina, que vem desde os tempos coloniais, estes saraus eram organizados por mulheres e eram elas que estabeleciam a relação entre público gerador e consumidor de cultura, segundo Carvalho, “[...] coube à mulher introduzir a leitura de livros em voz alta, discutir arte, música, estimulando assim a sensibilidade do ouvinte.” (CARVALHO, 1995, p. 2-3).

Na Bahia, embora fossem fortes os traços paternalistas, desde a segunda metade do século XIX, as mulheres já aparecem na organização de recepções oferecidas por seus maridos. Segundo Pinho (s/d, p. 41-55), elas eram responsáveis por dar a “[...] graça feminina, fazendo as honras da casa com alta distinção”. Dentre os exemplos citados por este autor, podemos citar a Viscondessa de São Lourenço “[...] de cuja graça e espírito ficou fama”. Dentre as mulheres anfitriãs dos salões baianos, Pinho destaca a senhora Inocência Góis e Adelaide de Castro Alves Guimarães, poetisa e irmã do poeta Castro Alves; ambas esposas de políticos, elas se destacaram, segundo o autor, pela graça, cordialidade e senso artístico.

Diferente das antigas formas de ficção que tinham um direcionamento coletivo, o romance trouxe uma orientação individualista, o que corresponde ao chamado surto do individualismo burguês.¹¹ Em sua maior parte escrita por homens, os romances confirmavam a ideia da mulher como ser inferior, que deveria ser guiada ou dominada pela razão superior masculina. Este discurso construído pela sociedade de então encontrou respaldo nos meios públicos – masculinos – e serviu para, mais uma vez, confinar a mulher ao espaço privado, no qual ela só poderia servir de inspiração para uma criação e nunca ser a criadora. Neste sentido, a imprensa constitui-se como veículo para difundir novas ideias e, ao mesmo tempo, reforçar velhos estereótipos.

¹¹ Entre o fim do século XIX e o início do XX, emergiram comportamentos, em que o individualismo rompeu com o *modus vivendi* coletivo, característico das sociedades rurais. Neste ínterim, os hábitos familiares foram modificados e uma nova concepção de família se constituiu. Segundo o novo modelo, a mulher era a rainha do lar e o homem o responsável pelo sustento da casa, a partir disso demarcou-se o distanciamento da sociedade colonial. Cf. LEITE, 1997 e cf. FERREIRA FILHO, 1994.

A imprensa feminina, ao publicar literatura de folhetim, contribuiu tanto para o desenvolvimento do gênero romântico como para a ampliação do público leitor, em especial, o feminino. O fato foi logo percebido e apropriado pelos escritores que passaram a publicar o romance-folhetim que teve grande aceitação popular. De acordo com Broca (1979, p. 174-175), isto se explica pelo fato dos jornais dessa época serem muito doutrinários, sem noticiários leves contendo, ao contrário, pesados artigos; além disso, a interrupção do folhetim constituía um recurso de sensacionalismo, portanto um atrativo de leitores. Segundo este autor “[...] o romance-folhetim foi, talvez, o primeiro elemento de sensacionalismo introduzido na imprensa. Precedeu ele à reportagem policial, oferecendo aos leitores um prato idêntico ao que esta viria proporcionar-lhe, mais tarde”.

Os periódicos baianos, igualmente, recorreram a esta estratégia. Ainda que não tenha figurado em suas folhas nomes conhecidos, como nos jornais do Rio de Janeiro, suas leitoras também puderam contar com este recurso. De acordo com Broca (1979), o folhetim criou o hábito de o leitor procurar o rodapé dos jornais para acompanhar as histórias; a partir disso surgiu a ideia de se publicar textos leves, se comparados aos artigos de fundo, e outros tópicos do jornal que precisavam se revestir de um tom sério e grave, numa estrutura de capítulos semelhantes aos romances seriados. Segundo o autor, esta modalidade seria a origem da crônica moderna (BROCA, 1979, p. 174). Neste sentido, talvez seja nesta categoria que devemos enquadrar alguns dos textos, mais reflexivos que narrativos, que vinham sob título *Litteratura*, nos periódicos femininos baianos, os quais dissertavam, entre outras coisas, acerca da condição feminina aprovando-a ou não.

Os jornais femininos que circularam na Bahia nos oitocentos destacados neste trabalho recorreram, primordialmente, à literatura, por meio dos folhetins, textos reflexivos, historietas ou poesias, que vinham correntemente sob o título *Bellas-artes*. Entretanto, além deste, outros recursos foram utilizados para tornar a leitura mais agradável e prazerosa e, conseqüentemente, entreter as leitoras. Daí publicarem charadas, que estabelecia uma interação maior com o jornal, uma vez que gerava a expectativa da resposta, alguns distribuía música e, a maioria deles, promulgava motes para serem glosados, por vezes sob o título *Colchea*.

Broca (1979) faz referência à glosa ao falar da função que a “sala” representou para a pequena burguesia, durante o romantismo, que foi não somente recreativa mas também cultural. Na sala, onde a família se reunia, as pessoas dançavam, cantavam, jogavam prendas, recitavam poesias e o repentista, declamador de “sala” – cuja expressão baiana foi Muniz Barreto, já citado –, pedia um mote para glosar. A partir dessas informações torna-se mais fácil entender essa coluna de nome *Colchea* (mote/glosa) tão recorrente nesses jornais, mas que para o leitor de hoje pode soar estranho; isto porque este tipo de vida social entrou em decadência já em 1867.

Sob o impulso da moda e da literatura os primeiros periódicos femininos surgiram e, em certo sentido, se consolidaram. Apesar de, como observou Buitoni (1981), essa ligação não ter levado a uma posição mais problemática da condição da mulher serviu, por outro lado, para incentivar o florescimento, pelo menos numa primeira fase, da imprensa feminina. Na Bahia, os jornais femininos oitocentistas se enquadram nesta concepção, embora em outras partes do Brasil, neste mesmo período, tenham surgido alguns do tipo feminista.

Identidade impressa

A emergência da imprensa, particularmente a do período pós-independência, contribuiu para o nascimento de um espaço público de debate de opiniões no Brasil recém-independente. Ao permitir maior publicidade para a coisa pública e favorecer a leitura privada e individual, permitindo a cada leitor um julgamento crítico, a imprensa firmou-se como lugar legítimo de discussão e formação de opinião. Desta forma, os primeiros periódicos do século XIX foram palcos de embates políticos marcantes para a sociedade imperial. Não obstante, a política não foi a única personagem a compor esta cena, pois manifestações sociais, de variada ordem, também marcaram presença nas páginas jornalísticas.

A imprensa dirigida às mulheres, neste primeiro momento, na Bahia, redigida por homens, com textos moralizadores que buscavam

orientar seu comportamento se tornou uma leitura permitida, visto que era interessante para o estabelecimento de um padrão de conduta onde a moral e os princípios religiosos estivessem presentes nas atitudes das mulheres. Neste sentido, devemos admitir que a leitura se constituiu numa experiência feminina, mesmo tendo em conta que a maioria delas fosse analfabeta até 1830, embora antes dessa década já existisse escolas para meninas em algumas províncias. A partir da segunda metade do século XIX esta situação começou a se transformar e as mulheres tornaram-se leitoras em potencial.

Segundo Villela (2000), estas escolas destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Para esta autora, isto mostra que as mulheres não foram totalmente proibidas de frequentar escolas, mas havia a diferenciação dos currículos, tendo relevância os aspectos domésticos para elas.

Essa divisão curricular dizia respeito ao fato de se questionar a capacidade intelectual feminina, que se acreditava inferior à dos meninos. A partir da década de 1830 com o surgimento das Escolas Normais a mulher foi progressivamente alcançando espaço para maior instrução, embora tenha sido somente no final do século XIX, com a experiência da coeducação, que se processou a unificação dos currículos.

O redator, em seu encargo civilizador, veiculava um papel normatizador para a mulher nessa imprensa que concordava com os ideais daquela sociedade. Os redatores e autores utilizaram muitas vezes dos textos e, em especial, dos folhetins, para construir um perfil feminino através das historietas que narravam. A reflexão a partir de sua leitura, cuja escrita trazia exemplos morais a serem seguidos, deixava implícito o comportamento do qual elas deveriam se desviar.

Segundo Telles (1997, p. 402-403), a cultura burguesa se fundava em binarismos que idealizava homens e mulheres: pai/mãe; natureza/cultura; superior/inferior. O texto “A Mulher”, publicado no periódico *A Grinalda*, editado entre 1869 e 1870, em Cachoeira, entre os números cinco e oito, sob o título *Litteratura*, serve de exemplo para esse pensamento. Nele, o autor Julio Correia de Carvalho oscilava em apresentar o papel ora positivo, ora negativo da mulher ao refletir sobre a influência por ela exercida.

A mulher estaria em todos os acontecimentos da humanidade, mesmo nos mais insignificantes, interferindo na vida do homem. Para Julio Carvalho

É de uma extensão incalculável, e de espantosa maravilha, a influencia, ora benéfica, ora perniciosa, que a mulher exerce sobre o genero humano: a civilização, o progresso, a gloria e a decadencia das nações e do homem estão encerrados em suas mãos. Agora como mãe, já como irmã, mais tarde como esposa, a mulher, sob estes diferentes predicados, orna a face da terra de magnificencias nunca vista: cobre de luto o universo inteiro; conduz o guerreiro ao campo de batalha; obriga o homem a empunhar o ferro assassino; eleva o humilde a desmedida altura: confunde o orgulhoso com a poeira, e, finalmente, faz a intelligencia realizar o intento o mais arrojado que é capaz de imaginar-se!¹²

O médico e deputado José Lino Coutinho se destacou por defender, calorosamente, um tipo de educação feminina mais avançada. O Dr. Coutinho ficou conhecido por ter escrito cartas à sua filha Cora, as quais orientavam uma preceptora a cuidar da educação da menina em virtude de sua ausência devido a compromissos políticos. As *Cartas* foram publicadas em 1849, após a morte do médico, e teve ressonância por todo o século XIX.

Apesar de defender a educação feminina, o livro deixa transparecer a ideia corrente da época de que a educação deveria atender aos destinos naturais das mulheres, a saber, casar-se, tornarem-se mães e esposas exemplares,¹³ o que mostra que o pensamento do médico estava em consonância com os valores de sua época. Esta também deveria ser a visão dos colaboradores dos jornais femininos baianos, pois as motivações que levaram à fundação destes periódicos faziam parte da mesma atmosfera que levou à publicação das cartas: “[...] construir e

¹² A *Grinalda*. Cachoeira, 1ª série, nº. 5, 4 de abril de 1869.

¹³ Sobre o Dr. José Lino Coutinho e as *Cartas sobre a educação de Cora*, ver: REIS, 2000 e LEITE, 1997.

civilizar os hábitos da mulher brasileira, através de ‘razões higiênicas’, que [...] estavam ausentes no início do século passado.” (REIS, 2000, p. 149).

Uma das características dessas publicações era o apelo religioso, cujas ideias eram fundamentadas pela fé católica, mesmo naquelas que não se definiam como religiosas. No periódico *Espelho das Bellas*, o folhetim “A Mulher – sua criação” versa sobre a criação da mulher para ser companheira do homem, aquele que Deus criou para presidir todas as coisas. Para tirá-lo da solidão e amenizar sua tristeza Deus “[...] lhe infunde um pesado somno e tirando de seu proprio corpo uma de suas costellas, formou della a mulher e veio apresentar-lhá.”¹⁴ O artigo reflete, visivelmente, os princípios da religião católica.

Seguindo o exemplo da Bíblia, as diferenças entre os dois teriam sido demarcadas desde suas origens, isto é, a partir da maneira como foram criados. Esta concepção ilustra o pensamento de Scott (1992) ao tratar do determinismo biológico como justificativa para legitimar as relações desiguais de poder. Essa ideia de diferença sexual calcada na biologia é refutada pela autora, quando traz a perspectiva do gênero – que se opõe a oposições binárias fixas e naturalizadas e propõe o aspecto relacional entre os sexos.

Buitoni (1981, p. 28-29) aponta duas direções da imprensa feminina no século XIX: uma tradicional, que restringia a mulher ao lar e enaltecia as virtudes domésticas e as qualidades “femininas”; e, outra, progressista, a qual lutaria pelos direitos das mulheres, sobretudo pela educação. Embora nesta segunda vertente os periódicos baianos oitocentistas não pareçam se ajustar, o *Almanak das Famílias, para o anno de 1881, dedicado as senhoras bahianas*, indica uma tendência à emancipação do sexo feminino como fica evidente na introdução na qual o redator Aristides Ricardo define-se “advogado das bellas” e contra as injustiças do sexo dominante que as lançou na escravidão:

O caso é serio, as mulheres é que devem governar porque são senhoras.

¹⁴ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 1, 25 de novembro, 1860.

Porque se há de excluir o bello sexo de tomar parte na direcção do paiz?

Os homens são deputados geraes e provinciaes, senadores, ministros, conselheiros etc., etc.

As mulheres não passam de mães de familia (...)

Amigo como sou do direito e da justiça, eis-me em campo em defeza do bello sexo, porque quero ouvir tambem n'um salão, ao entrar uma senhora, dizer-se: – *Alli vem a Exma. Sra. senadora d. Amelia Maria das Dores de Nossa Senhora!*

Oh! que prazer para mim, advogado do bello sexo, ver as mulheres senadoras!¹⁵

Em que pese o tom da oratória, cujo discurso procurava atrair as mulheres mostrando-se a favor de sua causa, o artigo não deixa de ter relevância, visto ter partido de um homem a crítica ao padrão vigente, do qual ele mesmo era representante. O periódico “dedicado as senhoras bahianas” deixa, realmente, entrever ser favorável a elas.

A repercussão que teve o artigo “A Glória da Mulher”, de autoria desconhecida, publicado no periódico *Espelho das Bellas*,¹⁶ evidencia que as mulheres, até certo ponto e dentro dos parâmetros da época, tinham consciência do papel que ocupavam na sociedade. Nesse artigo, o autor opunha a glória feminina à masculina, descrevendo a mulher como traiçoeira e preocupada somente com festas e salões. O texto provocou controvérsia entre as leitoras, algumas das quais se manifestaram por meio de cartas. Indignada, a leitora Sr^a. D. J. L. L. de M., que assinou somente com as iniciais, enviou sua resposta a este artigo, reclamando contra o “artiguito” que dizia ofender as mulheres, no qual dizia:

O artiguito a que me refiro, além de ofender vividamente a decência e a verdade, ainda torce às tontas a própria lógica, comparando o militar

¹⁵ *Almanak das Familias, para o anno de 1881*. Bahia, 1880.

¹⁶ A Glória da mulher. In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 3, 9 de dezembro, 1860; e Artigo da Sr^a. D. J.L.L. de M. In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 6, 20 de janeiro, 1861.

corajoso, o patriota verdadeiro [...] o magistrado probo e honrado com a mulher caprichosa, traiçoeira, orgulhosa, rara. [...] se quereis conhecer a preferência do homem sobre a mulher, colocai-os no mesmo nível; casai as Messalinas com os Neros; as Lucrecias com os Titos.¹⁷

Na réplica a leitora faz a mesma comparação opondo ao homem perverso, covarde e traiçoeiro à mulher donzela, modesta, mãe cuidadora, esposa fiel e filha obediente e recatada. A defesa acalorada desta senhora, provavelmente a subscritora Sr^a D. Jacquelina Leopoldina Leticia de Meirelles, cujo nome aparece apregoado na lista de subscritores da primeira série do jornal. Mesmo com a nobre intenção de defender seu sexo esta senhora não escapa aos preconceitos em voga na época que foram internalizados pelas próprias mulheres. Os adjetivos usados para defendê-las acabaram por reforçar a imagem corrente da mulher nessa sociedade.

Assim, este episódio mostra que os periódicos se constituíram em espaço de discussão para elas, “[...] demonstrando que não podemos generalizar ao dizer que as mulheres eram inertes, reprodutoras de discursos dos homens da época.” (REIS, 2000, p. 56). Eventos desse tipo revelam ainda as tensões de gênero existentes numa sociedade que começava a respirar os ares de um novo tempo e aprendia a conviver com a presença cada vez mais marcante da mulher no ambiente público.

Palavras finais

A integração da mulher na vida literária foi um processo lento. Aquela que pôde exercitar a atividade jornalística teve seu trabalho julgado inferior e, diferentemente, ao dos homens: enquanto eles eram julgados pela sua obra, sua escrita, elas o eram pelo seu caráter e comportamento público. A imprensa constituiu-se, então, como espaço

¹⁷ *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 6, 20 de janeiro, 1861.

autêntico para que as mulheres dessem seus primeiros passos no mundo das letras e, ao expor suas produções, quebrassem a invisibilidade e invadissem um mundo notadamente masculinizado.

Enquanto nas demais unidades do Império já circulavam alguns jornais destinados às mulheres de propriedade feminina, como o *Jornal das Senhoras* que começou a circular no Rio de Janeiro em 1852, alguns inclusive de cunho feminista, exemplo do *O Sexo Feminino*, lançado em Minas Gerais em 1873, por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na Bahia, as poucas iniciativas desse tipo ainda eram originadas por parte dos homens.

Ao compararmos a participação das mulheres nos periódicos baianos com os de outras províncias, percebemos que sua atuação foi significativamente restrita. A este respeito apenas podemos fazer algumas inferências, como a força do patriarcado na sociedade baiana. Em províncias como no Rio de Janeiro, neste mesmo período, já circulavam periódicos editados por elas. Na Bahia, em virtude da herança de um patriarcalismo marcante, essa iniciativa só aconteceu no raiar do século seguinte, em 1910, com a publicação da revista *A Paladina* por mulheres da elite baiana. Não obstante, o primeiro passo já havia sido dado.

Conforme Almeida (1986, p. 15), “[...] as relações de dominação, peculiares da ordem senhorial-escravocrata, vividas aqui com toda intensidade, também se estendiam ao campo do confronto homem/mulher, mantendo esta última alheia a, ou impotente para refletir acerca de, sua própria condição”. Contudo, não queremos reproduzir o “[...] mito da mulher de elite ignorante e avessa a qualquer atividade intelectual” e, do mesmo modo, o “[...] mito da casa enquanto espaço exclusivo e restrito aos afazeres e prendas domésticas ou, no máximo, à administração do lar, assim como a ideia do exercício da autoridade incontestada do pater família.” (LEITE, 2005, p. 84).

Ambiguidades e tensões marcaram a imprensa feminina. Aí se confrontaram dois modelos de identidade a ser seguida: o da mulher mãe, ligada às atividades domésticas, imagem tradicional construída pela República de “rainha do lar”, veiculada por muitos desses periódicos, e o da mulher individualizada, a mulher “pública” que questiona e quer se fazer ouvida, cuja afirmação individual levaria à sua

emancipação profissional. Este espaço proporcionou a elas a afirmação enquanto sujeitos. A reflexão sobre as representações culturais da identidade feminina, antes vivida como pessoal, ganhou ressonância ao ser discutida pela imprensa transformando-se em discurso político (BICALHO, 1989, p. 94-95). Discurso que propôs a defesa de um espaço mais amplo à mulher, cujo porta-voz foi também a imprensa feminina.

Referências

ALMEIDA, Maria Amélia F de. **Feminismo na Bahia (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

ALVES, Ivia. Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). **A mulher na literatura**, v. VIII, ANPOLL, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e Submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Vértices, 1989.

BROCA, Brito. **Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos, vida literária e romantismo brasileiro**. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979, vol. I.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

CARVALHO, Alfredo de. A Imprensa Bahiana de 1811 a 1899. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v.21, 1899.

CARVALHO, Kátia de. **O Diário da Bahia e o Século XIX**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

CARVALHO, Kátia de. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. **Ciência da Informação**. Brasília, vol. 24, n. 1, jan/abr. 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____ (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DICIONÁRIO de Autores Baianos. Salvador: SEC/BA, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

MANGABEIRA, Otávio. Centenário da Imprensa baiana. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. **Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

REIS, Adriana Dantas. **Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**. Salvador: CEB, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

VANIN, Iole Macedo. **As Damas de Branco na Biomedicina Baiana (1897-1949)**: médicas, farmacêuticas e odontólogas. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VILLELA, Heloisa de O. O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Jornais e Revistas

A Chrysalida – 1879

A Grinalda –1869-1870

A Roseira –1868

Espelho das Bellas –1860-1861

Recreio das Senhoras –1861

Almanach das Famílias – 1878

Álbum Familiar – 1876

Almanak das Famílias –1880

Revista do Instituto
do Instituto
stido *gráf*
Ge *e*
ráfico e História
Th

Palestra

Naturalistas na Velha Bahia¹

Melquíades Pinto Paiva

Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Ciências (Biológicas) pela Universidade de São Paulo. Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do Ceará. Sócio-honorário Brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sócio-efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande de Norte, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Cearense de Letras.
E-mail:<mappaiva@uol.com.br>.

É para mim grande honra e maior alegria ser recebido como sócio correspondente do centenário e muito respeitado Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, aqui na velha cidade de Salvador, matriz da cultura brasileira. Desde logo, devo públicos agradecimentos a esta instituição e aos seus membros, com a promessa de tentar não desmerecer as razões que justificaram a escolha, no futuro dos meus dias, como cidadão e intelectual.

Nos recentes anos do meu caminhar, venho dando especial atenção aos naturalistas que buscaram, nas águas e terras do Brasil, ampliar conhecimentos sobre as coisas naturais e povoadores nativos.

¹ Palestra proferida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no dia 27 de agosto de 2010, na sessão solene de recepção do autor como seu sócio-correspondente.

Considero como naturalista todo aquele que se dedica às ciências da natureza, com maior ou menor grau de especialização, mas sempre com uma visão global e integrada dos fenômenos naturais. Isto exige conhecimento mais diversificado e de amplitude compatível com as dificuldades inerentes à solução de problemas com marcada interdisciplinaridade.

Nesta palestra lanço um breve olhar sobre a natureza baiana: águas costeiras e parte terrestre. Também pretendo falar um pouco sobre os seus mais distinguidos intérpretes, os naturalistas que estudaram a velha Bahia.

Espaços baianos

No litoral do nordeste oriental do Brasil, entre o cabo de São Roque e o Recôncavo Baiano, o clima é super-úmido, não há acumulação de dunas e afloram verdadeiros tabuleiros, estes constituídos pelos sedimentos plio-pleistocênicos da formação Barreiras. É frequente a presença de arenitos de praia (recifes), cujas maiores concentrações se encontram entre as latitudes de 6° a 10°S. Do Recôncavo Baiano até o limite com o Espírito Santo ocorrem restingas, que dão origem a longas planícies, com clima também super-úmido.

A extensão absoluta do litoral do estado da Bahia corresponde a 1.188 km, e a sua plataforma continental alcança 14.547 mi² de área, assim distribuídas por faixas de profundidade: 0 – 20 m = 2.788 mi², 20 – 50 m = 7.796 mi², 50 – 100 m = 3.963 mi². As formações mais destacadas, na área costeira da Bahia, compreendem o Recôncavo Baiano e o arquipélago dos Abrolhos.

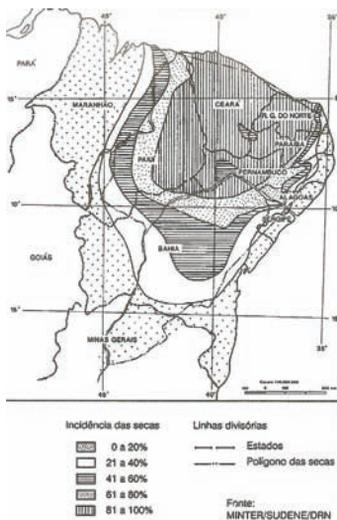
Em terras baianas estão presentes partes de duas grandes bacias hidrográficas brasileiras: bacia do São Francisco com 300.263 km² e bacia do Leste com 260.763 km².

O rio São Francisco é permanente, embora os seus afluentes da margem esquerda sejam temporários a partir de Barra (BA), onde de-

ságua o rio Grande, até Penedo (AL); os da margem direita, desde o estado da Bahia até Propriá (SE), também são intermitentes. As cheias anuais começam em outubro e continuam até abril.

Os rios litorâneos que se encontram na bacia do Leste têm suas nascentes na zona da Mara, onde são boas as condições de pluviosidade, principalmente no sul da Bahia; por isto são permanentes, embora apresentem cursos de pequenas extensões. Os rios sertanejos nascem na chapada Diamantina, seus contrafortes têm cursos relativamente longos e se dirigem diretamente para o oceano Atlântico; em geral, são temporários nos cursos alto e médio, tornando-se permanentes no curso inferior, o que se mostra mais acentuadamente naqueles que deságuam no norte do Recôncavo Baiano.

A área do estado da Bahia alcança o total de 561.026 km², dos quais 57,08% estão incluídos no Polígono das Secas (FIGURA 1). Segundo DUQUE (1964), os valores relativos (aproximados) das áreas correspondentes às regiões naturais da Bahia são as seguintes, em níveis decrescentes de secura: caatinga = 49%, agreste = 19%, cerrado = 15% e matas = 15%. Assim, evidencia-se a dominante condição semi-árida das terras baianas.



Seleção de naturalistas

A seguir, elenco os principais naturalistas que estudaram águas e terras da Bahia, com alguns comentários a respeito dos seus achados científicos.

Pero Vaz de Caminha (c.1450-c.1500). Em sua famosa carta de 1º de maio de 1500, dirigida ao rei de Portugal, encontra-se a primeira descrição geológica das barreiras terciárias da costa brasileira e menção passageira à biota marinha, com o registro de animais observados nas águas costeiras do sul da Bahia (CORTESÃO, 1943).

José de Anchieta (1534-1597). O primeiro documento importante, de interesse para o estudo das ciências do mar no Brasil, escrito no final de maio de 1560, é de autoria do missionário José de Anchieta, assim denominado: *Epistola quamplurium rerum naturalium quae S. Vicentii provinciam incolunt sistens descriptionem* (cuja tradução é Carta que contém a descrição das numerosas coisas naturais que povoram a província de S. Vicente)²

Nesta famosa carta, dirigida ao padre geral Diogo Laines, encontra-se a descrição da área marinha dos Abrolhos, no sul da Bahia, destacando as dificuldades para a navegação em seus estreitos canais.

Gabriel Soares de Sousa (c.1540-c.1592). Seu famoso livro *Traçado Descritivo do Brasil* foi oferecido em 1º de março de 1587 e na cidade de Madrid, ao estadista Cristovão de Moura. Então, o autor procurava se recomendar para obter concessões e privilégios, que lhe foram dados somente em 1590. A primeira edição, com texto completo, apareceu em 1825 e foi publicada pela Academia de Ciências de Lisboa³.

Artur NEIVA [(1922) 1929] considerou o livro de Gabriel Soares de Sousa como o marco inicial da botânica e da zoologia no Brasil. Segundo Cândido de Mello LEITÃO (1937, p. 56), com Gabriel Soares de Sousa “[...] começamos a ter uma visão da natureza nordestina”.

² Cf. ANCHIETA, (1553/1596) 1984 : 121-150.

³ Cf. SOUSA, (1587) 1971.

O colono Gabriel Soares de Sousa chegou ao Brasil em 1567, fixando-se na Bahia, onde se tornou senhor de engenho e proprietário de roças e fazendas entre os rios Jaguaripe e Jequiçá, no Recôncavo Baiano.

Após descrição da costa da Bahia, o colono começou a cuidar da flora nativa, estudando, em separado, as árvores e plantas indígenas que dão frutos comestíveis; as árvores e ervas medicinais; as árvores reais e paus de lei; as árvores de médio porte, suas propriedades, os cipós e folhas úteis.

Na obra em tela, a parte dedicada aos animais é bastante extensa, com especial atenção para o Recôncavo Baiano e Baía de Todos os Santos. Foram descritos os métodos de caça e pesca empregados por indígenas e primeiros colonos, bem como a utilização dos diversos animais. Registra a ocorrência de baleias de março a dezembro na Baía de Todos os Santos, quando se dava a parição e nova prenhez; também, a entrada de peixes do alto-mar nesta baía, durante o verão, tais como o bonito, o dourado e as albacoras.

Francisco Agostinho Gomes (1769-1842). Médico e político baiano, foi dono de um museu de História Natural e também de laboratórios de Física e Química em Salvador. Conheceu o naturalista e nobre alemão Johann Centurius von Hoffmannsegg (conde de Hoffmannsegg) quando estudava leis na Universidade de Coimbra. Com sua volta ao Brasil, coletou material zoológico nos arredores de Salvador, fazendo sucessivas remessas para o amigo alemão, nos anos de 1801-1807. Deputado brasileiro às Cortes de Lisboa (1821), mas se recusou a votar medidas contrárias aos interesses do Brasil, indo então para a Inglaterra, onde permaneceu por cerca de um ano. Foi eleito deputado à nossa primeira Assembleia Constituinte (1823) e depois tornou-se senador pela Bahia (1826). Sócio correspondente da Edinburgh Natural History Society, para onde remeteu coleções do seu próprio museu. O material zoológico que enviou para o conde de Hoffmannsegg foi por este presenteado ao Museu de Berlim.

Maximilian Alexander Phillip (príncipe de Wied-Neuwied) – (1782-1867). O príncipe Wied-Neuwied chegou ao Brasil em 17 de julho de 1815, aportando na cidade do Rio de Janeiro, onde co-

nheceu os naturalistas-viajantes Friedrich Sellow e Georg Wilhelm Freyreiss.

Juntamente com estes dois naturalistas-viajantes, seus conterrâneos, o príncipe de Wied-Neuwied deixou a cidade do Rio de Janeiro em 4 de agosto de 1815, percorrendo o litoral até alcançar o sul da Bahia – nessa altura, já estava sem a companhia de Sellow e Freyreiss, que ficaram em Vitória. Quando chegou a Ilhéus, tratou de explorar áreas interiores, rumando em 21 de dezembro para os **campos gerais**, nos limites com Minas Gerais, cruzando em seguida o sertão baiano, tendo passado por Poções e Vitória da Conquista, indo até Nazareth das Farinhas de onde embarcou para Salvador. Aqui pouco se demorou, pois regressou à Europa em 10 de maio de 1817, quando deixou o porto da capital da Bahia.

Num precioso livro, intitulado *Reise nach Brasilien*, originalmente publicado em Frankfurt (1821/1822), o príncipe relatou sua viagem ao Brasil [WIED-NEUWIED, (1821/1822) 1940]. Trata-se de livro indispensável a todos os que estudam a natureza brasileira: para o zoólogo, especialmente o ornitologista, é de valor inestimável.

Os principais resultados científicos da viagem do príncipe de Wied-Neuwied ao Brasil estão nas *Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, editadas em Weimar, a saber: volume I – anfíbios e répteis (1825); volume II – mamíferos (1826); volume III (1ª parte) – aves (1830); volume III (2ª parte) – aves (1831); volume IV (1ª parte) – aves (1832) e volume IV (2ª parte) – aves (1832); sob o título de *Abbildungen zur Naturgeschichte Brasilien's*, série publicada em Weimar (1823-1831), se encontram estampas coloridas de animais brasileiros.

Friedrich Sellow (1789-1831). Veio para o Brasil em 1814. Na área do nordeste do Brasil, coletou material zoológico ao longo da costa sul da Bahia, alcançando as cercanias de Salvador, donde remeteu para o Museu de Berlim (outubro/1817) os totais de 600 peles de aves e 3.000 insetos. Nova remessa (1818) compreendia material recolhido nos arredores de Salvador.

Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825). Veio para o Brasil em 1814. O material que coletou no nordeste brasileiro constituiu sete re-

messas: de Vitória/março de 1816 – material procedente do Espírito Santo e sul da Bahia; de Caravelas/setembro/1816 e janeiro/1817 – material recolhido no sul da Bahia. Entre julho/1817 e agosto/1818 coletou nos arredores de Salvador, do que resultou o envio de 2000 peles de aves e 8000 insetos, em quatro remessas. Todo o material zoológico, acima mencionado, foi destinado ao Museu de Berlim.

William Swainson (1786-855). Chegou ao Brasil no final de 1816, desembarcando no Recife, onde se demorou até junho seguinte. Iniciou suas explorações na área das caatingas durante grande seca, chegando a Penedo no começo de agosto; então, subiu o rio São Francisco, indo depois a Salvador, onde ficou até março/1818, explorando o Recôncavo Baiano e a Baía de Todos os Santos. Voltou ao sertão baiano, regressando a Salvador em abril, quando embarcou para o Rio de Janeiro. Regressou à Inglaterra em agosto/1818.

O montante das coletas de William Swainson no Brasil compreende 760 espécies de aves, muitas delas novas e/ou raras, mais de 20.000 insetos, cerca de 120 peixes e mais de 1200 excicatas de plantas. Todo este material foi levado para Londres. Na sua bibliografia, duas obras têm especial importância para a zoologia brasileira: *Zoological Illustrations*, com 182 estampas coloridas, em três volumes, publicados em Londres (1820-1823); *The Birds of Brazil*, sem texto e sem data, com estampas de nossas aves, publicado em Londres (1834 ou 1835).

Agora trato da expedição conjunta dos naturalistas bávaros **Johann Baptist von Spix** (1781-1826) e **Karl Friedrich Philip von Martius** (1794-1868), que cobriu grande parte da área nordestina do Brasil. Vindos de Minas Gerais, Spix e Martius cruzaram os rios São Francisco e Carinhanha, descendo depois até o arraial de Carinhanha, então pertencente a Pernambuco e situado junto à sua desembocadura no São Francisco; deixaram Carinhanha em 24 de setembro de 1818, em busca da vila de Caetitê (Bahia), daí seguindo para a vila do Rio de Contas, em procura do rio Paraguaçu, alcançando o porto de São Félix, quando embarcaram para Salvador, onde chegaram no dia 10 de novembro; no seguinte 11 de dezembro partiram por mar para a vila de São Jorge dos Ilhéus, demorando-se nos seus arredores, regressando por terra e mar a Salvador; daqui embarcaram no dia 18 de fevereiro

para a vila de Cachoeira, onde tomaram o rumo do arraial da Feira de Sant'Ana, seguindo pelo arraial de Santo Antônio das Queimadas, Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim) até o arraial de Juazeiro; atravessaram o rio São Francisco em 21 de abril de 1819, quando penetraram em Pernambuco, viajando com destino a Oeiras, então capital da província do Piauí.

Um preciso relato desta expedição se encontra no livro *Reise in Brasilien*, publicado em três volumes e na cidade de Munich (1823/1828/1831). Embora apresentado com a coautoria dos dois famosos naturalistas, por causa da prematura morte de Spix (1826), o encargo da redação de quase todo o segundo e de todo o terceiro volumes ficou sob a responsabilidade de Martius, que contou com o apoio das anotações deixadas pelo pranteado companheiro.

A parte que corresponde ao nordeste brasileiro constitui quase todo o segundo volume do citado livro de Spix e Martius. A falta do primeiro autor, que era o zoólogo da expedição, em muito prejudicou o registro de maiores e melhores informações sobre a fauna regional, quando comparadas com aquelas relativas à flora e aos índios, de mais interesse para o genial Martius. Por outro lado, a severa seca ocorrida na época da viagem não permitiu longa demora dos naturalistas em suas explorações na área das caatingas, que atravessaram acossados pela fome, sede e doenças das pessoas e dos animais.

Os resultados desta expedição sobre a vegetação das caatingas baianas foram pequenos, por causa da ocorrência de seca e a consequente ausência de plantas verdes e floridas. Os naturalistas viram apenas a galharia espinhenta, em situação de dormência, em solo seco e pedregoso.

Observaram as diferentes adaptações das plantas das caatingas às prevalentes condições decorrentes da semiaridez, com especial atenção para o umbuzeiro. Notaram o aparecimento da carnaubeira nas proximidades dos cursos d'água, em terrenos sedimentados e com alguma umidade, já nas proximidades da cidade de Juazeiro.

Constatarem o rápido enverdecer das caatingas, logo após a caída das primeiras chuvas e a ausência de evidente transição da vegetação entre as terras secas e as úmidas das margens dos rios.

Vou agora destacar alguns aspectos de mais importância do mencionado livro, referentes à fauna do nordeste brasileiro: é frequente o registro do encontro de ossadas de grandes e extintos animais, o que mostra a primitiva riqueza da fauna regional, em porte, diversidade e abundância, antes do domínio das caatingas; torna evidente a pobreza faunística ao longo da rota cruzando a área seca, principalmente pelas migrações dos animais em busca de locais mais favorecidos de água e alimentos; mostra o efeito concentrador das lagoas marginais e dos açudes, suportando em suas águas e áreas circundantes uma fauna mais rica e diversificada, mormente durante a ocorrência de secas; registra numerosas observações sobre a distribuição e a biologia dos animais encontrados na área das caatingas.

No tocante a outros resultados científicos da expedição, com respeito à fauna nordestina, eles se encontram em monografias deixadas por Spix sobre os animais do Brasil: *Simiarum et vesperilionum brasiliensium species novae* (Munich, 1823), *Serpentum brasiliensium species novae* (Munich, 1824), *Avium species novae* (Munich 1824-1825), *Animália nova sive species novae testudinum et ranarum* (Munich, 1824) e *Animália nova sive species novae lacutarum* (Munich, 1825).

Após a morte de Spix, o material zoológico coletado durante a expedição ao Brasil e ainda não estudado ficou sob a responsabilidade de Martius, que tratou de completar a obra do seu companheiro, convocando para isto alguns eminentes cientistas,

Em seu conhecido livro *Voyage dans les deux Amériques*, **Aldes Dessalines d'Orbigny** (1802-1857) registra observações sobre a variedade e abundância da fauna do submédio São Francisco e suas áreas marginais, principalmente no tocante a peixes e aves aquáticas, nos anos iniciais do segundo quartel do século XIX.

Nos anos de 1858 e 1859, o médico e naturalista alemão **Robert Ave-Lallemant** (1812-1884) andou viajando pelo Brasil. Dos seus registros sobre a fauna da nossa região nordestina [Ave-Lallemant, (1860) 1961] dou os seguintes destaques: trata da fauna dos manguezais e da mata costeira do sul da Bahia, com maior atenção para os caranguejos e aves; dá notícias sobre a pesca da garoupa nos Abrolhos e das baleias nas proximidades de Salvador; tem informações sobre a biologia de

alguns animais que vivem nas matas ciliares e caatingas adjacentes do baixo São Francisco.

Um outro nobre esteve no Brasil – o príncipe **Ferdinand Maximilian von Habsburgo** (1822-1867). Veio na condição de naturalista, trazendo competente equipe para ajudá-lo na coleta de material para os jardins austríacos e para o seu museu particular.

Desta viagem ao Brasil, com a duração de três meses e meio, dos quais a maior parte foi passada no mar, a bordo do *Elisabeth*, resultaram três livros, um deles tratando da visita à Bahia – *Reise-Skizzen. Bahia 1860* –, publicado em Viena, no ano de 1861, cuja edição atingiu o montante de apenas 50 exemplares.

Nesse precioso livro, o príncipe Maximilian von Habsburgo registra sua permanência na cidade de Salvador e cercanias, durante o ano de 1860, com frequentes notas sobre a fauna local, inclusive com respeito aos animais encontrados à venda no mercado das frutas.

Além dos peixes fósseis coletados por George Gardner no sopé da chapada do Araripe, Jean Louis Rodolphe Agassiz já havia estudado o material zoológico trazido do Brasil por Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius, deixado sem classificação em decorrência da prematura morte do primeiro destes dois célebres naturalistas. Isto explica sua atração pelo nosso país e a posterior expedição por ele chefiada – Expedição Thayer, que esteve no Brasil nos anos de 1865-1866, deslocando-se do Rio de Janeiro a Manaus, coletando e/ou recebendo animais nativos, origem do grande acervo existente no Museu de Cambridge, relativo à fauna brasileira.

Em suas passagens e breves permanências em capitais nordestinas, na viagem de ida-e-volta a Manaus, a partir do Rio de Janeiro, Louis Agassiz acumulou material zoológico procedente das cidades visitadas, grande parte do qual lhe foi oferecido pelas autoridades locais.

Entretanto, em relação ao nordeste do Brasil, os melhores resultados zoológicos decorreram das coletas e anotações feitas por John A. Allen e Orestes Saint-John em áreas interiores, não visitadas pelo chefe da Expedição Thayer.

Sobre John A. Allen, sei que ele, chegando doente a Januária, resolveu se dirigir à cidade de Salvador, em viagem cujo roteiro o levou a Xique-Xique, Jacobina e Cachoeira, da qual deixou precioso diário.

Nele nos dá cuidadosa conta do aspecto físico da região através da qual passou, do caráter do país e da distribuição das plantas e dos animais; apresenta muitas observações novas sobre os hábitos das aves e um minucioso itinerário do percurso, cujas grandes etapas foram Jacobina, Espelto e Cachoeira. [Agassiz; Agassiz, (1868) 1975: 309].

Um outro importante membro da Expedição Thayer – **Charles Frederick Hartt** (1840-1878) – foi mandado a explorar o litoral entre as cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Em 1867, voltou ao Brasil, desta vez com a atenção voltada para as províncias nordestinas, explorando mais particularmente as vizinhanças de Salvador e as ilhas e recifes do arquipélago dos Abrolhos.

Os resultados dos estudos aqui realizados, durante as duas referidas viagens de Charles Frederick Hartt, estão contidos no famoso livro *Geology and Physical Geography of Brazil*, originalmente publicado em 1870. Com respeito à fauna nordestina, são abundantes os registros de ocorrências de fósseis em áreas litorâneas e interiores, com destaques para os fósseis cretáceos encontrados no calcáreo de Maroim (Sergipe) e os moluscos fósseis de Monserrat (Salvador – Bahia). Sobre a fauna atual, devo agora indicar as contribuições de maior relevância: observações sobre a ictiofauna do baixo São Francisco, com importantes notas relativas à biologia da piranha-verdadeira, com menção de ataques a pessoas e animais domésticos; registros sobre a fauna dos manguezais do sul da Bahia, com maior atenção para os caranguejos e siris; estudo detalhado da biota terrestre e marinha do arquipélago dos Abrolhos e seus arredores; dados sobre a biologia e caça das baleias e do cachalote na baía de Todos os Santos e região dos Abrolhos, com armações localizadas no Recôncavo Baiano e em Caravelas; registros sobre a pesca da garoupa nas águas do arquipélago dos Abrolhos e adjacências, com frota baseada em Porto Seguro.

Em sua viagem de canoa, descendo o rio São Francisco, o explorador inglês **Richard Francis Burton** (1821-1890) penetrou no nordeste do Brasil, no final de setembro de 1867, indo até a cachoeira de Paulo Afonso, onde chegou no começo de novembro, seguindo depois a vapor para Penedo. Ele nos deixou o precioso livro *Explorations of the Highlands of the Brazil* (1869) – obra em dois volumes, o segundo tratando da mencionada viagem de canoa no qual são encontrados bons registros sobre a fauna sanfranciscana e das suas áreas marginais.

Em 16 de fevereiro de 1903 desembarcou no Recife a expedição chefiada por **Franz Steindachner** (1834-1919), então diretor do Museu de Viena. Demorou-se dois dias explorando as cercanias da capital pernambucana, prosseguindo no mesmo navio para Salvador, aqui chegando no dia 21 do mesmo mês. Além do seu ilustre chefe, compunham esta expedição Otmar Reiser, Arnold Penther e três preparadores.

De Salvador a expedição se dirigiu para Juazeiro, onde chegou a 28 de fevereiro daquele ano, ali cuidando da exploração dos seus arredores e chegando até à cidade de Petrolina, na fronteira margem pernambucana do São Francisco. No dia 26 parte para Barra, na confluência dos rios Grande e São Francisco, alcançada dois dias depois, para uma permanência de quase um mês naquela localidade e circunvizinhança. Os resultados científicos desta expedição, relativos aos peixes, são encontrados em trabalhos de Franz Steindachner.

O naturalista suíço **Leo Zehntner** (1864-1961) chegou ao Brasil em 1906, contratado para chefiar o recém-fundado Instituto Agrícola da Bahia (1905-1910). Retornou à Europa em 1920.

Deixou relatórios de viagem e administrativos, bem como estudos sobre a mandioca e as maniçobas da Bahia – estes últimos de grande importância. Informou que os maniçobais nativos estavam esgotados e que os cultivos mais promissores correspondiam às espécies *Manihot bahiensis* Ule e *Manihot trifoliata* Ule. Fundou e dirigiu o Horto Florestal de Juazeiro (1911), da então Inspectoria de Obras Contra as Seccas.

A partir de 1907, o naturalista-colecionador **Ernst Garbe** (1853-1925) realizou três expedições na área do nordeste do Brasil, a serviço do Museu Paulista, particularmente interessado na coleta de sua

avifauna. Explorou sucessivamente a região do médio São Francisco, entre Barra e Juazeiro, demorando-se depois em Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim), donde se dirigiu para Caravelas, no litoral sul da Bahia (1907-1908); voltou a explorar o médio São Francisco, entre Barra e Juazeiro (1912-1914); por fim, esteve no sul da Bahia, coletando nos arredores de Ilhéus, Itabuna e Belmonte (1919).

Com o patrocínio da Stanford University, o ictiologista **John Diederich Haseman** (1887-1956?) esteve viajando pelo nordeste do Brasil, entre novembro de 1907 e abril de 1908, percorrendo as regiões do médio e baixo São Francisco. Os principais resultados das duas viagens realizadas, foram os seguintes: descoberta da ocorrência de ciclídeos na bacia do São Francisco; confirmação da conexão entre as bacias do Tocantins e do São Francisco; aumento do número de espécies de peixes registradas para a bacia do São Francisco; indicação da ocorrência de quase todas as espécies de peixes do rio Itapicuru em águas da bacia do São Francisco; descoberta da possibilidade dos peixes sanfranciscanos ultrapassarem as cachoeiras de Paulo Afonso, em suas migrações para montante, durante as grandes cheias.

Philipp von Luetzelburg (1880-1948), naturalista alemão, chegou ao Brasil em 1910, por aqui ficando até 1938. Nesse período, esteve duas vezes na Alemanha.

Sua obra maior é o *Estudo Botânico do Nordeste*, em três volumes (1922/1923), resumo de suas anotações de viagem e coletas de plantas em todos os estados nordestinos. Elaborou o *Mappa phytogeographico dos Estados da Bahia e Sergipe* (1922), publicado pela Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas.

O naturalista **Ralph H. Sopper** (1891-1943), nativo dos Estados Unidos da América, andou pelo nordeste da Bahia à procura de água subterrânea (SOPPER, 1914), deixando cartografada a área estudada.

O ano de 1932 marca o início de uma série de expedições zoológicas ao nordeste do Brasil. Elas foram organizadas e mesmo dirigidas por **Olivério Mário de Oliveira Pinto** (1896-1981), sob a responsabilidade do Museu Paulista e depois Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo (1939), formado a partir da Secção de Zoologia do Museu

Paulista – é o atual Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. Os resultados científicos destas expedições se manifestaram, principalmente, no campo da ornitologia, com maior atenção para os estados da Bahia e Alagoas.

Os grandes conhecedores das águas e terras da Bahia são os seus pescadores e sertanejos, gente rude com o saber das coisas vividas.

Quanto aos pescadores, convém destacar as suas atividades de caça às baleias na Baía de Todos os Santos e no sul da Bahia, as capturas do xaréu, bem como a exploração da garoupa na área dos Abrolhos [HARTT, 1888; CAMARA, (1888) 1937, 1911]; sobre os sertanejos, basta lembrar as técnicas de sobrevivência e as guerrilhas dos jagunços de Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro) nos sertões do Vaza Barris (Canudos), e dos cangaceiros de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) no Raso da Catarina e norte da Bahia.

Falando de saber erudito, chegou a vez de dois pilares da cultura brasileira, aliás muito bem relacionados em suas labutas intelectuais: **Euclides** Rodrigues Pimenta da **Cunha** (1866-1909) e **Theodoro** Fernandes **Sampaio** (1855-1937), este baiano de Santo Amaro da Purificação.

Na parte primeira de *Os Sertões*, que corresponde à Terra, estão páginas de valor eterno sobre as caatingas baianas em torno do arraial de Belo Monte, compreendendo partes das bacias do Vaza Barris e do São Francisco.

Sem negar a genialidade de Euclides da Cunha e o supremo valor de *Os Sertões*, devo ressaltar o importante papel desempenhado por Theodoro Sampaio na construção do texto imortal, por ter sido o “professor das caatingas”, que bem conhecia, desde sua viagem ao longo do curso do rio São Francisco e pela Chapada Diamantina. (SAMPAIO, 1905).

Conversa final

Terminado o breve relatar sobre a natureza e principais naturalistas que construíram as bases do conhecimento sobre as águas e terras baianas, com especial atenção para o bioma das caatingas, pode parecer um simples atrevimento deitar falação, aqui no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sobre assuntos que tanta gente melhor conhece. Aceito a possível crítica, mas quero afirmar que não sou totalmente distante das coisas sobre as quais falei, ocupando o precioso tempo de ilustres ouvintes.

Antes de tudo, quero lembrar que sou nordestino, sertanejo de Lavras da Mangabeira – sul do Ceará. Nas minhas permanentes ocupações intelectuais, está a região natal, com suas terras, águas e gente – meu povo.

A respeito da Bahia, vou deixando escritas muitas páginas em seis dos meus livros (1982-2004). Nas andanças pelo sul baiano, fotografei ruínas de armações baleeiras e entrevistei velhos pescadores sobreviventes, recolhendo fragmentos de suas memórias sobre a extinta caça de baleias.

“Olha a crioula, ⁽¹⁾

Olha a crioula,

A baleia é peixe grande

Que mora lá no fundão ⁽²⁾

Vamos com ela a reboque,

Pra tratar lá na armação.”

⁽¹⁾ espécie de baleia

⁽²⁾ além da plataforma continental

In: PAIVA, 1966.

Planejei o desmatamento zoneado da bacia hidráulica da grande represa de Sobradinho (rio São Francisco), tendo em vista usos múltiplos; depois, cuidei do seu peixamento. Também, estudei migrações de peixes no alto/médio curso do São Francisco. São três trabalhos marcadamente pioneiros no Brasil.

Procurei conhecer a distribuição e a abundância de alguns peixes bentônicos na área dos Abrolhos e também a produtividade das pescarias de linheiros nas águas que circunda o arquipélago, a partir de dados referentes à operações da frota de linheiros baseada no Rio de Janeiro.

Como se observa, chego ao centenário Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, casa maior da cultura baiana, com pouca coisa no matulão. Em contrapartida, é grande desejo de aqui trabalhar e honrar tão digna instituição, guardiã dos conhecimentos geográficos e históricos sobre a velha Bahia, matriz deste nosso país que tanto amo. Muito obrigado pelo diploma que recebo das mãos generosas de meus novos confrades. Viva a Bahia!

Referências

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil: 1865 – 1866**. Belo Horizonte/São Paulo: Livraria Itatiaia Editora Ltda./ Editora da Universidade de São Paulo, 1868. [IV] + 323 p., 52 figs.,.

ANCHIETA, J. **Cartas – Correspondência Ativa e Passiva**. São Paulo: Loyola, 1984. 518 p., [3] figs.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961. 1º volume, 352 p., 2º volume, 284 p.

CAMARA, A. A. **Ensaio sobre as Construções Navaes Indigenas do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 261 p., [29] figs.

CAMARA, A. A. **Pescas e peixes da Bahia**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911. 124 p. [IV] ests.

CORTESÃO, J. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Livros de Portugal Ltda. 1943. 353 p., 1 fig.,

CUNHA, E. **Os Sertões (Campanha de Canudos)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. 646 p. ilus.

DUQUE, J. G. **O Nordeste e a Lavouras Xerófilas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1973. 259 p., ilus.

HARTT, C. F. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. 649 p., 94 figs., [III] ests.

HARTT, C. F. Pescarias do Brasil. Os Abrolhos. **Rev. Industrial**, New York, 1 (1) : 12-15, 1878.

HASEMAN, J. D. A brief report upon the expedition of the Carnegie Museum to Central South America. *Ann. Carnegie Mus.*, Pittsburgh, VII (3/4) : 287-299, 1911.

LEITÃO, C. M. **A Biologia no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. 331 p.

LUETZELBURG, P. **Estudo Botânico do Nordeste**. Rio de Janeiro: Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas, 1922/1923. volume primeiro, 108 p., 92 figs., volume segundo, 126 p., 84 figs., volume terceiro, XVI + 285 p., 50 + [2] figs.

MARTIUS, K. F. P. (depois EICHLER, A. W. & URBAN, I.) (eds). *Flora Brasiliensis*, Monâco: 1840/1906. 15 volumes, constituindo 130 fascículos.

MAXIMILIANO DE HABSBURGO, [F.]. *Bahia 1860*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982. 257 p.

NEIVA, A. **Esboço Histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1929. 143 p.

ORBIGNY, A. [D.] **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: /Livraria Itatiaia Editora Ltda. 1976. 190 p., 40 figs.

PAIVA, M. P. Relembrando a caça de baleias em Caravelas, sul da Bahia. **Equipisca Jornal**, Campinas, 3 (9) : [1-2], 1966. 7 figs.

PAIVA, M. P. **Desmatamento da represa de Sobradinho**. ELETROBRAS/ADMA – 082, 1976. 6 p., II anexos, o último com 4 figs.

PAIVA, M. P. **Grandes represas do Brasil**. Brasília: Editerra Editorial Ltda., 1982. 292 p., 3 figs., X ests.

PAIVA, M. P. Fauna do nordeste do Brasil: I – Conhecimento científico. **In:** PAIVA, M. P.; CAMPOS, E. **Fauna do nordeste do Brasil**: conhecimento científico e popular. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A. 1995. p. 7-194, 4 figs. 273 p., ilus.

PAIVA, M. P. **Instituições de pesquisas marinhas do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996. 463 p., 198 + [35] figs.

PAIVA, M. P. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1997. 286 p., 32 figs.

PAIVA, M. P. **Conservação da fauna brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda. 1999. [XXII] + 226 p., 2 + [36] figs.

PAIVA, M. P. **Administração Pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda. 2004. XV + 177 p., 1 fig.

PAIVA, M. P.; BASTOS, S. A. Migrações de peixes nas regiões do Alto e Médio São Francisco (Brasil). **Ciência e Cultura**, São Paulo, 34 (10) : 1362-1365, 1982. 1 fig.

PAIVA, M. P.; FONTELES – FILHOS, A. A. Distribuição e abundância de alguns peixes betônicos na área de Abrolhos (Brasil). **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza, 29 (1/2) : 29-41, 1995. 2 figs.

PAIVA, M. P.; FONTELES – FILHOS, A. A. Produção e produtividade das pescarias de barcos linheiros na área de Abrolhos (Brasil). **B. Téc. Inst. Pesca**, São Paulo, (22) : 1-22, 1997. 3 figs.

PAIVA, M. P.; GURGEL, J. J. S. Sobre o peixamento da represa de Sobradinho (Rio São Francisco, Brasil). **Centre Technique Forestier Tropical/Notes et Documents sur la Peche et la Pisciculture**, Nogent-sur-Marne, n. s., (18) : 43-56, 1979.

PINTO, O. [M. O.] Cinquenta anos de investigação ornitológica. **Arq. Zool. Est. São Paulo**, São Paulo, IV (8) : 261-340, [XVII], 1979. ests., 1 mapa.

SAMPAIO, Th. **O Rio S. Francisco e a Chapada Diamantina 1879-1980**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. 195 p., [XX-XII] ests.

SOPPER, R. H. (1914). **Geologia e suprimento d'água subterrânea em Sergipe e no nordeste da Bahia**. Rio de Janeiro: Inspectoria de Obras Contra as Seccas, 103 p., 15 + 80 figs., [1] tabela e [I] mapa (em páginas não numeradas).

SOUSA, G. S. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971. 389 p.

SPIX, J. B.; MARTIUS, K. F. P. **Viagem pelo Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel, s/d. Volume I, 283 p., [XXIV] ests., 1 mapa; volume II, 332 p., [XXIV] ests.; volume III, 349 p., [XXIV] ests., 1 mapa..

WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 511 p., [XLIII] ests.

ZEHTNER, L. **Estudo sobre as maníobas do Estado da Bahia, em relação ao problema das seccas**. Rio de Janeiro: Inspectoria de Obras Contra as Seccas, 1914. 112 p., 84 figs., 1 mapa e XIII quadros (figuras, mapa e quadros em páginas não numeradas),

Revista do Instituto
do Instituto
stita gráfico
Geográfico e
ráfico e História

Discurso

O IGHB completa 118 anos

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do IGHB

Ao inverso da vida humana, a existência de muitas das instituições têm, frequentemente, o selo da permanência. Certo é que, as que abrigam sistemas devocionais têm mais condição de permanecerem ao longo do tempo, resguardadas que são da completa capacidade de assenhorear-se dos devotos e ampará-los sobre seu manto incessante e imperecível.

No caso baiano, vale lembrar, tivemos um anterior Instituto Histórico da Bahia, também conhecido com o nome de Instituto Histórico Provincial, de 1856, que durou muito pouco tempo, cerca de 13 anos, tendo soçobrado ainda na segunda metade do século XIX. Com efeito, pouco tempo de atividade teve o Instituto fundado por Manuel Correia Garcia, Agrário de Menezes, Carneiro da Cunha, Belarmino de Aquino, Araújo Góes, Eunápio Deiró, Cônego Francisco Bernardino, Francisco José Rocha, instituição prestigiada pelo respeitável concurso do Arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas, Primaz do Brasil, nomes que dignificaram a inteligência e o saber da nossa gente. Não teve força para dar continuidade ao sonho acalentado por esses admiráveis cidadãos, dele restando apenas a evocação e um testemunho escrito da meteórica existência.

O atual Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, cujos 118 anos ora celebramos, nasceu republicano, aos 13 de maio de 1894, quando

um grupo de intelectuais, formado por todos idealistas e visionários partiram para a segunda iniciativa, que jamais pretendeu ser a continuidade da primeira, tendo adquirido, desde o nascedouro, personalidade própria, consentânea com as modificações econômicas e políticas da-quele novo instante da vida brasileira.

Entre aplausos e o apoio da imprensa, o povo baiano acolheu a fundação do novo Instituto naquele momento de renovação política e social. Nasceu, assim, a nova agremiação, voltada para a pesquisa da geografia, da história e ciências afins, graças à iniciativa dos senhores: Dr. Tranquilino Leovigildo Torres, Antônio Calmon Du Pin e Almeida, Braz Hermenegildo do Amaral, no candente apelo à Bahia para fundar seu Instituto Geográfico e Histórico, o que se efetivou no dia 13 de maio de 1894, na sede do Grêmio Literário, tendo o latinista Cândido Lopes de Carvalho cunhado o dístico *Urbi et Orbi*.

No mesmo ano, em outubro, em espaço alugado no prédio da Santa Casa de Misericórdia, teve início a coleção de livros, retratos, estampas, relíquias diversas. Passados alguns poucos anos, em 3 de maio de 1900, já possuía sede própria, situada no Terreiro de Jesus, criminosamente incendiada a 13 de setembro de 1913 e restaurada a 15 de novembro de 1914. Para a celebração do Dois de Julho de 1923 foi edificada a sede atual, inaugurada festivamente nessa data, obra da determinação e da coragem patriótica do seu Secretário Perpétuo, Dr. Bernardino José de Souza, sob a esclarecida e nobre presidência do Dr. Teodoro Fernandes Sampaio.

Graças, certamente, à condição republicana a Casa da Bahia não se constituiu numa agremiação fechada, como muitas congêneres do país, semelhantes às academias, abrindo-se para a sociedade com a generosidade dos que lhe imprimiram perfil diferenciado e democrático.

Por isso, nunca será desnecessário repetir o conceito lapidar do notável baiano Afrânio Peixoto, médico e professor de medicina, membro da Academia Brasileira de Letras, escritor primoroso e um dos maiores e melhores biógrafos de Castro Alves que, no seu Livro de Horas, assim escreve sobre a nossa instituição: “O mais belo desse esforço cultural e patriótico, dessa tenção enternecida de nossos amores, é que o Instituto Geográfico e Histórico, em uma palavra, o Instituto

da Bahia, não é uma corporação fechada de classe, aristocrática e reduzida pela escolha, como as faculdades, os cabidos, as congregações, as academias, senão apenas um lar de hospitaleiro que a Bahia abre, permanentemente aos baianos, aos brasileiros, aos peregrinos vindos de onde vierem, que a visitam, e têm acolhida, respeitosa e deferente, em nossa casa, como da família, amorosamente tratados bem, na hora, e convidados a tornarem, em horas vindouras, para um convívio simples, bom, espiritual. A “Casa da Bahia” é um lar de humana convivência.”

Continuando, acrescenta: “Diz o povo que certos objetos vêm-se a parecer com os donos: assim é o nosso Instituto, verdadeiro retrato da Bahia: amável na sua generosidade”.

Para concluir, cumpre-me sublinhar que a Casa da Bahia tem acompanhado a evolução dos tempos, sem renegar a sua condição de “Lar da Tradição”, conforme a designou Afrânio Peixoto. Com muito esforço e apoio do poder público, desde os tempos da sua fundação, tem procurado adaptar-se às exigências da modernidade, provendo-lhe dos atuais serviços tecnológicos, a fim de melhor servir à Bahia e ao Brasil. De igual modo, continua a preocupar-se com os aspectos geográficos do Estado da Bahia e suas dificuldades, promovendo seminários e debates sobre o semi-árido e o Rio São Francisco, sem esquecer dos aspectos urbanos da Cidade do Salvador e suas substanciais transformações, além de estar promovendo Cursos de História da Bahia, História da Arte e outros assuntos para instruir os interessados.

Neste instante convido a todos para interagir e colaborar com o novo site do IGHB – www.ighb.org.br. Na página é possível acessar vídeos, áudios, fotos, e ainda clicar no link “Pesquisa On line”, com todos os títulos da Biblioteca e Arquivo à disposição para consulta. O novo projeto gráfico ainda traz a galeria “Visita Virtual” e a “Revista do IGHB”, em breve com todas as edições publicadas nessa página virtual.

Como todos os eventos do Instituto serão publicados no site, aproveito a oportunidade para convidar os presentes a assistir, no dia 24 de maio, às 17 horas, a palestra “O Patrimônio Musical na Bahia: mais de 150 anos de música no IGHB”, que será proferida pelo professor Pablo Sotuyo Blanco.

Antes de concluir, comunico o telefonema do decano Prof. Luis Henrique Dias Tavares, impossibilitado de estar presente, entre outros motivos, pela ausência de seu filho, nosso associado, Luis Guilherme Pontes Tavares, ausente de Salvador, a fim de festejar 60 anos de nascimento no dia de amanhã.

Sejam essas breves palavras as que me compete proferir no momento em que a Casa festeja o seu aniversário, sempre revitalizada com a presença de novos associados, o que confirma a sua contínua atualidade.

Boa Noite a todos e obrigada pelas presenças.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2012

Edivaldo M. Boaventura

Sócio benemérito do IGHB e orador oficial

Completamos, neste 13 de maio de 2012, 118 anos de realizações, de comemorações e de publicações. Não faz muito, o Instituto festejou o centenário do governador Antônio Balbino, pela palavra expressiva de Waldir Pires e de outros conhecedores de suas realizações. Antônio Balbino foi um governante que abriu novas perspectivas para o desenvolvimento da Bahia com a implantação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), pelo secretário Rômulo Almeida, e de novos organismos públicos que modernizaram a Bahia, nos setores básicos de energia, agropecuária, comunicação, crédito, saúde e obras de infraestrutura social.

O Instituto, como a nossa academia estadual de História, exerce uma clara e definida função de disseminação do conhecimento. Definir as academias pela convivência parece-nos um posicionamento por demais romântico.

Ocupamo-nos do território baiano em sucessivos seminários, em especial, do São Francisco. O ano passado celebramos os *200 anos de Mídia na Bahia*. A capital baiana, que tem sido sempre uma questão recorrente, foi objeto do seminário *A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República*. Do ponto de vista biográfico,

documentamos a vida do professor José Calasans Brandão da Silva e estudamos a contribuição de Braz do Amaral não somente para a história da Bahia, especialmente, para os seus limites, mas também como professor e acadêmico. A figura de Bernardino de Souza, tão importante para esta Casa, mereceu a atenção de Consuelo Pondé de Sena com a organização da coletânea de artigos sobre sua vida e obra.

Com o crescimento do interesse pela investigação científica, impulsionada pela revolução branca da pós-graduação, mestrados e doutorados, as nossas fontes têm sido intensamente procuradas. Tanto a biblioteca com cerca de 30 mil títulos, como o acervo arquivístico, estão à parte desses investigadores e alunos.

A colaboração com a formação científica dos alunos interessa não somente a nós, professores, como a toda a sociedade. A comunidade científica, liderada pelo professor Roberto Figueira Santos, faz, no momento, um ingente esforço com a implantação da Academia de Ciências da Bahia. Na trajetória do nosso presidente de honra, ciência, tecnologia e inovação (C&TI) têm sido uma constante. Desde a modernização do ensino médico, como também ao reestruturar a Universidade Federal da Bahia, o professor Roberto Santos direcionou o conhecimento científico com a criação dos institutos básicos.

A Academia de Ciências congrega pesquisadores não somente da nossa *Alma Mater*, das universidades estaduais e particulares, como também de outros núcleos de investigação científica, como a Fundação Fio-Cruz e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), altamente interessada na pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Academia de Ciências, Instituto Geográfico e Histórico, Academia de Letras, Academia de Educação e outros sodalícios, bem assim as universidades e faculdades compõem a comunidade acadêmica baiana e participam da gestão do conhecimento, juntamente, com as empresas.

Homenagem aos sócios que partiram

Recordemos os sócios efetivos que contribuíram para o funcionamento desta instituição e que já nos deixaram e passaram para o outro

lado, nomeadamente, Aibre Cunha Guedes, Almerindo César de Quadros, Angelina Nobre Rolim Garcez, Antônio Jesuíno dos Santos Neto, bem assim, os sócios correspondentes: Luis de Barros Guimarães, Maria Cecília Ribas Carneiro e Max Justo Guedes.

O engenheiro **Aibre Cunha Guedes** formou-se pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, depois, foi seu professor adjunto. Tendo trabalhado com o doutor Paulo Pedreira de Cerqueira, ensinou Física Prática. Como profissional da engenharia, serviu no Departamento de Minas e Energia do Estado da Bahia e trabalhou na firma Cunha Guedes Companhia Ltda., do seu irmão Alexandre Cunha Guedes.

O professor **Almerindo César de Quadros** compôs a primeira turma de Filosofia da Universidade Católica do Salvador, distinguiu-se como aluno do professor Francisco Pinheiro Lima Júnior. Conforme o depoimento do confrade Germano Machado: “o professor Quadros trouxe muitas contribuições para o Centro de Pensamento e Ação (CEPA). Apenas para citar alguns exemplos, posso mencionar os vários palestrantes que ele convidou e que abrilhantaram nossas tardes”. Contribuiu com a ideia do jornal *A VOZ do CEPA*. O professor Quadros é autor de livro sobre Deus e o universo. Relacionando filosofia e ciência, demonstra a sua versatilidade e abrangência de conhecimentos.

A professora **Angelina Nobre Rolim Garcez** muito serviu ao Instituto. Foi membro atuante e vice-presidente. Nasceu no Estado do Acre, de pais cearenses e, pelo casamento, veio morar em Mata de São João. A vinda para a Bahia a incluiu em uma família do Recôncavo, com suas tradições e resquícios da Casa Grande. Passou então a conviver com outra cultura bem diferente da Amazônia. Diplomada em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, fez o Mestrado em Ciências Sociais, quando foi colega da presidente Consuelo Pondé de Sena, que assim se expressou sobre a homenageada: “Quero recordar as nossas viagens pelo mundo. A sua companhia nos encontros dos Institutos Históricos do país. A convivência enriquecedora com vários companheiros fora da Bahia [...] foi um presente da Amazonas para a Bahia, em cuja terra se inseriu, fixou raízes afetivas. Nela se sentindo em casa, na sua casa, como se aqui houvesse nascido”.

Angelina era conhecedora da legislação fundiária, da propriedade de terras e do cacau. Dentre os seus trabalhos, escreveu *Associação Comercial da Bahia: 175 anos – Trajetórias e perspectivas*, recentemente reeditado. No prefácio, o presidente Eduardo Moraes de Castro observa que “A professora Angelina Rolim Garcez lançou luz ao melhor entendimento das ações desenvolvidas pela Associação Comercial da Bahia ao longo de sua existência [...]”. Ocupou-se de biografias e da Ordem Terceira de São Francisco. Deixou uma filha Delly Maria Garcez.

O médico e professor **Antônio Jesuíno dos Santos Neto** foi uma presença constante e muito querida neste Instituto e nas inúmeras associações às quais pertencia e frequentava com assiduidade. Destacava-se não somente no meio profissional médico como também na comunidade acadêmica. Membro de inúmeras associações médicas integrava também a Academia de Educação da Bahia, juntamente com sua mulher, professora Leda Jesuíno dos Santos. Como médico notabilizou-se como cirurgião. Não se sabe com exatidão quantas intervenções cirúrgicas realizou. Dedicava-se plenamente à cirurgia, aos hospitais, enfim, à Medicina. Teve intensa atividade na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, no Hospital Santa Isabel e na Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública e em muitos outros hospitais e clínicas. Além das disciplinas de conteúdo médico cirúrgico, como Clínica Cirúrgica, foi coordenador de Internato Médico e dedicou-se à Didática do Ensino Superior e à Engenharia e Segurança do Trabalho.

Ultimamente, participava de cursos da terceira idade, tendo se dedicado com afincamento ao estudo dessa faixa etária. É emocionante recordar que faleceu como desejava, em plena sala aula, em meio aos que escutavam a sua última lição. O seu sepultamento, no Jardim da Saudade, na tarde de 2 de setembro de 2011, recebeu a solidariedade dos inúmeros amigos, colegas, alunos e clientes. Jesuíno foi um médico humanitário de ampla clientela com marcante atuação social. Pessoa de excelente convivência, era uma personalidade cativante e sempre bem humorada. O Instituto solidariza-se com a sua esposa, a educadora Leda Jesuíno dos Santos, com os seus filhos, sendo dois médicos, Eduardo e Paulo André, e com toda a sua família.

O sócio correspondente contra-almirante **Max Justo Guedes** deixou uma notável contribuição à história naval brasileira e à história

da cartografia. Max era considerado um elo brasileiro com os estudos do historiador português Jaime Cortesão. Os trabalhos de Justo Guedes eram conhecidos não somente no Brasil, como em Portugal e em outros países. Com Cortesão, era partidário da “teoria do sigilo”, para ambos a escassez de mapas tanto em Portugal como na Espanha se deve à tentativa de manter um rígido controle de informações estratégicas. Para compor o trajeto da esquadra de Pedro Álvares Cabral até ao Brasil, o almirante realizou uma detalhada pesquisa de campo que contou até com navegação e voos de helicóptero. Ele contestou a intencionalidade da descoberta do Brasil baseando-se em farta documentação e justificativas técnicas. Os seus trabalhos sobre história náutica e acerca da cartografia lhe renderam notoriedade e apreço. Este nosso sócio correspondente merece a maior admiração pelo trabalho realizado.

De igual maneira a correspondente **Maria Cecília Ribas Carneiro**, historiadora e frequentadora assídua do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Sabadoyle, onde a conhecemos. Maria Cecília dirigiu o Núcleo de Pesquisa sobre História Brasileira na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, dentre outras ocupações. Estudou história nos Estados Unidos, trabalhou com Hélio Silva na sua obra sobre história brasileira contemporânea. Maria Cecília foi um exemplo de confeira. Muito devemos ao seu apoio e a solidariedade para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Somos profundamente gratos pela saudação quando do nosso ingresso na Casa da Memória Nacional.

O terceiro sócio correspondente a ser lembrando, **Luís de Barros Guimarães**, era do Estado da Paraíba.

Aos sócios falecidos, a homenagem do Instituto, com os cumprimentos aos familiares, amigos e companheiros de trabalho presentes. Como costumamos fazer nos anos anteriores, convidamos os presentes a um minuto de silêncio.

Saudação aos novos sócios

Recordamos os que partiram com a expressão dos nossos altos sentimentos e, sucessivamente, saudemos os que chegam e se integram a partir de hoje à nossa Companhia.

É o ciclo inexorável das partidas e chegadas.

Tomam posse na categoria de sócios efetivos: 1) Alberto Bastos Balazeiro, procurador do trabalho; 2) Antônio Alberto Dias dos Santos Balazeiro, advogado; 3) Augusto J.C.L. Pedreira de Silva, geólogo; 4) Dom Emanuel d'Able do Amaral, religioso; 5) Geraldo Leite, médico; 6) Helmann Sanches Silva, advogado; 7) Henrique Abreu Monteiro, hoteleiro, 8) Ivan Silva Barroso, historiador e advogado; 9) Johildo Salomão Figueiredo Barbosa, geólogo; 10) Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva, médico; 11) Leonardo Ribeiro Fraga de Lima, estudante; 12) Luislinda Dias de Valois Santos, desembargadora; 13) Mauro Lopes Figueiredo, administrador de empresas; 14) Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido, advogada; 15) Phidias Martins Júnior, magistrado; 16) Ricardo Maurício Freire Soares, advogado e professor de direito; 17) Rubens Antônio da Silva Filho, geólogo.

Assumem como sócias correspondentes: 18) Ana Lúcia Granja de Souza, professora e pesquisadora de Petrolina, Pernambuco; e 19) Terezinha Teixeira Santos, professora de Guanambi, Bahia.

Dentre os novos sócios, destaquemos sua Paternidade o Senhor Arquiabade Dom Emanuel d'Able do Amaral, titular da Basílica Arquiabacial de São Sebastião do Mosteiro de São Bento da Bahia, erecta em 1582. Pondere-se que em todo o mundo existem apenas sete arquiabadias. Dom Emanuel participa, intensamente, da vida religiosa e cultural de Salvador e da Bahia. É acadêmico de número, titular da cadeira 37, da Academia de Letras da Bahia, cujo patrono é João Batista de Castro Rebelo Júnior e presidente de honra do Instituto Genealógico da Bahia.

É secular a tradição de cultura do Mosteiro de São Bento e marcante a sua influência religiosa. Difunde a fé aquecida pelo canto gregoriano, pelo cultivo da liturgia, pela música, pelas artes plásticas, nomeadamente, pelas coleções de móveis, de pinturas e de esculturas, como as do frei Agostinho da Piedade. A biblioteca do Mosteiro de São Bento é a segunda em obras raras do país. Com a sua entrada, a Casa da Bahia soma, de agora e para sempre, com a benemérita presença beneditina.

Seja bem vinda Vossa Paternidade Dom Emanuel D`Able do Amaral.

Outra entrada que suscita a maior admiração é do doutor Geraldo Leite. Médico, professor, pesquisador de Parasitologia e da história da medicina, um dos fundadores e primeiro reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana. O confrade Geraldo Leite é membro de várias entidades médicas e educacionais, titular da Academia de Educação da Bahia, vice-presidente da Academia de Educação de Feira de Santana e autor de *Reminiscências*, memória da Universidade feirense.

Bem haja senhor reitor Geraldo Leite.

Abraçamos, afetivamente, o nosso, mestre e doutor em Direito, Ricardo Maurício Freire Soares, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, reconhecidamente, um filósofo da ciência jurídica. Concretiza hoje o seu grande desejo de pertencer ao Instituto. Distinguimos, igualmente, Henrique Abreu Monteiro e Mauro Lopes Figueiredo, cavaleiros da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém.

Aos que chegam os melhores votos de realização pessoal e institucional. Sejam bem vindos. Logo mais receberão o diploma.

O sentimento de pertença ao Instituto

O Instituto na gestão de Consuelo Pondé de Sena vem progressivamente aumentando o seu quadro de sócios, não somente de efetivos como também de correspondentes, tanto nacionais como estrangeiros, contando com expressivos números de portugueses. É pelo estatuto dos sócios correspondentes que alcançamos a nacionalização e a internacionalização e participamos dos resultados das pesquisas de outros centros de cultura e saber. No âmbito da lusofonia, participamos da joanina Academia Portuguesa da História.

Concluindo, a homenagem aos sócios que passaram para o outro lado e a acolhida aos que ingressam permitem que enfatize o sentimen-

to de pertença ao Instituto. A convivência pela assiduidade, a colaboração e a participação, na disseminar o conhecimento, nos tornam cada vez mais fortes e produtivos.

Em 2012, o Instituto vive um momento solar, na presidência honorífica do professor Roberto Figueira Santos e na presidência executiva de Consuelo Pondé de Sena. Na gestão da Casa da Bahia, multiplicam-se os recursos recebidos com o maior espírito de serviço.

Com o mandato iniciado neste ano, a diretoria passou a contar com os vice-presidentes Eduardo Jorge Mendes de Magalhães, atavicamente ligado à esta Casa, Maria Helena Flexor, pesquisadora das artes, e Joaci Góes, uma reveladora vocação de acadêmico. Continuamos com Edmar Torres, eficiente na secretaria geral.

Terminamos com o historiador Cid Teixeira, que instado a apreciar a gestão de Consuelo Pondé de Sena, respondeu:

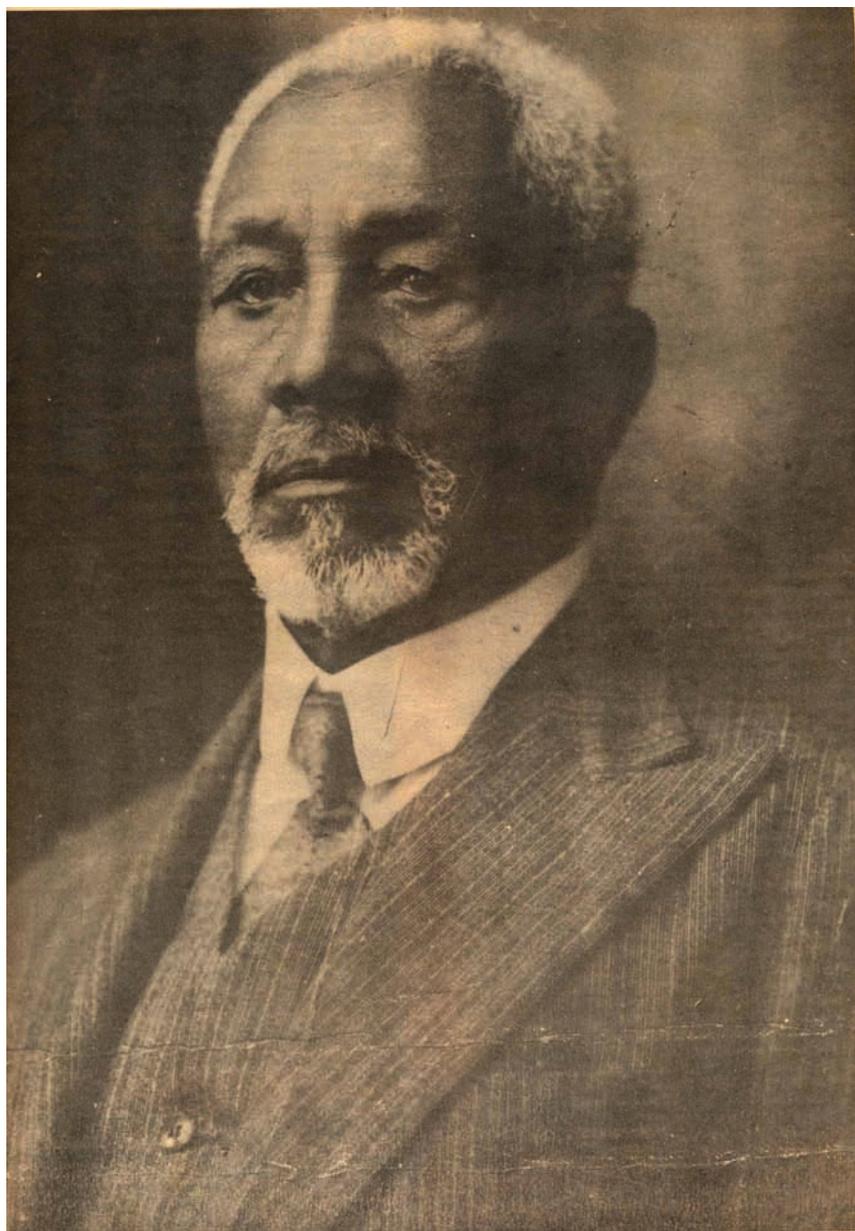
Só preciso dizer que graças a Deus o Instituto foi parar nas mãos de Consuelo Pondé de Sena. Ela não permite que ninguém leve nada de lá. A conservação do patrimônio foi o que de mais importante aconteceu no Instituto nos últimos anos. Por isso temos a garantia de que a história e a cultura da Bahia vão continuar gravitando em torno do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. (BOLETIM INFORMATIVO, a.1, n.3, out./dez.2009)

Gratos a todos pela presença e mais ainda pela atenção.

Salvador, IGHB, 14 maio 2012.

Revista do Instituto
do Instituto
stituto
Geográfico e Histórico
Gráfico e Histórico

Biografia



Theodoro Sampaio

Theodoro Sampaio

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e membro da Academia de Letras da Bahia. consueloponde@terra.com.br.

A 7 de janeiro de 1855 nascia no Engenho Canabrava, município de Santo Amaro, propriedade de Manoel Lopes da Costa Pinto (Visconde de Aramaré) um dos mais eruditos intelectuais que o Brasil já produziu.

Refiro-me ao Eng^oTheodoro Fernandes Sampaio, filho de Domingas da Paixão do Carmo, escrava daquele senhor de engenho, que recebeu este nome por ter nascido no dia consagrado a S. Theodoro, monge e também se chamar Theodora, sua avó paterna, conforme depõe Arnaldo Pimenta da Cunha. Um ponto discutível na sua biografia diz respeito ao nome do seu verdadeiro pai, pois ele próprio jamais o revelou explicitamente. Por isso existe a dúvida entre Francisco Antonio da Costa Pinto e Manoel Fernandes Sampaio, Capelão daquele engenho. Tal indefinição, contudo não representou empecilho para que se projetasse no seio da intelectualidade brasileira com o merecido destaque.

A família de Theodoro Sampaio

De acordo com o depoimento do seu neto, Senhor Fernando Sampaio Lacerda, por parte do relacionamento de Domingas da Paixão

com Francisco Antonio da Costa Pinto, nasceram: Theodoro, Clotilde, Maria Madalena e Maria do Patrocínio.

Meio irmãos nascidos antes de Theodoro foram: Martinho, Ezequiel e Matias, sendo que outras três irmãs nascidas de outras uniões, falecidas muito jovens, foram Maria Emiliana, Maria Rita e Maria Santana.

Estes dados não coincidem com os apresentados pelo Eng. Arnaldo Pimenta da Cunha que informa terem nascido, antes de Theodoro, os seguintes filhos de “Amingas”, como era denominada sua mãe, a saber: Martinho, Ezequiel e Matias, de paternidade diferente. “Por parte da mãe e pai, Theodoro só possuía uma irmã – Clotilde”, seguindo-se a esta – Maria Madalena, que nasceu a 22 de julho de 1868 e Maria do Patrocínio, fora três outras, que morreram muito jovens.

Descendência de Theodoro

Com Capitulina Maria Sampaio, segundo o mesmo informante, Theodoro viveu de 18 de janeiro de 1882 até o falecimento dela a 01.12.1920.

Dessa união nasceram os seguintes filhos: Frutuoso, Theodoro, Amália, Corina, Eduardo, Otávio, José e Carlos. O casamento durou 38 anos, 29 dos quais Capitulina esteve doente, sendo portadora de doença mental.

Por esse motivo, Theodoro teve um relacionamento duradouro com Maria da Glória Pinheiro da Fonseca, a quem esteve vinculado durante 27 anos, nascendo desse relacionamento os seguintes descendentes: Cordélia, Theodoro, Maria da Glória.

Sozinho a partir de 28 de setembro de 1920, data do falecimento de sua companheira, em São Paulo, aos 82 anos, Theodoro Sampaio no mesmo ano em que morreu, no dia 15 de outubro de 1937, casou-se com Amália Barreto Sampaio, que o acompanhou até o fim da existência.

Theodoro Sampaio e o IGHB

Theodoro Sampaio foi admitido como sócio do IGHB, em 21 de outubro de 1898, passando a fazer parte da sua diretoria como Orador oficial e Membro da Comissão da Revista Estatutos de 11 de maio de 1913.

Elevado à Presidência da Casa da Bahia, em 22 de dezembro de 1922, foi nesta condição que veio a desaparecer no Rio de Janeiro, para aonde se transferira aos 83 anos de idade.

A existência de Theodoro

Aos nove anos de idade foi levado pelo Padre Sampaio, capelão do Engenho Canabrava, no Rio de Janeiro, matriculando-se no Colégio São Salvador em regime de internato. Ainda ginasiano, aos 15 anos, tornou-se auxiliar de ensino nas classes mais atrasadas do que a que cursava, incentivado pelo Mons. José Joaquim da Fonseca, diretor daquele educandário. Concluído os preparatórios, ingressou na Escola Central, de onde saiu, cinco anos depois, engenheiro civil. Antes de terminar o curso universitário atuou como desenhista no Museu Nacional, onde certamente adquiriu o gosto pelos estudos indígenas. Ali ampliou seu círculo de relações, tendo conhecido o famoso naturalista americano Orville A Derby, com quem participou, em 1879, da expedição científica ao Vale do São Francisco, chefiado pelo geólogo norte americano William Milnor Robert, que se destinava a estudar os portos do Brasil e a navegação interior.

Finda a expedição, foi convidado a integrar a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, sendo, mais tarde, designado diretor da Comissão de Saneamento e, depois, consultor técnico da antiga Secretaria do Interior daquele Estado.

Durante sua gestão reformou grande parte da rede de esgotos daquela capital, além de aumentar e desenvolver o seu sistema. Também, foi incumbido de modernizar a rede de água e esgoto de Campinas, tendo iniciado estudos do saneamento de Santos.

Durante a sua permanência no litoral paulista, desenvolveu estudos para o porto de Santos, publicando uma monografia na Revista de Engenharia, em 1879.

Viveu mais de 20 anos em São Paulo, Estado em que deixou profundas marcas e no qual foi homenageado com a designação de uma longa Avenida, na capital, e um município no Portal de Paranapanema, por seus excelentes serviços, pelo fato de ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico de São Paulo entre outros motivos. A ele se deve ainda a modificação da fisionomia urbana de São Paulo e a organização da Escola Politécnica.

Por todos esses motivos, em discurso pronunciado após o seu falecimento, na Câmara Federal, foi feito o seguinte comentário pelo deputado Moraes Andrade, do Partido Constitucionalista de São Paulo: “deixou seu nome ligado intimamente ao desenvolvimento de nossas cidades, à melhoria da nossa higiene, de nossa saúde pública. Em todos os recantos de São Paulo, o nome do ilustre morto é respeitado e hoje também chorado”.

Com efeito, tendo vivido tanto tempo naquela cidade, ali produziu a maior parte de sua obra, de *O Tupi na Geografia Nacional*, *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, *A História da Fundação da Bahia*, ensaios e monografias divulgados nas Revistas do Instituto Histórico Brasileiro e seus congêneres de São Paulo e da Bahia.

O engenheiro

A par da sua diversificada produção intelectual, Theodoro Sampaio, sempre teve atuação como engenheiro. Contratado para executar obras de restauração do sistema de águas e esgotos, no seu Estado natal, viajou para a Bahia no pacote inglês “Thams” em 1904.

Viera a fim de estabelecer negociação com o Conselho Municipal da Cidade do Salvador sobre o abastecimento de água e saneamento da cidade, serviços de que ele deveria realizar na capital baiana. Hospedou-se em casa de um cunhado, o Dr. Antônio Moreira Maia, na

antiga rua das Portas do Carmo, apresentando proposta, em 28 de abril de 1904, ao Conselho Municipal. Por causa desse serviço regressou à Bahia, onde se deteve por um quarto de século. Em fins de junho de 1904 mudou-se para a “Bela Vista do Cabral”, hoje rua Gonçalves Dias, onde residiu de 22 de junho daquele ano até 6 de dezembro de 1905. Em 28 de fevereiro de 1905 recebeu o diploma de sócio efetivo da “Escola Comercial da Bahia” e, em 30 de agosto de 1906, tornou-se sócio efetivo-remido do Instituto Politécnico da Bahia.

No dia 11 de maio assinou o contrato do serviço de saneamento e abastecimento de água da Capital, transferido posteriormente à firma social “Theodoro Sampaio & Paes Leme”.

Da Rua do Cabral, transferiu-se Theodoro Sampaio para o Largo de Nazaré, vivendo na propriedade que seria a futura residência do Dr. Antônio Borja. Ali permaneceu de 6 de dezembro de 1905 até 18 de dezembro de 1910. Desta casa mudou-se para a Rua da Misericórdia, em local onde mais tarde esteve localizado o Fórum. Ali viveu quase dois anos, de 18/12/1910 a 4/12/1912, no mesmo prédio em que, anteriormente, possuía escritório. Nesta residência faleceu Mathias, seu irmão materno, em 11/09/1911.

Após ali ter vivido, transferiu-se para a morada da Ladeira de São Bento, onde residiu de 4 de dezembro de 1912 até 26 de setembro de 1930.

Entretanto, a única casa em que mora, em Salvador, e foi de sua propriedade era a situada no Banco dos Ingleses, nº 1, onde habitou de 26/12/1930 a 14/10/1937.

Além desse trabalho, responsabilizou-se pela restauração do prédio da antiga Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, em 1905, que havia sido destruído por um incêndio, e supervisionou a construção do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, projeto do arquiteto italiano Júlio Conti.

Presidente perpétuo do IGHB e membro dos Institutos Geográfico e Histórico do Brasil e de São Paulo, morreu na Rua das Laranjeiras, propriedade do embaixador Marcondes Ferraz, no Rio de Janeiro, a 15 de outubro de 1937, aos 82 anos de idade.

Na condição de presidente da Casa da Bahia, assinou o “Protesto” contra a demolição da Sé, tendo, como Deputado Federal, em substituição a Otávio Mangabeira, feito várias gestões para a elaboração de uma lei federal de proteção aos bens culturais do Brasil.

Produção intelectual de Theodoro Sampaio

Ante a impossibilidade de relacionar toda a produção intelectual do ilustre e saudoso baiano, decidimos destacar alguns dos seus mais importantes estudos e pronunciamentos:

- Tremores de terra na Bahia: em 1919
- Tremores de terra no recôncavo da Bahia de Todos os Santos
- O Tupi na Geografia Nacional
- As inscrições lapidares da Igreja de Nossa Senhora da Vitória na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos
- Discurso realizado no IGHB quando ao aniversário de sua fundação em 3 de maio de 1918
- Guerra da Independência na Bahia: os encourados do Pedrão e o Padre Brayner
- A figura symbolica da Bahia: no monumento comemorativo do 1º centenário da independência nacional em 1922
- Excursão ao Rio Pardo (Bahia): janeiro e fevereiro de 1925
- Sessão Magna aniversária de 3 de Maio de 1919
- A Bahia: atualidade e futuro
- Discurso pronunciado na sessão solene de 2 de Julho de 1923 do Centenário da Independência Nacional na Bahia, ao inaugurar-se o novo edifício do Instituto Histórico – Casa da Bahia

- Abastecimento de água na cidade da Bahia
- Relatório dos estudos e projeto para uma cidade nova (a cidade luz): na Pituba, nos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva

Opiniões sobre Theodoro

Segundo opinião do doutor historiador baiano, José Wanderley de Araújo Pinho, que assim escreveu sobre o ínclito conterrâneo: “Ele era um gentleman”. As suas maneiras de uma distinção requintada, mas espontânea e inata; a sua tolerância; a sua bondade eram moldura cativante de uma das maiores culturas do nosso tempo.

“E tudo era nele equilíbrio e elegância”.

Em seu livro “Sombras que Sofrem”, assim escreveu o escritor e jornalista maranhense Humberto de Campos sobre o companheiro da Câmara Federal, o então deputado pela Bahia, Theodoro Sampaio.

“Theodoro Sampaio bebeu o leite escravo, na escravidão, no peito materno... Com o produto do seu trabalho de homem livre, emancipou legalmente os seus irmãos e emancipou mesmo, conta-se, a sua própria mãe”.

Pimenta da Cunha assim escreve sobre o ilustre amigo: “Uma das características de Theodoro Sampaio era a *delicadeza*, sentimento mais raro que a campanha da malícia, nem da dissimulação como muitas vezes acontece a esta. Também o aticismo e a urbanidade, que são a delicadeza e o bom gosto na linguagem, permitindo-lhe falar em estilo culto, escrevendo com esmero, praticando ações e usando maneiras elevadas. Igualmente a *serenidade* e a *moderação*, virtudes que lhe davam tranquilidade de espírito e regulavam suas paixões: serenidade que re-luzia no seu próprio semblante – moderação que se revelava no desassombramento de ânimo. Do falar pouco e com moderação e no agir com sinceridade e franqueza. Também era *tolerante* em sofrer. Tinha, ainda, a brandura e a docilidade, pertencendo à primeira dessas qualidades à

índole e a segunda à vontade. E, estas virtudes, sobretudo a tolerância, são qualidades da inteligência”.

Theodoro Sampaio encontra-se na Casa da Bahia, em Salvador, para onde foram trazidos seus despojos, resguardados numa urna de madeira, junto à qual se encontra uma placa alusiva ao evento, vazada nos seguintes termos: “Theodoro Fernandes Sampaio. *07-01-1855 + 15-10-1937. Nascido no Engenho Canabrava (Santo Amaro-BA) e falecido no Rio de Janeiro. Engenheiro civil, geólogo, cartógrafo, historiador, tupinólogo, escritor e 4º presidente do IGHB – a Casa da Bahia (1923-1936)”.

Revista do Instituto
do Instituto
stido aráp
Ge e
ráfico e Histó
Th

Acervo
Bibliográfico

Relação de livros e revistas de e sobre Theodoro Sampaio

ABREU, Jayme Cunha da Gama e. O Busto de Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.67, p. 167-184, 1941.

CABRAL, P. Luiz Gonzaga; SAMPAIO, Theodoro. **Discursos inaugurais do edifício do Gabinete Português de Leitura da Bahia**. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1918. 64 p.

CAMPOS, C.. Carta de agradecimento ao Dr. Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 35-38, 1928.

CORREA FILHO, Virgílio. Fidalguia eficiente. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.68, p. 99-101, 1942.

CORREA FILHO, Virgílio. Recordando Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 71-87, 1955.

CUNHA, Arnaldo Pimenta da. Theodoro íntimo. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.69, p. 102-139, 1943.

FERNANDES NETO, Otoniel. **Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina**: trechos da Expedição de 1879 / 1880. Brasília: Editora do Autor, 2005. 114 p. il.

FREYRE, Gilberto. O centenário de Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 11-12, 1955.

GARCEZ, Lucas Nogueira. O engenheiro Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 61-70, 1955.

MAGALHÃES Jr., R.. Theodoro Sampaio e o petróleo. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 57-59, 1955.

MEMÓRIA DESLAVADA. **ATARDE CULTURAL**, Salvador: Atarde, p. 2 – 3, 1996.

MORAES, Walfrido de. **Theodoro Sampaio**: o sábio negro do Recôncavo. Santo Amaro da Purificação: Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro – NICSA, 1987. 13 p. (Cadernos de NICSA, n.1).

O SÁBIO NEGRO ENTRE OS BRANCOS: Theodoro Sampaio. São Paulo: Museu Afrobrasil, 2008. 202 p. il.

PINHO, José Wanderley de Araújo. Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, p. 199-220, v.64. 1938.

Sobre Theodoro Sampaio

SAMPAIO, Theodoro. A Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 147-172, 1928.

SAMPAIO, Theodoro. A Ilha da Madre de Deus na Bahia de Todos os Santos. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.53, p. 341-363, 1927.

SAMPAIO, Theodoro. A memória de Euclides da Cunha. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.45, p. 247-255, 1919.

SAMPAIO, Theodoro. **Abastecimento de água da cidade da Bahia**. São Paulo: Brazil de Rothschild & Cia, 1910. 37 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. Acerca do projeto de legenda uniforme para mapas arqueológicos da República Argentina e da América do Sul em geral pelos ilustres cientistas Eric Boman e Luiz Maria Torres. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.45, p. 277-280, 1919.

SAMPAIO, Theodoro. As inscrições lapidares da Igreja de Nossa Senhora da Vitória na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.63, p. 145-210, 1937.

SAMPAIO, Theodoro. As inscrições lapidares da Igreja Nossa Senhora da Vitória. In: CRULS, Luiz. **Da Bahia Cabralia ao Planalto Central da Republica**. São Paulo: Escolas Prof. Salesianas, 1910. p. 56.

SAMPAIO, Theodoro. **As inscrições Lapidares:** da Igreja de Nossa Senhora da Vitoria na cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. Bahia: [s. n.], 1937. 66 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. As primeiras vias de comunicação da Cidade do Salvador. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 15-26, 1955.

SAMPAIO, Theodoro. Comemoração do centenário de D. Pedro II. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.52, p. 71-78, 1926.

SAMPAIO, Theodoro. Cópia da carta do presidente do IGHB, ao Snr. Dr. Gonçalo de Vasconcellos, consul de Portugal, respondendo-lhe a uma consulta sobre a família Caramuru. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.52, p. 383-384, 1926.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso de abertura das conferências. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.50, p. 9-11, 1925.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso do orador oficial do Instituto. **Rev. Inst. Geográfico Histórico da Bahia**, Salvador: IGHB, p. 115-135, 37-39. 1911-13.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso do orador oficial. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.41, p. 101-104, 1915.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso do Presidente do Instituto, na sessão solene de 2 de julho de 1924. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.49, p. 375-379, 1924.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso na abertura da sessão solemne de 3 de maio de 1926, no Instituto Histórico. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.52, p. 385-390, 1926.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso na Sessão Magna aniversária de 3 de maio de 1928. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 373-376, 1928.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso na sessão solene de 2 de Julho de 1926, no IGHB. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.52, p. 391-394, 1926.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na sessão de 13 de maio de 1917, no Instituto da Bahia quando se inaugurou solenemente o retrato do Visconde do Rio Branco. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.43, p. 150-173, 1917.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na sessão solene de 3 de maio de 1917, quando se comemorou o aniversário do Instituto. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.43, p. 133-149, 1917.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na Sessão Solene de recepção do Exmo. Sr. General Dr. Gabriel Botafogo, aos 7 de setembro de 1917. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.43, p. 173-182, 1917.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso pronunciado na sessão solene de 2 de julho de 1923 do Centenário da Independência Nacional na Bahia, ao inaugurar-se o novo edifício do Instituto Histórico, appellidado – Casa da Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.48, p. 320-338, 1923.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.41, p. 101-104, 1915.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.42, p. 98-102, 1916.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.42, p. 190-201, 1916.

SAMPAIO, Theodoro. Dois artefactos indígenas. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.42, p. 27-31, 1916.

SAMPAIO, Theodoro. Excursão ao Rio Pardo (Bahia). **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.51, p. 93-108, 1925.

SAMPAIO, Theodoro. Guerra da Independência na Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.48, p. 373-418, 1923.

SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da Cidade do Salvador**: obra póstuma. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. 295 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. Nota a propósito da interpretação dos litoglifos do Oiteiro do Canta-Gallo, no Alto-Tapajó. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.59, p. 45-55, 1933.

SAMPAIO, Theodoro. **O Estado da Bahia**: agricultura, criação de gado, indústria e comércio. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. 72 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**. Bahia: Cruzeiro, 1938. 259 p. il. (Coleção de Estudos Brasileiros, série 1, v.1).

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem. Salvador: Empresas Gráficas Baianas, 1998. 195 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1903. 183 p. il.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**. 2. ed. c. a.. São Paulo: O Pensamento, 1914. 285 p.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**. Edição fac-similada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 359 p.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geografia Nacional. Prefácio da segunda edição. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 21-27, 1928.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geografia Nacional. Prefácio da terceira edição. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 5-19, 1928.

SAMPAIO, Theodoro. O Tupi na Geografia Nacional. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.27, p. 3-18, 1901-03.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geografia nacional**: comemorativa do 1º Centenário do nascimento do autor. 4. ed. [s. l.]: Câmara Municipal do Salvador, 1955. 304 p.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geographia nacional**: memória lida no Instituto Histórico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Casa Eclectica, 1901. 164 p.

SAMPAIO, Theodoro. O Visconde de Monserrate. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.45, p. 120-145, 1919.

SAMPAIO, Theodoro. Relatório dos estudos e projecto para uma cidade nova (a cidade da Luz): na Pituba, nos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva. In: COVA, José Álvaro. **Relatório**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 24.

SAMPAIO, Theodoro. Remate das festas centenárias de Macahubas. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.50, p. 451-453, 1925.

SAMPAIO, Theodoro. Satyro Dias. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.54, p. 55-74, 1928.

SAMPAIO, Theodoro. Sessão Magna aniversaria. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.49, p. 365-373, 1924.

SAMPAIO, Theodoro. Sessão Magna do 24º aniversário de fundação do Instituto, em 3 de Maio de 1915. Discurso. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.41, p. 105-129, 1915.

SAMPAIO, Theodoro. Sessão solene de recepção do Dr. Felix Pacheco. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.49, p. 511-514, 1924.

SAMPAIO, Theodoro. Tremores de terra na Bahia. **Revista Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador: IGHB, v.46, p. 183-195, 1919.

SAMPAIO, Theodoro. Tremores de terra no recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.45, p. 211-222, 1919.

SAMPAIO, Theodoro; SILVA, Pirajá da; FRANÇA, Accacio. A figura simbólica da Bahia. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.45, p. 227-233, 1919.

SAMPAIO, Theodoro; TESCHAUER, Carlos. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena**. Bahia: Progresso, 1955. 305 p.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.63, p. 325-339, 1937.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades**. Rio de Janeiro: Versal; Odebrecht, 2010. 391 p. il.

SILVA, J. Romão da. Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 89-91, 1955.

SILVA, J. Romão da. Vida e obra do sábio Theodoro Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.79, p. 27-55, 1955.

THEODORO Sampaio. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador: IGHB, v.63, p. 340-345, 1937.

Revista do Instituto
do Instituto
stituto
Geográfico e
ráfico e História
H

Documento

Andaraib, 29 de outubro de 1922.

Ex.^{mo} Sr. Dr. Demandino José de Sousa,
M. D. Secretario Renetico do Instituto
do Geographico e Historico da Bahia.

Muções atenciosas saudações.

agradecendo a investidura de auxiliares
da Grande Comissão de Senhoras e
Senhorinhas, que tomou a si o encar-
go patuário de recorrer para a res-
tauração da obra nobilíssima da Casa
da Bahia, cujo mmo se deve ao Insti-
tuto Geographico e Historico da Bahia,
de que é V. Ex.^a, signora de alto relevo, nos
confessamos muito gratos á generosa lem-
brança dos nossos humilíssimos nomes, in-
cluídos entre os que trabalharam pela ef-
ficiencia do offorcimento, que será o

23
29
r
V. 299

depositario glorioso das nossas tradições
históricas.

Esposas, incluindo a lista, que nos foi
enviada, pedimos a V. Ex.^{as} que possa chegar
à Grande Comissão de Senhoras e Se-
nhorinhas, com a quantia de cento
e oito mil réis (R\$ 128.000), pro-
cureto de nossa offenda e da que obte-
ramos entre as pessoas de nossas relações.

Agradecemos a V. Ex.^{as} e ao Benemerito
Instituto a segurança de nossa admiração
e do nosso aplauso a patriótica iniciativa.

Almira Ganem.
Iada Ganem.

Carta da Grande Comissão das Senhoras e Senhorinhas de Andaraí para o
Secretário Perpétuo do IGHB, Bernardino José de Souza, registrando o reco-
lhimento de 128 mil réis para construção da Casa da Bahia.

24 de outubro de 1922

Almira Ganem

Iada Ganem

Revista do In
do Instituto
stido ará
Ge e
ráfico e Histó
Th

Galeria de Fotografias



5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador em 1916.



5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador em 1916.



Theodoro Sampaio e Carneiro Ribeiro no Quinto Congresso de Geografia



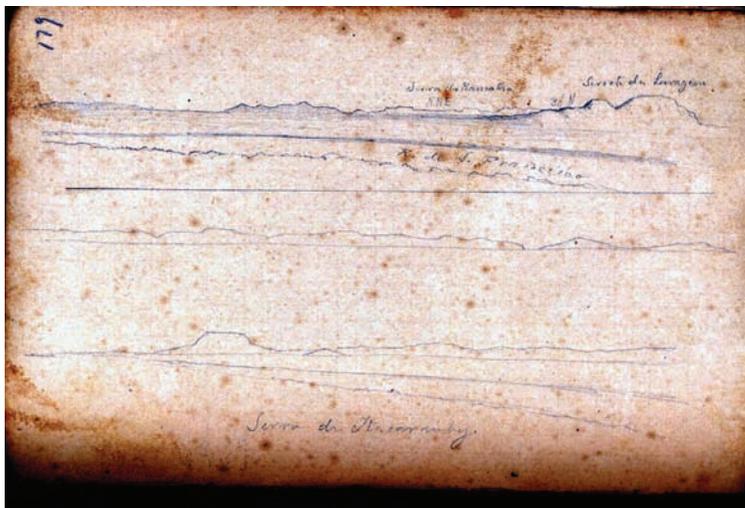
Rio São Francisco



As pedras da povoação de Pedras – Estrada de Ferro de Paulo Afonso



Rio São Francisco em frente ao Jatobá



Serra de Itacarambi – MG



Cordélia Pinto Sampaio, filha



Francisco Antonio da Costa Pinto acervo JCPV_0043



Inauguração da urna com restos mortais



A. de PINHO, Lith. Ladeira do Seminário N.º 14

O CONSELHEIRO D. JOÃO FERREIRA DE MOURA

*Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios dos Indios,
Deputado na Assembleia Geral Legislativa pelo Districto da Província da Bahia,
e ex-Presidente dos Sannas dos Representados.*

1832.

Cons. João F. de Moura JCPV_0012



Theodoro Sampaio e d. Capitulina em Santos acervo FGM



Visconde de Aramaré – Manoel Lopes da Costa Pinto – irmão de Francisco Antonio da Costa Pinto



Viscondessa de Aramaré – Maria Joaquina da Costa Pinto Ferreira de Moura
Foto: acervo João da Costa Pinto Victória

Revista do In
do Instituto
Espaço Aberto
Memorial
2 de Julho

Os Caboclos do 2 de Julho

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
e membro da Academia de Letras da Bahia

Cabe-me, por todos os títulos, dar uma satisfação ao povo da Bahia a respeito da decisão da diretoria do Instituto Geográfico e Histórico sobre a participação dessas relíquias na festa do 2 de Julho de 2012. Guardião dos preciosos carros emblemáticos da independência pátria, consolidada a 2 de Julho de 1823, neste Estado, a Casa da Bahia tem que obedecer a certas restrições impostas pela normas do bom senso e das exigências museológicas. Para participação do desfile anual, esses mesmos carros deverão ser reparados e convenientemente protegidos, conforme recomendam os especialistas Emmanoel Araújo, José Dirson Argollo e Sylvia Athayde.

Não deverão, sob qualquer hipótese, trafegar pelas ruas da cidade. Impõe-se, portanto, a adoção de medidas protetoras, que assegurem a preservação dessas peças históricas que, há muitos anos, constituem-se na maior atração do desfile cívico.

É sabido que o carro do caboclo data de 1826, sendo idealizado pelo povo baiano para que representasse a nossa origem indígena. Com efeito, somente a figura de um representante nativo poderia identificar a

nossa brasilidade. O da cabocla surgiu em 1846 para compor o quadro da família brasileira, desde quando representa Catarina Paraguaçu.

Todos os anos o desfile histórico percorre as ruas da Lapinha, Soledade, São José de Cima, Adobes, Boqueirão, Carmo, Passo, Pelourinho e Terreiro de Jesus. Interrompe a jornada, por algum tempo, permanecendo, atualmente, na Praça Municipal até às 15 horas, quando prossegue até o Campo Grande, para entusiasmo do povo. São seis quilômetros de rua, outrora repleto de entusiasmados patriotas, hoje infelizmente “cooptados” por eventos religiosos e profanos, que têm esvaziado as ruas centrais da cidade. Chova ou faça sol, todos os anos a festa se realiza, com representações patrióticas da capital e do interior, numa manifestação popular única em rodo o país.

Guardados durante um ano no pavilhão da Lapinha, saem no dia 2 para o desfile, voltando do Campo Grande para a Lapinha na noite do dia 5 de julho. Casas adornadas com flores, sacadas enfeitadas com vistosas colchas, toalhas de renda, de damasco e de cetim, conferem um ar gracioso e antigo às residências situadas em todo o trajeto. Bandeiras e bandeirolas enfeitam as ruas e o povo se espreme pelas calçadas repletas de patriotas e curiosos. No Convento da Soledade há uma parada que repete ato mais que secular, com homenagem singela e tocante aos heróis do 2 de Julho. Crianças de todas as idades balançam ao ar suas bandeirinhas do Brasil.

No ano passado, por conta de expediente inexplicável e absurdo, não foi permitido o desfile dos “Encourados do Pedrão”, cuja ausência fez a festa menos bonita. Em lugar de proibir-lhes participar do cortejo, melhor seria impedir a realização de shows artísticos no Farol da Barra e passeatas evangélicas no bairro da Barra.

2 de Julho, minha gente, só acontece uma vez por ano. Por que despi-lo das manifestações patrióticas e promover a dispersão do povo? Temos uma festa única, por que não preservá-la, se não com o esplendor do passado, com muito da sua antiga beleza e simbolismo.

Palco de manifestações das mais variadas espécies, em 1830, contou com a participação de cerca de 3000 homens, todos portando consigo ramos de café, símbolo de brasilidade.

No passado, legião de adeptos do major Cosme de Farias acompanhavam o maior líder popular da Bahia, na sua Campanha contra o Analfabetismo. Políticos das mais diversas tendências partidárias engrossam as fileiras dos que desfilam na grande parada cívica.

Como disse anteriormente, as grandes personalidades do mundo simbólico baiano, o Caboclo e a Cabocla passam airosamente pelas nossas artérias antigas, pela Avenida Sete de Setembro, sob os aplausos do povo, acolhidos como verdadeiras expressões da alma brasileira.

No dia 8 de maio passado, na coluna Boa Terra, deste jornal, o restaurador José Dirson Argolo declarou: “Acabei de participar de uma reunião na Fundação Gregório de Mattos, e nesta terça feira já caio em campo, tranquilizou o restaurador José Dirson Argolo, profissional que todos os anos cuida da recuperação dos dois carros famosos”.

Não estava ele ciente ainda da decisão da diretoria do IGHB, guardião dessas esculturas e dos carros que as conduzem, além de proprietário do Panteon da Lapinha, conforme está escrito acima, segundo a qual essas peças históricas, insisto, só poderão desfilarem se devidamente protegidas. Não é admissível liberar essas carruagens antigas, relíquias da Guerra pela Independência do Brasil na Bahia, de qualquer maneira. Afinal, terão que percorrer oito quilômetros de ida e oito de volta, além de requererem constantes cuidados de preservação.

Diante do aqui está sendo exposto, esses carros não passarão sobre as velhas ruas, sem a proteção de pranchas, ou outro nome que possa ter essa proteção, que as defendam dos grandes desgastes causados pelo atrito contínuo de suas rodas com o velho calçamento das ruas do Centro Histórico de Salvador.

Na Festa do 2 de julho de 2012

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do IGHB

Aqui nos encontramos para renovar nosso intenso júbilo por mais uma celebração da festa cívica do 2 de Julho, data magna do Estado da Bahia.

Como nos anos anteriores, promove-se a glorificação dos heróis da notável empreitada cívica, evocando os nomes dos que lutaram nos campos de batalha, dos que se empenharam na gloriosa campanha pela total liberdade do Brasil. Também aqui estão sendo recordados os heróis anônimos que, na obscuridade dos não aureolados, dedicaram suas vidas em favor da consolidação da independência pátria, por vezes, mediante o próprio sacrifício pessoal. Esta solenidade se reveste da simplicidade que o culto popular lhe impõe. Nascida do seio da nossa gente, tem como parte integrante do evento a entrega simbólica dos carros emblemáticos do 2 de Julho, pela presidente do IGHB, ao Prefeito da Cidade do Salvador, que os repassa simbolicamente para o povo do Salvador, a fim de que se realize o desfile histórico dos caboclos, nossos símbolos nativistas, portanto, representantes da brasilidade.

Nesta hora e neste instante, desejo homenagear, além dos vultos emblemáticos dos que libertaram a Bahia, dentre os quais, cumpre recordar: Pedro Labatut, Lima e Siva, João das Botas, Lord Cockrane, Maria Quitéria, Joana Angélica, Encourados do Pedrão, O Batalhão dos Henriques tendo à frente Manuel Gonçalves da Silva, de José Antonio da Silva

Castro (o Periquitão), Visconde de Pirajá, Barros Falcão de Lacerda e outros mais, sendo de destacar a ação incessante e combativa, ao longo dos tempos, do incansável revolucionário baiano, Cipriano Barata, que, a 26 de setembro de 2012, completará 250 anos de nascimento.

Não se pode esquecer da participação definidora das vilas do Recôncavo: Santo Amaro, São Francisco do Conde, Cachoeira, Maragojipe, Jaguaripe e Inhambupe, além de outras mais distantes, em cujos engenhos foram acolhidos no primeiro instante as tropas evadidas da capital, depois das inúmeras violências e vitórias pontuais de Madeira de Mello, onde foram organizados batalhões para combater os lusitanos. Irmanados com os baianos estavam os 225 homens de Pernambuco, comandados pelo tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda.

De referência a Cipriano José Barata de Almeida, médico e jornalista, combatente destemido e arrebatado combateu por meio da palavra eloquente e corrosiva, razão pela qual se pode apontá-lo como um paladino da LIBERDADE. Por causa de sua escrita contundente, passou a maior parte da vida nos calabouços do país, sempre empenhado nas lutas pela libertação do Brasil desde a Conjuração Baiana de 1798. Cipriano Barata foi, com efeito, o mais persistente dos defensores da liberdade pátria, da gente humilde e despossuída da nossa terra. Por isso, arrostou uma vida de sacrifícios e perseguições, mantendo-se sempre altaneiro e independente.

Não se trata, portanto, de rememorar um vulto exclusivamente vinculado à Bahia, onde Cipriano Barata iniciou sua pregação patriótica como panfletário destemido. Sua palavra vigorosa, seu destemor patriótico, sua pregação destemida, conduziu-o frequentemente às masmorras do Brasil, porque jamais se intimidou diante do arbítrio. Era de vê-lo na liça diária, arregimentando companheiros para a conquista da independência pátria, da abolição da escravatura, ou ainda no empenho pela melhoria de vida da gente humilde, dos escravos e demais excluídos da sociedade.

Cipriano Barata não esteve diretamente envolvido na campanha pela independência na Bahia, porque não estava na Bahia. Encontrava-se em Lisboa como nosso representante. Ao escapar de Lisboa e retornar ao Brasil, foi impedido de voltar para sua terra àquela altura

ocupada pelas tropas do general Madeira de Mello, somente derrotadas a 2 de julho de 1823. Teve que se manter no Recife, onde desembarcou a 21 de dezembro de 1822, acompanhado de quatro deputados, como ele, fugitivos da Corte. Passados poucos dias da chegada, esses rebeldes ex-parlamentares lançaram uma proclamação, declarando as dificuldades por que tinham passado, em Lisboa, na defesa intransigente dos interesses brasileiros.

Pioneiro da liberdade de imprensa, Dr. Barata encarna, como poucos, as ideias filosóficas que fundamentaram as revoluções políticas do século XVIII na Europa, e se propagaram por várias partes do mundo, forjando, igualmente, o sentimento de independência dos povos americanos.

Não devo alongar-me nesta hora solene de culto à Pátria. Para concluir, homenageando o poeta Castro Alves que, no próximo dia 6 de julho, estará sendo comemorado os 144 anos do seu falecimento, não será demasiado finalizar este pronunciamento com a lembrança do seu magistral poema épico, declamado no dia 2 de Julho de 1868, no Teatro de São Paulo.

Ode ao Dois de Julho

Era no Dois de Julho. A pugna imensa
Travara-se nos cerros da Bahia...
O anjo da morte pálido cosia
Uma vasta mortalha em Pirajá.
“Neste lençol tão largo, tão extenso,
“Como um pedaço roto do infinito ...
O mundo perguntava erguendo um grito:
“Qual dos gigantes morto rolará?! ...

Debruçados do céu. . . a noite e os astros
Seguiam da peleja o incerto fado...
Era tocha – o fuzil avermelhado!

Era o Circo de Roma – o vasto chão!
Por palmas – o troar da artilharia!
Por feras – os canhões negros rugiam!
Por atletas – dous povos se batiam!
Enorme anfiteatro – era a amplidão!

Não! Não eram dous povos os que abalavam
Naquele instante o solo ensangüentado...
Era o porvir – em frente do passado,
A liberdade – em frente à escravidão.
Era a luta das águias – e do abutre,
A revolta do pulso – contra os ferros,
O pugilato da razão – com os erros,
O duelo da treva – e do clarão! ...

No entanto a luta recrescia indômita
As bandeiras – corno águias eriçadas -
“Se abismavam com as asas desdobradas
Na selva escura da fumaça atroz...
Tonto de espanto, cego de metralha
O arcanjo do triunfo vacilava...
E a glória desgrenhada acalentava
O cadáver sangrento dos heróis!

Mas quando a branca estrela matutina
Surgiu do espaço e as brisas forasteiras
No verde leque das gentis palmeiras
Foram cantar os hinos do arrebol,
Lá do campo deserto da batalha
Uma voz se elevou clara e divina.
Eras tu – liberdade peregrina!
Esposa do porvir – noiva do Sol!...

Eras tu que, com os dedos ensopados
No sangue dos avós mortos na guerra,
Livre sagravas a Colúmbia terra,

Sagravas livre a nova geração!
Tu que erguias, subida na pirâmide
Formada pelos mortos do Cabrito,
Um pedaço de gládio – no infinito...
Um trapo de bandeira – n'amplidão!

Salvador, 2 de julho de 2012.

Relatório

Biblioteca Ruy Barbosa

Relatório do período de janeiro a outubro de 2012

1 – Introdução

De janeiro a outubro de 2012, a Biblioteca “Ruy Barbosa” do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, desenvolveu todas as atividades de aquisição e registro do acervo (parte técnica), atendimento e registro de leitores para pesquisas. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

2 – Atendimento

Usuários registrados: 637

3 – Consultas

Jornais: 682

Revistas: 722

Livros: 1292

4 – Aquisição e registro

Livros doados: 99

Livros e revista encadernados: 141

Livros comprados: 26

Jornais encadernados: 25

Jornais reencadernados: 80

Livros e revistas inseridos no sistema: 222

Livros catalogados: 198

5 – Descarte

Continuamos com o processo de descarte iniciado em 2008, enviando às bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas do nosso acervo que são de seus interesses.

6 – Catálogo

Concluímos a catalogação das “Obras raras” do IGHB para publicação do catálogo a ser lançado no final do ano corrente.

7 – Aquisição

Doação e aquisição de livros.

Esmeralda Maria de Aragão
Diretora da Biblioteca

Marisa Santiago de Jesus
Bibliotecária Chefe

Agenda

Agenda Cultural

2012

JANEIRO	
01 a 31	Férias Coletivas
FEVEREIRO	
01 a 29	Sem programação cultural
MARÇO	
28	Abertura do Calendário Cultural com a palestra: Salvador, 463 anos: um pouco de História, ministrada pelo professor Francisco Soares Senna; lançamento da Revista 106 do IGHB e exposição “Os Caminhos de Thomé de Souza e o Pelourinho”, do fotógrafo José Spínola.
ABRIL	
12	Lançamento do livro “4 <i>PROJETOS</i> Fernando Peixoto Arquiteto”

18	Palestra do Engenheiro Christóvão de Ávila, presidente do CCPCTorre, abordando o tema: “500 Anos do Nascimento de Catarina Paraguaçu e 650 Anos de Nossa Senhora da Graça, em Cascais”, rememorando os primórdios da colonização da Bahia e do Brasil, com o Pré-Lançamento do Livro de Arte em 1ª Edição Digital: Brasões de Armas – Armorial Histórico da Casa da Torre de Garcia d’ Ávila, às 17 horas.
20	Lançamento do livro de autoria do sócio Manoel Bomfim Dias Ribeiro “DONA ARLINDA sua vida – suas histórias, a saga de uma mulher sertaneja dotada de profunda sabedoria”, às 17 horas.
23	Sessão Solene em comemoração ao centenário de nascimento de Antonio Balbino de Carvalho Filho e lançamento do Catálogo Comemorativo, organizado pela neta Tsyla Balbino e a jornalista Thiara Reges, às 18 horas.
25 e 26	Seminário “O VALE DO SÃO FRANCISCO E SUAS POTENCIALIDADES”, coordenado pelo engenheiro civil Manoel Bomfim Dias Ribeiro, das 13 às 17h50, com a seguinte programação:
MAIO	
14	Sessão Comemorativa dos 118º anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, às 18 horas, com a seguinte programação: Palavras da Presidente; Discurso do Orador Oficial que homenageará os sócios falecidos; Posse de novos sócios; Apresentação Musical e Coquetel
24	Palestra “O Patrimônio Musical na Bahia: mais de 150 anos de música”, com o professor Pablo Sotuyo Blanco, às 17h30.
JUNHO	
19	Mesa Redonda: Festa Junina: santos, músicas e comidas, com os especialistas professor Waldir Freitas Oliveira, escritora Dorine Cerqueira e o Maestro Fred Dantas, das 15 às 17 horas.

JULHO	
06	1 Sessão Comemorativa aos 141º ano de falecimento do poeta Castro Alves, com a seguinte programação: Exibição do filme: Castro Alves – retrato falado do poeta, de Silvio Tender; Palestra do escritor e acadêmico Joaci Góes Lançamento do livro Castro Alves: a política em poesia.
24 a 26	Mini-curso Salvador “Salvador – da Pituba a Barra e a São Joaquim: condicionantes e modificações urbanas do século XVI ao XX.
AGOSTO	
14	Lançamento do livro do escritor Aristeu Almeida, Qual o melhor: Capitalismo ou Comunismo?, às 17h
24	Palestra do acadêmico Miguel Monteiro sobre O padre Anchieta e a problemática indígena brasileira, às 17h
28 a 31	Curso Manoel Querino 17h – Abertura – Mesa Institucional 17h20 – Conferência de Abertura em Homenagem ao centenário do professor Édison Carneiro – Prof. Dr. Luiz Gustavo Freitas Rossi (Unicamp)
29	Auditório da Biblioteca Pública da Bahia 13h – Credenciamento 14h – Mesa Redonda: O mestre Édison Carneiro – Prof. Waldir Freitas de Oliveira (UFBA/ALB) a confirmar; Jornalista Biaggio Talento, Profa. Msc. Alessandra Carvalho da Cruz (UCSAL). 15h40 Debate 16h00 Intervalo 16h15 – Mesa Redonda: Édison Carneiro e o negro no pensamento social brasileiro: Prof. Dr. Luiz Alberto Couceiro (UFRJ), Prof. Dr. Cláudio Luiz Pereira (CEAO/UFBA) a confirmar; Profa. Msc. Marluce Macedo (UNEB). 18h Debate

<p style="text-align: center;">30</p>	<p>Auditório da Biblioteca Pública da Bahia 14h – Palestra: Manuel Querino e Booker T. Washington – Profa. Msc. Sabrina Gledhill (Pós-Afro CEAO-UFBA/IGHB) 14h50 – Palestra: Manuel Querino – Professor de Desenho Geométrico – Profa. Dra. Gláucia Trinchão (UEFS) 15h40 Debate 16h00 Intervalo 16h15 – Palestra: Miguel Archanjo de Sant’Anna (1898-1974) – Prof. Msc. Marcos Santana (Camerata Castro Alves). 17h10 Palestra: Abdias do Nascimento – Profa. Dra. Rosemere Ferreira (UFS) 18h Debate</p>
<p style="text-align: center;">31</p>	<p>Auditório da Biblioteca Pública da Bahia 14h – Palestra: Luiz Gama: o poeta como um certo tipo de Homem – Prof. Dr. Sílvio Roberto dos Santos Oliveira (UNEB) 14h50 – Palestra: Waldemar Santana – Profa. Msc. Mara Santana (PGE) 15h40 Debate 16h00 Intervalo 16h15 – Palestra: Tia Carmem – seu exemplo nos dias atuais – Profa. Esp. Maria Alice Pereira da Silva (Negro1/CBPM). 17h10 – Palestra: Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba (1900-1974) – Prof. Dr. Hélio José Bastos Carneiro de Campos (UFBA/UCSAL). 18h30 – Encerramento</p>

SETEMBRO	
10 a 14	Curso História da Bahia, coordenado e ministrado pela professora Antonietta D'Aguiar Nunes, com o apoio da Bahiatursa
13	Exibição do filme O Caramuru durante o curso História da Bahia, com o apoio do cineasta Carlos Pronzato.
26	Palestra e lançamento do livro Uma Viagem a Bahia na segunda metade do século XIX – impressões de Julius Naehner, por Osvaldo Augusto Teixeira (economista, tradutor e pesquisador)
OUTUBRO	
3 e 4	<p>Seminário PROJETO DE ATUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA DO ESTADO DA BAHIA, apoiado pela SEI</p> <p>Temas: O Projeto de Atualização Cartográfica do Estado da Bahia – Conceção, etapas, estágio atual. (SEI/CECAR)</p> <p>A validação e homologação dos produtos cartográficos e a elaboração da planialtimetria do Projeto de Atualização Cartográfica do Estado da Bahia.</p> <p>Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro (DSG) – 3ª Divisão de Levantamento (Olinda – PE)</p> <p>O imageamento do Estado da Bahia por sensor orbital – 2009/2010.</p> <p>Empresa IMAGEM Geosistemas e Comércio Ltda.</p> <p>A produção de ortofotos, MDS e curvas de nível a partir de aerofotogrametria e sensoriamento remoto. (Empresa ENGEMAP)</p>
15 a 19	1Curso História da Bahia, coordenado e ministrado pela professora Antonietta D'Aguiar Nunes, com o apoio da Bahiatursa
22 a 26	Curso História da Música Popular Brasileira, coordenado pelo pedagogo, historiador e pesquisador Luiz Américo Lisboa Júnior

NOVEMBRO	
5 a 9	Curso História da Música Popular Brasileira, coordenado pelo pedagogo, historiador e pesquisador Luiz Américo Lisboa Júnior
22 a 23	IV Seminário A Urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República
20	<p>13h – Credenciamento 13h40 – Abertura Oficial 14h – Palestra: Convento de São Francisco – Profa. Dra. Maria Helena Flexor (UCSAL) 14h50 – Palestra: Salvador durante as invasões neerlandesas (1624-1654) – Prof. Dr. Pablo Magalhães (UFBA/FFCH) 15h40 – Debate 16h00 – Intervalo 16h15 – Palestra: Sociedade, riqueza e cidade: Salvador Setecentista – Profa. Dra. Maria José Rapassi – (FFCH/UFBA) 17h10 – Palestra: Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim – Prof. Dr. Alfredo Matta (UCSAL) 18h – Debate</p>
21	<p>14h – Palestra: O Inimigo Invisível: o <i>Cholera Morbus</i> na Bahia do século XIX – Prof. Ms. Onildo Reis David (UEFS) 14h50 – Palestra: A Gripe Espanhola na Bahia: Saúde, Política e Medicina em tempos de Epidemia – Profa. Dra. Christiane M^a. Cruz de Souza (IFBA) 15h40 – Debate 16h00 – Intervalo 16h15 – Palestra: Terra, território e territorialidade: os lugares dos terreiros de candomblé em Salvador – Prof. Ms. Fábio Macedo Velame (FAUFBA/UFBA) 17h10 – Palestra: Reformas urbanas e na vivência religiosa da Salvador republicana – Profa. Dra. Edilece Couto (UFBA/FFCH) 18h – Debate</p>

22	<p>14h – Palestra: Os processos crime como fonte para a História das Mulheres – Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras (FFCH/UFBA)</p> <p>14h50 – Palestra: A Bahia e a civilização dos costumes: Crimes passionais em Salvador (1890-1940) – Prof. Ms. Antonio Carlos Lima Conceição (IFBA)</p> <p>15h40 – Debate</p> <p>16h – Intervalo</p> <p>16h15 – Palestra: Os melhoramentos urbanos do Bairro Comercial na Primeira República (1890-1930) – Profa. Ms. Maria do Carmo Baltar (IFBA)</p> <p>17h10 – Palestra: A Modernização do Porto de Salvador na Primeira República – Profa. Ms. Rita de Cássia do Rosado (FPC/APB)</p> <p>18h – Debate</p>
23	<p>14h – Palestra: Trabalhadores e Política em Salvador na Primeira República – Prof. Dr. Aldrin Castellucci (UNEB)</p> <p>14h50 – Palestra: A península itapagipana como sítio industrial da Salvador moderna (1892 – 1947) – Profa. Ceila Cardoso (FAUFBA/UFBA)</p> <p>15h40 – Debate</p> <p>16h – Intervalo</p> <p>16h15 – Palestra: Direito à calçada o espaço e o pedestre na cidade do Salvador – Prof. Ms. Francisco Lacerda Brito (UCSAL)</p> <p>17h10 – Palestra: Mobilidade a pé em Salvador – Prof. Ms. Francisco Ulisses Santos Rocha (UNEB/PMS)</p> <p>18h – Debate</p> <p>18h30 – Lançamento dos livros Dois séculos de pensamento sobre a cidade de Pedro de Almeida Vasconcelos e História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958) organizado por Christiane Maria Cruz de Souza e Maria Renilda Nery Barreto.</p>

20 a 30	Exposição fotográfica sobre a história do Colégio Estadual Severino Vieira, com apresentações culturais dos estudantes e exibição de troféus.
29	Mesa Redonda: 100 anos de Luiz Gonzaga – O Rei do Baião
DEZEMBRO	
4	Caruru de Santa Bárbara
18	Comemorações pelos 500 anos de Catarina Paraguaçu 10h – Missa presidida pelo Arquiabade do Mosteiro de São Bento da Bahia, na data magna da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com a presença e participação do IGHB. 17h – Inauguração do quadro à óleo de Wanderley de Araújo Pinho, com apresentação de Dr. João Maurício Araújo Ottoni Wanderley de Araújo Pinho. Lançamento da Revista n. 107 do IGHB
19	Festa natalina do IGHB

Revista do Instituto
do Instituto
stido para
Geografia e
ráfico e História
Th...

Sócios

Sócios do IGHB

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Edivaldo Machado Boaventura

Fernando Paes de Andrade

Jaques Wagner

José Nilton Pereira Carvalho

Norberto Odebrecht

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

Honorários

Fernando Manuel da Silva Rebelo

Fernando Schmidt

João Paulo Marques Sabido Costa

Joaquim Veríssimo Serrão

Efetivos

Adélia Maria Marelím

Adelindo Kfoury Silveira

Ademar Oliveira Cirne Filho

Adriano de Lemos Alves Peixoto

Adriano Eysen Rego

Adroaldo de Jesus Bélenis

Alberto Bastos Balazeiro

Alberto Pimentel Carletto

Aldely Rocha Dias

Alfredo Eurico R. Matta

Alírio Fernando Barbosa de Souza

Aloísio Palmeira Lima

Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.

Ana Elisa Ribeiro Novis

Ana Lúcia da Silva Teixeira

Anaci Bispo Paim

Angélica Maria da A. Reis Soares

Antonio Alberto Dias dos S. Balazeiro

Antônio Alberto M. Pires Valença

Antônio Carlos Leão Martins

Antônio Ivo de Almeida

Antonio José Cunha

Antônio Lima Farias

Antônio Luiz Calmon Teixeira

Antônio Machado Pires Valença

Antônio Plínio Pires de Moura

Aramis de Almada Ribeiro Costa

Archimedes José Stiebler P. Franco

Arilda Maria Cardoso Sousa

Aristeu Barreto de Almeida

Arivaldo Gomes da Mota

Aroldo Barreiros Cardoso

Arthur César Costa Pinto

Astor de Castro Pessoa

Ático Frota Villas Boas da Mota

Augusto J. C. L. Pedreira da Silva

Benedicto Alves de Castro Silva

Branca Hortélio Fernandes

Bruno Lopes do Rosário

Caio César Tourinho Marques

Caiuby Alves da Costa

Carlos Alberto Reis Campos

Carlos Artur Rubinos Bahia Neto

Carlos D'Ávila Teixeira

Carlos Martheo C. Guanaes Gomes

Carlos Roberto de Melo Kertesz

Carlos Roberto Santos Araújo

Célia Maria Leal Braga

César A. Borja Fernandez Cardillo

César de Faria Júnior

Cícero Vilas Boas Pinto

Cid José Mascarenhas

Claudelino Monteiro da S. Miranda

Clomir Gonçalves da Silva	Francisco César Lins Santana
Consuelo Novais Sampaio	Francisco Jorge de Oliveira Brito
Coriolano Alberto Oliveira F.	Francisco Neto de Borges Reis
Denascy Phylocreon de Castro Lima	Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Dilton Domingos Gomes dos Santos	Fredie Souza Didier Junior
Dinorah Berbert de Castro	Gabriella Micks
Djalma Navarro Falcão	Geraldo Dannemann
Dom Emanuel D´Able do Amaral	Geraldo Leite
Dorine Daisy Pe dreira de Cerqueira	Geraldo Magalhães Machado
Edivaldo Brito	Gerana Costa Damulakis
Edmar Torres	Gerson Penna Neto
Eduardo Meirelles Valente	Gilberto Caetano de Jesus
Eduardo Morais de Castro	Gilberto Sampaio Pithon
Elizabeth Paulina Gealh	Gildásio Vieira de Freitas
Ellen Melo dos Santos Ribeiro	Gláucia Lemos
Emilton Moreira Rosa	Guilherme Cortizo Bellintani
Eraldo Dias Moura Costa	Guilherme Requião Radel
Erivaldo Fagundes Neves	Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Ernane Nelson Antunes Gusmão	Helen Sabrina Gledhill
Ernani Newton Quadros Cairo	Helio de Oliveira Cardoso
Eugênio Walter Pinto Montalvão	Hélio José B. Carneiro de Campos
Fernando Antônio de Souza	Helmann Sanches Silva
Fernando Antonio G. Alcoforado	Henrique Abreu Monteiro
Fernando de Souza Pedrosa	Hylo Bezerra Gurgel
Fernando Santana Rocha	Irton Villas Leão
Florêncio Magalhães Matos Filho	Isadora Perez Alves
Francisco Benjamin de Carvalho	Israel de Oliveira Pinheiro

Itamar José de Aguiar Batista	José da Silva Gazar
Ivan da Silva Barroso	José Dionísio Nóbrega
Ivan Guanais de Oliveira	José do Patrocínio Coelho de Araújo
Ivanilton Santos da Silva	José dos Santos Pereira Filho
Jaime Oliveira do Nascimento	José Eugênio Tramontano
Jan Maurício Oliveira Van Holthe	José Geraldo dos Reis Santos
Jayme Newton V. de Lemos	José Jorge Randam
Jayme Ramos de Queiroz	José Jorge Sousa Carvalho
Joaci Fonseca de Góes	José Luiz Ganem
João Alberto de Oliveira Matta	José Marcos Pondé Fraga Lima
João Augusto de Lima Rocha	José Nilton Pereira Carvalho
João Bosco Soares dos Santos	Josué da Silva Mello
João da Costa Falcão	Juracy Magalhães Neto
João Eurico Matta	Kátia Maria Coelho de C. Custódio
João Justiniano da Fonseca	Leda Lazara Pimentel Lopes
João Paulo Marques Sabido Costa	Leonardo Ribeiro Fraga de Lima
Joaquim Rodrigo de Souza Dourado	Lívia da Silva Modesto Rodrigues
Johildo Salomão Figueiredo Barbosa	Lizir Arcanjo Alves
Jorge Falcão Paredes	Lourivaldo Valentim da Silva
Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva	Lúcia Maria da Franca Rocha
Jorge Santana Bispo Júnior	Luís Fernando Galvão de Almeida
Jorge Vaz Lordelo	Luís Guilherme Pontes Tavares
José Antônio de Jesus	Luislinda Dias de Valois Santos
José Antônio de Mello Vicentini	Luiz Americo Lisboa Junior
José Augusto da Silva	Luiz Antônio Cajazeira Ramos
José Bernardo Cordeiro Filho	Luiz de Pinho Pedreira da Silva
José Carlos Augusto da Silva	Luiz Gonzaga da Silveira

Luiz Ovídio Fischer	Moacyr Pinheiro da Silva
Luiz Vianna Neto	Mônica Elizabeth V. Martins Garrido
Luiza Maria Vasconcelos Vianna	Nanci Elizabeth Oddone
Manoel Antonio dos Santos Neto	Nelson Almeida Taboada
Manoel Bomfim Ribeiro	Newton Cleyde Alves Peixoto
Manoel Figueiredo Castro	Newton Oliveira
Manoel J. F. de Barros Sobrinho	Nilton José Costa Ferreira
Marcel Lavallée	Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Marcos Roberto de Santana	Orlins Santana de Oliveira
Maria Ângela Barreiros Cardoso	Oswaldo de Almeida Bomfim
Maria Angélica Barreiros Cardoso	Oswaldo de Oliveira Bastos Neto
Maria Betty Coelho Silva	Oswaldo Francisco Martins
Maria de Vasconcelos Tavares	Pablo Sotuyo Blanco
Maria Dulce Cardoso Cardoso	Paulo Costa Lima
Maria Eleonora Cahayba	Paulo Emílio Parente de Barros
Maria Helena Lanat P. de Cerqueira	Paulo Faria
Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves	Paulo Motta Alves Peixoto
Maria Nadja Nunes Bittencourt	Paulo Segundo da Costa
Maria Tereza Salles N. de B. Matos	Pedro de Almeida Vasconcelos
Mário de Mello Kertész	Pedro Faustino de Souza Pondé
Mário Lindenor Bastos Brito	Pedro José Galvão Nonato Alves
Mário Mendonça de Oliveira	Penildon Silva Filho
Maurício Tourinho Dantas	Phidias Martins Junior
Mauro Lopes Figueiredo	Ramiro Senna Berbert de Castro
Mazinete Vasconcelos de Lemos	Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Miguel Angelo Almeida Teles	Regina Stella Calmon T. Dias Lima
Milton Carlos da Motta Cedraz	Renato Luís Sapucaia Bandeira

Renato Simões Filho
Ricardo Maurício Freire Soares
Rita de Cássia Carvalho Rosado
Rita Maria Cruz Pimentel
Rizovaldo da Silva Menezes
Roberto Figueira Santos
Roberto José de Souza
Roberto Nunes Dantas
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Rosa Maria C. de Santana Valente
Rubens Antonio da Silva Filho
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sérgio Fraga Santos Faria
Sílvia Athaide
Sônia Maria de Couto Jonas
Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
Sylvio Bandeira de Mello e Silva
Sylvio de Carvalho Marback
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Ubaldo Marques Porto Filho
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Vera Madalena P. Barreto de Araújo
Vicente Favella Filho
Victor Gradin

Waldette Maria dos Santos
Walter Luiz Brito dos Santos
Wellington Carlos Leão Sampaio
William Vieira do Nascimento
Wilson Roberto de Mattos
Wilson Thomé Sardinha Martins
Wolf Immisch
Yara Dulce D. Ataíde
Zilma Parente de Barros
Zita Magalhães Alves

Remidos

Abigail Maria de Souza Lordello
Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Afonso Maciel Neto
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Sales Paraíso Borges
Almerindo César de Quadros
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
Angelina Nobre Rolim Garcez
Anna Amélia Vieira Nascimento
Antonietta D'Aguiar Nunes
Antônio Jesuíno dos Santos Neto
Augusto Manoel de Souza Braga

Cid José Teixeira Cavalcante	Jonas de Souza Carvalho
Clóvis Álvares Lima	José Augusto Guimarães
Consuelo Pondé de Sena	José Francisco de Sá Teles
Cydélmo Clydes Teixeira Cavalcante	José Góes de Araújo
Edivaldo Machado Boaventura	José Maria Magnavita
Edla Alcântara Angelim	José Newton Alves de Souza
Eduardo Jorge Mendes Magalhães	Joviniano de Carvalho Neto
Eduardo Saback Dias de Moraes	Lamartine de Andrade Lima
Esmeralda Maria de Aragão	Lúcia Maria Ruas Gaspar
Everaldo Pedreira Rocha	Luis Henrique Dias Tavares
Fernando da Rocha Peres	Manoel José Pereira da Silva
Francisco Pinheiro Lima	Maria do Carmo Sardinha Martins
Gaspar Sadock da Natividade	Maria do Socorro Targino Martinez
George Alakija	Maria Helena Ochi Flexor
Geraldo Dannemann	Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Germano Dias Machado	Maria Inês Cortes de Oliveira
Germano Tabacoff	Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Gerson Pereira dos Santos	Nelson Figueiredo Pondé
Guarani Valença de Araripe	Nilton José de Souza Ferreira
Helena Margarida M. Abreu	Olga Magnavita Batista Neves
Hermano Augusto Machado	Remy Pompilho F. de Souza
Hildete Maria da Encarnação	Sílvio de Almeida Passos
Isaura Prisco Paraíso	Vitor Hugo Carneiro Lopes
Jairo Cunha	Waldir Freitas Oliveira
João Carlos Tourinho Dantas	Walter Carneiro da Silva
João da Costa Pinto Victória	

Correspondentes

Aaron Salles Fernandes Silva Torres

Abilarde Duarte

Ademir Pereira dos Santos

Adilson César

Adolfo Morales de Los Rios Filho

Aidenor Aires Pereira

Alberto Almada Rodrigues

Alberto Frederico Lins Caldas

Alberto Martins da Silva

Alberto Venâncio Filho

Alceu Maynard de Araújo

Ana Lucia Granja de Souza

Antonella Rita Roscilli

Antônio Augusto de M. Drumond

Antônio da Rocha Almeida

Antônio Dias Farinha

Antônio Ezequiel da Silva

Antônio Ferreira Paim

Antonio Jorge Furquim

Antônio Pedro de Bacelar Carrilhas

Antônio Possidônio Sampaio

Armando Alexandre dos Santos

Arnaldo Arantes

Arno Wehling

Arraes de Vilhena Falcão

Artur Martins Franco

Aureliano Leite

Berthold Zilly

Cândido Vargas de Freire

Carlos Magno Estevanovic

Carlos T. de Saxe-Coburgo e Bragança

Carlos Vianey Oliveira

Celso Jaloto Ávila Júnior

Crhistóvão Dias de Ávila P. Júnior

Cybelle Moreira de Ipanema

Daniel Antunes Júnior

Dario Teixeira Cotrim

Davis Ribeiro de Sena

Dick Edgar Ibana Grasso

Douglas Apratto Tenório

Edmundo Aníbal Herédia

Edmundo Fernão Moniz de Aragão

Eduardo da Silva

Eliana Calmon Alves

Enélio Lima Petrovich

Epitácio Pedreira de Cerqueira

Esther Caldas Guimarães Bertoletti

Esther Regina Largman

Fátima Alves Tostes

Fernando Abott Galvão

Fernando da Costa Tourinho Neto

Fernando Hipólito da Costa

Francisco de Vasconcelos

Francisco Peçanha Martins	José Mendonça Teles
Gilfrancisco Santos	José Pedro Nicodemos
Gloria Kaiser	Justino Mendes de Almeida
Guilherme Gomes da S. D'Ávila Lins	Kabengele Munanga
Gutemberg Medeiros Costa	Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
Helena Parente Cunha	Luís Alberto Cibils
Hendrik Kraay	Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Henrique Pinto Rema	Luiz Alberto de Viana Moniz Bandeira
Hilton José Gomes de Queiroz	Luiz da Mota Menezes
Hitoshi Ishihara	Luiz Philippe Pereira Leite
Hugo Ramírez	Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Ionam Galo Toscano Brito	Marco Antonio Neia
Isidoro Vásquez de A. G. Delpostigo	Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Ivo Gastaldoni	Marcus Soares de Albergaria da Costa
Jair Fernandes de Moura	Marcus Vinícius Vilaça
Janete Ruiz de Macedo	Maria Beltrão
João Alfredo de Souza Montenegro	Mário Portugal Fernandes Pinheiro
João Antônio da Silva Cezimbra	Melquíades Pinto Paiva
João Maurício de Araújo Pinho	Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
Johannes Augel	Moema Parente Augel
Jorge Couto	Napoleão Tavares Neves
Jorge de Souza Duarte	Olindo Herculano de Menezes
Jorge Forjaz	Paulo Coêlho de Araújo
José Antônio Nunes Beja da Costa	Paulo Fernando de Moraes Farias
José Arthur Rios	Paulo Roberto Pereira
José Augusto Ventín Pereira	Pedro Augusto de Freitas Gordilho
José Ibarê Dantas	Plauto Afonso da Silva Ribeiro

Raimundo de Oliveira Borges	Valther Xavier Aguiar
Raimundo Felipe Sobrinho	Vamireh Chacon A. Nascimento
Raul Giovanni de Mota Lody	Veríssimo de Melo
Raymundo Laranjeira	Vicente Sebastião de Oliveira
Ricardo de Carvalho	Victorino C. Chermont de Miranda
Roberto Casali	Wagner Eustáquio de Araújo
Rui Manuel Cordeiro de V. Rasquilha	Walter Carvalho Merling Júnior
Ruy N. Miranda	Washington Luís Andrade Araújo
Sálvio de Figueiredo Teixeira	Wellington Estevanovic
Sérgio Martínez Baeza	Wilson Estevanovic Neto
Terezinha Teixeira Santos	Wilson Gealh
Túlio Vargas	

Revista do Instituto
do Instituto
stido para
Geográfico e Histórico
Th

Normas de Publicação

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Instruções aos Colaboradores

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

Instruções Gerais

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas *ad hoc* por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo,

sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às **Normas** e à formatação fixada nas **Seções**.

- **Artigos** – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and Key words) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- **Palestras** – Texto resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- **Discursos** – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- **Biografia** – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- **Acervo** – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- **Documentos** – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- **Relatório** – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- **Resenhas** – Texto de até três páginas de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- **Galeria de Fotografias** – Seção contendo fotos com os respectivos créditos.
- **Mapa**
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

Normas

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações

devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas **estritamente necessárias**, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

FREITAS, Irene de Lima. Leitura e escrita: da reprodução à interação. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p 53-63, jul./dez. 1997.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. **O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA**. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. **Anais...** Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

1. Devem ser digitados em extensão.doc,txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.

3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

Instruções para envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

Aquisição de exemplares e endereço para correspondência

**Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia –
IGHB**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

Fonte: Times New Roman, 10
Capa: Papel Supremo 250 g/m²
Miolo: Papel Chamouis Boulk 90 g/m²
Impresso em 2012